

Mariana Aquino

Rodrigo Foureaux

PESQUISA

Assédio Sexual

nas Instituições de Segurança
Pública e nas Forças Armadas

CAMPANHA NACIONAL DAS 10 MEDIDAS
CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL

Secorre!

Me ajuda!

A AUTENTICIDADE DO CONTEÚDO TORNA A REVISTA
IMPRÓPRIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



ATIVIDADE
POLICIAL

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO

Rodrigo Foureaux
Mariana Aquino

EQUIPE CONTRATADA

Capa e Diagramação

Nilberto Júnior

Analistas de dados

Gustavo Bruno de Paula
Raquel Pereira Alvares

Revisão do texto

Ernane Henrique de Oliveira

Vídeo

Solaris Comunicação Multimídia

Apresentação

Bianca da Silva Lima Miconi Costa
Júlia Quintaneiro Mota
Luiza Tolomelli Ribeiro
Mônica Lopes Arantes

APOIO

Site Atividade Policial

Sumário

Apresentação e Vídeo da Campanha Nacional das 10 Medidas contra o Assédio Sexual 4

1. AUTORES DA PESQUISA 5

2. INTRODUÇÃO 8

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA, OBJETIVO E METODOLOGIA 12

4. ASSÉDIO SEXUAL 15

4.1 Conceito e considerações iniciais 16

4.2 Consequências criminais (Direito Penal Comum e Direito Penal Militar) 20

4.3 Consequências Administrativas 28

4.4 Consequências cíveis 31

4.5 Consequências para a vítima e sociedade 33

4.6 Responsabilidade do Estado em razão da omissão 34

4.7 Responsabilidade dos gestores e do comando por não adotarem medidas de prevenção e combate ao assédio sexual em âmbito institucional 38

5. ANÁLISE DE PESQUISA 40

5.1 Questionário aplicado 41

5.2 Análise numérica e qualitativa dos dados da pesquisa 43

5.3 Análise dos relatos de assédio sexual 65

5.4 Respostas das instituições envolvidas na pesquisa 143

6. ENTREVISTAS COM MULHERES QUE FORAM ASSEDIADAS, COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E COM A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 161

6.1 Entrevistas com mulheres vítimas de assédio sexual 162

6.2 Entrevista com profissionais da saúde 164

6.3 Entrevista com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) 167

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

8. PROPOSTAS. CAMPANHA NACIONAL DAS “10 MEDIDAS CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL”. 177

9. ANTEPROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS E MILITARES 182

10. REFERÊNCIAS 194

Apresentação

Disponibilizamos a apresentação deste trabalho como forma de colaborar com a visualização da pesquisa como um todo. A apresentação é melhor visualizada pelo computador, em razão dos recursos audiovisuais.

Para abrir a apresentação, leia o QR CODE ou [clique aqui](#).



Vídeo da Campanha Nacional das 10 Medidas contra o Assédio Sexual

A pesquisa resultou na criação de um vídeo, com o fim de apresentar os resultados e lançar a Campanha Nacional das 10 Medidas contra o Assédio Sexual.

Para ver o vídeo, leia o QR CODE ou [clique aqui](#).





1.

AUTORES DA PESQUISA

Mariana Aquino iniciou os estudos na área do Direito Militar quando de sua preparação para o concurso do Quadro de Oficiais temporários da Aeronáutica, especialidade direito, em que logrou aprovação em 2006. Exerceu suas atividades como assessora jurídica até 2012, oportunidade em que foi cedida à 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição judiciária Militar, em Brasília, para atuar como assessora dos magistrados.



- Em 2016 tomou posse como Juíza Federal Substituta da Justiça Militar, e passou a exercer suas atividades como magistrada na 1ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no estado do Rio de Janeiro;
- Especialista em Direito Militar pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); diplomada em Direito Internacional Humanitário pela Universidade de Leiden, Holanda; Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas);
- Autora do livro “Peculiaridades do Inquérito Policial Militar” e coautora dos livros “Direito Militar em Movimento – uma homenagem ao Prof. José Carlos Couto de Carvalho”, “Comentários à Lei de Organização da Justiça Militar da União”, “Perspectivas da Justiça Militar Contemporânea” e “Estatuto dos Militares Comentado”;
- Autora de diversos artigos jurídicos;
- Palestrante em eventos voltados ao estudo e fomento do Direito Militar;
- Coordenadora e Professora de cursos de pós-graduação em Direito Militar e de cursos preparatórios para concursos;

Rodrigo Foureaux é professor, palestrante e pesquisador na área de Segurança Pública e Direito Militar. Membro da Academia de Letras João Guimarães Rosa. Pertenceu aos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais por quase 11 anos (2005-2016). Aprovado nos concursos para a magistratura dos estados do Pará, Paraíba, Alagoas e Goiás, foi transferido para a reserva não remunerada no posto de 1º Tenente da PMMG ao tomar posse como juiz substituto no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Posteriormente, tomou posse no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e em Goiás, onde exerce a magistratura atualmente.



- Autor dos livros “Justiça Militar: Aspectos Gerais e Controversos”, pela Editora Fiúza, e “Segurança Pública”, pela Editora JusPODIVM.
- Se dedica a escrever temas afetos à Segurança Pública e ao Direito Militar e possui centenas de textos/artigos escritos e publicados na internet.
- É Bacharel em Ciências Militares com Ênfase em Defesa Social pela Academia da Polícia Militar de Minas Gerais (2007) e em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva (2011). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes -UCAM (2012) e Mestrando em Direito, Justiça e Desenvolvimento pelo Instituto de Direito Público na unidade de São Paulo.
- Fundou o site “Atividade Policial” dedicado aos estudos de Segurança Pública, Direito Militar e da atividade policial propriamente dita.

Ambos os autores possuem experiência, vivência prática e teórica com o tema da pesquisa, o que contribui para a obtenção e análise dos resultados, por conhecerem o dia a dia do homem e da mulher nas instituições policiais e militares.



2.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pelo Decreto 9.630/2018, e válido por dez anos, tem dentre os seus objetivos, **“reduzir todas as formas de violência contra a mulher, em especial as violências doméstica e sexual, prevenir e reprimir situações de exploração sexual**, independentemente de gênero, e aprimorar o atendimento a cargo dos órgãos operacionais do Sistema Único de Segurança Pública - Susp nos casos envolvendo populações vulneráveis e minorias” (art. 2º, II) (grifo dos autores).

Nesta perspectiva, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e o Estado devem investir na implementação de políticas e estratégias para reduzir todas as formas de violência contra a mulher, inclusive a sexual. Uma das estratégias que se mostraram basilares para mitigar as ocorrências deste tipo consiste na prevenção e combate ao assédio sexual dentro das instituições que são, em grande medida, responsáveis pela segurança pública.

Nesse contexto, a presente pesquisa com o título “Assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas” pretende dar subsídios para o estudo, debate, prevenção e combate ao assédio sexual.

Por esta razão, o presente documento traz à tona algumas das discussões basilares sobre assédio sexual no mercado de trabalho e a análise dos resultados da pesquisa realizada com as profissionais brasileiras das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas sobre o assédio sexual dentro destas instituições.

O assédio sexual é apenas um dos muitos comportamentos abusivos ou contraproducentes em ambiente laboral que têm como eixo central as relações de poder. Ainda que as definições legais sejam ligeiramente diferentes entre os países, a tipificação de ocorrência de condutas indesejadas e desagradáveis com o propósito ou efeito de ser ameaçadora, hostil, degradante, humilhante ou ofensiva tem elementos similares ou presentes em grande parte das definições. Estudos qualitativos sugerem que, frequentemente, os indivíduos tendem a minimizar os comportamentos que constituem o assédio sexual. Em função desta normalização do que poderia vir a ser considerado como assédio sexual, existe uma variação significativa na ocorrência deste tipo de comportamento. Logo, os resultados deste tipo de investigação sempre estarão sujeitos a variações culturais e sociais. Isto porque eventos políticos, implementações de ações organizacionais que definem e combatem o assédio sexual, assim como o apoio das instituições para este tipo de ocorrência podem influenciar na percepção da vítima e do agressor.

Os trabalhos e publicações internacionais e nacionais sobre o tema apresentados nesta revista possuem pertinência com a realidade brasileira corroborada pelo relatório das duas rodadas da pesquisa intitulada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”¹. No relatório da edição de 2019, é evidenciado que a violência faz parte do cotidiano das brasileiras e que, para mudar esta realidade, é necessário acolhimento à vítima, acesso à justiça, punição do agressor e desenvolvimento de estratégias de prevenção da manifestação da violência.

Em publicação de 2018, Fonseca e outros² apresentaram uma revisão sistemática sobre o assédio sexual no trabalho. Os autores afirmam que os estudos levantados possibilitaram a

1 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>. Acesso em: 13/09/2020.

2 DA SILVA FONSECA, Thaisa et al. Assédio Sexual no Trabalho. Cienc. Psicol., Montevideo, v. 12, n. 1, p. 25-34, maio 2018. Disponível em <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/cp/v12n1/1688-4221-cp-12-01-25.pdf>>. Acesso em 03/09/2020.

compreensão do assédio sexual sob quatro perspectivas: o assédio sexual como uma forma de **violência psicológica** no trabalho, o assédio sob a ótica das relações de poder, a relação entre assédio e a desigualdade de gênero, e as implicações do assédio no âmbito jurídico. Os textos analisados são originários de periódicos das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Visando à fundamentação teórica do debate para posterior análise qualificada dos resultados da pesquisa, serão apresentados alguns dos modelos teóricos tratados na literatura como possíveis explicações socioculturais que apontam para o fato de o assédio sexual se manter como uma manifestação de um sistema mais amplo de assimetria de poder entre homens e mulheres.

O **modelo natural-biológico**, proposto por Berdhal, num cenário em que o chefe do sexo masculino assedia uma subordinada do sexo feminino, propõe que o assédio sexual resulta de um sentimento ‘natural’ e ‘inevitável’ de desejo sexual expresso, principalmente, do homem para a mulher. Este modelo sustenta que o assédio sexual não se configura exatamente como assédio, logo, não possui consequências deletérias, não é sexista e nem mesmo discriminatório. Atualmente este tipo de interpretação tem sido substituído por teorias mais robustas, que levam em conta aspectos contextuais e que se mostram mais adequados para a situação de interesse deste trabalho.

O **modelo sociocultural** propõe que o assédio sexual ocorre em ambientes de trabalho dominados pelo sexo masculino porque, neste tipo de ambiente, as qualidades associadas aos homens são altamente valorizadas tais como poder, força, agressividade e competitividade. O sexo feminino, portanto, passa a ser visto como singular, diferente e capaz de provocar a descon-tinuação do sistema de cooperação masculino instaurado.

As perspectivas de **poder** sugerem que o assédio sexual resulta do poder econômico do homem sobre a mulher. Samuels (2003) destaca que o poder cabe ao sexo masculino e que, mesmo em posições seniores, a mulher é mais vulnerável pelo simples fato de ser mulher. Quando avaliada a **teoria da consciência legal** (Blackstone et al., 2009), a maneira pela qual a discriminação é vista e formalmente denunciada resulta de um processamento complexo e da internalização da consciência legal, passando obrigatoriamente pelas etapas de nomear, culpa-bilizar e reclamar. Isto significa que a denúncia só pode ocorrer quando o indivíduo for capaz de dar nome, identificar a ação como sendo prejudicial e tomar outro indivíduo como responsável pelo dano percebido. Só então é possível dar voz à queixa e buscar uma solução.

A **teoria psicológica** de Cains (1997) sobre o desenvolvimento feminino argumenta que, primeiramente, a mulher é psicologicamente desempoderada em função da socialização pa-triarcal. Além disso, as mulheres incorporaram normas de feminilidade definidas pelo sexo mas-culino e, conseqüentemente, desenvolveram um senso limitado de agência pessoal. Com isso, as mulheres podem acreditar que as experiências por elas vividas são irreais ou que elas estão erradas, ou ainda, que o silêncio pode ser usado como uma forma de resistência, de se recusar a participar. Esta discussão pode ser aprofundada no artigo de Dias (2008), que trata desta relação fundamentada na dominação e deixa claro que todo e qualquer esforço para combater este contexto deve levar em conta aspectos sociais e individuais.

Os estudos que investigam o assédio sexual demonstram que a quase totalidade das ocor-

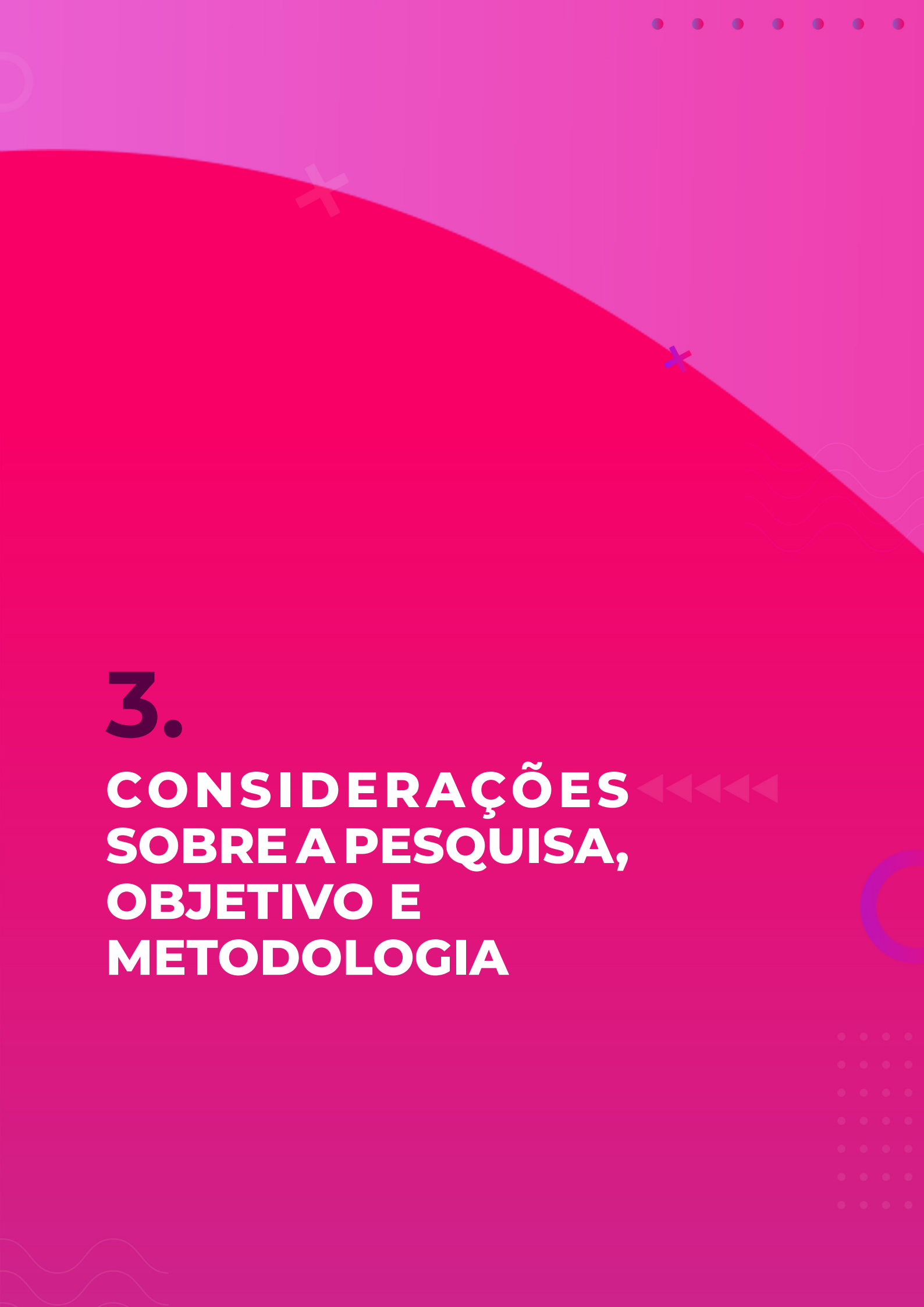
rências são de homens contra mulheres. O perfil de vulnerabilidade a este tipo de evento é complementado pelo estado civil (mulheres divorciadas ou separadas); idade (mulheres jovens); trabalho; entre outras características, como o fato de a mulher ser homoafetiva.

Além dos atributos que tornam o indivíduo mais propenso ao assédio, pesquisas internacionais³ apontam que o contexto organizacional, quando caracterizado pelo grande diferencial de poder nos níveis organizacionais, tem maior prevalência de assédio sexual, realidade presente nas estruturas das instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, objetivo final desta discussão.

Por fim, Allen (2007) destaca que, assim como acontece em outros tipos de violência sexual, as pesquisas consistentemente demonstram que a denúncia de assédio sexual é apenas uma sinalização aproximada da incidência desse abuso naquela comunidade. Isto porque, frequentemente, quem sofre o assédio sexual não formaliza a denúncia nos procedimentos internos da organização nem mesmo fora dela. Com isto, **estima-se que entre 5% e 30% das vítimas façam o registro e, menos de 1% delas dão sequência aos procedimentos legais**. As vítimas tendem a lidar solitariamente com o problema, com o apoio de amigos ou colegas de trabalho, tolerando o comportamento, saindo da organização ou resistindo de outras maneiras.

Feita esta contextualização, prossegue-se com a apresentação da pesquisa de Assédio Sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

3 CHELSEA R. WILLNESS PIERS STEEL KIBEOM LEE. A meta-analysis of the antecedents and consequences of workplace sexual harassment. *Personnel Psychology*. Volume 60, Issue 1. 22 February 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.2007.00067.x>. PAULA MCDONALD. Workplace Sexual Harassment 30 Years on: A Review of the Literature. *International Journal of Management Reviews*, Volume 14, Issue 1. 14 March 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2011.00300.x>



3.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA, OBJETIVO E METODOLOGIA



A pesquisa foi realizada em razão da necessidade de se levantar dados e informações acerca do assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e Forças Armadas do Brasil, com o fim de fomentar a adoção de medidas preventivas e de combate a esse tipo de violência no país, uma vez que os autores conhecem diversos relatos de mulheres, em razão da vivência e experiência profissional, enquanto militares que foram e, atualmente, por lidarem academicamente com a Segurança Pública e o Direito Militar.

O método empregado para a coleta de dados consistiu no envio do link da pesquisa com o questionário para um número alto de mulheres integrantes dos órgãos de Segurança Pública e das Forças Armadas, pelo *WhatsApp* e pelo *Instagram*, ocasião em que foi pedido a essas mulheres que encaminhassem para outras mulheres que fossem policiais, bombeiras, militares ou da guarda municipal, sendo obtido no intervalo de uma semana (de 24/08/20 a 31/08/20) o total de 1.876 respostas para a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Municipal e Forças Armadas. Entre 30/08/20 e 06/09/20 o questionário foi aplicado às mulheres da Polícia Rodoviária Federal, tendo obtido 21 respostas, totalizando 1.897 respostas. A aplicação para a Polícia Rodoviária Federal ocorreu em período distinto por não ter sido esta Corporação inserida no questionário que abrangeu as demais instituições, tendo essa constatação ocorrido no dia 30/08.

A coleta das informações anônimas foi propalada por amostragem não probabilística na qual os indivíduos participantes convidam novos respondentes, de mesmo perfil, na sua rede de amigos e conhecidos.

O modelo de amostragem por cadeia de referência, usualmente denominada técnica da bola de neve (*snowball*), foi desenvolvido por Biernacki e Waldorf em 1981. Esta forma de seleção de casos é adequada para propósitos de pesquisa que envolvem temas sensíveis, que dizem respeito a informações de cunho pessoal/privado e que, portanto, precisam de informações internas para identificação da população de estudo. Inicialmente adotada para pesquisas sobre uso de droga e vícios, esta metodologia se mostrou adequada para a pesquisa em questão porque permite tratar de questões sensíveis e pouco estudadas da relação entre o pertencimento a instituições de Segurança Pública e Forças Armadas e a ocorrência de violência sexual.

A pesquisa foi realizada de forma completamente independente, com recursos próprios e por pesquisadores que não possuem nenhum vínculo com os órgãos de Segurança Pública, Forças Armadas ou instituto de pesquisa, gozando de total independência para obter dados e analisá-los.

Optamos por não solicitar o encaminhamento do link da pesquisa pelas vias institucionais para que as mulheres se sentissem seguras ao responderem, sem receios ou temor de que as respostas pudessem ser identificadas e chegassem ao conhecimento do comando ou da direção da instituição. 40% das mulheres que responderam à pesquisa disseram que não responderiam da mesma forma caso fosse uma pesquisa institucional, ainda que assegurado o anonimato, o que comprometeria o levantamento dos dados e informações.

De todas as formas de pesquisas possíveis, a que se mostrou mais viável e que passasse segurança para as mulheres policiais e militares responderem foi a utilizada. Qualquer pesquisa dentro das instituições policiais e militares não representaria a realidade, ainda que fosse assegurado o anonimato, sendo necessário que essa pesquisa fosse realizada por pesquisadores

externos, sem nenhum vínculo com as instituições objeto da pesquisa.

Muitas mulheres relataram ter respondido o questionário por acreditarem e confiarem nos pesquisadores.

Um ponto importante que deve ser considerado é que, por não ser uma pesquisa que obrigasse as mulheres a responderem, até porque qualquer obrigatoriedade nesse sentido, além de ser ilegal, retiraria a seriedade da pesquisa, somente as mulheres interessadas na pesquisa é que responderam, as quais tiveram que acessar o link e responder a uma série de perguntas, com duração de 3 a 5 minutos.

Dessa forma, naturalmente, as mulheres que já sofreram assédio sexual possuem um maior interesse em acessar o link da pesquisa e responder, razão pela qual o elevado índice de mulheres que relataram já ter sofrido assédio sexual, em termos proporcionais, pode não representar a realidade, em que pese demonstrar, inequivocamente, que o número é expressivamente alto.

Essa pesquisa tem por finalidade propor sugestões que visem prevenir e combater o assédio sexual, inicialmente, nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, contudo, por ser um problema seriíssimo de caráter nacional, presente nos mais diversos ramos de trabalho, é uma oportunidade para que as propostas apresentadas ao final sejam adotadas por todas repartições públicas e instituições privadas.



4. **ASSÉDIO SEXUAL**

Neste tópico optamos por abordar conceitos, consequências e responsabilidades relacionados ao assédio sexual para uma melhor compreensão e entendimento da pesquisa, no entanto sem maiores aprofundamentos, pois o escopo do trabalho é o estudo e análise dos dados e informações sobre o assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, além da elaboração de propostas que possam, efetivamente, colaborar para a prevenção e combate ao assédio sexual nas referidas instituições.

4.1 Conceito e considerações iniciais

O conceito de assédio sexual tratado nesta pesquisa não se limitou àquele previsto no art. 216-A do Código Penal, que trata do crime de assédio sexual¹.

No questionário aplicado foi utilizado o conceito extraído da cartilha do Conselho Nacional do Ministério Público sobre assédio moral e sexual, qual seja, “toda conduta de natureza sexual não solicitada, que tem um efeito desfavorável no ambiente de trabalho ou consequências prejudiciais no plano do emprego para as vítimas”².

A cartilha detalha que esta atitude “pode ser clara ou sutil, falada ou apenas insinuada, escrita ou explicitada em gestos, vir em forma de coação ou, ainda, em forma de chantagem.”

O assédio sexual consiste na prática de violência sexual, seja física, verbal, escrita ou por qualquer forma, não se restringindo ao conceito previsto na Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

[...]

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

A Organização Internacional do Trabalho conceitua assédio sexual como:

(...) toda conduta não desejada ou inoportuna de caráter sexual, no local de trabalho ou em relação ao trabalho, que faça com que a pessoa (...) se sinta humilhada, coagida, discriminada ou insultada. Pode considerar-se

¹ Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Parágrafo único. (VETADO)(Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

² DRAPEAU, Maurício. Assédio Sexual e Moral. Previna-se. Conselho Nacional do Ministério Público. 1991, p.15

assédio sexual o comportamento sexual coercitivo utilizado para controlar, influir ou afetar o emprego, a carreira ou a situação de uma pessoa (...).³

A prática de um único ato é suficiente para caracterizar o assédio sexual, não havendo necessidade de que a conduta seja prolongada, reiterada, sendo suficiente a prática de um ato isolado, a depender da natureza deste ato, a forma como foi praticado, a sua intensidade e os seus efeitos.

Como destaca Maria de Lourdes Leiria⁴:

Não há necessidade de reiteração da conduta, não seria razoável submeter a vítima a reiterados atos de violência, para só assim considerá-los ilegais. Igualmente o silêncio da vítima não pode ser entendido como aceitação da conduta ofensiva ou descaracterização do assédio. O assédio e a violência laboral constituem forma de discriminação, impedem a progressão funcional e muitas vezes conduzem a vítima ao desligamento do emprego, gerando-lhe consideráveis danos econômicos (grifo dos autores).

Como constatado na pesquisa, há vários relatos de tapas nas nádegas, chamamento das mulheres de “gostosa”, menção à vontade de ter relação sexual, sem que haja nenhuma abertura da mulher para essas condutas, o que, por si só, ainda que seja um ato isolado, é suficiente para caracterizar o assédio sexual, sem necessidade de repetição, pois caracteriza uma forma de violência sexual, causa abalos psicológicos, emocionais, fere a autoestima e relega a mulher a um objeto, como se fosse um instrumento à disposição dos assediadores.

Exigir a reiteração de atos fere a dignidade da pessoa humana e a proporcionalidade, no que tange à proibição de proteção deficiente, além de não ser razoável, como afirmado por Maria de Lourdes Leiria, submeter a vítima a reiterados atos de violência, para só assim considerá-los ilegais.

Nesse sentido, a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (versão em inglês, pois ainda não foi traduzida oficialmente para o português), ao conceituar violência e assédio no mundo do trabalho não exige a reiteração de atos para a sua caracterização.

A range of unacceptable behaviors and practices, or threats thereof, **whether a single occurrence or repeated**, that aim at, result in, or are likely to result in physical, psychological, **sexual** or economic harm, and includes gender-based violence and harassment.⁵ (grifo dos autores).

A ocorrência do assédio sexual praticado nas instituições de Segurança Pública e nas For-

3 Anexo n. 1. Convenção coletiva para prevenção e solução de reclamações em matéria de assédio firmada entre a OIT e Sindicado. Art. 12.0 n. 2.9b. LEIRIA, Maria de Lourdes. Assédio Sexual Laboral. Agente Causador de Doenças do Trabalho. Reflexos na Saúde do Trabalhador. Editora LTr. 2ª Edição. São Paulo. 2019. p. 36.

4 LEIRIA, Maria de Lourdes. Assédio Sexual Laboral. Agente Causador de Doenças do Trabalho. Reflexos na Saúde do Trabalhador. Editora LTr. 2ª Edição. São Paulo. 2019.

5 Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdo cum ent/wcms_711570.pdf>. Acesso em: 18/09/2020.

ças Armadas não se limita ao ambiente físico (delegacias, quartéis, repartições públicas). É suficiente que haja qualquer conexão decorrente do trabalho. Nesse sentido, o deslocamento para o trabalho com um colega de profissão; a realização de festas e eventos sociais relacionados ao trabalho; contatos por mensagem de celular, cujo número foi obtido nos registros da administração pública ou em razão do trabalho, salvo autorização explícita ou implícita da mulher para o envio de mensagens particulares; a realização de uma diligência externa, de uma viagem ou atividade profissional na rua, são circunstâncias que possuem conexão com o trabalho, razão pela qual o assédio sexual praticado nesses casos estará relacionado ao ambiente de trabalho.

Pode ser considerado prática de assédio sexual desde os olhares constrangedores (forma como olha) até o contato físico forçado; engloba os convites impertinentes, as chantagens, as ameaças veladas ou explícitas, as propostas indecentes e intimidadoras, as piadinhas e brincadeiras de conotação sexual, o exibicionismo, dentre outras.⁶

Geralmente, o assédio sexual é praticado por superior hierárquico (assédio sexual vertical descendente), seguido da prática por pares, que são aqueles que ocupam o mesmo cargo, função, posto ou graduação (assédio sexual horizontal) e, em último lugar, pelos subordinados (assédio sexual vertical ascendente). O assédio sexual misto ocorre quando há a presença do assédio sexual vertical e horizontal.

No artigo “Convenção 190 da OIT: Violência e Assédio no Mundo do Trabalho”⁷, de autoria de Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos e Rodolfo Pamplona Filho, ao discorrerem sobre a violência e assédio contra as mulheres, os autores pontuam com precisão as razões do assédio sexual no ambiente de trabalho, sobretudo naqueles que são considerados tipicamente masculinos, o que pode ser aplicado às instituições de Segurança Pública e às Forças Armadas.

Não obstante o vasto arcabouço normativo internacional⁸, os fatores histórico-culturais enraizados na sociedade machista e patriarcal ainda propiciam a discriminação contra a mulher, inclusive nas relações de trabalho. **O estereótipo de que a mulher é emocionalmente vulnerável, frágil fisicamente e responsável pelos afazeres domésticos, perpetuam essa discriminação.**

Nesse contexto, verifica-se tanto uma segregação vertical quanto horizontal das mulheres nas relações de labor. A **segregação vertical**, também conhecida como **teto de vidro** ou *glass ceiling*, consiste na barreira para a ascensão na carreira, em especial para o exercício de cargos de gestão, comando e decisão pelas mulheres. Esta barreira é tão sutil e transparente, mas ainda assim tão forte, que impede que as mulheres avancem na hierarquia corporativa ou institucional⁹, sob os falaciosos fundamentos de

6 Nesse sentido: <http://www.andt.org.br/f/Conven%C3%A7%C3%A3o%20190%20da%20OIT.04.09.2019%20-%20Rodolfo.pdf>. Acesso em: 18/09/2020.

7 Disponível em: <<http://www.andt.org.br/f/Conven%C3%A7%C3%A3o%20190%20da%20OIT.04.09.2019%20-%20Rodolfo.pdf>>. Acesso em: 18/09/2020.

8 Convém citar, ainda, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979) e seu Protocolo Facultativo, no âmbito no sistema global, e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994) (Convenção de Belém do Pará), no âmbito do sistema regional interamericano.

9 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Manual de boas práticas para promoção de igualdade de gênero. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2019.

incapacidade, instabilidade, fragilidade ou dificuldade de conciliar vida familiar e profissional¹⁰.

A **segregação horizontal**, por sua vez, também denominada de **divisão sexual do trabalho**, consiste na designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, ocasionando, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado.¹¹ Assim, a divisão sexual do trabalho é regida pelo princípio da separação **(existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres)** e pelo princípio da hierarquia **(trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher)**¹², acarretando a atribuição de tarefas e lugares sociais diferentes e separados para homens e mulheres, em que a atividade masculina é mais valorizada socialmente e ocupa um papel hierárquico superior.¹³

Como bem observa Adriene Reis de Araújo, a socialização diferenciada desde a infância reforça papéis sociais e estereótipos pertinentes a cada gênero, restringe a expressão individual, projeta-se para o trabalho produtivo e funda a divisão sexual do trabalho.¹⁴

Essa divisão fica ainda mais latente quando as mulheres se inserem em atividades ou profissões tipicamente masculinas, como construção civil, vigilância e trabalho nos portos e nas plataformas de extração de petróleo, de modo que, como o discurso que naturaliza **a hegemonia masculina não se mostra suficiente, busca-se desqualificar as mulheres que rompem essa barreira, por meio de discriminações indiretas e pela prática de assédio.**

(...).

Desse modo, como forma de manter a hierarquia, a divisão sexual laboral e a hegemonia masculina, potencializa-se a violência e o assédio no mundo do trabalho contra as mulheres, em especial por intermédio do assédio sexual e do assédio moral. Em que pese a prática de comportamentos e atos persecutórios geralmente aconteça contra as mulheres, não se pode deixar de evidenciar que os homens também podem ser vítimas de condutas assediadoras, embora de forma muito menos frequente. (grifo dos autores).

10 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O ABC da Violência contra a mulher no trabalho. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2019.

11 KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67.

12 ARAÚJO, Adriene Reis de. Equidade de gênero no trabalho e o patriarcado: o impacto da violência contra a mulher na desigualdade salarial. In: ARAÚJO, Adriene Reis de; LOPES, Andrea Lino; GURGEL, Maria Aparecida; COELHO, Renata (Org.). Direitos humanos no trabalho pela perspectiva da mulher. Belo Horizonte: RTM, 2019, p. 379.

13 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O ABC da Violência contra a mulher no trabalho. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2019

14 Ibid., p. 378-379.

4.2 Consequências criminais (Direito Penal Comum e Direito Penal Militar)

4.2.1. Tipificação no Código Penal

O crime de assédio sexual passou a ser tipificado na legislação penal comum por meio da Lei 10.224/01, que inseriu o art. 216-A no Código Penal, visando à proteção da liberdade sexual, liberdade laboral, a não discriminação no local de trabalho e a isonomia.

Da descrição típica, pode-se destacar os elementos necessários à caracterização do referido crime: a) causar **constrangimento** a alguém (mulher ou homem); b) ter a **intenção** de vantagem ou favorecimento sexual, c) **valendo-se** o agente de sua superioridade hierárquica ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Assim, verifica-se que o ambiente de trabalho e a superioridade hierárquica exercem papel central, pois são fatores que desarmam a vítima, reduzindo ou anulando uma possibilidade de reação.

O assédio sexual pode ser praticado por homens contra mulheres, mulheres contra homens, homens contra homens e mulheres contra mulheres; no entanto, verifica-se que na grande maioria dos casos o autor do crime é um homem e a vítima, uma mulher.

Adverte a doutrina que o legislador utilizou de forma equivocada o verbo “constranger”, já que este é utilizado nos tipos penais do constrangimento ilegal e estupro com o sentido de forçar, compelir, obrigar à prática de **atos específicos**; já no crime de assédio, **não há previsão quanto ao complemento do constrangimento (ou seja, a que o sujeito ativo constrange a vítima)**, apenas havendo menção ao elemento subjetivo desse constrangimento (vantagem ou favorecimento sexual) e a condição de sua realização (valendo-se superioridade hierárquica ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função).¹⁵

Dessa forma, muito se discute sobre o enquadramento da conduta e se, para a configuração do crime, deve ser exigida a habitualidade. Entende-se que a conduta pode ocorrer de forma única ou reiterada, desde que seja sem o consentimento da vítima; pode ser praticada dentro do trabalho ou em razão dele, desde que o autor se valha de sua superioridade hierárquica ou ascendência funcional para efetuar o constrangimento com o objetivo de obtenção de favor sexual. Nesse sentido, nas palavras de Guilherme Nucci:

[...] deve-se entender que a intenção do autor do assédio é forçar a vítima a fazer algo que a lei não manda ou não fazer o que ela permite, desde que ligado a vantagens ou favores sexuais. (...). **A concessão de vantagem sexual não é, por si, ilegal, mas, ao contrário, trata-se do fruto da liberdade de qualquer pessoa. Por isso, somente quando o superior força o subordinado a prestar-lhe tais favores, sem a sua concordância livre e espontânea, termina constrangendo a vítima a fazer o que a lei não manda.** Em síntese: qualquer conduta opressora, tendo por fim obrigar a parte subalterna, na relação laborativa, à prestação de qualquer favor sexual, configura assédio sexual.¹⁶

15 AZEVEDO, André Boiani de. Assédio sexual –aspectos penais. Curitiba Juruá, 2012, p. 88/89.

16 NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 666.

Com o advento da Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018, foi inserido no Código Penal o crime de **importunação sexual**.

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

A criação desse tipo penal visou sanar lacuna legislativa que dificultava o enquadramento de determinadas condutas, como os divulgados casos de assédios nos espaços públicos e meios de transportes, acompanhados ou não de “beijos”, “encoxadas”, “lambidas”, “apalpadas” e até “ejaculação”, nas modalidades criminosas até então existentes: contravenção de importunação ofensiva ao pudor; infração de menor potencial ofensivo, com previsão de pena ínfima; ou crime de estupro, de natureza hedionda, cuja pena prevista é de seis a dez anos de reclusão¹⁷.

Por **ato libidinoso** entende-se qualquer ato de conotação sexual ou atentatório ao pudor que vise satisfazer o apetite sexual do agente, como a exibição do órgão genital para alguém.

Distingue-se do crime de assédio sexual, pois este exige, além do constrangimento, que haja conexão com a relação hierárquica ou funcional - superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função – entre o agente e a vítima.

Portanto, se um agente se exhibe para a vítima valendo-se de sua condição de superior hierárquico, pratica o crime de assédio sexual, do contrário incide no crime de importunação sexual.

Nota-se, inclusive, uma desproporcionalidade entre as penas, pois o crime praticado em razão da função (assédio sexual, detenção de 1 a 2 anos) possui pena mais leve que o mesmo fato praticado fora da função (importunação sexual, reclusão de 1 a 5 anos).

O verbo **constranger**, previsto no art. 216-A, é mais amplo, pois permite a incidência de várias hipóteses além do ato libidinoso. Este, por si só, implica em constrangimento para a vítima, mas nem todo constrangimento implica em ato libidinoso. O superior que chama a vítima para ir ao motel, sob pena de transferi-la do local de serviço pratica o crime de assédio sexual, mas caso o agente que tivesse realizado o convite, sob pena de prejudicá-la no serviço não fosse um superior, não haveria o crime de assédio sexual nem de importunação sexual. Poderia haver constrangimento ilegal (art. 146 do CP) ou ameaça (art. 147 do CP).

Várias condutas praticadas, conforme relatos das participantes da pesquisa, configuram o crime de importunação sexual, como exhibir o órgão genital e passar a mão no corpo da vítima, no entanto chamar a vítima por nomes desrespeitosos no sentido sexual, por si só, não configura o crime de importunação sexual, podendo, se for o caso, configurar o crime de injúria.

4.2.2. Consequências Penais e Processuais

¹⁷ BIANCHINI, Alice. Crimes contra as mulheres/Alice Bianchini, Mariana Bazzo, Silvia Chakian. -2.ed. ver. E atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020, p. 215.

Em razão da previsão contida no art. 28-A, §2º, IV do Código de Processo Penal, **não se aplica o acordo de não persecução penal quando a vítima for do gênero feminino**, em face da vedação expressa introduzida pela Lei 13.964/19.

Ainda, entende-se pela **aplicabilidade da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) ao referido crime quando praticado contra a mulher e no âmbito da unidade doméstica**, tendo em vista as previsões constantes do art. 5º, I, e art. 7º, III, podendo-se afirmar que as mulheres vitimizadas na forma do art. 216-A do CP passam a contar com uma nova rede normativa de proteção, inclusive alterando-se o procedimento aplicável, que seria o da Lei 9099/95, para adotar-se o **processo comum**, nos termos do art. 41 da Lei 11.340/2006, que afasta os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher do âmbito dos Juizados Especiais Criminais¹⁸.

Nesse sentido, também, a jurisprudência:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. **ASSÉDIO SEXUAL. LEI MARIA DA PENHA. CRIME COMETIDO CONTRA EMPREGADA DOMÉSTICA. CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE COMPROVADA. COABITAÇÃO ENTRE AGRESSOR E VÍTIMA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.** REQUISITOS ATENDIDOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de revisão criminal. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal. **2. A Lei Maria da Penha dispõe que a violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O inciso I do art. 5º estabelece que a violência doméstica e familiar contra a mulher estará configurada quando praticada no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.** 3. Neste caso, o suposto agressor e a vítima partilhavam, em caráter diário e permanente, a unidade doméstica onde os fatos teriam ocorrido. Além disso, há inegável relação hierárquica e hipossuficiência entre a vítima e o suposto agressor, o que enseja a aplicação do art. 5º, inciso I, da Lei n. 11.340/2003. 4. Eventual acolhimento da tese de falta de motivação de gênero depende de exame aprofundado de fatos e provas, providência não comportada pelos estreitos limites cognitivos do habeas corpus. 5. Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 500314 PE 2019/0083059-1, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 18/06/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/07/2019). (grifo dos autores).

¹⁸ CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Crimes contra a dignidade sexual: tópicos relevantes. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2020, p. 130.

Com relação à obtenção de **provas** para a configuração do assédio sexual, é necessário destacar que a prática desse crime ocorre normalmente às escondidas, sem a presença de testemunhas, sendo importante que a vítima assuma uma postura mais participativa durante o processo de responsabilização do assediador¹⁹ (gravando conversas e mensagens, por exemplo). Tendo em vista essa dificuldade probatória, a jurisprudência tem dado à palavra da vítima especial relevância:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ASSÉDIO SEXUAL. VÍTIMA ADOLESCENTE. CONDENAÇÃO CONFIRMADA. CONSUMAÇÃO. **O crime de que trata o artigo 216-A do Código Penal consuma-se tão logo praticado o ato de constrangimento com o dolo específico, sendo a obtenção do resultado almejado pelo superior hierárquico exaurimento da conduta criminosa e não elementar dessa. Não se exige, pois, o emprego de violência ou de grave ameaça, de modo que o fato de a vítima ter permanecido estática durante a importunação não a descaracteriza, sendo a incapacidade de a subalterna reagir ao ato de assédio um resultado tipicamente aguardado pelo agressor. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. É notório o valor probatório outorgado à palavra da vítima em processos relacionados à dignidade sexual, dentre os quais se insere o de assédio sexual, pois, geralmente praticados às ocultas, esses não costumam deixar testemunhas presenciais.** Hipótese em que a vítima é segura ao descrever ter sido submetida a ato de assédio pelo empregador, seu tio, não se localizando nos autos suporte algum à tese defensiva de que a vítima agiu por vingança. DOSIMETRIA PENAL. I. Pena dosada no piso normativo. II. Sendo a vítima menor de dezoito anos à época, subsiste a elevação da pena definitiva, face a majorante de que trata o § 2º do dispositivo penal violado. SUBSTITUIÇÃO DA CARCERÁRIA. Substituição adequada aos limites do art. 45, do CP. RECURSO DESPROVIDO. EXECUÇÃO DETERMINADA. (Apelação Crime, Nº 70080812233, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandro Luz Portal, Julgado em: 13-06-2019) (TJ-RS - ACR: 70080812233 RS, Relator: Sandro Luz Portal, Data de Julgamento: 13/06/2019, Sétima Câmara Criminal, Data de Publicação: 01/07/2019). (grifo dos autores).

Assim como as demais formas de violência de gênero, também o assédio sexual se constitui em um fenômeno sociocultural, “justificado” por um histórico de dominação da mulher pelo homem, que contou com o estímulo da invisibilidade e, via de consequência, impunidade por parte do sistema de justiça²⁰.

Tal invisibilidade se faz ainda mais presente quando o crime é praticado na **seara castrense**, em face do rigor e do **estrito acatamento ordens e hierarquia**, culminando no silêncio das vítimas por temerem represálias e perseguições no trabalho, como não promoções a outros postos/graduações a que teriam direito, licenciamento, exclusão a bem da disciplina etc.

¹⁹ BIANCHINI, Alice. Crimes contra as mulheres/Alice Bianchini, Mariana Bazzo, Silvia Chakian. -2.ed. ver. E atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020, p. 223.

²⁰ BIANCHINI, Alice. Crimes contra as mulheres/Alice Bianchini, Mariana Bazzo, Silvia Chakian. -2.ed. ver. E atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020, p. 222.

O policial que presencia os atos de assédio sexual ou de importunação sexual e nada faz pode ser responsabilizado por esses crimes na condição de agente garantidor, na forma do art. 13, § 2º, do Código Penal ou pelo crime de prevaricação (art. 319 do CP), a depender do caso concreto.

4.2.3. Assédio Sexual Contra a Mulher Militar

A prática do assédio sexual, bem como dos demais crimes contra a mulher militar é ainda mais danosa já que impacta diretamente na hierarquia e disciplina - princípios basilares das instituições militares-, **humilhando e diminuindo sua autoridade, como mulher e militar**. Nesse sentido, colaciona-se jurisprudência do E. STM:

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA, DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E DE SUPOSTA OCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS DISTINTOS, EMPREENDIDOS EM MOMENTOS DIVERSOS, FOMENTADOS POR DIFERENTES MEMBROS DO PARQUET CASTRENSE. POSSIBILIDADE. 1. A solução ditada pelo critério da prevenção é legítima, sopesados os aspectos judicializantes da investigação, diante da atuação de diferentes membros do Parquet castrense, os quais alavancaram a instauração de procedimentos investigativos com relação a fatos supostamente idênticos. 2. A apuração de fatos, hipoteticamente criminosos, não tem o condão de, por si só, representar a imposição de constrangimento ilegal ao investigado, sobretudo quando considerada a compatibilidade das medidas adotadas com o regime jurídico-constitucional das liberdades públicas. A conjuntura revela a idônea atuação dos órgãos responsáveis pela persecução penal, cujo desiderato, alfim, está imbricado com a preservação da paz social e, particularmente na Justiça Castrense, com o resguardo dos valores e dos princípios regentes das Forças Armadas. [...] VOTO: **Se o assédio sexual é crime grave para o direito penal comum, mais grave ainda para o direito militar, porque se trata de inequívoca e inaceitável quebra de disciplina militar.** [...] (STM - HC: 00001786320177000000, Relator: Marco Antônio de Farias, Data de Julgamento: 06/12/2017, Data de Publicação: 13/12/2017). (grifo dos autores).

Em relação ao cotidiano castrense, o legislador também o distinguiu da atividade civil, de modo que o rigor na conduta marcial, o pronto acatamento às ordens e o estrito respeito à hierarquia são fatores que individualizam o militar perante os demais cidadãos na sociedade. Isso, porém, não autoriza o assédio moral ou sexual, por exemplo. Sabe-se que o superior imediato e também a cadeia de comando cobrarão postura e eficiência dos subordinados, porém isso não significa que se possa humilhar o inferior hierárquico, submetê-lo a obrigações incompatíveis com sua qualificação e grau hierárquico para depois criticar e punir, ou praticar qualquer conduta considerada como assédio moral, atendidas evidentemente as especificidades da vida militar. Igualmente humilhante e deplorável é o assédio sexual, inclusive tipificado como crime²¹.

21 Estatuto dos Militares Comentado: Lei 6880, de 09 de dezembro de 1980/coordenação de Jorge César de Assis- Curitiba: Juruá, 2019, p. 115.

Importante destacar que houve uma mudança com relação à caracterização dos crimes militares. Antes do advento da Lei 13.491/17, era considerado crime militar somente aquele previsto no Código Penal Militar.

Dessa forma, da análise da jurisprudência do Superior Tribunal Militar, verifica-se que os crimes militares de maior ocorrência praticados contra a mulher militar antes da referida Lei eram: injúria (art. 216); violação de recato (art. 229); estupro (art. 232) e atentado violento ao pudor (art. 233), todos do CPM (lembrando que o Código Penal Militar não passou pela atualização legislativa que modificou o art. 213 do Código Penal, unificando os tipos penais do estupro e atentado violento ao pudor, promovida pela Lei nº 12.015, de 2009).

Assim, apesar de padecer de esquecimento do legislador quanto às atualizações a que é submetida a legislação comum, a edição da Lei 13.491/19 representou um avanço na medida em que promoveu um alargamento da conceituação de **crime militar**, abarcando as condutas previstas no Código Penal brasileiro e na legislação penal extravagante, desde que praticadas nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 9º e desde que não haja disposição constitucional ou legal atribuindo competência a outra Justiça (ex: crimes eleitorais, crimes de competência da Justiça Federal).

Criou-se, portanto, uma nova categoria de crime militar, diferindo da conceituação de crime militar impróprio - aqueles que continham igual previsão no CPM e no CP- para uma conceituação por extensão a fatos delituosos previstos na legislação penal comum quando praticados em uma das hipóteses previstas no inciso II do art. 9º do Código Penal Militar.

Exemplificando: se um militar da ativa praticar homicídio motivado por violência de gênero contra sua esposa, também militar da ativa, responderá pelo crime de feminicídio (qualificadora do homicídio quando praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino, prevista no Código Penal), sendo aplicável, outrossim, a lei dos crimes hediondos, uma vez que o referido tipo penal está elencado como tal na Lei 8.072/90.

Dessa sorte, é perfeitamente possível a tipificação da prática do crime de assédio sexual cometido por superior hierárquico ou militar com ascendência funcional (que, apesar de mesmo posto ou graduação que a vítima, exerça função de chefia) contra a mulher militar, a ser apurado por meio de inquérito policial militar e processado e julgado perante a Justiça Militar.

Nesse diapasão, impende colacionar julgado (referente a assédio sexual praticado por militar contra militar) que apreciou a questão da competência após a edição da Lei 13.491/17:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO QUE RECONHECEU A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, COM DECLINAÇÃO EM FAVOR DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. IMPUTAÇÃO POR CRIME DE ASSÉDIO SEXUAL (ART. 216-A DO CP). CRIME SUPOSTAMENTE PRATICADO POR MÉDICO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS. SUPERVENIÊNCIA DA LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017, PARA DEFINIR COMO CRIME MILITAR NÃO APENAS OS CRIMES PROPRIAMENTE MILITARES (QUE ATINGEM BENS JURÍDICOS AFETOS À VIDA MILITAR), MAS TAMBÉM TODOS OS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL COMUM. RECURSO DESPROVI-

DO. 01. À época da decisão impugnada, razão assistiria ao Ministério Público Federal, ao sustentar que a competência jurisdicional do caso recairia sobre a Justiça Comum Federal por se tratar de imputação por crime praticado por funcionário público federal no exercício de suas atribuições, aproveitando-se dos contatos reservados com as vítimas que seu cargo de médico lhe proporcionava, impactando a imagem da própria instituição. 02. **Entretanto, posteriormente à decisão recorrida (30.08.2017), entrou em vigor a Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, que alterou o art. 9º do Código Penal Militar para considerar como crime militar não apenas os crimes propriamente militares (que atingem bens jurídicos afetos à vida militar), mas também todos os delitos previstos na legislação penal comum.** 03. **No presente caso, imputa-se ao acusado o cometimento de crime valendo-se da condição de médico militar, ocupante do posto de Aspirante a Oficial incorporado nas Forças Armadas no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, tendo sido denunciado como incurso nas penas do art. 216-A do Código Penal, em continuidade delitiva, por supostamente ter constrangido Cadetes Intendentes com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, aproveitando-se de sua ascendência inerente à prática médica na Divisão de Saúde do Grupamento de Apoio de Pirassununga/SP.** 04. **A imputação descrita encaixa-se precisamente na hipótese legal acima colacionada (art. 9º, II, a, do CPM), caracterizando, portanto, infração penal de competência da Justiça Militar, a teor do art. 124 da Constituição Federal.** 05. Cabe observar, ainda, que não se ignora a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5804/RJ, a impugnar a constitucionalidade material da Lei nº 13.491/2017 no que tange à ampliação da competência da Justiça Militar para abarcar crimes sem relação com bens jurídicos estritamente militares. Todavia, até o presente momento, a medida cautelar de sustação de eficácia da norma ainda não foi deliberada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, de forma que prevalece a presunção de constitucionalidade da novidade legislativa sob exame. 06. Desta sorte, apesar de equívoca a decisão recorrida ao declinar da competência para a Justiça Comum Estadual, deve ser julgado improcedente o pedido recursal de que o feito seja processado e julgado pela Justiça Comum Federal, diante da superveniência de Lei Federal estipulando que a situação retratada no presente caso caracteriza hipótese de crime militar, a atrair a jurisdição da Justiça Militar da União. 07. Recurso em Sentido Estrito do Ministério Público Federal desprovido. (TRF-3 - RSE: 00016038120174036115 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS, Data de Julgamento: 12/03/2019, DÉCIMA PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:19/03/2019). (grifo dos autores).

4.2.4. Consequências Penais e Processuais Penais Militares

Para que um crime seja considerado **militar**, é necessário que ele se encaixe perfeitamen-

te em algum tipo penal, seja previsto no CPM (crimes propriamente ou impropriamente militares) ou CP e legislação extravagante (crimes militares por extensão), bem como seja praticado em uma das hipóteses previstas no art. 9º do Código Penal Militar, sendo, portanto, necessária a adequação típica direta e indireta.

Dessa forma, o crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do CP e desde que praticado em uma das hipóteses previstas no art. 9º, II do CPM, classifica-se como crime militar por extensão e, conforme já abordado, será de competência da Justiça Militar seu processamento e julgamento.

Assim, importa lembrar que **em sede de investigação penal militar não existe polícia judiciária especializada**, destacada especificamente para esse mister e com o conhecimento e preparo para tal, como ocorre na polícia civil e federal.

Destarte, o encarregado do IPM é nomeado por Portaria, em face de delegação das autoridades previstas no art. 7º do CPPM a oficiais (sempre que possível, a oficial de posto não inferior a capitão e sempre mais antigo que o indiciado), sendo de bom alvitre que, em casos de crimes praticados contra a mulher militar, **a nomeação recaia a uma oficial mulher, a fim de que a vítima se sinta mais acolhida e confortável para falar.**

Após a conclusão do IPM, se o Ministério Público entender que o inquérito ministra elementos necessários à propositura da ação penal, oferecerá a denúncia que, uma vez recebida pelo juiz (federal da Justiça Militar, no caso de competência da Justiça Militar da União, e juiz de direito do Juízo Militar, no caso da Justiça Militar estadual), dará início à ação penal militar.

Em caso de crime militar praticado por militar, a competência para processar e julgar será dos **Conselhos de Justiça**, que são órgãos da primeira instância da Justiça Militar, constituindo-se em um **escabinato** - vez que são formados por oficiais (não se exigindo que possuam conhecimento jurídico)-, os quais detêm a experiência do quartel, e um Juiz Federal da Justiça Militar (Justiça Militar da União) ou Juiz de Direito do Juízo Militar (Justiça Militar estadual), que é um civil, cujo ingresso na magistratura se dá por meio de concurso público de provas e títulos, o qual detém o conhecimento técnico-jurídico.

São duas as espécies dos Conselhos de Justiça: **especial e permanente**. Ao primeiro compete processar e julgar oficiais, exceto oficiais-generais (cuja competência é do Superior Tribunal Militar), ao passo que ao segundo compete processar e julgar as praças.

Vale anotar que a formação do Conselho de Justiça é informada pelo princípio do **juízo hierárquico**, o qual, segundo a lição de Ronaldo João Roth, pressupõe que o militar que compuser o Conselho de Justiça deve possuir condição hierárquica superior ou mais antiga que a do réu. Isto reflete uma dupla garantia: para o julgador, na medida em que terá independência para decidir em relação àquele que lhe é subordinado, sem se preocupar com futuras perseguições na carreira; e ao réu, consciente de que em hipótese alguma poderá ter seu processo apreciado por um inferior hierárquico²².

Com relação ao **rito processual**, entende a maioria da doutrina que deverá ser seguido o **procedimento ordinário previsto no Código de Processo Penal Militar**, em face do princípio

22 ASSIS, Jorge César de. CAMPOS, Mariana Queiroz Aquino. Comentários à lei de organização da Justiça Militar da União. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2019, p. 70.

da especialidade, não se aplicando a Lei 9.099/95, especialmente em virtude da expressa vedação legal a crimes militares (art. 90-A). Ademais, conforme já ressaltamos, é inaplicável o acordo de não persecução penal ao assédio sexual como crime militar por extensão (valendo os mesmos fundamentos - vedação introduzida pela Lei 13.964/19, além de outro: a jurisprudência do STM vem rechaçando a aplicação do referido acordo a crimes militares).

Outrossim, entende-se pela **aplicabilidade da Lei 13.340/06 (Lei Maria da Penha) ao referido crime quando praticado contra a mulher militar e no âmbito da unidade doméstica**, em face das previsões constantes do art. 5º, I e art. 7º, III, tendo em vista que a referida legislação protetiva pode ser efetivada na seara castrense.

O militar que presencia os atos de assédio sexual ou de importunação sexual e nada faz pode ser responsabilizado por esses crimes na condição de agente garantidor, na forma do art. 29, § 2º, do Código Penal Militar ou pelo crime de prevaricação (art. 319 do CPM), a depender do caso concreto.

4.3 Consequências Administrativas

4.3.1 Militares das Forças Armadas

Por formarem uma categoria especial de servidores da pátria, que se submetem ao juramento de cumprir seus deveres até com o sacrifício da própria vida, os militares são regidos por um regime jurídico, princípios e valores próprios, cultuando-se o patriotismo, o civismo, o espírito de corpo e o respeito aos irmãos de farda.

Todo cidadão, após ingressar em uma das Forças Armadas (Marinha, Exército ou Aeronáutica) ou Corporações Militares (Polícias militares ou Corpos de Bombeiro militares) mediante incorporação, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los.

O descumprimento desses deveres e obrigações militares ensejará responsabilidade disciplinar ou criminal, conforme dispuser a legislação ou regulamentação específicas; a violação dos preceitos da ética militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.

Segundo o §2º do art. 42 do Estatuto dos Militares, no concurso de crime militar e de contravenção ou transgressão disciplinar, **quando forem da mesma natureza, será aplicada somente a pena relativa ao crime**. Isso porque o grau de violação ao bem jurídico, quando tipificado como crime, é maior do que aquele mesmo fato previsto como transgressão disciplinar.

Tal previsão também se faz presente nos regulamentos do Exército, Marinha e Aeronáutica, prescrevendo que deve ser aplicada apenas a pena relativa ao crime (art. 14, § 4º do RDE; art. 9º do RDMAR e do RDAER).

Como exemplo, podemos citar a conduta de um militar se embriagar, quando em serviço. Tal fato possui identidade típica tanto no art. 202 do Código Penal Militar (“embriagar-se o militar, quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo”) quanto no art. 10, item

58 do RDAER, por exemplo (embriagar-se com bebida alcoólica ou similar”). Dessa forma, o referido militar que se embriagasse em serviço responderia apenas pelo crime militar, e não pela transgressão disciplinar supramencionada.

Assim, dos ensinamentos de Luciano Gorrilhas²³, importa destacar algumas distinções entre transgressões disciplinares e crime militar:

- a) os regulamentos disciplinares descrevem vários comportamentos que, em tese, configuram crime militar;
- b) a tarefa de definir se um ato, constante nos regulamentos militares, com semelhante redação no CPM, configura ou não crime militar está afeta à Justiça (o IPM deve ser instaurado);
- c) o controle da atividade policial militar, pelo MPM, deve ocorrer de forma mais interna do que em outros ramos do MPU, direcionando-se, inclusive, à verificação de cópias de boletins ou sindicâncias que não geram instauração de IPM.

Nesse sentido, a jurisprudência do STM:

EMENTA: APELAÇÃO. ART. 195 DO CÓDIGO PENAL MILITAR (CPM). ABANDONO DE POSTO. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA EM INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM). REJEITADA. LICENCIAMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE BIS IN IDEM. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME FORMAL E DE PERIGO ABSTRATO. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. APELO DEFENSIVO DESPROVIDO. I - O IPM é um procedimento administrativo voltado para a investigação de fato criminoso. O exercício do direito de defesa se dará de forma plena durante o trâmite judicial do processo criminal. Eventual nulidade em fase de investigação, não conduz à invalidade da instrução processual, haja vista a completa independência dos procedimentos. Preliminar rejeitada. II - O abandono de posto é crime propriamente militar, formal e de perigo abstrato, a ausência do local designado para o cumprimento do serviço é suficiente para sua consumação. III - O licenciamento do Apelante decorre de ato de natureza administrativa e se dá mediante juízo de conveniência da Administração, nos termos do previsto no Regulamento da Lei do Serviço Militar. Tal ato não se confunde com a pena aplicada pelo Conselho Permanente de Justiça, em respeito à independência entre as instâncias administrativa e penal. IV - **Não há que se falar em atipicidade da conduta, mediante aplicação do princípio da intervenção mínima, pois se trata de crime de perigo abstrato e como tal prescinde de prova de lesão ao bem jurídico tutelado, pois o dano é presumido.** V - **Prevalece o aspecto criminal em detrimento da**

23 GORRILHAS, Luciano Moreira. A polícia judiciária militar e seus desafios: aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2016, p. 93/94.

violação dos dispositivos de cunho administrativo- disciplinar quando se tratar dos mesmos fatos, nos termos do previsto no § 2º do art. 42 do Estatuto dos Militares e do art. 9º do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica. VI - In casu, estão plenamente comprovadas a autoria e a materialidade delitivas, conforme o farto lastro probatório. A conduta perpetrada é típica, antijurídica e culpável, portanto, a condenação é medida que se impõe. VII - Preliminar rejeitada. Recurso conhecido e desprovido. Decisão unânime. (Superior Tribunal Militar. Apelação nº 7000151-87.2019.7.00.0000. Relator(a): Ministro(a) PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ. Data de Julgamento: 08/08/2019, Data de Publicação: 16/08/2019). (grifo dos autores).

O Estatuto dos Militares prevê, em seu art. 47, que os regulamentos disciplinares das Forças Armadas especificarão e classificarão as contravenções ou transgressões disciplinares e estabelecerão as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, à classificação do comportamento militar e à interposição de recursos contra as penas disciplinares.

Contravenção ou **transgressão disciplinar** é toda ação ou omissão que não constitua crime militar, ofensiva à ética, às obrigações ou aos deveres militares, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe, e, como tal, é classificada pelos regulamentos disciplinares das Forças Armadas.

Na Marinha é utilizada a nomenclatura “contravenção disciplinar”, ao passo que no Exército e na Aeronáutica, “transgressão disciplinar”.

Dessa forma, **uma conduta inapropriada praticada por um militar contra uma militar que não configure o crime de assédio sexual pode ser classificada com transgressão disciplinar**, uma vez que infringe as obrigações e os deveres militares, especialmente os seguintes: respeitar a dignidade da pessoa humana; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular; conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar; abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros; zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar (art. 28 do Estatuto dos Militares).

No entanto, seria essencial que fossem **expressamente previstas** transgressões referentes a condutas inapropriadas **contra a mulher militar**, a fim de coibir o comportamento odioso do assédio, em quaisquer de suas formas.

4.3.2. Militares Estaduais

Enquanto na esfera federal militar adota-se o princípio da comunicabilidade das instâncias quando a descrição típica do crime for a mesma da infração administrativa, na esfera militar estadual deve-se observar a lei que trata das infrações administrativas (transgressões disciplinares) para concluir se a responsabilidade criminal isenta o militar da responsabilidade adminis-

trativa, como ocorre na esfera militar federal.

Nas instituições militares de Minas Gerais, o art. 11 da Lei n. 14.310/02 – que Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais -, adota o princípio da independência das instâncias.

Art. 11 – Transgressão disciplinar é toda ofensa concreta aos princípios da ética e aos deveres inerentes às atividades das IMEs em sua manifestação elementar e simples, objetivamente especificada neste Código, distinguindo-se da infração penal, considerada violação dos bens juridicamente tutelados pelo Código Penal Militar ou comum.

Maurício José de Oliveira²⁴ ensina que:

O presente dispositivo congrega dois institutos de grande destaque para a aplicação do direito material disciplinar nas IMEs: a tipicidade da transgressão disciplinar (princípio da tipicidade) e a independência entre as esferas penal, civil e administrativa.

O art. 11 do CEDM se alinha com o posicionamento já assentado na doutrina e na jurisprudência, do qual emana o entendimento de que uma mesma conduta, praticada por um militar estadual, pode ser alvo de imposição de sanção nas esferas judicial (penal e civil) e administrativa, não constituindo, desta forma, bis in idem³³, já que se tratam de esferas distintas e independentes entre si, que tutelam bens jurídicos próprios.

Ao se adotar o princípio da independência das instâncias a condenação na esfera criminal não impede que o militar seja responsabilizado em âmbito administrativo, ainda que a descrição típica do crime seja a mesma da infração administrativa, havendo repercussão da sentença penal na esfera administrativa nos casos de absolvição por negativa de autoria e inexistência do fato.²⁵

A Lei n. 13.869/19 – Lei de Abuso de Autoridade –, por sua vez, prevê no art. 8º que o reconhecimento de excludente de ilicitude vincula as esferas cível e administrativo-disciplinar, reconhecendo, portanto, a comunicabilidade de instâncias nessas hipóteses.

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

4.4 Consequências cíveis

Os atos de assédio sexual acarretam em responsabilidade civil do autor com a consequente indenização à vítima dos **danos morais e materiais**.

24 JOSÉ, Maurício de Oliveira. Comentários ao Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais - CEDM. 3ª edição. Editora Diplomata Livros. 2017. p. 72-74.

25 Art. 386, I e IV, do CPP e art. 439, “a”, 1ª parte, e “c”, do CPPM.

O dano moral ocorre quando há violação aos direitos da personalidade, o que inclui a proteção do direito à integridade psíquica, moral e sexual (art. 5º, X, da CF c/c arts. 186 e 927, ambos do Código Civil).

As condutas caracterizadoras do assédio sexual causam lesões de diversas ordens na vítima. Além de violarem o direito à dignidade e integridade sexual, acarretam em danos psíquicos e morais, além de afrontarem a autoestima, na medida em que a mulher é tratada como um objeto e instrumento destinado à satisfação dos desejos sexuais do assediador.

O assédio sexual é um ato de pura maldade, viola a dignidade da pessoa humana, deteriora vidas e provoca cicatrizes eternas na alma da vítima.

O dano moral decorrente do assédio sexual é presumido (**in re ipsa**), ou seja, a vítima não precisa provar o dano sofrido, como a dor e a angústia, sendo suficiente a prova do assédio sexual para que o dano moral reste caracterizado, uma vez que há clara violação aos direitos da personalidade, cuja dor é presumível.

Nesse sentido:

A Corte de origem, com apoio no conjunto probatório dos autos, reconheceu que houve a prática de assédio sexual pelo preposto da reclamada, razão pela qual manteve a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$20.000,00. **A insurgência da empresa reside na alegada ausência da comprovação do dano. Ocorre que o dano moral emerge da simples violação do direito de personalidade, uma vez que a dor não se prova, mas se presume da prova do fato - no caso, o comprovado assédio sexual - o que é suficiente para caracterizar o dano de ordem moral, de maneira que não subsiste o argumento de que não ficou comprovada a existência efetiva do dano à honra ou à intimidade da autora.** (...) Observou a Corte de origem a condição econômica das partes, o grau de responsabilidade do empregador e a gravidade da ofensa, com a observância do princípio da razoabilidade. Ponderou, ainda, a Corte de origem que não deve ser fixado um valor irrisório ou que importe no enriquecimento injustificado da vítima ou na ruína do empregador (TST - ARR: 2112120155040601, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 29/08/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/08/2018) (grifo dos autores).

Em que pese o julgado ser do Tribunal Superior do Trabalho, aplica-se a mesma lógica empregada no julgado às instituições públicas, na medida em que se tutela o direito da personalidade que é o mesmo em qualquer esfera pública ou privada.

Os **danos materiais** ocorrem quando há efetivo prejuízo patrimonial, o que fica caracterizado com os gastos decorrentes de remédio e acompanhamento médico e psicológico por parte das vítimas de assédio sexual (arts. 186, 402 e 403, todos do Código Civil).

O assediador deve, além de ser responsabilizado pelos danos morais, pagar os danos materiais e, conseqüentemente, todos os gastos decorrentes do assédio.

Nesse sentido, a Lei n. 13.871, de 17 de setembro de 2019, alterou a Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha -, para passar a prever que o autor de violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS).²⁶

Além da responsabilidade por danos morais e materiais, o agente que pratica assédio sexual incide em ato de **improbidade administrativa**.

Com efeito, o art. 11 da Lei n. 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa – dispõe que:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: (...)

Em caso concreto, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu o assédio sexual de um professor com uma aluna como ato de improbidade administrativa e manteve a condenação do agente à perda do cargo público.²⁷

O assédio sexual afronta a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, constitui abuso de poder e, a depender do caso concreto, justifica a imposição da perda do cargo para o agente público.

4.5 Consequências para a vítima e a sociedade

Maria de Lourdes Leiria²⁸ assevera que:

O assédio sexual gera consequências para a saúde da vítima que vão desde o sofrimento psicológico, frustração, perda da autoestima e até distúrbios físicos, que prejudicam sua vida pessoal, familiar e profissional, muitas vezes levando-a a romper o contrato de trabalho, abdicando de sua profissão diante da ofensa à sua dignidade e liberdade sexual, caracterizando-se dano moral reparável pela compensação pecuniária.

Desde 1985, a Conferência Internacional do Trabalho reconheceu que o assédio sexual laboral afeta o bem-estar e a produtividade dos trabalhadores, prejudicando suas perspectivas de emprego e promoção (SOMAVIA, 2003:95).

26 Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 4º Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.

27 STJ, 2ª Turma, REsp 1255120/SC, Relator: Ministro Humberto Martins, julgado em 21/5/2013, DJe 28/5/2013.

28 LEIRIA, Maria de Lourdes. Assédio Sexual Laboral. Agente Causador de Doenças do Trabalho. Reflexos na Saúde do Trabalhador. Editora LTr. 2ª Edição. São Paulo. 2019.

O assédio sexual causa estresse e diversos danos psicológicos e físicos. A vítima de assédio pode ter depressão, pensamentos suicidas e até chegar a tentar o suicídio.

Medo, sensação de impotência, tristeza, insegurança, baixa autoestima, vergonha, isolamento, angústia, ansiedade são algumas das consequências apresentadas pelas vítimas de assédio sexual.

Dentre os efeitos físicos para a vítima, o assédio sexual pode provocar doenças psicossomáticas, que são aquelas onde não se encontra uma base orgânica que explique a doença, isto é, não há uma causa externa, de ordem física, como uma pancada decorrente de um soco, mas que ainda assim provocam transtornos, doenças mentais que se manifestarão por meio de dores e de múltiplas doenças físicas.

A sociedade perde com a doença e todas as consequências para a vítima que, naturalmente, terá uma produtividade mais baixa, uma redução da qualidade na prestação do serviço, além dos gastos necessários, que poderiam ter sido evitados, com o tratamento de saúde e recursos despendidos com os processos administrativos e judiciais para a responsabilização do assediador.

4.6 Responsabilidade do Estado em razão da omissão

O direito à saúde – o que abrange a saúde mental - é um direito fundamental e deve ser tutelado pelo Estado (arts. 6º e 196, ambos da Constituição Federal).

Art. 196. A saúde é direito de todos e **dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.(grifo dos autores).

O Estado, em razão da omissão, pode ser responsabilizado civilmente. O tema é complexo e exige ampla fundamentação, sendo exposto aqui, em linhas gerais, a possibilidade de o Estado ser responsabilizado civilmente.

A omissão estatal pode ser genérica ou específica. A omissão genérica ocorre quando a inércia do Estado não se apresenta como causa direta e imediata da lesão ocorrida, em razão de uma abstenção, de uma não ação genérica do estado, como o acidente de trânsito causado por uma pessoa embriagada que não foi fiscalizada pelo Estado por não ter sido parada em uma blitz. A omissão específica surge quando o Estado se encontra na condição de garantidor e em razão da sua omissão o evento danoso vem a ocorrer, como o caso de um acidente de trânsito causado por uma pessoa embriagada que foi parada em uma blitz, mas liberada pelos policiais cientes de que o motorista havia ingerido álcool, não possuía condições de dirigir e ainda assim foi liberado pelos agentes do Estado. Nota-se que no segundo caso há uma omissão específica.²⁹

O Supremo Tribunal Federal adota a responsabilidade civil do Estado por omissão, com base no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, quando esta for específica.

Diante de tal indefinição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem se orientando no sentido de que a responsabilidade civil do Estado

*por omissão também está fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, ou seja, configurado o nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e a omissão do Poder Público em impedir a sua ocorrência – **quando tinha a obrigação legal específica de fazê-lo** – surge a obrigação de indenizar, independentemente de prova da culpa na conduta administrativa, consoante os seguintes precedentes: (...) Deveras, é fundamental ressaltar que, não obstante o Estado responda de forma objetiva também pelas suas **omissões**, o nexo de causalidade entre essas omissões e os danos sofridos pelos particulares só restará caracterizado quando o Poder Público **ostentar o dever legal específico de agir para impedir o evento danoso**, não se desincumbindo dessa obrigação legal. Entendimento em sentido contrário significaria a adoção da teoria do risco integral, repudiada pela Constituição Federal, como já mencionado acima. (...) (RE 841526, Relator (a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, j. 30/03/2016, Repercussão geral) (grifo dos autores)*

No Recurso Extraordinário n. 841.526 foi fixada a seguinte tese: “em caso de **inobservância do seu dever específico de proteção** previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento” (grifo dos autores), o que demonstra o acolhimento da responsabilidade civil objetiva do Estado por omissão específica quando houver nexo causal e dano.

Nesse sentido, a preservação da saúde, enquanto direito fundamental e social, deve ser tutelado pelo Estado e a ineficiência e falha na sua prestação gera a responsabilidade civil do Estado, podendo acarretar em danos morais individuais ou coletivos.

A partir do momento em que as instituições de Segurança Pública ou Forças Armadas têm ciência dos altos índices de assédio sexual ocorridos em âmbito institucional e não adotam uma política de prevenção e combate ao assédio sexual, tornam-se corresponsáveis pelos danos causados às vítimas, sendo possível, caso as vítimas tenham reportado os casos à administração e nada tenha sido feito, pleitearem danos morais e materiais contra o Estado na justiça que poderá regredir contra o responsável pelo dano, caso haja dolo ou culpa³⁰, além do Ministério Público poder mover ação por dano moral coletivo contra o Estado.

A dissertação de mestrado de Cristina Borges Ribas Maksym tratou do “Dano Moral Coletivo no Direito Administrativo: o Estado como causador e como vítima”³¹ e discorre de forma didática e acertada sobre o tema.

Por ora, é importante salientar que, especificamente aos direitos sociais, o Estado pode ser responsabilizado por danos decorrentes tanto de sua omissão quanto de sua ineficiência na concretização destes direitos. E “considerando que a titularidade de tais direitos poderá ser individual ou transindividual, **o dano gerado também poderá ostentar proporções in-**

³⁰ “A teor do disposto no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. (RE 1027633 - Tema 940).

³¹ Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61458>>. Acesso em: 19/09/2020.

dividuais ou coletivas". Hachem exemplifica como danos, nestes casos, os prejuízos decorrentes do **silêncio da Administração** num processo administrativo reivindicatório de tutela de direitos sociais, pela **omissão da autoridade competente em expedir ato normativo necessário** ao exercício de uma pretensão **jusfundamental**, pela falha na prestação de um serviço público adequado ou pela **inércia da formulação de uma política pública**.

Ademais, considerando que o Estado tem a obrigação espontânea ora de abstenção, ora de prestação fática ou normativa para efetivar certas pretensões jusfundamentais - inclusive quanto aos direitos sociais -, e que há pretensões prontamente exigíveis que apresentam titularidade coletiva e que estão vinculadas à dignidade da pessoa humana, **é possível também que o próprio Estado cause um dano moral coletivo caso tais obrigações não sejam devidamente cumpridas e gerem um prejuízo concreto, independentemente de terem criado ou não a situação da qual decorra o dano.** (grifo dos autores)

Não se pode olvidar a possibilidade de o Estado brasileiro ser responsabilizado internacionalmente.

Com efeito, o Decreto n. 1.973, de 1º de agosto de 1996, promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

O art. 1º da Convenção de Belém do Pará prevê que:

Art. 1º. Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, **sexual** ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (grifo dos autores)

O art. 2º, item "b", por sua vez, preconiza que:

Art. 2º. Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, **sexual** e psicológica: b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso **sexual**, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e

O art. 3º assegura que toda mulher tem o direito a uma vida livre de violência e o art. 4º estipula diversos direitos como o respeito à integridade física, psíquica e moral da mulher (item "b"); à dignidade (item "e").

O art. 7º da Convenção de Belém do Pará obriga o país a adotar providências para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, incluída aí a violência sexual (assédio sexual).

Art. 7º. Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas **a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:**

a) abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;

b) agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;

c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como **adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;**

d) adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade;

e) tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher;

f) estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos;

g) estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha efetivo acesso a restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes;

h) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção. (grifo dos autores)

O descumprimento pelo Estado brasileiro da Convenção de Belém do Pará, sujeita a União, que dispõe de personalidade jurídica na ordem internacional, a ser responsável perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

4.7. Responsabilidade dos gestores e do comando por não adotarem medidas de prevenção e combate ao assédio sexual em âmbito institucional

Os gestores e comandos das instituições que não adotam medidas preventivas e de combate ao assédio sexual podem ser responsabilizados por improbidade administrativa, caso o dolo fique caracterizado.

O art. 11 da Lei n. 8.429/02 – Lei de Improbidade Administrativa - trata dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública e elenca, exemplificadamente, que constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

O art. 37 da Constituição Federal assegura que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”. (grifo dos autores).

O art. 4º da Lei de Improbidade Administrativa prevê que “Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade** e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.” (grifo dos autores).

Deixar de agir e de implementar medidas de prevenção e combate ao assédio sexual dentro das instituições policiais e militares, sobretudo quando ciente do alto índice de assédio sexual, atenta contra a moralidade e a legalidade, uma vez que a Convenção de Belém do Pará (art. 7º), que possui força vinculante no Brasil e status supralegal³², por tratar de matéria de direitos humanos, prevê que as autoridades e instituições adotarão medidas para previnam e combatam a violência sexual contra a mulher.

De qualquer forma, o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei n. 8.429/02 exige a presença do dolo, ainda que genérico³³.

A caracterização e comprovação do dolo pode ocorrer mediante interpelação ministerial por intermédio de uma recomendação para que a autoridade máxima da instituição adote medidas de prevenção e combate ao assédio sexual. Ultrapassado o prazo fixado pelo Ministério Público, dentro de um critério de razoabilidade para que haja tempo suficiente para que a insti-

32 GHILARDI, Alessandro De Rose. Direitos Humanos: do direito de brasileiras a uma vida digna, sem violência. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/312367/direitos-humanos-do-direito-de-brasileiras-a-uma-vida-digna-sem-violencia>>. Acesso em: 19/09/2020.

33 AgInt no AREsp 1549236/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2020, DJe 09/09/2020.

4. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos artigos 9º e 11 e, ao menos, pela culpa, nas hipóteses do artigo 10. 5. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei 8.429/92 exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não necessita ser específico, sendo suficiente o dolo genérico. 6. Assim, para a correta fundamentação da condenação por improbidade administrativa, é imprescindível, além da subsunção do fato à norma, caracterizar a presença do elemento subjetivo. A razão para tanto é que a Lei de Improbidade Administrativa não visa punir o inábil, mas sim o desonesto, o corrupto, aquele desprovido de lealdade e boa-fé. (STJ, AgRg no AREsp 798.434/SP, rel. ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, j. em 19.4.2016, DJe 25 maio 2016).

tuição adote medidas, a inércia da autoridade caracterizará o dolo necessário para a prática do ato de improbidade administrativa (art. 11 da Lei n. 8.429/02).

Nesse sentido, ensina Thiago André Pierobom de Ávila³⁴:

Assim, sendo o agente público cientificado pelo Ministério Público, por intermédio da recomendação, de que seu comportamento está em desconformidade com a Lei e, em sequência, se negando a cumprir o recomendado, **o agente demonstra ter consciência da ilicitude de sua conduta e vontade de violar a norma jurídica, estando formalmente explicitado seu dolo, havendo a subsunção de sua conduta à norma (LIA).**

(...) expedida a recomendação e restando esta **descumprida pelo agente público, o dolo da improbidade administrativa, ou seja, o saber e querer praticar o ato ímprobo estará devidamente comprovado**, de forma que o procedimento no qual foi expedida a recomendação poderá validamente lastrear o acervo probatório que sustenta a posterior ação civil pública de responsabilização. (grifo dos autores).

Antes de se proceder à recomendação, é prudente que o Ministério Público a embase em dados concretos de forma que demonstre a real necessidade de medidas por parte dos gestores e comando da instituição, o que pode ser feito mediante a realização, pelo Ministério, de uma pesquisa semelhante à realizada por esses pesquisadores. Inicialmente, é possível requisitar à instituição os números de celular de todas as mulheres, após realizar a pesquisa com uma amostra relevante, extrair os dados e informações relevantes e recomendar à instituição a adoção de providências que, caso não sejam acatadas, legitima o ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

34 ÁVILA, Thiago André Pierobom de. A recomendação ministerial como possível instrumento de delimitação do dolo da improbidade administrativa. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-49-janeiro-junho-2017/a-recomendacao-ministerial-como-possivel-instrumento-de-delimitacao-do-dolo-da-improbidade-administrativa>. Acesso em: 19/09/2020.



5.

ANÁLISE DE PESQUISA

Em razão do total de mulheres que cada instituição possui (universo) e do total de mulheres que responderam à pesquisa (amostra), não é possível afirmar que a amostra selecionada representa, necessariamente, o universo; contudo, é possível afirmar, sem dúvidas, que o percentual de mulheres assediadas nas instituições policiais e militares é expressivo, em razão das respostas obtidas nesta pesquisa, em termos qualitativos (descrição dos assédios) e quantitativos, e em razão do estudo comparativo do estado da arte (de pesquisas semelhantes).

5.1 Questionário aplicado

O questionário aplicado continha 18 perguntas que poderiam ser respondidas em um tempo médio de 03 a 05 minutos.

1. Você é de qual Estado?

2. Você pertence ou pertenceu a qual instituição?

1. Polícia Militar
2. Polícia Civil
3. Polícia Penal
4. Polícia Federal
5. Corpo de Bombeiros Militar
6. Guarda Municipal
7. Forças Armadas
8. Polícia Rodoviária Federal

3. Você já sofreu assédio sexual?

O assédio sexual no ambiente de trabalho consiste em constranger colegas por meio de cantadas e insinuações constantes, com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual. Pode ser conceituado como “toda conduta de natureza sexual não solicitada, que tenha um efeito desfavorável no ambiente de trabalho ou consequências prejudiciais no plano do emprego para as vítimas”. (Maurício Drapeau). Essa atitude pode ser clara ou sutil, falada ou apenas insinuada, escrita ou explicitada em gestos, vir em forma de coação ou, ainda, em forma de chantagem. (Assédio moral e sexual: previna-se/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2016).

1. Sim
2. Não

4. Se sim, qual era o seu posto/graduação ou cargo/função à época do assédio sexual?

Se não, não preencher.

5. Caso você tenha sofrido assédio sexual, foi em que ano?

6. Se sim, mediante palavras, gestos e/ou toques?

7. Você autoriza a divulgar a forma como você sofreu assédio?

1. Sim

2. Não

8. Se sim, você denunciou o assédio sexual?

1. Sim
2. Não

9. Em razão do assédio sexual, buscou apoio em algum tratamento médico ou psicológico?

1. Sim
2. Não

10. Caso você tenha denunciado, quais foram as consequências? (Marque todas as opções cabíveis)

1. Nenhuma, pois não havia provas
2. Nenhuma, pois a administração nada fez contra o assediador
3. Ainda está sendo investigado
4. O assediador foi transferido do local de trabalho a pedido dele
5. O assediador foi transferido do local de trabalho por decisão da administração
6. O assediador foi punido criminalmente
7. O assediador foi punido civilmente (danos morais)
8. Eu fui transferida do local de trabalho a pedido
9. Eu fui transferida do local de trabalho contra a minha vontade

11. Caso você tenha denunciado, você sofreu alguma represália por denunciar?

1. Sim
2. Não

12. Caso a resposta seja sim à pergunta anterior, quais foram essas represálias?

13. Caso tenha sofrido assédio sexual e não tenha denunciado, por qual motivo não denunciou? (Marque todas as opções cabíveis)

1. Medo de sofrer represálias
2. Medo de não conseguir provar
3. Fui ameaçada pelo assediador
4. Medo da exposição
5. Medo das pessoas dizerem que é mimimi
6. Vergonha de ter sido assediada
7. Medo de atrapalhar a minha carreira
8. Medo de me tornar a culpada
9. Por não querer reviver o assédio sexual em eventuais processos
10. Por achar que não ia dar em nada
11. Falta de apoio institucional

14. Quem te assediou foi superior hierárquico, par ou subordinado hierárquico?

1. Superior hierárquico
2. Par (mesmo posto/graduação ou mesma função/cargo)
3. Subordinado hierárquico
4. Nunca fui assediada
5. Outro

15. A instituição em que você trabalha ou trabalhava tem alguma campanha de prevenção e combate ao assédio sexual?

1. Sim
2. Não

16. Você se sente ou se sentia protegida institucionalmente para denunciar o assédio sexual?

1. Sim
2. Não

17. Como você distingue o assédio sexual da paquera?

18. Se essa pesquisa fosse institucional e você recebesse uma mensagem do Comando ou da Chefia pedindo para responder de forma anônima, você responderia da mesma forma que respondeu a este questionário?

1. Sim
2. Não

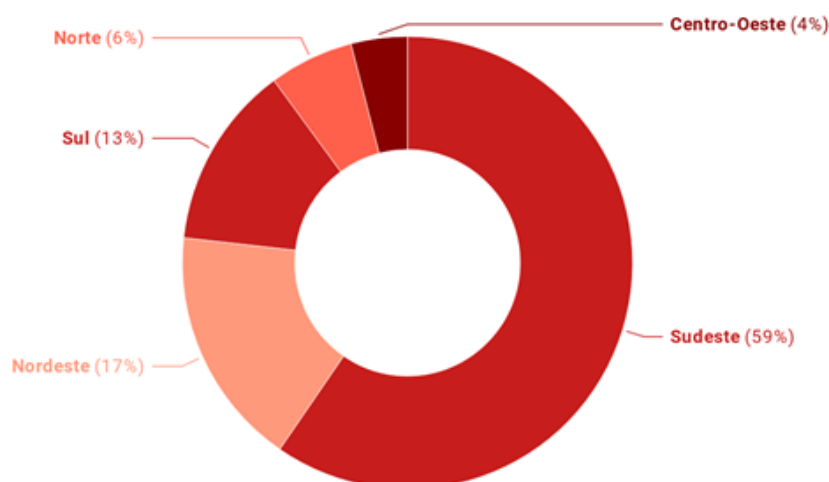
5.2 Análise numérica e qualitativa dos dados da pesquisa

A pesquisa contou com um total de 1.897 respondentes, de todas as regiões do país, sendo a maior delas da Região Sudeste – principalmente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e do Distrito Federal.

Gráfico 1 – Região em que vive a respondente

Região

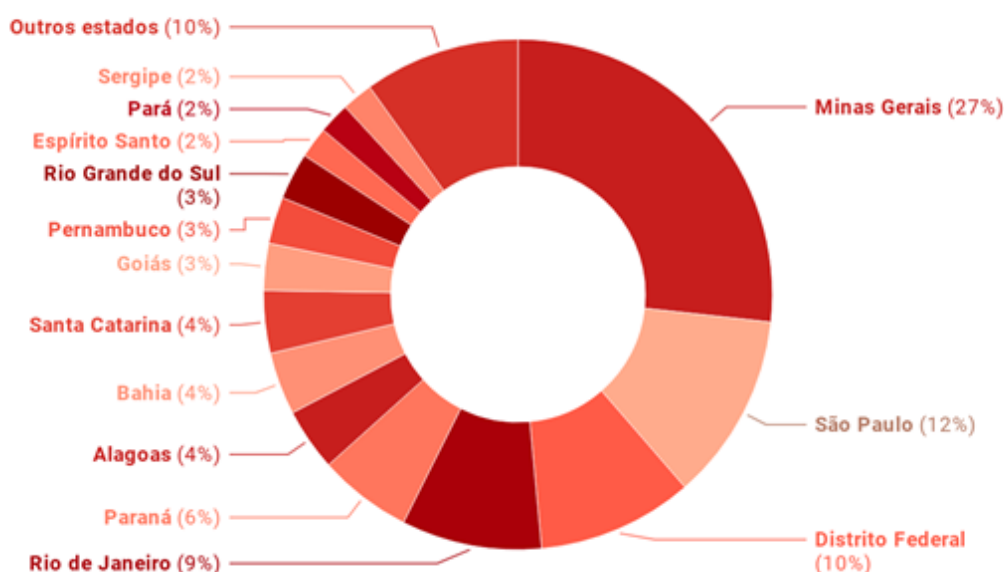
Exibe o percentual de respondentes, por região do país



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Gráfico 2 – Estado em que vive a respondente**Estado**

Exibe o percentual de respondentes, por estado de residência

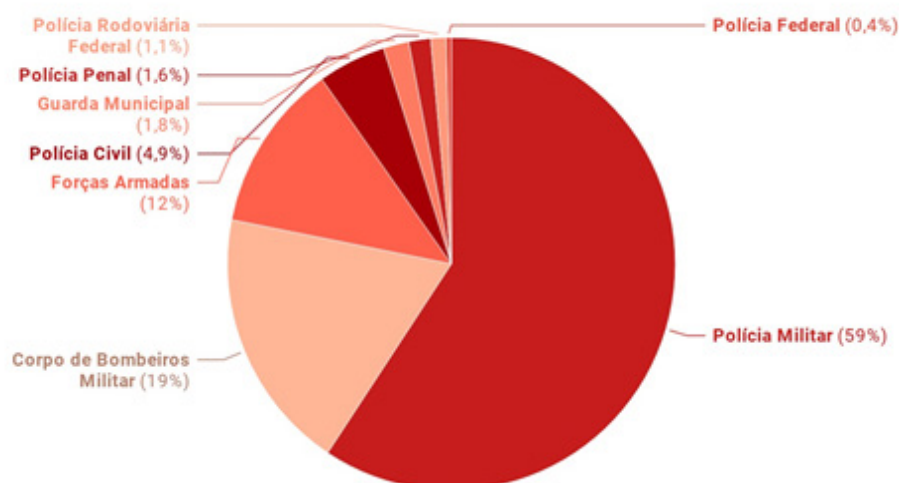


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Um total de 78% das respondentes pertencem à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros Militar. Em seguida, as Forças Armadas figuram com 12% de participantes. O restante se distribuiu entre Polícia Federal e Civil, Guarda Municipal e Polícia Penal.

Gráfico 3 – Instituição a qual a respondente pertence**Instituição**

Exibe os percentuais de respondentes, por instituição que pertencem



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A maioria das participantes da pesquisa indicaram ter sofrido alguma forma de assédio sexual na instituição em que trabalham – 74%.

Gráfico 4 – Sofreu assédio sexual

Exibe o percentual das respostas sobre ter sofrido ou não assédio sexual

■ Não ■ Sim


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Desagregando essa informação por instituição, percebe-se que os dados refletem a composição da amostra, já que há uma maior quantidade de entrevistadas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Pelo número reduzido de participantes das demais corporações, a leitura dos dados em termos proporcionais deve ser feita com cautela. De todo modo, os casos parecem ser frequentes em todas as instituições, apenas a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal exibiram percentuais abaixo dos 70%. Ressalte-se, no entanto, o reduzido número de respondentes de ambas as instituições.

Os resultados indicam que o assédio sexual ocorre de maneira contumaz nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas e que estas não possuem campanha de prevenção e/ou combate a esta prática, na perspectiva das mulheres. O diretor do Psyko-Universal Instituto de Desenvolvimento, Alberto César de Araújo¹, que oferece assistência jurídica e psicológica às vítimas de assédio, relata que a visão machista contaminou as mulheres. Segundo ele, o assédio pode ser desastroso para todos os envolvidos (vítima, agressor e instituição) porque compromete ou destrói a vida profissional e compromete sobremaneira a estabilidade emocional do indivíduo. Além disso, o autor afirma ainda que o silenciamento em relação ao evento pode gerar transtornos físicos e emocionais.

A declaração de uma das entrevistadas é significativa ao falar da “cultura” de que toda mulher que entra, temporariamente, para trabalhar no sistema penitenciário, deve ‘ficar’ ‘com alguém’.

“Brincadeiras indecentes, insinuosas, machistas, desrespeitosas, abraços maliciosos e olhares inconvenientes que, por vezes, sofro no dia a dia. Para não sofrer retaliações acabo por levar na esportiva. Existe no Sistema Penitenciário uma **cultura de que toda moça que entra (temporariamente) deve ficar com alguém.**” (grifos dos autores)

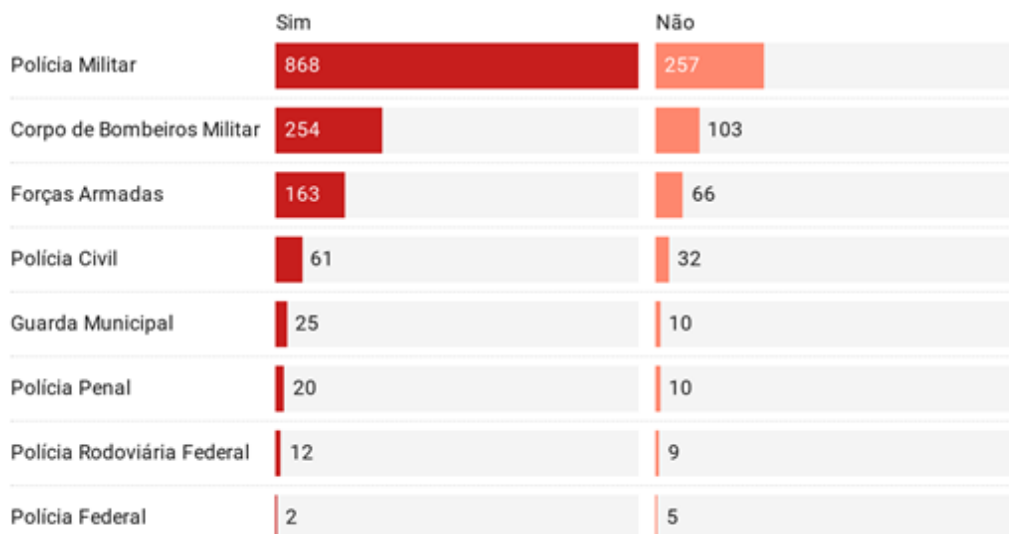
Em certa medida, esta declaração, cuja divulgação do assédio foi devidamente autorizada pela entrevistada, ilustra a insistente ocorrência do fato e uma espécie de desalento em relação à situação na qual se encontra.

¹ Disponível em: <https://istoe.com.br/30255_A+LEI+DO+MAIS+FORTE/>. Acesso em: 24/09/2020.

Gráfico 5 – Sofreu assédio sexual, por instituição

Exibe o total de respondentes por instituição, conforme resposta sobre ter sofrido assédio sexual

■ Sim ■ Não

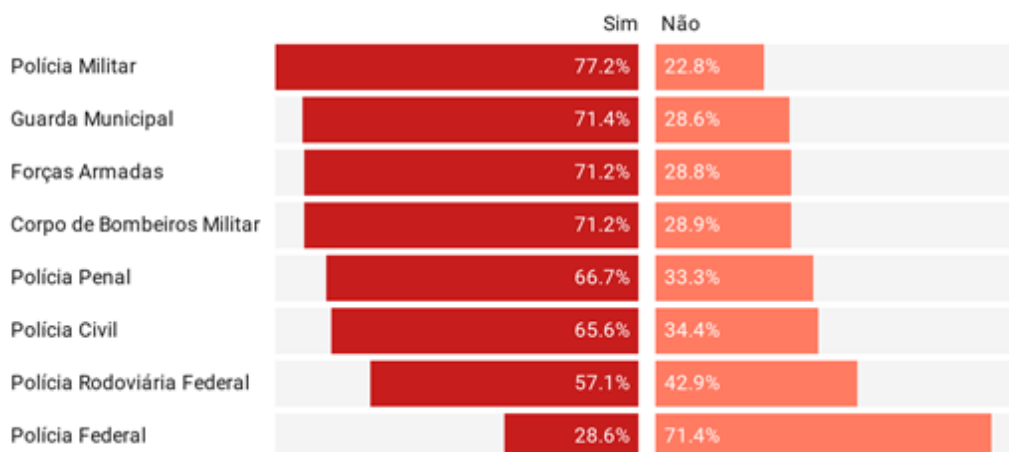


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Gráfico 6 – Sofreu assédio sexual, por instituição (em percentuais)

Exibe os percentuais das respondentes que sofreram ou não assédio sexual, conforme a instituição que percentiam

■ Sim ■ Não



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Pesquisa realizada por Santos e Carmo (2014) perante as policiais militares paraenses aponta que 44% das 90 entrevistadas indicaram terem sido vítimas de assédio sexual. É interessante observar que, na mesma pesquisa, 73% delas indicaram ter presenciado alguma forma de assédio no ambiente de trabalho. Já Moraes (2017), em pesquisa com 217 policiais militares femininas do Rio de Janeiro, reportou que 75% delas afirmaram ter sido sofrido assédio sexual ou moral e que 47,2% relataram terem sido vítimas de assédio sexual.

A pesquisa “As mulheres nas instituições policiais”², realizada em 2015 e organizada pelo

2 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-mulheres-nas-instituicoes-policias/> Acesso em: 24/09/2020.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getúlio Vargas, revelou que 39,2% das mulheres nas instituições policiais já sofreram assédio moral ou sexual, sendo que 25,5% das mulheres já sofreram assédio sexual. A pesquisa considerou assédio sexual o contato físico, o que pode justificar o percentual menor em relação às demais pesquisas realizadas, bem como em relação a esta, pois ao se considerar que o assédio sexual exige o contato físico restringe muito a possibilidade de sua prática. De qualquer forma o número constatado na pesquisa, sob essa ótica (contato físico) é expressivo.

Esta pesquisa considerou, ainda, como instituições policiais a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Científica e a Guarda Municipal. À época da pesquisa ainda não haviam sido criadas as Polícias Penais, que surgiram com o advento da Emenda Constitucional n. 104, de 04 de dezembro de 2019.

Deve-se ponderar que, em razão da dinâmica adotada por esta pesquisa, conforme explicado no tópico 3 (Considerações sobre a pesquisa, objetivo e metodologia), naturalmente, as mulheres que já sofreram assédio sexual possuem um maior interesse em acessar o link da pesquisa e responder, razão pela qual o elevado índice de mulheres que relataram já ter sofrido assédio sexual, em termos proporcionais, pode não representar a realidade, em que pese demonstrar, inequivocamente, que o número é expressivamente alto, sobretudo pelo fato de pesquisas semelhantes indicarem expressivos números, conforme demonstrado.

O Gráfico 7 exhibe os anos indicados pelas entrevistadas em que sofreram assédio sexual nas instituições que trabalham ou trabalhavam. Era possível a elas indicar mais de um ano. A maioria apontou ter sofrido assédio sexual recentemente, sendo o ano de 2019 o mais apontado. Devido à formulação da questão e a maneira em que se coletaram os dados, os resultados não devem ser lidos como uma indicação da existência de uma tendência de aumento no número dos casos ao longo dos anos. É provável, por exemplo, que as mulheres que foram assediadas mais recentemente possuam uma inclinação ou motivação maior a acessarem e responderem a pesquisa, talvez pela memória ainda muito recente do caso e por lhes gerar um maior incômodo e perturbação. De todo modo, os dados reforçam que a violência sexual é frequente nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, que a sua prática é constante ao longo do tempo e atinge diversas mulheres ao longo da carreira.

“Os comentários machistas em referências ao corpo da mulher são constantes e contínuos na carreira profissional da mulher. As vezes disfarçados de elogios, são comentários que constroem e destoam do contexto de trabalho. **Linda, magra, corpo bonito, ‘dá uma voltinha pra gente ver melhor’.**”

“Palavras. Assim que ingressei na carreira. Entrei muito nova, tinha 20 anos. E teve superiores passavam todo tipo de cantadas, convites para jantar, oferecimento de ‘cargos’”.

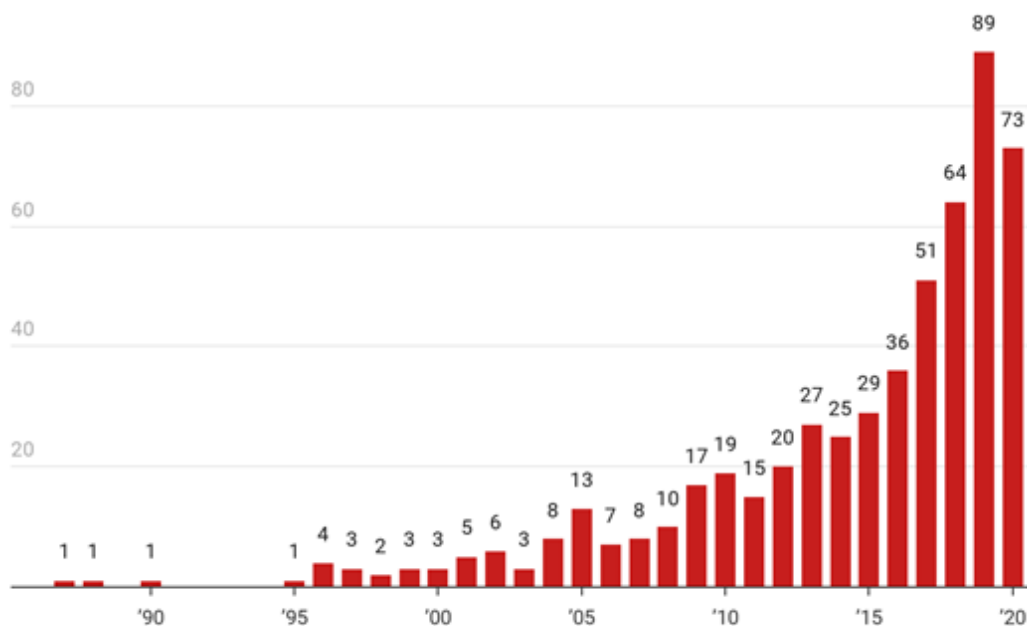
“Aluna, principalmente, SD, CB e 3º SGT.”

“Aluna oficial, Tenente e Capitã”.

“Desde que entrei na Corporação. São constantes. Principalmente por superiores e homens casados.”

Gráfico 7 – Ano de ocorrência do assédio sexual

Exibe a quantidade total para cada ano apontado pelas respondentes em que ocorreu o assédio sexual sofrido



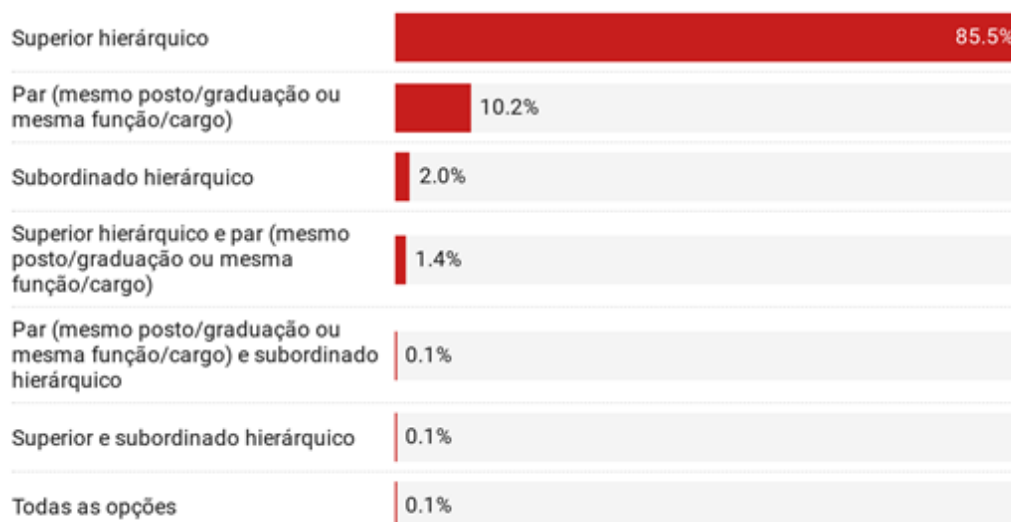
Nota: Era possível que a respondente apontasse mais de um ano.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas se caracterizam pela existência de hierarquia e disciplina entre os cargos e funções de seus integrantes, com destaque para as instituições militares, que possuem como pilares constitucionais referidos valores. As respondentes apontaram que os assediadores ocupavam posições superiores a elas na hierarquia da instituição – 85,5%. Em seguida, 10,2% das respostas indicaram que os assédios sexuais foram praticados por pares. Somente 2% delas sofreram assédio por algum integrante que fosse inferior hierárquico. Esses resultados são coerentes com as pesquisas empreendidas por Santos e Carmo (2014) e Moraes (2017), nas quais se identificou que a ampla maioria das entrevistadas apontou que as principais origens dos casos de assédio seriam praticados por homens que ocupavam posições hierarquicamente superiores.

Gráfico 8 – Posição na hierarquia da pessoa que cometeu o assédio

Considerando as respondentes que afirmaram ter sofrido assédio sexual, exibe o percentual da posição da hierarquia ocupada pela pessoa que o cometeu

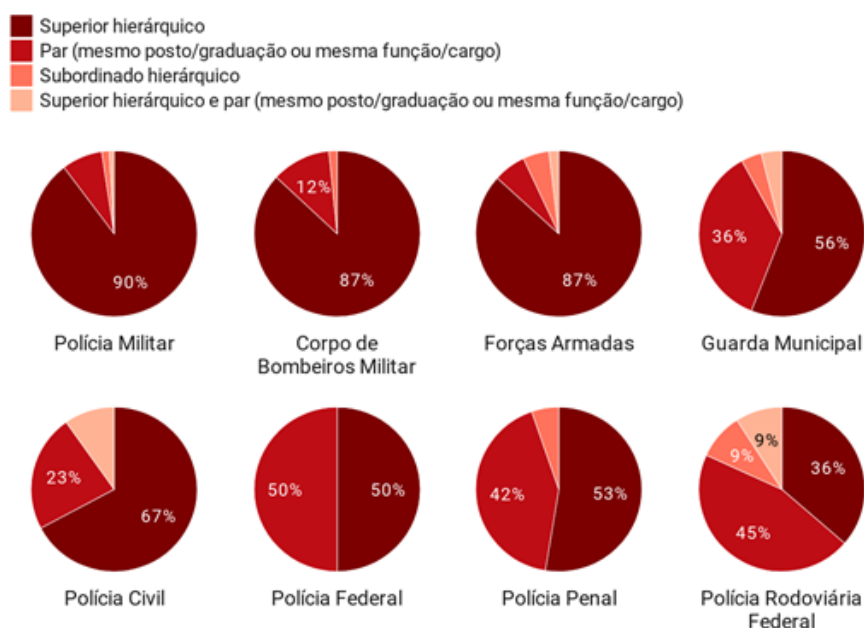


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Considerando as quatro principais respostas sobre a posição na hierarquia do assediador, observamos que o aspecto hierárquico é mais prevalente entre as instituições de caráter militar – ainda que na Polícia Civil o percentual de mulheres que sofreram assédio sexual por superiores seja também considerável. Nas demais, percebemos que há um número maior de casos cometidos por pares.

Gráfico 9 – Posição na hierarquia da pessoa que cometeu o assédio, por instituição

Exibe o percentual da posição ocupada na hierarquia pela pessoa que cometeu assédio, conforme a instituição que pertence a pessoa que o sofreu



Nota: exibe apenas as quatro opções com mais respostas para a pergunta: "Quem te assediou foi superior hierárquico, par ou subordinado hierárquico?"

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os Gráficos 10 e 11 exibem os percentuais das posições ou funções que ocupavam as respondentes no período em que sofreram assédio sexual. Separamos os dados conforme os tipos de instituições - militares ou civis-, para lidar com as diferenças organizacionais dessas corporações. Infelizmente, os dados coletados em relação à Guarda Municipal e à Polícia Penal dificultam a identificação das posições hierárquicas, pois foram usadas expressões que não permitem identificar o grau hierárquico, como “guarda”, “agente”, “assistente”, por isso não os exibimos.

Para o primeiro grupo (instituições militares), a dimensão da hierarquia é bastante evidente, ao observarmos que a maior parte das respondentes (62%) são ou eram soldado quando sofreram assédio. Em seguida, houve ocorrência entre as posições de Tenente (7%) e Cabo (11%). É importante salientar que ainda que postos mais elevados como Coronel e Major não tenham alcançado uma elevada frequência nos registros, 6 respondentes apontaram terem sofrido assédio enquanto Coronel e 10 enquanto Major, revelando que mesmo posições hierárquicas mais elevadas não estão imunes à violência sexual. Por outro lado, há que se pensar que isso reflete a baixa participação feminina em posições elevadas na hierarquia militar, conforme foi analisado por Musumeci e Soares (2012).

Sobre o exercício das funções de comando por mulheres nas instituições militares, Eduardo Godinho Pereira realizou importante constatação em sua tese de doutorado sobre “A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero”³.

Assim, **mesmo havendo a destinação de 10% das vagas para as mulheres, este mesmo percentual não reflete nas vagas de Coronel, quando se tem apenas uma mulher ocupando esta função atualmente.**

Esta percepção do professor reforça o que diz Regina Madalozzo (2013) ao afirmar que **“o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não caminha a par e passo com as promoções, com a ascensão na carreira da mulher executiva. Embora o autor trate da mulher executiva, isso se aplica a este estudo, tendo em vista que as mulheres que estamos falando neste ponto (posto de Coronel) são as gestoras dos altos cargos da organização, semelhante às executivas do mundo civil.**

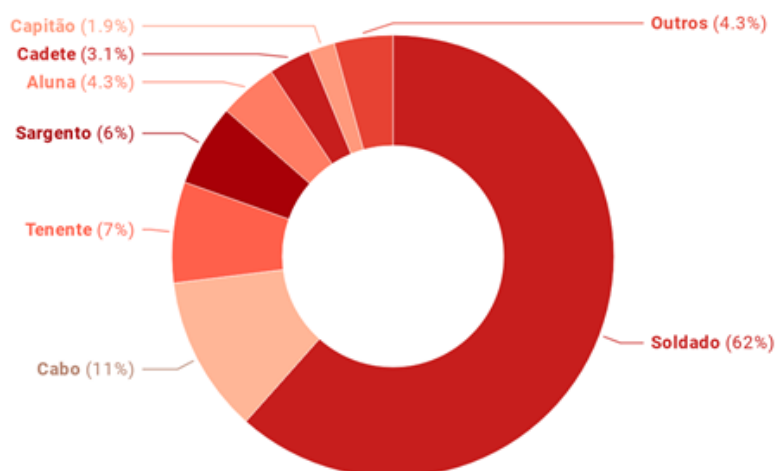
Considerando que as mulheres entraram no CFO da PMMG em 1983, constata-se que durante os 36 anos de inclusão da mulher na Polícia Militar, apenas 03 delas chegaram a ocupar o último posto na escala hierárquica. Ao considerar que existem três funções que distinguem ainda mais os altos postos da PMMG que são de (Comandante Geral – Chefe do Estado Maior – Chefe do Gabinete Militar) estas funções distinguem os três Coronéis que têm a responsabilidade de “Comandar” toda a PMMG, nunca uma mulher exerceu alguma destas funções. Mais uma vez **as proposições de Regina Madalozzo (2013) se confirmam nesta pesquisa ao constatar que as mulheres não chegam aos altos cargos na mesma proporção que os homens.** (grifo dos autores)

3 PEREIRA, Eduardo Godinho. A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero. Tese de Doutorado, 257 p. Belo Horizonte/MG, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2020.

O grupo de instituições civis foi composto, principalmente, por entrevistadas que ocupavam funções de Investigadora, Escrivã e Agente.

Gráfico 10 – Posições ocupadas pelas respondentes que sofreram assédio (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas)

Exibe o percentual do Posto/Graduação indicado que a respondente ocupava no período que sofreu assédio sexual

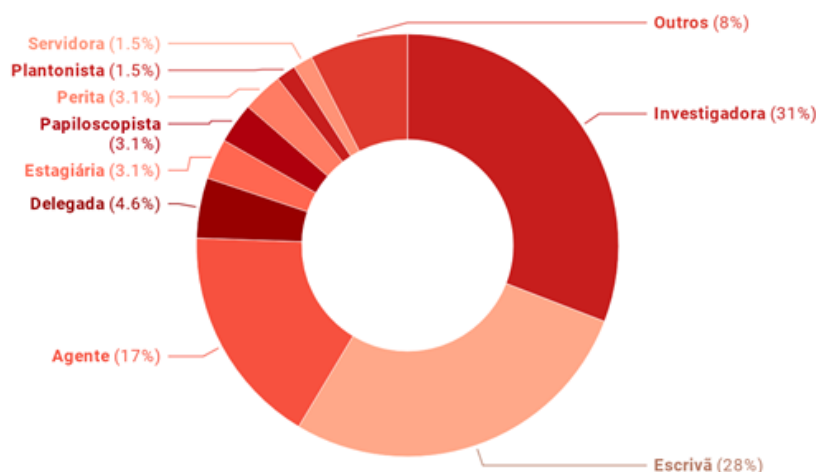


Nota: Para essa variável, devido ao número de informações ausentes ou pelas diferentes formas de escrita da resposta, contabilizou-se e uniformizou-se os termos mais recorrentes das respostas que se referiam aos postos/graduações/funções das instituições pesquisadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Gráfico 11 – Posições ocupadas pelas respondentes que sofreram assédio (Polícia Federal, Rodoviária Federal e Civil)

Exibe o percentual do Cargo/Função indicado que a respondente ocupava no período que sofreu assédio sexual



Nota: Para essa variável, devido ao número de informações ausentes ou pelas diferentes formas de escrita da resposta, contabilizou-se e uniformizou-se os termos mais recorrentes das respostas que se referiam aos postos/graduações/funções das instituições pesquisadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Figura 1 exibe os termos mais utilizados pelas respondentes para explicar as formas de assédio sexual que vivenciaram durante o trabalho. Por se tratar de uma resposta aberta, uti-

lizamos duas formas de analisar as frequências dos termos. Na primeira nuvem de palavras, a análise de frequência está limitada a termos com pelo menos 5 letras, enquanto na segunda, restringimos para aquelas com no mínimo 10.

Observamos que as respondentes sofrem, ou sofreram, assédio sexual principalmente por “palavras”, “comentários”, “insinuações” e “mensagens”. É importante observar que na primeira nuvem o termo “toques” alcança bastante relevância, indicando que em muitos casos os assediadores também ultrapassaram os gestos verbais.

Figura 1 – Nuvens de palavras dos termos utilizados para explicar as formas que as respondentes sofreram assédio sexual



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com base nas frequências dos termos observados, selecionamos alguns dos relatos que expressam esses resultados. Assim, por exemplo, elas especificam como sofreram assédio sexual por meio de palavras.

“Palavras. Convites para sair com superiores após o turno de serviço; ordem para terminar relacionamento amoroso em que eu estava.”

“Palavras – convites constantes para sair (...) insinuações de intuito de compartilhar alojamento com a militar, convites constantes para atividades fora do horário de trabalho.”

“Palavras e olhares – ‘o seu marido é ciumento’, entre outras palavras... Tirava a gondola durante a instrução teórica, ficando de camiseta... Se aproximava da minha carteira e ficava tocando em meus objetos em cima da carteira...”

“Palavras (utilização de palavras de duplo sentido, conotação sexual) fora do contexto profissional. Também tentativas de toques nas mãos sem permissão.”

O recebimento de mensagens consideradas inapropriadas também é bastante frequente, como expressam os seguintes excertos:

“Mensagens de texto com convites e insinuações. ”

“Palavras (elogios em excesso, insinuações, mensagens de WhatsApp chamando pra sair).

“Mandando mensagens insistentes pedindo foto minha e falando para as pessoas que estava comigo. ”

‘Palavras/mensagens. Em outra situação um superior hierárquico me enviou foto de si mesmo mostrando o corpo e convidando para um almoço particular. (...)”

Mas como identificamos, seguindo o último relato, muitas destacaram que sofrem também por meio de toques dos assediadores.

“Toques escondidos, pressão no trabalho para ceder aos convites, ameaças de transferência. ”

“Sou enfermeira, então falou sobre como desejava ser cuidado por mim, como ficava sexy de branco, se eu poderia dar banho nele, se queria sair. Já me puxaram pelo braço, toques desnecessários em cintura e costas (quase nas nádegas, onde tive que desviar), chegar perto demais de maneira constrangedora.”

“Através de toque, com a desculpa de ensinar um golpe de defesa pessoal, me agarrou num abraço de frente, encostando meu corpo no dele, demorou a me soltar.”

“Palavras, gestos, toque, tentativa de beijo sem permissão, de surpresa, a força. Em situações onde eu me encontrava sozinha em alguma sala.”

“Toques e insinuações sobre ter ido trabalhar muito cheirosa. Mordida no ombro. Insinuações sobre unhas arranharem as costas. Entre outras...”

Apesar da frequência elevada de respondentes que sofreram assédio sexual, a denúncia desses casos foi bastante rara: somente 17% afirmaram ter denunciado o caso à instituição. Esse percentual baixo é condizente com ampla pesquisa com policiais e profissionais de segurança pública realizada pelo Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (NEOP), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Nela, dentre as entrevistadas mulheres, apenas 11,8% afirmaram ter registrado queixa por algum tipo de assédio sofrido (BUENO *et al.*, 2015).

Gráfico 12 – Se denunciou o assédio sexual sofrido

Considerando as respondentes que sofreram assédio sexual, exibe o percentual das que denunciaram ou não o assédio

■ Não ■ Sim



Nota: Foram desconsiderados 35 casos de respondentes que não apresentaram resposta para a questão.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

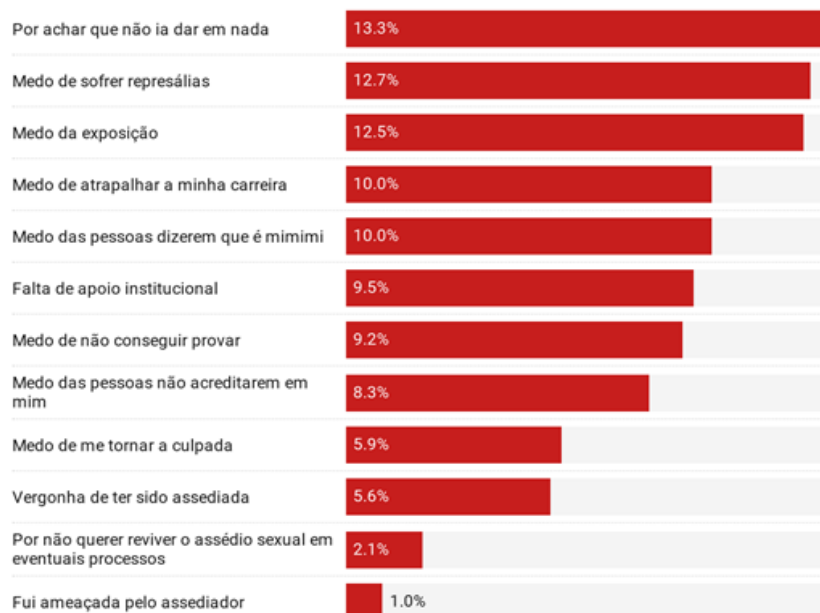
Procurando entender melhor as razões desses dados, os Gráficos 12 e 13 exibem, respectivamente, as razões apontadas para não terem denunciado o assédio (entre as que não denunciaram), e as consequências ocorridas devido às denúncias (entre as que denunciaram).

No primeiro caso, os resultados ajudam a esclarecer essa situação ao demonstrar a existência do medo de represálias e uma baixa confiança para a resolução e punição dos abusos sofridos – 13,3% acharam que a denúncia ‘não daria em nada’ e 12,7% tinham medo de sofrer represálias. Enquanto no segundo, observamos que essa sensação percebida pelas mulheres parece corroborar com a realidade, já que, de fato, elevado percentual demonstra que não houve qualquer medida tomada pela instituição – 36,9% responderam que a instituição nada fez contra o assediador – conforme exibido no Gráfico 13.

Esses resultados ecoam aqueles observados por Ribeiro (2018), se referindo aos dados coletados da pesquisa da NEOP e FBSP, em que dos 2,3% de policiais (homens ou mulheres) que decidiram reportar à instituição o assédio moral ou sexual sofrido, apenas 0,5% ficaram satisfeitos com os desdobramentos da denúncia. Para os que decidiram não denunciar, entre as razões apontadas, 42,7% disseram ter sentido medo e uma ampla maioria, 62,8% (era possível escolher mais de uma razão), argumentou não acreditar nos meios disponíveis para denunciarem os assediadores.

Gráfico 13 – Razões para não ter denunciado o assédio sexual

Considerando as respondentes que sofreram assédio sexual e não denunciaram, exibe os percentuais das razões apontadas



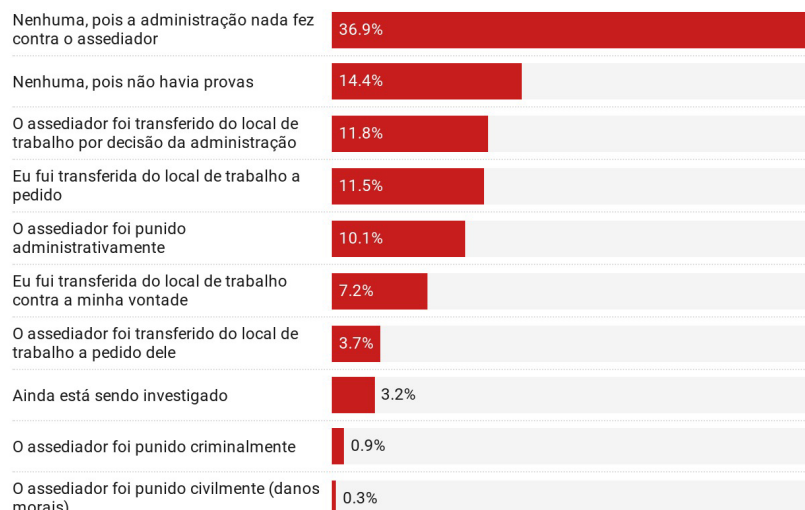
Nota: Era possível indicar mais de uma resposta pela respondente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Observando mais atentamente as medidas tomadas, a mais comum parece ser a transferência da pessoa que sofreu assédio (11,8%) ou da pessoa que praticou (11,5%) – o que pode ser considerado uma forma branda de lidar com a situação. Ressalta-se ainda que por volta de 7% disseram que foram transferidas contra a própria vontade. Com efeito, se somarmos as proporções que essas respostas foram indicadas pelas entrevistadas, em torno de 30% das ações institucionais envolveram a transferência de unidade das partes envolvidas nessas situações e, de modo preocupante, pouco mais de 18% destes casos impactou na transferência da vítima de assédio sexual, voluntariamente ou não.

Gráfico 14 – Consequências ocorridas após a denúncia do assédio sexual

Considerando as respondentes que denunciaram o assédio sexual sofrido, exibe os percentuais de cada resposta para as consequências das denúncias



Nota: Era possível indicar mais de uma resposta pela respondente.

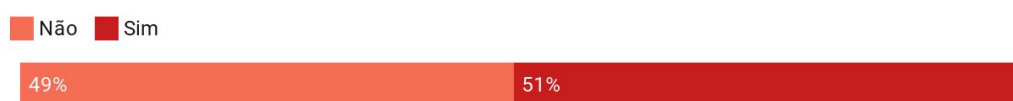
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Vimos pelo Gráfico 12 que uma quantidade considerável das entrevistadas apontou ter medo das consequências de denunciarem o fato de terem sofrido assédio sexual. Capelle e Melo (2010), a partir de entrevistas com policiais militares femininas de Minas Gerais, identificaram entre as falas o temor de represálias ou simplesmente punições por confrontarem o assédio sofrido. As formas são variadas, como medo de represálias diretas, de atrapalhar a carreira ou mesmo pela exposição entre os colegas.

Os resultados da pesquisa sugerem que esses receios são justificáveis na prática, tendo em vista que 51% das respondentes que foram assediadas sexualmente, e denunciaram, apontaram ter sofrido alguma forma de represália no âmbito institucional que atuavam.

Gráfico 15 – Ocorrência de represálias após denúncia do assédio sexual

Considerando as respondentes que sofreram assédio sexual e denunciaram, exibe os percentuais daquelas que indicaram ter sofrido ou não alguma forma de represália.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A Figura 2 exibe os principais termos utilizados pelas entrevistadas ao explicarem as represálias sofridas. Da mesma forma como analisamos as nuvens de palavras na Figura 1, separamos uma análise com termos restritos a palavras com 5 e com 10 letras. Corroborando resultados destacados anteriormente, sobre as medidas tomadas pela instituição após a denúncia, o termo mais frequente foi “transferida”. Observamos também outros como “perseguição” (ou “perseguições”), “humilhação”, “prejudicada”. Esses achados são observados também por Moraes em sua pesquisa com policiais militares do Rio de Janeiro, cujas entrevistadas também relataram sofrer principalmente “perseguição”, que culminavam, por exemplo, em transferências forçadas ou injustificadas (MORAES, 2017, p. 24).

Assim, analisando o cenário de respostas oferecidas, em que há uma ausência de medidas eficazes contra os assediadores e a existência considerável de casos em que ocorreram represálias, identificamos um clima institucional pouco acolhedor para essas vítimas – o que será analisado adiante.

Figura 2 – Nuvens de palavras dos termos utilizados para explicar as formas de represálias sofridas após denunciarem assédio sexual



A transferência de local de trabalho, a perseguição, a exclusão pela tropa e pelos colegas de trabalho, são algumas das descrições de exposição e tratamento diferenciado em decorrência da denúncia, que pode ser ilustrado pelas seguintes declarações:

“Instauração de processo adm. disciplinar, transferência de setor contra a vontade com perda financeira, julgamento moral por parte de colegas do trabalho e também de pessoas da vida civil, depressão com sintomas que perduram ao longo da vida, desmotivação e desânimo com a carreira.”.

“Ameaças de morte. Recebi o “recado” através de um Soldado que era amigo dele.”.

“Licenciamentos cassados, por mais de um mês, foram INÚMEROS finais de semana sem ir para casa, mesmo que todos fossem liberados. E as punições tiravam pontos de “conduta escolar” o que me fez perder muitos pontos, e comprometeu MUITO minha classificação no curso.”.

“Transferida de unidade contra minha vontade, o subcomandante da unidade disse aos militares que eu trabalhava mal, e o militar assediador continuou exercendo suas funções como professor do [nome do local da instituição]”

“Fui transferida de unidade contra minha vontade, sem explicação, sem aviso, trazendo grandes transtornos a minha rotina.”

“A testemunha negou tudo, pois precisa da simpatia do comandante para voltar à sua terra natal – sua mãe estava com câncer. Então o resultado foi que eu deveria ser transferida de região.”

“Fui criticada pelo superior, virei motivo de chacota por ele, fui questionada por estar acontecendo aquilo comigo, se foi porque eu dei moral, fui transferida sem a minha vontade, me colocaram para trabalhar como mecânica das viaturas sem ter o menor conhecimento (...).”

“Perseguição, aumento de carga horária, punições de prisão por motivos banais, assédio moral, tendo escala diferente dos demais da equipe, escalas extras, abuso de autoridade etc.”

“Perseguição nos demais batalhões que trabalhei. ”

“Assédio moral por parte de outros militares, perseguição, rejeição...”

“Perseguição, humilhação, ignorada! ”

“Os colegas de trabalho não queriam trabalhar comigo e ganhei fama de complicada e louca (nessa época eu era guarda municipal do [cidade]). ”

“Vários colegas (que ficaram ao lado do assediador) e o chefe fizeram falsas acusações contra mim. Tudo que acontecia de errado naquele lugar que não era mais meu setor de trabalho, era atribuído a mim. ”

De maneira geral, a denúncia é inibida pelo medo de perder a função, medo de retaliação, relutância em ser vista como vítima, medo de ser identificada como muito sensível, a crença de que o assediador não será punido, desconhecimento dos direitos, falta de acesso a apoio externo (DIZIECH; HAWKINS, 1988; WEAR et al., 2007). Medo este que não é infundado, já que outras pesquisas, assim como os resultados aqui apresentados, indicam que a denúncia não melhora as condições e, algumas vezes, pioram os resultados esperados pela vítima. Com isto, o resultado obtido nesta pesquisa é reforçado. De fato, denunciar tem pouco - ou nenhum - efeito na solução do problema, e por vezes, o agrava, o que precisa ser mudado.

Perguntadas se buscaram alguma forma de apoio médico ou psicológico, poucas indicaram ter buscado auxílio após terem sofrido assédio sexual, apenas 16%. Esse é um aspecto importante para ser analisado mais detalhadamente para entendermos as razões desses números. Moraes (2017) havia identificado que a busca por atendimentos especializados foi baixa entre as mulheres assediadas - apenas 7% procurou algum apoio na própria instituição e 16% fora dela. É possível que as entrevistadas tomem atitudes semelhantes às identificadas pela autora (MORAES, 2017, p. 26), que observou que a maior parte das vítimas teria recebido apenas apoios indiretos de amigos ou familiares.

Gráfico 16 – Buscou apoio médico ou psicológico após sofrer assédio sexual

Considerando as respondentes que sofreram assédio sexual, exibe o percentual delas que procuraram ou não algum atendimento médico ou psicológico



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Observamos que a maioria das participantes da pesquisa apontou ter sofrido assédio e, apesar disso, poucas se sentem seguras para denunciarem. Em parte, isso pode ser resultado de um clima institucional que oferece pouca segurança e acolhimento para vítimas dessa forma de violência e que seja incapaz de produzir mecanismos eficazes para prevenção. É necessário observar, por exemplo, que as instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas ainda se caracterizam como espaços eminentemente masculinos. Pesquisa da FGV e NEOP (BUENO et al., 2015), realizada perante integrantes dos órgãos de segurança pública, reportou que apenas 18% dos participantes eram do sexo feminino – percentual que varia a depender da instituição. Assim, ainda que as práticas de assédio sexual sejam comuns em vários segmentos da sociedade, espaços como o das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas, por serem predominantemente masculinos, podem não dar a devida atenção à prevenção e combate ao assédio sexual em âmbito institucional.

Assim, 88% das respondentes (independentemente se sofreram ou não assédio sexual) apontaram não se sentirem protegidas institucionalmente para denunciar esses casos. É interessante observar que esses dados diferem bastante ao desagregarmos as respostas de acordo com a pessoa ter ou não sofrido assédio sexual – como exibido no Gráfico 18. Nesse caso, a percepção “negativa” é muito maior entre as que sofreram alguma forma de assédio, indicando as instituições não parecem oferecer um ambiente responsivo a esses casos.

Gráfico 17 – Sensação de proteção para denunciar o assédio sexual

Exibe o percentual das respostas para a pergunta: "Você se sente ou se sentia protegida institucionalmente para denunciar o assédio sexual?"

■ Não ■ Sim



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Gráfico 18 – Sensação de proteção para denunciar o assédio sexual, conforme ter sofrido ou não assédio sexual

Exibe o percentual das respostas para a pergunta: "Você se sente ou se sentia protegida institucionalmente para denunciar o assédio sexual?", separado pelas respondentes que foram vítimas ou não de assédio sexual

■ Não sofreu assédio sexual ■ Sofreu assédio sexual



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Essa percepção, por sua vez, parece se refletir na existência ou não de campanhas de combate a essa forma de violência, em que a maioria das entrevistadas apontou não existir qualquer campanha pelas instituições em que trabalham. Apenas na Polícia Rodoviária Federal houve um percentual maior do que 15%. Contudo, importa relembrar o número muito baixo de entrevistadas pertencentes a essa instituição.

De todo modo, esse cenário reforça a importância de se refletir e construir mobilização no sentido de criar mecanismos de acolhimento, de prevenção e de combate ao assédio sexual nas corporações objeto de pesquisa. Novamente, são resultados compatíveis com aqueles indicados por Santos e Carmo (2014), em que 33% das entrevistadas disseram não ter orientações de prevenção ao assédio sexual e 35% relataram ter recebido apenas de modo informal por colegas de trabalho.

Gráfico 19 – Campanha de prevenção e combate ao assédio sexual pelas instituições

Exibe o percentual das respondentes que afirmaram existir alguma forma de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual na instituição que pertencia

■ Não ■ Sim

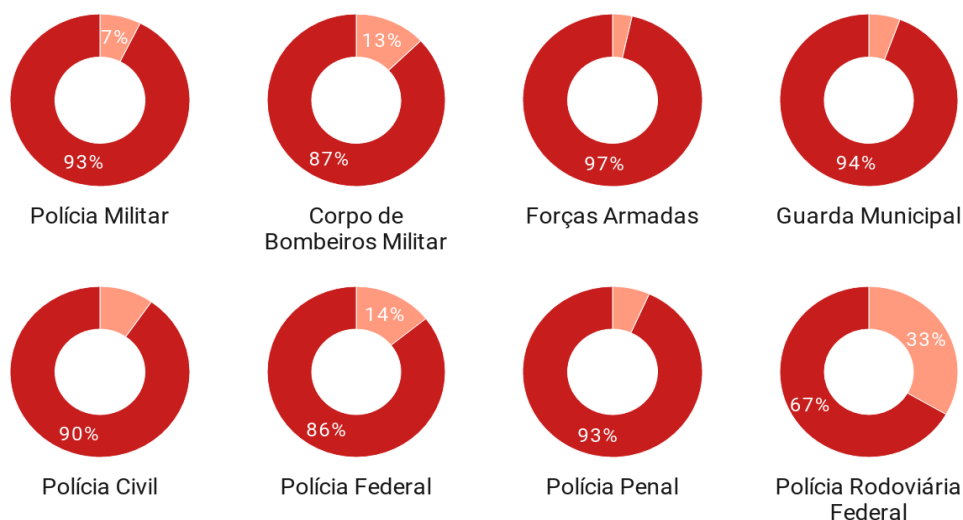


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Gráfico 20 – Campanha de prevenção e combate ao assédio sexual por instituição

Exibe o percentual de respostas sobre a existência ou não de campanha de prevenção e combate ao assédio, por instituição

■ Sim ■ Não



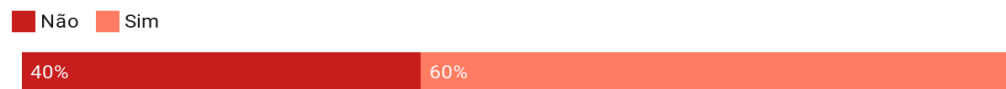
Created with Datawrapper

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Buscou-se também uma outra forma de analisar a percepção das entrevistadas sobre a maior ou menor segurança de abordar o tema do assédio sexual nas instituições, indagando-as se responderiam o questionário da mesma forma caso este fosse de origem institucional, a partir de solicitação vinda do Comando ou da Chefia para preenchê-lo de forma anônima. 40% das entrevistadas indicaram que não responderiam da mesma maneira, um percentual considerável ao observarmos que as respostas seriam anônimas, como o foram no questionário aplicado.

Gráfico 21 – Responderia da mesma forma caso o questionário fosse institucional

Exibe os percentuais para a resposta da pergunta: "Se essa pesquisa fosse institucional e você recebesse uma mensagem do Comando ou da Chefia pedindo para responder de forma anônima, você responderia da mesma forma que respondeu a este questionário?"



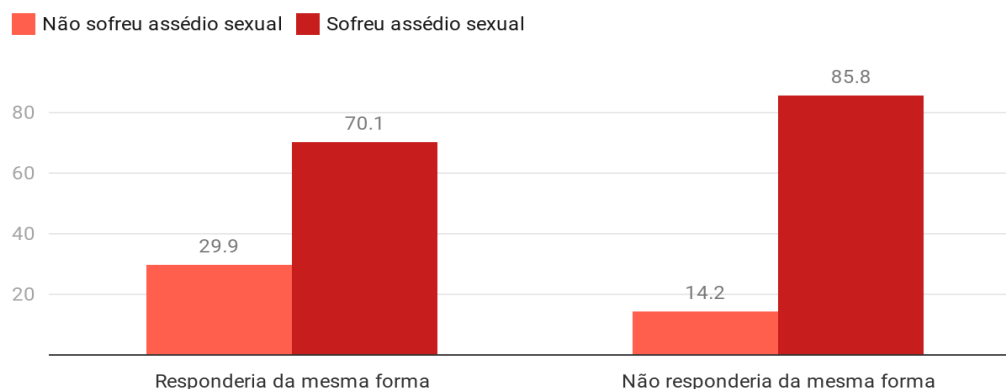
Nota: Considera somente os casos válidos de resposta para a questão.

Created with Datawrapper

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Além disso, as respostas para a questão variam entre as respondentes vítimas ou não de assédio, ao percebermos que a proporção que não responderia se eleva entre o primeiro grupo. Novamente, percebemos que a sensação de insegurança na instituição é maior entre as vítimas de assédio sexual.

Tais dados demonstram a necessidade de a pesquisa ser realizada por um pesquisador externo, uma vez que uma pesquisa institucional, certamente, não refletiria a realidade.

Gráfico 22 – Responderia da mesma forma caso o questionário fosse institucional, de acordo com as vítimas ou não de assédio sexual

Nota: Considera somente as respostas válidas para a questão.

Created with Datawrapper

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Por fim, perguntou-se também a respeito das diferenças entre paquera e assédio sexual, sob o ponto de vista das entrevistadas. A Figura 3 exibe alguns dos termos mais frequentes utilizados pelas entrevistadas. Uma das palavras mais utilizadas foi “constrangimento”. Em seguida, identificamos também termos como “insistência”, “consentimento” e “reciprocidade”.

Figura 3 – Nuvens de palavras dos termos utilizados para explicar a diferença entre paquera e assédio sexual



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Procurando aprofundar a análise, selecionamos algumas das respostas fornecidas que exibiram os termos identificados pelas nuvens de palavras. Sobre o constrangimento, por exemplo, que marcaria a separação entre paquera e assédio, as entrevistadas assim explicaram:

“Pelo incômodo que causa. Na paquera, o incômodo é uma negativa. No assédio, ele se torna um desafio para o assediador, que se sente mais poderoso quanto maior o constrangimento causado por ele.”

“Paquera é quando a pessoa demonstra interesse em alguém e aguarda o feedback sem ultrapassar os limites estabelecidos pela pessoa. Assédio sexual é quando há palavras que remetem a um envolvimento físico, há gestos e toques desagradáveis que ultrapassam o limite estabelecido pela pessoa. No assédio há um constrangimento, uma ‘forçação de barra’.”

“A paquera acontece, quando há convivência amigável fora do ambiente de trabalho e não havendo a correspondência a paquera sessa, sem constrangimentos”.

Algumas respostas expressam bem as diferenças estabelecidas pelas respondentes. Há, por exemplo, o apontamento sobre a questão do toque – algo que notamos anteriormente ser uma das formas de assédio que muitas delas destacaram.

“Antes de qualquer toque, deve se haver o diálogo, se não for correspondido e houver a insistência já deixa de ser paquera e passa a ser assédio”.

“Considero uma iniciativa fora de contexto, com termos chulos sem qualquer intimidade ou oportunidade para isso e ainda a tentativa de toque desnecessário.”

“(…) Assédio é qualquer tipo de elogio, cantada, gesto, toque realizados contra a vontade da mulher.”

Outras entrevistadas estabelecem uma diferenciação entre as interações estabelecidas fora ou dentro do espaço de trabalho.

“O local de trabalho é o diferencial. Dentro do local = assédio. Fora do local = paquera”.

“Assédio sexual invade limites profissionais enquanto paquera restringe-se às questões pessoais.”

Algo bastante notado entre as entrevistadas é a insistência do assediador. Uma vez que a “cantada” ou “paquera” não é correspondida, ocorre por parte dos assediadores uma insistência que desrespeitaria a autonomia e o espaço privado da mulher.

“O assédio começa a partir do momento em que a mulher recusa as cantadas e, mesmo assim, o homem continua insistindo, ou mesmo a persegue pela sua recusa.”

“A insistência e represálias estão presentes no assédio sexual.”

“Paquera pra mim é se o cara tentou alguma coisa comigo UMA vez e nada conseguiu, ele não faz mais, pois entendeu que não quero nada. O assédio é insistente, constrangedor. O assediador insiste e é inconveniente. (...)”

“Uma pessoa insistente, com o único objetivo de obrigar a fazer o que ela queira.”

Mais importante para fundamentar a diferença parecem ser as dimensões do diálogo e da reciprocidade – o que a insistência revela quebrar. Com efeito, uma distinção importante é a existência de uma troca, uma correspondência, que haveria na paquera, mas seria rompida no assédio sexual.

“Na paquera o interesse é mútuo, ou seja, a mulher deixa claro que também está interessada na pessoa. No assédio a mulher não tem a opção de dizer não, a pessoa assedia e continua na insistência - é notório que a outra parte não tem interesse no assediador.”

“O assédio é algo não correspondido, a pessoa insiste e força uma situação que não existe e ainda te culpa. A paquera é algo mais sutil, discreto, se você não corresponde a pessoa não força e nem insiste (...)”

“Assédio sexual para mim é toda invasão, até mesmo no contexto de um diálogo comum em que a pessoa foge do profissionalismo se tratando na esfera do trabalho. A paquera versa sobre atitudes recíprocas e mesmo assim respeitando um ao outro.”

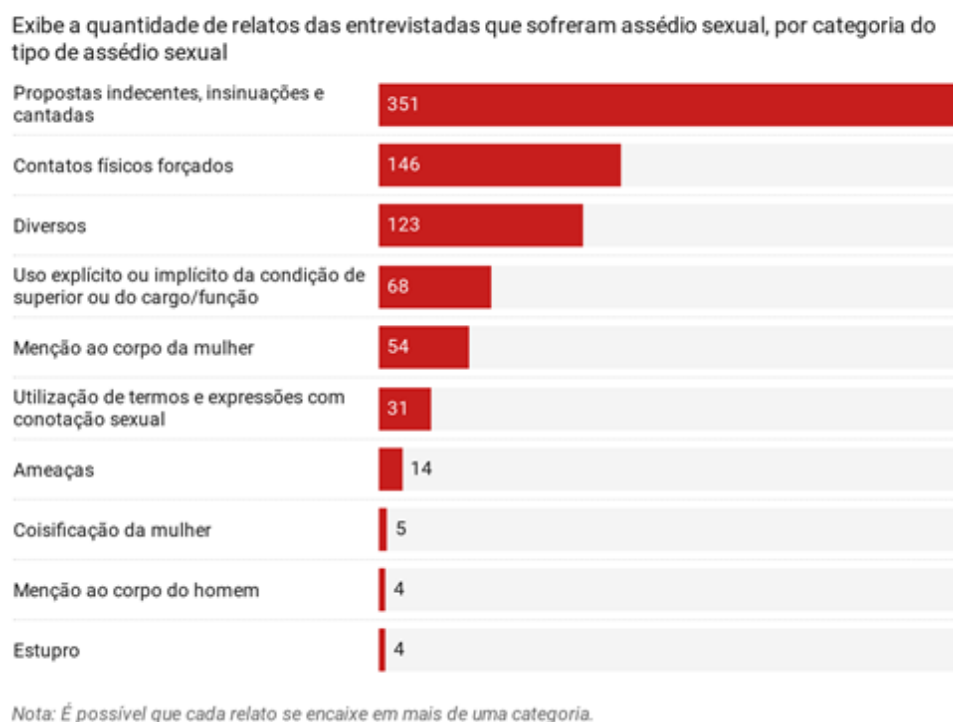
A fim sistematizar os relatos das formas de assédio sexual que as respondentes relataram ter sido vítimas, o quadro abaixo apresenta uma categorização das formas de assédio elaborada a partir da análise das respostas e, ao lado, trechos que selecionamos que se encaixam

am nas classificações. Desse modo, é possível observar a amplitude das formas de violência sofridas pelas participantes da pesquisa.

Categoria	Relatos
1- Menção ao corpo da mulher	"Beijos no rosto, 'você é linda demais pra estar passando calor!'; 'você é falsa magra, tem uma bunda linda!'" "Eu tenho tudo que eu quero, e eu quero você! Você será minha! Vou enfiar meu pau nessa sua boca linda, vou meter em você todinha (...)"
2- Menção ao corpo do homem	"Você me excita, meu pau tá duro por você." "Ainda vou arrancar esse seu batom! A marca dele vai ficar no meu pau!"
3-Propostas indecentes, insinuações e cantadas	"Palavras (...) perguntando o que ia ganhar para me retirar de determinadas missões, sempre dando ênfase em minhas pernas, corpo..." "Proposta para vantagens na carreira através de sexo." "Palavras, gestos e toques. Cantadas; um superior me fez uma proposta de entrar num motel, estando de serviço. Eu recusei e fui fortemente perseguida. (...)"
4- Coisificação da mulher	"Que eu era da corporação e não do meu marido. Que havia sonhado comigo e que foi muito gostoso. Que foi trabalhar ao meu lado porque é apaixonado por mim..." "Alguns superiores me tratavam como seu eu fosse propriedade deles. Ouvi as palavras 'Gostosa', 'tesão', 'sonho de consumo', 'airbags especiais'. Superior me obrigava a usar saia (uniforme) e ficar sentada por horas na sala dele."
5- Contatos físicos forçados	"Militar tentou me beijar a força, quando desci de viatura, militar passou a mão em mim durante serviço. " "Estava na seção com o chefe quando este tocou a minha perna sem meu consentimento. Nesse momento me assustei, retirei a mão dele e disse para pegar na perna da esposa. Ele fingiu que não entendeu o que estava havendo. "
6- Uso explícito ou implícito da condição de superior ou do cargo/função	"Comandante da Cia. me chamou na sala dele, estávamos apenas nós dois, momento em que ele me chamou pra sair com ele e eu recusei; me levantei em seguida da cadeira, ele se aproveitou que eu estava de costas, saindo da sala, e deu um tapa na minha bunda. " "Palavras, insinuações e me prejudicou por saber que eu estava namorando um militar de graduação inferior a minha em vez de estar com ele. "
7- Ameaças	"Se aproveitou que o setor tinha tranca eletrônica e todos já tinham ido embora para me beijar a força. Deixei claro que não queria mas ele continuou, tirou o pênis para fora e quis me obrigar a fazer sexo oral ameaçou me punir caso contasse. " "Tocava em mim quando não tinha ninguém por perto e ameaçava, pois na época eu queria ser transferida de cidade ele me ameaçava que se caso eu contasse algo ele trancaria minha transferência, ele era capitão."
8 - Utilização de termos e expressões com conotação sexual	"Mensagens de celular com elogios obscenos. " "Gostosa, cara que dá gostoso, queria te comer ao menos uma vez. "

O Gráfico 23 a seguir exibe a frequência dos relatos das respondentes que se encaixam em cada uma das categorias que mencionamos no quadro anterior. Conforme observamos pelas nuvens de palavras, em que a maior parte do assédio sexual sofrido se dá por meio de palavras, a maioria dos relatos se encaixam na primeira categoria e se constituem como propostas indecentes, insinuações e cantadas. Em seguida muitas mulheres relataram sofrer contatos físicos indesejados de modo forçado.

Gráfico 23 – Formas de assédio sexual, por categorias



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

5.3 Análise dos relatos de assédio sexual

Houve inúmeros relatos de assédio sexual, contudo ao descrever como o assédio sexual ocorreu, muitas participantes da pesquisa limitaram-se a mencionar que foi por “palavras”, “insinuações”, “toques”, “gestos” e congêneres, o que impediu uma avaliação detalhada do que ocorreu e do contexto, sendo mencionado abaixo somente os principais relatos descritivos e com a autorização da participante. No relato que não consta se há autorização para divulgá-lo, quando for possível identificar os envolvidos para quem conhecer a história, adaptamos o caso, sem criar fatos, por precaução, de forma que transmita a ideia de como ocorreu o assédio, sem ser possível identificá-lo.

Dividimos os relatos em 10 (dez) categorias, como forma de facilitar a leitura e expor a dinâmica de como os assédios ocorrem nas instituições policiais e militares, de acordo com os relatos das participantes da pesquisa.

- **Categoria 01:** Menção ao corpo da mulher (“gostosa”, “deliciosa”, “cuzinho”, “buceta”, “seios”, “peitos” etc.)

- **Categoria 02:** Menção ao corpo do homem (“pau”, “pênis” etc.)
- **Categoria 03:** Propostas indecentes, insinuações e cantadas
- **Categoria 04:** Coisificação da mulher (mulher como “enfeite”, “patrimônio” etc.)
- **Categoria 05:** Contatos físicos forçados
- **Categoria 06:** Uso explícito ou implícito da condição de superior ou do cargo/função
- **Categoria 07:** Ameaças
- **Categoria 08:** Utilização de termos e expressões com conotação sexual
- **Categoria 09:** Estupro
- **Categoria 10:** Diversos

Um mesmo relato pode pertencer a mais de uma categoria, contudo inserimos um único relato em somente uma categoria, que é a qual, na avaliação dos pesquisadores, mais se adéqua ao fato descrito pelas participantes.

Optamos por não suprimir palavras e trechos fortes, vulgares, por não utilizar do eufemismo, com o intuito de demonstrar com exatidão os relatos das mulheres que participaram da pesquisa.

Não foram citados as instituições e os estados a que pertencem as participantes da pesquisa que realizaram os relatos com o fim de preservá-las, além do fato desta pesquisa ter por objetivo demonstrar a realidade nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, como um todo, visando a adoção de medidas preventivas e de combate ao assédio sexual em âmbito institucional. Além do mais, a menção às instituições e aos estados poderia levar a uma falsa percepção da realidade para determinada instituição, pois em que pese a pesquisa ter obtido 1.897 respostas, essas encontram-se espalhadas entre os estados e instituições, de forma que houve centenas de respostas para algumas instituições e dezenas para outras.

Categoria 01: Menção ao corpo da mulher (“gostosa”, “deliciosa”, “cuzinho”, “buceta”, “seios”, “peitos” etc.)

“Falar que tenho **boca gostosa, você é uma delícia**, tenho **bundão**, mandar mensagem via whatsapp pedindo nudes, agarrar dentro da viatura, trancar a porta da sala, elogiar meus atributos em público.”

“**Gostosa**, me perguntava quando iríamos nos encontrar, **me enviava foto das genitálias**, me parava nos corredores. Uma vez me apalpou. Quase surtei.”

“Os comentários machistas em referências ao corpo da mulher são constantes e contínuos na carreira profissional da mulher. As vezes disfarçados de elogios, são comentários que constrangem e destoam do contexto de trabalho. **Linda, magra, corpo bonito, ‘dá uma voltinha pra gente ver melhor’.**”

“Palavras, dizendo que tenho **bumbum grande**.”

“Palavras tipo ‘você deveria usar calcinhas menores’, ‘vc tá **gostosa** hoje hein’, **‘só não te pego porque não gosto de pretinhas’...**” (adaptado)

“Dentro do elevador, fardada, na presença do meu **chefe imediato**, um **Suboficial** me perguntou se eu estava grávida. Levei na brincadeira e respondi que não, que tinha engordado mesmo. Ele respondeu ‘é **que seus seios aumentaram, isso é coisa de mulher grávida**’. / Também depois de ter engordado, um **civil (equiparado a oficial)** me disse que eu estava ganhando peso porque a ‘**bunda tá atochada na calça**’. / Após 1 mês de dispensa médica por causa de uma cirurgia nos seios, sem poder mover os braços, volto e o **chefe de divisão** me pergunta se gostei das férias. Respondi que não estava de férias, e sim me recuperando, inclusive sem poder mexer meus braços direito. Ele respondeu: ‘ah, **mas dá cintura pra baixo dava pra mexer direitinho, né?**’.”

“Palavras - linda, **gostosa** ...”

“Em uma saída para ocorrência, tive que ouvir o **sgt** falar que três coisas em mim atraíam ele. **A boca, o cabelo e a bunda**. Esse mesmo sargento, quando eu estava no curso de formação, apertou forte a minha mão, pensei que fosse só impressão minha. Mas não foi. Infelizmente o assédio existe bem perto de nós. Triste.”

“Me chama de gatinha, fala que tô **gostosa**, quando me ajudou **insinuou que eu poderia pagar de ‘outra forma’**”

“Palavras : Olha que **bundinha** linda.”

“Eu estava em curso operacional, e em dado momento o instrutor insinuou que eu tivesse um caso com outro aluno. E em outros momentos **fez menção ao meu órgão sexual** quando eu pedi autorização para usar o banheiro.”

“Falou que eu era **gostosa** e que iria me falar o dia para sair comigo. Sem eu nunca ter dado nenhuma condição.”

“Gestos, toques e palavras. Gestos obscenos normalmente acompanhados de risada para ser considerado brincadeira. Palavras como ‘**deliciosa, gostosa...**’”

“**Gostosa**, gestos de querer me pegar.”

“Palavras (**Ta gordinha**, mas homem gosta de mulher com carne mesmo/tá ficando **muito magra**, era melhor antes/ **tá gostosa**).”

“O militar fez comentários sobre os meus **seios** pq no dia seguinte eu daria uma instrução e **ele disse que as pessoas não conseguiriam focar na aula só nos meus seios.**”

“Toque no braço, que podia ter o que quiser devido ter **seios grandes e por ser bonita.**”

“Palavras, falando de forma desrespeitosa a respeito de algumas partes do meu corpo (**bunda gostosa**).”

“Fui perguntada por um **sargento** várias vezes por que eu não liberava o meu ‘**convênio**’ (ele se referia à minha **vagina**) para os colegas militares e para o segundo sargento, no caso, ele. Um **cabo tentou me beijar** na companhia um dia em que só estava eu e ele lá. Entre outras várias situações que não caberia aqui nesse espaço.”

“Palavras e insinuações a respeito do **tamanho dos meus seios**, na frente de **várias pessoas**, colegas e superiores.”

“Palavras: Quando me viam a paisana, comentários como “**tu fica muito gostosa a paisana**”. Isso aconteceu em duas ocasiões, com sargentos diferentes. E apesar da clareza acerca do meu desconforto, justificavam os comentários como se fosse algo comum no nosso meio, como se eu tivesse que me acostumar com esse tipo de situação.”

“Palavras ditas como ‘**delícia e gostosa**’ camufladas como uma piadinha, diante de colegas ou mesmo sozinha.”

“Palavras **gostosa, delícia**. Toque de ficar apertando os braços, passando a mão no pescoço, mexendo nos cabelos.”

“O CMT responsável pelo jogo de futebol me perguntou pq estava com um semblante diferente e respondi que era enxaqueca, logo **respondeu que tinha o remédio para meu problema**. Na sequência respondi que não havia entendido e ele respondeu que se não entendi foi pq eu não quis, e ainda passou a elogiar meus **seios** e que **tinha um corpo ótimo** para quem tinha uma filha.”

“**Gostosa!** Como faz pra gente se vê!”

“Palavras. Sua **bunda tá grande**. Sua bunda tá suja deixa limpar.”

“Escrita - postei uma foto no status do Whatsapp e um superior veio em meu privado me chamar de **gostosa**, ocorreu mais de uma vez.”

“Situação 1: Ao entregar um documento, a pessoa **tentou me beijar**. Justificou-se q devido eu ter tido um bom atendimento, achou que eu queria q ele me beijasse.

Situação 2: Uma pessoa, do mesmo gênero, sendo superior deu um **aperto nos meus glúteos**. Eu fui buscar informação sobre um documento, qdo ela se levantou para pegar algo em outra mesa, e passando atrás de mim ela deu um aperto forte nos meus glúteos. Justificou-se dizendo que, como as outras pessoas estavam dizendo que meu **corpo estava ‘top’** por causa da academia, ela ficou curiosa em querer pegar pra ver se era verdade o que diziam. Achei constrangedor. Tinha outras pessoas na sala e tbm o meu nível de amizade com a pessoa q fez o aperto é mínimo. Somente o profissional e olhe lá.

Por palavras, já perdi até as contas. Algumas são ‘**Vc está gostosa**’; ‘**Vc tem uma bunda gostosa**’; ‘**Vc tem uma boca gostosa**’.

As pessoas confundem educação com dar em cima. Achem q por trata-las bem é sinal de que estamos querendo prazeres sexuais. E por causa desse tipo de situação que muitas vezes a pessoa ofendida se torna mais séria, mais reservada, buscando dessa forma um meio de se proteger da falta de respeito e insensatez.”

“Palavras, mensagens de celular, email. Dizendo que eu era **gostosa**, que eu iria ser dele. Fui **perseguida** por um bom tempo, até sair da unidade.”

“Muito gata e **gostosa** e nem parece ser PM, seria possível ser modelo e conquistar o que quiser e pessoa.”

“**Gostosa**, linda, te dou meu salário.”

“A pessoa comentou sobre o **tamanho das minhas roupas íntimas** que, aparentemente, não estavam marcando meu uniforme. E ainda **fez uma referência ao tamanho do meu glúteo**.”

“Toque (colocou a mão na minha coxa e apertou dizendo: “**tá ficando com as pernas grossas**”.

“Palavras, gestos e toques. São diversos, mas alguns são: bater na minha **bunda**, me chamam de **delícia**, sou **só um rosto bonito**, que minhas conquistas foram pq sou bonita, palavras relacionadas ao meu **bumbum** e ao **meu corpo**, etc.”

“**“Você está muito boa (gostosa)”** falava insistentemente lambendo os lábios.”

“O assediador **bateu em minha nádega** e disse que era impossível, incontrolável ver ‘uma **bunda tão grande**’ e não dar um tapa”.

“Constantemente sou chamada de **gostosa**.” (adaptado)

“Mulher só consegue as coisa por que tem **vagina**.”

“‘Posso te beijar?’, Encaradas!, ‘ah se eu tivesse sorte!! Meu deus, eu com uma **bunda** dessa na minha casa!’”

“Existem várias, mas a mais forte foi quando o meu comandante da viatura **me comparou a uma pizza e me chamou de gostosa**.”

“Me chamou na sala dele no final do expediente, ele estava sozinho. E disse que me viu paisana em um supermercado e que era uma pena a farda tampar meus **peitos**, pois eram bonitos.”

“Você é muito **gostosa**” (adaptado)

“**Linda** , o que uma farda esconde, que **corpão**.”

“Beijos no rosto, ‘você é linda demais pra estar passando calor!’, **‘você é falsa magra, tem uma bunda linda!’**.”

“Pegar no cabelo; Falar que o namorado tem sorte; Falar **‘você é gostosa’**”

“Palavras, **‘e aí o carro vai batendo na traseira dela.’**”

“Um superior fez uma análise sobre a aparência das minhas **nádegas** e sugeriu que eu colocasse um short sob a calça, porque tinha celulites aparentes. Além de constantemente fazer comentários e piadas de cunho sexual. Eu era recruta, não sabia nem responder. Um outro falava mal do meu noivo (que também era bombeiro) sugerindo que seria melhor se eu me relacionasse com ele.”

“Elogios sobre partes do corpo, inclusive partes íntimas, investidas dentro do ambiente de trabalho, envolvendo tentativa de toque em **partes íntimas**.”

“Palavras: ‘perguntas invasivas’ ‘elogios do corpo’.”

“Mediante palavras. Durante as ministrações das instruções. Um dia, Se dirigiu a mim e disse: “Nossa! **Se sua testa em cima é assim, imagina a testa debaixo**”. E insistiu muito para eu dar meu número de telefone pra ele me encontrar que eu não iria me arrepender.
“

“**Gostosa.**”

“Soldado **gostosinha.**”

Categoria 02: Menção ao corpo do homem (pau, pênis etc.)

“**Gostosa**, meu **pau** fica duro perto de você...”

“Insinuações e **expôs na sessão de trabalho os órgão genial ereto.**”

“Você me excita, meu **pau tá duro** por você.”

“Eu tenho tudo que eu quero, e eu quero você! Você será minha! **Vou enfiar meu pau nessa sua boca linda, vou meter em você todinha.** Você vai sentar na garupa da minha moto (apontando para moto) e eu vou te comer inteira. Ainda vou arrancar esse seu batom! **A marca dele vai ficar no meu pau** Sabe que se você não fizer vai ser pior pra você.”

“Enquanto eu recolhia o lixo e na frente de outro militar masculino, perguntou se eu gostava de **‘Pênis fino ou grosso’**; 2- Se aproximou do meu pescoço ‘por trás’ enquanto eu cozinhava no quartel; 3- Chegou do nada e fez elogios quanto a minha forma física; 4- **Mandou eu e minha colega também BM ir tomar no ‘CU’ pois não quisemos**

obedecer ordem manifestadamente ilegal dele. Em todas, a única reação que tive foi ficar constrangida e me afastar do local.”

Categoria 03: Propostas indecentes, insinuações e cantadas

“Palavras, gestos e toques. Cantadas; **um superior me fez uma proposta de entrar num motel, estando de serviço.** Eu recusei e fui fortemente perseguida. Outro superior passou a mão no meu bumbum de forma bem disfarçada. Muitas coisas semelhantes.”

“Quer ficar comigo? Tenho um quarto vazio na **minha casa, se quiser pode morar lá!**”

“Gestos vulgares que remetem a práticas sexuais, como por exemplo colocar os dedos na boca, fazendo alusão a **sexo oral**; fazer gesto com uma das mãos como se fosse **masturbação do homem** nele mesmo; fazer trocadilhos com palavras, usar palavras de duplo sentido ou até mesmo explícitas que remetem a **práticas sexuais, órgãos genitais femininos ou masculinos.** O contexto posso citar como exemplo o que eles chamam de brincadeira, onde normalmente parte de uma palavra ou situação que causa duplo sentido, e a condução da conversa seja na hora do café da manhã, almoço, jantar etc, é levada para coisas de cunho sexual. Desculpem se não consegui contextualizar, mas essas práticas realmente ocorrem sem motivo e se desenrolam para uma situação onde sou constrangida.”

“Palavras e toques. Coisas como **‘adoraria tirar um serviço sozinho com vc numa viatura’,** toques indesejados no braço e até cintura. Teve um episódio em que fui encurralada na intendência do meu Pelotão, e o militar disse que não me deixaria sair **até ganhar um beijo.** Fiz um relatório reservado. **Fui transferida.**”

“Queria **fazer massagens** em mim.”

“Palavras (você está me devendo, **você vai ter que retribuir esse favor,** se você merecer posso verificar essa situação, se você não fizer por merecer mudo sua avaliação de desempenho)”

“Falava claramente que tinha interesse, apesar de ser mais velho q meu pai, falava da beleza, que ganharia muito, e tinha o hábito, de não só na minha presença, mas de todos, **ficar com a mão indevidamente dentro da calça.**”

“Convites insistentes para sair a sós, **como forma de troca de minhas solicitações referentes ao trabalho;** Elogios constrangedores constantes; Perguntas indiscretas.”

“Palavras, você quer estar no administrativo? É só ser mais próxima da pessoa certa (Comandante na época) .toques: de um inspetor, eu estava dormindo ele **passou a mão em mim no alojamento,** acordei assustada mas revidei com um tapa na cara dele, e **fui contar ao Comandante ele disse que eu tinha dado motivação para o ocorrido.**”

“Convite para ir para o **motel**.”

“Um **Sgt** me pediu para dar carona a um superior nosso pois estava chovendo muito, durante o trajeto fez **vários comentários a respeito do meu corpo e questionou sobre meu namorado**, tentei ignorar, quando chegou na porta do prédio onde eu o deixaria me **convidou para subir informando que sua esposa estava viajando**.”

“Durante o serviço noturno foi solicitado por diversas vezes um **beijo na boca**.”

“Palavras: trabalho como rádio-operador, me ligam e dizem que foi apenas pra ouvir minha voz // Um oficial, após me ligar na minha folga, pedindo informações relacionadas ao trabalho, me agradeceu dizendo que eu **merecia um beijo na boca** - todos sabem que sou casada. // **Fiz mais atividades físicas que minhas colegas, pois me recusei a sair com o coordenador do meu curso de formação**.”

“Proposta para **vantagens** na carreira através de **sexo**.”

“‘Vc tem que se separar e casar com outro policial’ ‘Vc pode obter vantagens por ser fem. na instituição’. **Parar a viatura em frente ao motel**’. Mandar mensagem no celular falando que está querendo ter relação... Em festa do trabalho, ser agarrada por colega bêbado.”

“Palavras, gestos e palavras. Oficiais buscavam ficar a sós, **diziam que iriam namorar comigo**. Na situação mais grave, um oficial criou uma situação para ficar a sós, tocando minha **coxa** sem que eu tivesse dado qualquer abertura para isso. Consegui ser transferida de unidade após essa situação.”

“Palavras. De um militar recebi mensagens dizendo que sentia saudades de mim quando eu estava de folga; que **imaginava o que faria comigo se tivesse oportunidade**, se eu desse abertura; que gostava da cor do meu esmalte. De outro militar que me viu numa instrução sobre abordagem/busca pessoal recebi uma mensagem dizendo que quem deveria fazer a busca pessoal em mim era ele, e não outra policial feminina.”

“Eles acham normal contar suas **‘puladas de cerca’**, e contam em DETALHES e dizem que **se eu quiser, é só marcar o dia**.”

“Palavras: quando você vai largar **o galinha do seu namorado para ficar comigo**? Ou senão você é muito boazinha com todo mundo, então as pessoas podem interpretar mal esta bondade...”

“Palavras e toques. Insinuações de que tínhamos algo, cumprimentos inadequados (**vim cumprimentar com beijo, por trás - ambos de pé**). Até mesmo elogio com certa malícia, e devido hierarquia e ‘medo de se complicar’ no ambiente de trabalho, não dar a resposta que gostaria.”

“Toques, segurando na cintura, passando mão no cabelo, palavras chamando de **gata, de sexy** em um tom ‘de brincadeira’”.

“Toques e insinuações sobre ter ido trabalhar muito cheirosa. **Mordida no ombro**. Insinuações sobre unhas arranharem as costas. Entre outras...”

“Conversei com o responsável pela confecção da escala de serviço, precisava trocar de serviço com alguém, pois precisava trabalhar folgar em um dia em que estaria escalada. Expliquei toda a situação p meu superior e este disse: ‘Se vc fosse mais **maleável**, talvez conseguiríamos resolver isso’. Perguntei: ‘Sr está falando em relação a que?’. Ele me olhou, deu um sorriso asqueroso e disse: **‘infelizmente não consigo resolver o seu problema’**. Essa foi somente uma das vezes.”

“Palavras como **‘se me ajudar, posso te ajudar’** e entrega de presentes como chocolates.”

“Que era bonita, que eu não era burra para ficar com alguém menos/pior que ele, que eu era o **“número dele”** que queria entrar pra fila para ter uma chance comigo, que eu merecia alguém que tivesse dinheiro pra comprar tudo que eu quisesse. Que queria uma chance. Me constrangendo na frente de outros militares. Esperava para me encontrar sozinho e dar em cima de mim. Pegar na minha mão e **dizer que era uma pena eu planejar ter filhos porque ele não queria** e ele poderia ser o cara ideal pra mim. Nunca dei liberdade e nunca dei espaço pra esse tipo de constrangimento. Parou após a intervenção de outro Coronel.”

“Palavras.. do tipo que se eu quisesse ser transferida para um lugar melhor **teria que sair com ele** antes.”

“**Convite para dividir um quarto de hotel na missão. Fingir que estava me orientando enquanto apertava meu ombro, brincadeira de se esconder atrás de mim me segurando pelos braços**. Olhares indiscretos e constantes. Além de piadas sem graça e constrangedoras. Só cessou o assédio depois que mandei mensagens falando que eu gostaria que esses atos se encerrassem e que eu fosse tratada igual aos meus colegas. Por mensagem eu teria provas do assediador se desculpando pelo ocorrido, provando de que as coisas que eu dizia ter acontecido eram verdade.”

“Palavras, precisei de um folga para ir a um enterro de um familiar. E o oficial superior ficou me cantando, **perguntando qual seria o pagamento para a folga**. Com insinuações e cantadas.”

“Convites para ir a casa do **CMT**, para ir **a motéis**, sem nenhuma conversa prévia, era como se fosse uma ordem.”

“**Se eu fosse usar uma fantasia seria mais santinha ou safada**. Ele comentava minha fotos no face e mandava comentários mais ousados o inbox. Teve outro q ficou me olhando durante o tacf e veio puxar papo depois no trabalho. Aí ele foi tirar minhas medidas no

outro tacf no final do ano E falou p eu tirar a blusa aí eu não tirei, outra menina tirou e ele comentou q ela tinha uma **cinturinha** e não precisava ter vergonha de tirar a blusa. Tinha outro cara q se vc não aceitava ele no face ele vinha te xingar inbox, dizia q se fosse novinho a gente ia da moral p ele.”

“Primeira vez que trabalhei com viatura ele queria me convencer a ir pro **motel** com ele de qualquer jeito durante uma diligência. Graças a Deus nunca mais trabalhei com ele, pois logo fui transferida.”

“Durante uma passagem de serviço enquanto eu passava ao meu superior as alterações ocorridas , ele me interrompe e fala de maneira sexualizada: “vou te interromper pra falar que você esta linda demais com esse batom.” Eu era a única mulher presente e todos **os homens riram e me olharam**. Me senti desconfortável . Não foi como se fosse um elogio, ele parecia querer algo mais. Outra situação, dessa vez vivida por uma amiga: estávamos em um exercício de evacuação de aeronave quando um outro **sargento** mais antigo **deu um tapa na coxa** de uma amiga minha e eu presenciei a cena. Fomos falar com nosso chefe que disse que ela poderia sim representar contra o assediador, **mas que ela deveria se preparar para sofrer as represálias necessárias**. Ela se sentiu desencorajada e não denunciou o assediador. **Nesse dia eu percebi que não tenho amparo nenhum na instituição que eu trabalho contra o assédio.**”

“Estava em um certo momento só eu e meu superior hierárquico na sala do administrativo, ele virou pra mim e disse que eu **ficava muito mais bonita usando franja.**”

“**Pedia beijos**, falava que queria ser meu amigo que ele ajudou outras policiais e **poderia me ajudar também no que eu precisasse**, que se fosse meu marido ia cuidar de mim melhor.”

“Sempre iniciam com elogios, na época de aluna **pediam favores, mandavam mensagens tarde da noite** (e sempre iniciavam as mensagens com favores referentes ao curso, depois começavam a dizer que eu era muito dedicada, que era **muito bonita, chamava atenção, que fariam tudo para ter um tempo a sós comigo**). **Já ocorreu de superior perguntar se eu queria ser aprovada na disciplina com tom pejorativo**. Após formada, os assédios também iniciam com elogios, depois vão se sentindo na intimidade de adentrar assuntos íntimos, até que é necessário usar a rispidez.”

“Te imagino vestida de **lingerie vermelha...toda gostosinha**’ isso aconteceu com as mãos dele passando pelas minhas costas.”

“Oferecimento de **cargos.**”

“Tive um sonho sexual com você...também ja recebi bilhetes com mensagem de que **iria me aguardar num corredor escuro** após o termino de meu serviço.... também ja tive meu braço puxado fortemente com o intuito de obtenção forçada de um beijo.”

“Palavras, o oficial insistia em me dar carona e chamava pra sair com ele.”

“Pegar nas mãos (fazendo carinhos); encostar nas pernas dentro da viatura de forma proposital; mandar mensagens via wpp de forma insistente, mesmo diante da negativa de relação amorosa ; **perseguição após negativa**; colocar filme de cunho **pornográfico** enquanto trabalhava, deixando o som alto, para que a policial notasse; falar de **assuntos pornográficos** na presença da policial.”

“Mediante palavras, gestos e toques. No momento em que ocorreu, foi algo confuso, estranho, pois não sabia se era coisa da minha cabeça, se eu estava imaginando coisas... Um indivíduo ficou alisando um papel de maneira estranha, ao mesmo tempo que me olhava, elogiava (também de maneira estranha) e falava meu nome várias vezes. Outra vez essa pessoa simplesmente disse que estava feliz e queria um abraço meu e veio para cima de mim. Desviei na hora e ele continuou querendo me abraçar. **Já me perguntou se eu queria fazer filhos e eu disse que ainda não. Ele perguntou se eu estava treinando muito para fazer um.** Já me convidou para sair depois do horário (depois soube que fez isso com várias outras mulheres). Uma vez disse que estava na academia e que estava forte e pediu insistentemente que eu apertasse a barriga para eu sentir que ele estava duro. “

“Eu te dou qualquer perfume importado, viagens, melhores restaurantes e **você pode escolher qualquer escala que quiser no meu batalhão.**”

“Me chamou em sua sala, estava na companhia de uma funcionária mulher terceirizada do estado e me mostrou uma **camisinha** chamando para que saíssemos a três.”

“Ofereceram dinheiro pra me levar no **motel.**”

“O **cel** disse: ‘se vc não estivesse grávida poderíamos conversar sobre sua transferência num lugar mais reservado.’ ”

“‘Uma mulher linda poderia sofrer menos, **se você ajudar pode não tá na próxima escala extra**’. Entre outras.”

“Pedidos para sair, viajar mesmo a respostas sendo negativas. Falando para outras pessoas do trabalho sobre o interesse em mim e perguntando a eles porque eu não aceitava já que eram coisas tão legais e que eu provavelmente nunca teria feito/vivido. Falando aos outros do serviço que já havia saído comigo. Dando ordens que não são meus deveres como militar na frente de outros colegas para me sentir inferior e que eu tinha que fazer qualquer coisa que o superior pedisse. Sendo altamente rude durante o serviço me constrangendo com Resposta rudes na presença de outros companheiros por eu não ceder as investidas. Muitas vezes me encurralando em ambientes do serviço **insinuando que poderia me agarrar** (o que me deixava muito **assustada**). **Tentou me beijar** mesmo eu fardada e de serviço e tocou na minha **bunda.**”

“Chamava na sala para conversar e fazia **convites indevidos**. Sendo que eu era de vtr de área e **ficava com a vtr sem atendimento de ocorrência para conversar com o oficial.**”

“O assédio era realizado durante o turno de serviço, quando o colega compunha a guarnição juntamente comigo. O assédio consistia em palavras como: **Fica comigo, separa do teu marido**, a gente vai formar um belo casal...,entre outras cantadas. Tudo isso acontecia também na presença de outros colegas. Uma vez aconteceu também de um desses colegas tocar em minha cintura, enquanto eu lavava a minha louça no módulo da PM. Esse ato foi muito constrangedor, fiquei muito irritada, até porque isso foi feito em frente a um oficial.

“De outro militar, durante o turno de serviço e diante de outros, disse que fiquei muito bonita de batom e que eu deveria usar mais vezes. **Esse mesmo militar costuma dizer que me pareço com uma ex namorada e desperto ciúmes em sua esposa.**”

“Fui chamada pra sair para barzinho, chamada de **gostosa** em frente de varias pessoas, colocando **mão na perna**, ao passar o **coordenador** fazia expressões e sons de desejo. Tudo mesmo diante negativas das investidas!!!”

“Porque não quer sair comigo? meu DVD é pior que de fulano?; Pegar na mão na hora de cumprimentar e coçar o meio da palma com o dedo; Olhar malicioso descaradamente; **Lamber os lábios olhando**; Pegar nas **partes íntimas propositalmente pra eu ver**. Pegar na minha **vagina numa instrução** que estávamos de olhos vendados... Denunciei uma duas vezes.”

“Autoridade policial chamou para uma ocorrência e começou a **dirigir para lugar distante da cidade** como o questioneei sobre a situação estranhando o fato de outros colegas não acompanharem na “ocorrência” Me disse que era para ficar a sós e conversar melhor, então disse que não havia nenhum tipo de conserva que merecesse sigilo e que queria retornar, que entendia o que estava se passando... sobre aquela atitude, ainda **pegou no meu braço e coxa** ... insistiu se eu tinha certeza que não queria .. só depois retornou para delegacia.”

“Em um churrasco do quartel recebi uma mensagem pelo celular que exaltava os atributos feminino. Ignorei, mas continuei a receber mensagem e percebi que era algo muito sério. De serviço chamei o colega para uma conversa franca e deixei claro que não queria receber mais mensagens dele. Na conversa ele insistiu que **sonhava comigo** e q tinha interesse, mas fui firme em falar q o assunto nosso nunca deixaria de ser o profissional. Apesar dele ser casado, ele tentou me convencer que ele me faria feliz fisicamente. Tive que insistir para ele entender que a possibilidade de algum envolvimento era nula. Resolvi o assunto sem escândalo e guardei para mim, mas fiquei sabendo de uma SD que passou por constrangimento semelhante com a mesma pessoa, um **SGT** muito bem conceituado. “

“Colega querendo mostrar **vídeos impróprios**, convidando para sair etc. Insinuação.”

““Porque não sai comigo; você é muito linda; você tem namorado?”; **toques** sutis durante aulas práticas, etc”

“Foram de duas partes diferentes. **Um tentou me beijar** de forma q sua boca encostou na minha. O outro era através de palavras e convites. Ele certa vez me perguntou “quando eu iria sair com ele afinal de contas pq ele não iria se separar” e em outro momento falou q eu “estava **gostosa**” na **frente de outros militares**”

“Palavras do tipo: ‘está na prontidão (fileira indo para rua e não no administrativo (interno) pq não quer’”. ‘soldado fulana, vc não precisa aprender isso não, **daqui a pouco vc casa com oficial e vai para o adm** ‘.”

“Palavras, elogios inadequados,(nossa eu pegava hein/ **esse cafezinho ta gostoso igual quem fez/etc**), levar as palavras ou frases que dizemos no âmbito sexual havendo constrangimento, algumas vezes obrigando a um cumprimento menos formal para ter abraço ou beijo.”

“Brincadeirinhas” ridículas falando besteira pq “**vai que cola**”, frases constrangedoras se insinuando, entre outras coisas..”

“Ele dizia q eu estava cheirosa e vinga o **me cheirar** e eu saía de perto. Ele era o **meu comandante** e eu subordinada.”

“Vc é pouco ambiciosa, se quiser **pode ter o que quiser, fácil**; tudo tem um preço a pagar (para se conseguir um benefício), etc.”

“Caso eu cedesse aos convites, as coisas **ficariam melhores** para mim” (adaptado)

“Constantemente recebia convites para sair, cantadas pelas redes sociais, **oferecimento de respostas de provas e outras facilidades**, como me recusei a ceder, eu era muito castigada. Fui muito humilhada e as policiais femininas praticavam assédio moral devido ciúmes e sempre culpavam as alunas pelos assédios dos instrutores.”

“A você é uma **delícia, se não fosse casada.**”

“Sai comigo, ninguém precisa saber, faz um sgt feliz, **não estou conseguindo ficar perto de você sem imaginar coisas** .”

“Comentários desagradáveis sobre minhas vestimentas, sobre o meu corpo, **insinuações do que faria comigo caso fosse meu parceiro.**”

“**Linda, meu amor, princesa.** Toques nas mãos, no rosto, nas pernas. Gestos obscenos.”

“O banheiro feminino havia estragado, fui obrigada a tomar banho no masculino que não tinha porta, e o antigo se aproximou de mim, **me encurralando contra a parede, coagindo para que eu “ficasse” com ele, no momento estava saindo do banho, só de toalha**, minha roupa ficou atrás dele. Resisti, neguei bastante e consegui convencê-lo a me deixar em paz, ele comentava que seria ‘normal’ fazer **sexo no quartel**, que seria uma

aventura, apertando nos meus braços, nisso eu desviava meu rosto enquanto ele tentava me beijar. Era um colega jovem e bonito, mas eu não tinha maiores interesses nele, e eu estava solteira o que fez ele pensar que podia “fazer e acontecer comigo!” Me senti muito mal e com medo de ser prejudicada por ser moderna, o elo mais fraco!”

“(2017) Fui repassar uma ocorrência ao **cmt** da unidade por whatsapp, no funcional dele, e ele ficou elogiando minha foto do perfil. Sem ao menos ter qq intimidade com ele. Ou que a foto fosse sensual ou provocativa. (2020) Outro, um colega ao responder uma pergunta sobre o contato de um colega respondeu com ‘**O que ganho com isso**’. Ambas situações com superiores sem que eu tenha dado qq intimidade.”

“Me ofereceram uma promoção caso eu tivesse **relações** com determinados **Comandantes da Força**. (adaptado)”

“Gestos de boca;toques no cabelo e pescoço enquanto estava trabalhando no PC; **frases como ah lá em casa.**”

“Estava conversando sobre academia e o sub oficial disse que eu não precisava porque já era ‘**gostosa**’. O **Oficial** chefe na época ficava sempre contando **piadinha de sexo**, falando das mulheres de outros setores. E tem o sub oficial que quando chega quer ficar abraçando a gente, beijando nossa mão, se estamos sentadas ele chega fazendo “massagem” em nossos ombros, falando que estamos cheirosas...”

“Me convidou para sair, não aceitei e depois me colocou como motorista dele e que **deveria terminar meu namoro e ficar com ele.**”

“Cantadas constrangedoras, militar de graduação superior falando descaradamente que **sentia tesão por mim**, perguntando se sentia algo por ele, sem eu dar nenhuma liberdade pra isso, tinha idade pra ser meu pai.”

“**Meu comandante olhava para minhas partes e ficava se tocando e lambendo**, e depois mandou mensagem no WhatsApp elogiando minhas fotos das redes sociais. Depois que eu visualizava os “elogios” o mesmo apagava as mensagens, com medo que eu tivesse a prova do assédio, só que eu printei tudo que ele mandava, porque **infelizmente um subordinado não tem nem a credibilidade perante as autoridades pra denunciar isso.**”

“Palavras. Tais como: **gostosa**, linda, deveria sair comigo, **eu vou te fazer feliz.**”

“‘Só liguei pra ouvir sua voz.... soh vim aqui pra te ver.... coisa linda....’ entre tantas outras.”

“O **oficial** ficou me chamando para sair, para os com ele em uma festa para a gente beber muito e se divertir, eu disse que não bebia e saí de perto, ele me seguiu e **disse que me ensinaria e que a gente ia se divertir muito**. Uma outra vez, outro oficial me chamou no canto e disse que eu estava muito bonita, muito **sexy de maquiagem**, que havia gostado de mim daquele jeito e ficou me olhando com desejo.”

“Toques nas **pernas, massagens nos ombros**, apelidos, elogios, comentários grosseiros. Palavras. Boneca. **Gostosa**. ‘Queria você pra mim. **Você tem que ser minha.**’ ”

“Cantadas, **questionamentos por não atender telefonemas, insistência para sair.. perseguição** por não aceitar a investida.”

“Já ouvi várias palavras q me chatearam muito, como ser chamada p ir almoçar no **motel**, como ser chamada d **potranca pq minha bunda é grande e boa p fazer sexo**, como ter o **alojamento invadido** e ter q xingar o sgt p ele sair, enfim....já passei por várias situações.”

“Palavras: ‘**você está uma delícia hoje com essa saia**’ Toque: estava pegando documento no armário, o **Sgt** veio por minhas costas, segurou em minha cintura “pra sentir o cheiro do meu perfume em meu pescoço”. Tirou o meu coque(penteado) para ‘ver’ como eu ficava de cabelo solto.”

“Palavras, gestos e toques. Apelidos, elogios fora de contexto, olhares, convites para almoço, abraços desnecessários.”

“**Encostar na cadeira e em meus ombros/encostar a coxa na minha coxa/dizer** que devo ficar com os bombeiros casados para ir treinando/dizer em tom de brincadeira que para ele querer ficar comigo eu teria que engordar muito/dizer em tom de brincadeira que eu deveria sentar na cadeira pois minha bunda é muito pequena.”

“Não me recordo as palavras usadas, mas **meu superior se disse interessado em mim em conversa começada por ele via rede social, e só parou de insistir pois usei meu relacionamento (com outro aluna-soldado) para afastá-lo**. O simples fato de eu não estar interessada não foi suficiente.”

“Toques, abraços indesejados, convites para trabalhar com determinados superiores e **retaliação por não aceitar**, perguntas íntimas, comentários de cunho sexual. “

“Por palavras. Um delegado perguntou se eu gostaria de ir a capital fazer um curso, e la ir a um restaurante, pois **ele gostaria de me conhecer melhor fora do ambiente de trabalho, beber algo juntos**. Eu recusei. Foi na sala dele, as insinuações eram sutis, o que seria muito difícil de fazer a prova. **Dizia que era estranho o que ele sentia, porque a esposa dele era diferente de mim, e eu chamava a atenção dele, que me achava bonita. Me mandava mensagens me chamando de linda**. Também já fui transferida para outra delegacia, por um chefe imediato, quando manifestei interesse em trabalhar em outra cidade. Ele justificou que havia me ensinado o trabalho e que foi uma forma para eu valorizar onde eu estava. **Outros policiais quiseram ir na cidade no meu lugar, e ele não aceitou, disse que era para eu ser a transferida**. Mas ele sempre me elogiou na viatura e todos os colegas de trabalho diziam “ele é apaixonado por você”

“Já ouvi várias palavras q me chatearam muito, como ser chamada p ir almoçar no **motel**, como ser chamada d **potranca pq minha bunda é grande e boa p fazer sexo**, como ter o **alojamento invadido** e ter q xingar o **sgt** p ele sair, enfim....já passei por várias situações.”

“Que eu era bonita, interessante. **Queria sair comigo. Queria uma chance.** Eu ficava constrangida com a situação. Ele ligava **insistentemente** no meu celular.”

“Ficar encostando em certas partes do corpo (ex: **peitos e pernas**) ou ‘encoxando’ quando passava perto. Meios verbais: palavras como ‘**gostosa**’, ‘**quero você**’, ‘a se eu tivesse uma novinha dessas’, ‘vou entrar no seu alojamento a noite’...”

“Palavras, sempre me dizendo que estava apaixonado, e por ser casado, eu não queria. **Insistência era comigo e todas as outras mulheres do regimento.**”

“Em algumas das ocasiões fui comparada a Bruna surfistinha, figura pública conhecida por ser **prostituta**. O graduado disse: **Assim como tem a Bruna surfistinha no quartel temos a ...(citou meu nome) bombeirinha.** Fato ocorreu na frente dos colegas da prontidão e fiquei bastante constrangida.”

“Ofertas de melhores condições trabalhos caso aceitasse uma **proposta sexual.**”

“Palavras, uma das vezes: ‘você precisa sorrir mais, **precisa de um negão pra te fazer feliz, um negão assim como eu.**’”

“Mediante palavras, piadinhas e, as vezes, **toques forçado nas mãos ou braços.** Em um dos casos, tipo um abraço forçado comigo sentada, alisando as mãos pelo meu tronco. Sobre as piadinhas, um exemplo: eu sou casada com uma mulher, havia uma conversa sobre gravidez com um oficial, uma **3S e um SO**, quando esse suboficial falou pra mim **“qualquer coisa tamo aí hein” dando risadas nojentas, dando a entender que seria pra transarmos com ele caso quiséssemos filhos (eu e minha esposa).**”

“Palavras. Que eu **não deveria usar vestido no ambiente de trabalho (setor administrativo) porque mexia com os hormônios masculinos.**”

“Palavras: ficava insinuando que **queria trabalhar comigo de viatura de madrugada e que iria me agarrar.** Eu era soldado e ele era cabo.”

“Palavras, gestos e toques. Elogios fora de contexto e sem explicação, **comentários sobre sexo sem contexto**, gestos além do conveniente como abraços demorados demais... **mensagens insistente convidando p sair**, ‘declarações’ de possíveis sentimentos por parte de um dos autores, insistentes, mesmo após anos negando e deixando claro que NUNCA IRÁ ACONTECER. Assédio direto na perícia médica do Estado. Perguntas inconvenientes e fora do quadro clínico, **se aproveitando da minha letargia pela medicação (tratamento p depressão e ansiedade).** **Se fosse hj o médico iria no mínimo apanhar bastante p saber respeitar uma mulher.**”

“Queria me levar para uma viagem, um evento da corporação a nível nacional. **Em troca queria ficar comigo.**”

“Fui **filmada tomando banho por um cabo** na unidade em que servia e meu chefe falava besteiras para mim e minha colega de trabalho, como: **‘você tem cara de princesinha, já a outra mais vivida. ‘eu teria um relacionamento tranquilamente com uma menina como você’** eu tinha 21, já ele 53.”

“Vítima de **boato de ter transado com colega no alojamento**. Colegas **apontando para o pênis** em um mero cumprimento. **Insinuações de que transariam comigo sem contexto.**”

“Palavras de **admiração insistentes** e sem limites e cantadas diretas e indiretas com convites para saídas. “

“Toda vez que encontrava tinha um comentário sobre a roupa, sobre o perfume e a maquiagem. Tipo **“nossa, você tá que tá hoje, hein! Que perfume! Vou trazer você pra minha equipe”**.”

“Dizendo que eu era bonita, sorrindo demais, sendo **gentil demais, como se insinuasse algo a mais, coisa incomum em um ambiente que deveria ser muito formal. Olhando exageradamente** quando tiro a gandola ou uso traje de banho. Uma vez pedi ajuda a um colega para pendurar uma lanterna no epi de incêndio, ele ficou **encostando no meu seio** e só então percebi que se aproveitava da situação.”

“**Tentou me agarrar da última vez**, das outras vezes cantadas, em todas as vezes colegas casados: ‘nossa mas não me dá um chance hein’, ‘meu amor’, ‘sou doido com essa baixinha’, ‘dá vontade de levar pra casa’...”

“Colegas falavam que só consegui conquistar as coisas q conquistei pq poderia está **“dando para alguém”**. Ou cantadas sujas pq eles **acham q toda pfem é puta**. Tbm tive q trabalhar em funções q eu gostava pq eu não cedi as provocações. “

“Precisava fazer teste de natação e o instrutor (**lo tenente**) não permitiu que eu usasse maiô estilo macaquinho ou short, disse que eu tinha que ficar com um **maiô “cavado”**, foi o que usei, depois soube que poderia ter usado short. Outra recebi mensagens em uma rede social, de um sgt pedindo “discrição”, querendo me ver fora do trabalho, que tava de “olho” em mim desde que cheguei no quartel, que ele queria ser **“um pouco mais atrevido”**. “

“Cantadas, questionamentos sobre **preferências sexuais.**”

“Insinuando por palavras: (Nossa, vc é **boa mesmo!**) (**Fardada é gata, mas”sem roupa” - a paisana - fica melhor ainda**) (Já sabe o que fazer se quiser voltar para a escala que vc gosta) (Vem aqui na minha sala para receber orientações) (**Você linda assim não deveria trabalhar na viatura, deveria ser minha secretária**) (Não sei pq minha mulher tem ciúmes de você, eu nem teria chance, né?) (Dorme aqui no meu alojamento, é mais confortável). Gestos: Lambendo os lábios e olhando de cima-abaixo. Toques: sentando na viatura e “sem querer” colocando a **mão na perna.**”

“Eu queria sair de um setor e **ouvi do meu chefe q ela n me trocaria pq ele poderia olhar pra minha bunda** toda vez q eu saia da sala dele. Já fui **pressionada pra dizer minha opção sexual**, já tive situação de tentarem entrar no meu quarto a qual estava de serviço.”

“Palavras. Durante conversas dentro da vtr, em serviço. Comentários sobre aparência física; sobre possibilidade de, pela aparência, ter chances de conquistar superiores hierárquicos; revelações sobre comentários de outros colegas quanto aos corpos das policiais; perguntas sobre **vida amorosa**, quantos namorados, insinuações sobre **sexualidade das policiais solteiras**.”

“Me mandou mensagem pelo Whatsapp dizendo que estava apaixonado, me chamando para sair, me elogiando, o mesmo **foi ignorado porém continuou**. Em um certo dia foi até a **minha casa de madrugada** e tentou entrar. E no ambiente de trabalho **tentou me dar um beijo**, ficava me olhando com olhares de desejo.”

“**O superior mandava msg para uma outra colega de trabalho**, falando que me queria, queria sair comigo... Como eu nunca respondi as suas investidas, **ele começou a fazer perseguições**.”

“O que eu tinha pra **oferecer para sair do expediente**, pra ir para casa.”

“Palavras e toques, muitas vezes o delegado ao qual eu estava subordinada **dizia me amar, sem motivo nenhum para isso**. Passava por mim, tocava no ombro e dizia ‘te amo, fulaninha’. O delegado também já tocou no pescoço e disse que estava “bem quente”. Também quando pedi para que um dos policiais fosse entregar a nota de culpa ao preso que estava nu, o delegado ouviu e falou: **‘só faz no escuro é fulaninha’** sempre me chamando pelo diminutivo. Eu juntava meus procedimentos da semana inteira para não ir na sala dele ficar sozinha mais de uma vez na semana. Também perguntava se eu malhava e como era a **posição que eu fazia para agachamento**. Obviamente eu ficava sem graça e só ria, sem saber o que dizer ou fazer em boa parte das situações.”

“Com ‘cantadas’ de forma inconveniente, na frente de colegas. ‘Ela é maravilhosa, não é ? Queria ser marido dela’ ‘eu tenho ciúme do seu marido, vc não para de falar com ele nesse telefone’ **‘sabe o bom de grávida? É que não engravida’**.”

“Mediante palavras, em tons de ameaça. Frases do tipo **‘vc poderia estar num lugar melhor, só despende de vc’**, ‘Vc sofre tirando esses serviços pq quer’”

“Ah, então você é a dona daquela voz rouca e sexy **que faz os instrutores enlouquecerem...**”

“Chamou de **gostosa**, convites pra jantar, mudança de escala.”

“Mediante palavras e mensagens via whatsapp. Dentre tantas, certa vez estava na sala de supervisão inserido o efetivo no sistema, quando um chefe apareceu e disse: **Essa noite sonhei com você e acordei ‘acelerado’**.”

“Através de palavras como: **essa farda valoriza seu corpo**. Falava: Você é uma policial sensacional (mas olhando para o corpo).”

“Trabalhando pela primeira vez juntos, período noturno, me perguntou: **‘curte cara casado?’** Diante da minha negativa continuou **‘se nunca ficou devia tentar, acho que vc vai gostar’**. Pedi pra retornar ao pelotão e informei que não trabalharia mais com ele (sem formalizar pois seria a minha versão contra a dele já que não havia testemunha, sem contar o transtorno psicológico que causaria).”

“**Tentativa de beijar** e “elogios” impertinentes e inadequados a partes do corpo.”

“O militar foi ate a copa, onde eu estava e perguntou **‘você é discreta ?** Eu tenho namorada e vc tem namorado’ Em outra situação, eu estava sentada e o militar chegou por trás, colocou as mãos sobre meus ombros e **acariciou meu pescoço e orelhas com os polegares ...**”

“Palavras (cantadas) durante o curso de formação. Toda instrução, ele me procurava e **insistia, mas cantadas**. Mas instruções que exigiam demonstrações com contato físico, ele sempre me usava como cobaia.”

“Um superior hierárquico me mandou mensagens de textos pelo whatsapp cheias de insinuações e afirmações, uma delas foi: **‘Você acha que engana quem?’**.”

“Palavras, precisamente foi usada a frase **‘fico imaginando o que tem por debaixo dessa farda’** .”

““Você é tão maravilhosa, se não fosse casada sairia com você! **Não me responsabilizo em trabalhar com essa fem (risadas)**. Deve ser toda branquinha!!! **Eu só como carne branca!**’ Aproveitam de abraços para **cheirar pescoço**. Conversam tocando na **cintura** (como se fosse abraços lateralizados). Eu preciso de uma **fem a noite!**”

“Palavras, elogios constantes sobre a aparência, que causam constrangimento, **convites insistentes** para passeios que não cessão após recusas.”

“Através de palavras, **me chamando pra sair, eu dizendo não, ele insistindo por eu ser solteira, pq ele era bom partido**, e eu explicando q não me envolvia e nem pretendo me envolver com ninguém do meu ambiente de trabalho.”

““Elogios’ como ser muito linda, diferente das outras mulheres, **se poderia tirar fotos minha, se eu queria trabalhar em um lugar melhor que ele me colocasse**; acesso a número do celular sem minha autorização e mensagens desnecessárias falando sobre **desejos que eles têm comigo**; perseguições quando as “cantadas” não eram correspondidas; invenção de fofocas para denegrir minha imagem. “

“Convidando para sair, obrigando a dirigir o veículo pra o assediador, **tentativa de beijar**, falando que poderia **beneficiar** caso aceitasse.”

“Toda vez que encontrava tinha um comentário sobre a roupa, sobre o perfume e a maquiagem. Tipo **‘nossa, você tá que tá hoje, hein! Que perfume! Vou trazer você pra minha equipe’**.”

“-Você é tão linda precisa arrumar alguém pra cuidar de você. - **Seu batom saiu , quer quer eu tire o resto** .Etc ..”

“Que eu era uma princesa, boneca, **‘delicinha’**, que era **‘boa’....**”

“Palavras - um **Major** ao me ver disse: ‘você ficou ainda mais bonita como sargento! Dá aqui uma voltinha pra **eu te avaliar!**’ Isso na presença de um **Capitão**, que também nada fez.”

“Assediando dizendo que tá linda, dizendo que é linda quando não tá fardada, comentários de **tom malicioso** e tom constrangedor.”

“Palavras: ‘você podia me dar uma chance’ - tendo uma resposta negativa dada me retornou com o seguinte: **‘está achando que é quem, você não é isso tudo não’** Durante curso de formação: ‘e aí boneca, cadê tal coisa?’ Durante patrulhamento: ‘você está ouvindo alguém gemendo?’ Respondi que não senhor. **‘Você podia demonstrar a altura que você geme pra nós?’** Toques: já tentou sentar no meu colo, em uma sala de registro de REDS, simplesmente do nada, após vários olhares e diversas insinuações em momentos distintos.”

“Palavras, do tipo... **‘Desde que você chegou aqui não paro de pensar em você, fico pensando em você toda molhada.’** No dia que estava escalada em uma escola por conta das eleições o policial que trabalha comigo na época foi até a escola e tentou me agarrar. Depois de tudo isso constrangia os policiais que conversavam comigo, e não deixava ninguém trocar serviço comigo.”

“Palavras e toques. ‘Você namora no Rio Grande do Norte. Mas cadê seu namorado daqui?’ (Paraíba) **Se eu não fosse casado ficaria com você**”. Outra situação é conseguir meu número do celular e ficar me importunando com mensagens e **envio de fotos dele**. Além de palavras, toques constrangedores disfarçados de brincadeiras, visto que no militarismo isso não é permitido.”

“Mandando mensagens **insistentes pedindo foto minha** e falando pras pessoas que estava comigo.”

“Toque (alisando meu braço carinhosamente por trás de mim enquanto eu estava sentada); palavra (**‘você estava muito linda ontem’**) **enquanto estávamos sozinhos em uma sala.**”

“Convites para sair com superiores após o turno de serviço, **ordem para terminar relacionamento amoroso** em que eu estava.”

“Por palavras, convites pra sair, **oferecimento de propostas de sexo**, invasão de privacidade no âmbito do alojamento feminino onde as policiais trocavam de roupa e faziam sua higiene. **Com participação de pares e superiores hierárquicos.** “

“Após a realização de uma abordagem na rua, à noite, **entrou na minha frente e falou que horas que eu daria nele um beijo.**” (adaptado)

“Todas as vezes que estávamos na viatura ele ficava falando das peripécias **sexuais dele**. Perguntava se eu gostava do tipo que ele contava. Ficava o tempo todo falando ‘vc podia me levar pra dar uma no seu carro. Uma volta ou qualquer outra coisa’. **Falava que ainda bem que entraram mulheres novas na pm, mais gostosas, tipo eu, pra ele poder se divertir.** Marcava encontros com mulheres no telefone e perguntava se eu não queria ir junto. Pedi uma vez pra um outro oficial assinar um documento pra mim. De olhou na minha cara, **passou a mão no pênis dele e perguntou o que ganharia em troca.**”

“Palavras: ‘Vc é bonita’, ‘Vamos sair’, ‘Se vc quiser, **pode estar em um lugar de trabalho melhor..**’”

“2018 - Viagem de jogos militares - o **tenente pegou no meu cabelo, disse q eu estava bonita e que se eu precisasse de algo era só ligar no quarto dele.** 2019 - confraternização do CFO o mesmo tenente **tentou passar a mão na minha bunda**, eu reagi tirando a mão e ele veio dizer q eu tinha interpretado mal. Vale ressaltar que ele era oficial da coordenação do CFO. “

“Mediante palavras, com gestos, inclusive um policial chegou a se **insinuar com gesto sexual** com a parte genitália.”

“Troca de mensagem com chefe, durante missão, em que ele **insinuava q u e r e r me encontrar no bar.**”

“**Toques próximo aos seios**, palavras: ‘você é muito bonita, atraente’. Sentar muito próximo. **Insinuar vantagens por gestos físicos**, Cantadas recorrentes.”

“Elogios, e cantadas diariamente. ‘Se você quiser eu caso com você / Você podia me dar uma chance / **Se você quisesse eu te pegava toda hora...**’ ”

“Convite para tratar de assuntos do trabalho sozinhos. **Ofereceu-se para ir em minha casa.**”

“Palavras, já **fui chamada de gostosa** reservadamente e em público, já fui **perseguida** por não ceder ao assédio, Já me **proporem vantagens** caso eu cedesse ao assedio. Entre outros fatos.”

“**Meu chefe** me disse que sonhou comigo. Inventaram na Unidade que estava tendo um relacionamento com um superior. Outro colega começou a me elogiar, mandar WhatsApp.”

“Estava em forma durante um acionamento de madrugada e o Major, veio por trás de mim, olhou a minha **bunda e disse, em tom de deboche, que a minha calça estava muito apertada**. Ele mandou eu trocar a calça, assim fiz, pois era aluna e tinha medo de tudo. Na revista de tropa para a liberação do final de semana, mais uma vez, em tom de deboche e olhando para minha **bunda**, ele disse ‘**agora sim, está beeeem melhor**’. Esse mesmo **Major** me abordava em todas as instruções, estava sempre me chamando, orientando, de uma forma excessiva, o que ele não fazia com outros alunos, somente comigo.”

“‘**O seu marido é ciumento**’ entre outras palavras... “**Tirava a gandola durante a instrução teórica**, ficando de camiseta... se aproximava da minha carteira e ficava tocando em meus objetos em cima da carteira...”

“**Lembro do seu cheiro quando acordo.**”

“Sou casada com uma mulher, ele **convidou pra sair nós três**, chamando pra ir na casa dele, mesmo eu dizendo que sou casada. Sendo que antes desse episódio do assédio, ela havia praticado homofobia, dizendo que **odeia sapatão**.”

“Palavras tipo ‘**oh lá em casa.**’”

“**Como você é linda.**”

“Tocando nas costas e perguntando de onde vim (este de outro quartel), outro **perguntando se iria dormir sozinha no alojamento e se podia dormir lá também** (adaptado)”

“Cantadas pra sair, **indiretas que queria algo mais.**”

“Palavras. A que mais me chocou foi dizer na frente de colegas de trabalho o seguinte : ‘**você não é transferida porque não sabe pedir direito.**’ Isso depois de ter me oferecido ingresso para shows, dispensa sem motivo, entre outros.”

“Sugerir **troca de favores** por ser o escalante.”

“Começou com ‘vou pedir pra trabalhar com vc.’ Depois, Quando vamos sair? Você está me dando gelo. **Não tem problema eu ser casado, podemos ficar enquanto eu estiver aqui.** Era todo serviço esses assuntos. Depois me trocaram de turno e não tive mais contato. Trabalhei alguns serviços com um cara que toda hora encostava na minha perna. Mas fingia que não tinha percebido ou que era só pra dizer algo. E **muitos homens só querem uma mulher junto na viatura, pra tentar alguma coisa.** Quando não conseguem, pedem pra trocar de parceiro, **falam mal da pessoa.**”

“Você está cada dia mais linda, **não consigo para de olhar para você.**”

“Muitas vezes o assédio ocorre de forma sutil, cantadas sem graça, elogios a aparência,

convites para ir a alguma festa ou jantar (mesmo sem ter intimidade) e o assédio é acentuado quando estou solteira. Mas nunca ninguém ousou tocar.”

“Palavras, **convite para sexo.**”

“Muitas vezes o assédio ocorre de forma sutil, **cantadas sem graça, elogios a aparência, convites para ir a alguma festa ou jantar** (mesmo sem ter intimidade) e o assédio é acentuado quando estou solteira. Mas nunca ninguém ousou tocar.”

“Palavras, **convites**, elogios excessivos.”

“O superior me chamou na sala dele e insistiu que eu fizesse **sexo oral** nele. (adaptado)”

“Você é linda demais para seu namorado; **eu posso te dar condições de vida melhor**; seu cheiro me encanta; seu sorriso é hipnotizante; policial treinada faz meu tipo.”

“Você é linda demais para seu namorado; **eu posso te dar condições de vida melhor**; seu cheiro me encanta; seu sorriso é hipnotizante; **policial treinada faz meu tipo.**”

“Que sou **gostosa**, pedaçuda, que tenho um ‘**corpão**’, convites pra sair, **estou com seu procedimento, posso te ligar?**, Quer sair comigo. Todas as vezes que estava sozinha os assediadores me procuravam, ‘**sexo entre homem e mulher e normal, viu?** E eu sou discreto’ ‘quer sair comigo?’, ‘Você é mto bonita, ah se eu tivesse tantos anos....’ Entre tantas outras coisas. P.s.: Estou a disposição para dar depoimento, caso seja do interesse de V.Sra.”

“Palavras, ‘vou te ensinar o caminho das pedras’, ‘**vem comigo q você chegará longe.**’ Gestos, massagem nos ombros, pescoço, carinho no braço.”

“‘**Se não fosse a farda eu te agarrava;**’

‘Me prende’;

‘Me algema’

Entre outros.”

“Me convidou para ir ao **motel.**”

“Dentro de um elevador, o então **major** disse que **adoraria me fazer ficar acordada a noite toda**, pq ele sabia do que eu precisava, que eu era muito **gostosa** pra homem fraco e que ele daria conta de mim.”

“Achei que hoje podíamos **dormir de conchinha.**”

“Envio de **propostas para passar fim de semana em hotel para que eu continuasse no grupamento especializado que eu estava.** Por mensagens de WhatsApp e o superior me enviou fotos dele **seminu.**”

“Palavras. Certo dia falávamos em um grupo na cozinha da delegacia sobre a independência das mulheres e a mudança de paradigmas com relação a necessidade de relacionamento qdo o colega disse: **‘Uma mulher como você não pode estar sozinha, tem que experimentar o que é homem, vamos na minha chácara q eu te mostro’**. Em outra ocasião, ao chegar na delegacia vi que os investigadores estavam reunidos na cozinha e eu entrei para pegar uma xícara de café, qdo um deles se aproximou e disse alto para mim e para os outros: **‘a academia está dando resultado, dá uma voltinha’** (e segurou minha mão para eu rodar. Eu fiquei parada super sem graça com a xícara na mão). Habitualmente, quando os investigadores estão reunidos, um reforça o outro e se sentem mais seguros para assediar. Eu evito me aproximar qdo estão em grupos. Da última vez um deles disse: **‘Com esse frio seria perfeito um vinho e uma banheira com piso aquecido, você não acha?!’** (se referindo logicamente a **motel**). Trocadilhos e indiretas de cunho sexual também ocorrem com frequência, a exemplo do dia em que estava com uma banana na mão e o investigador perguntou com tom diferenciado, me fitando com os olhos e com sorriso nos lábios, **se eu gostava de banana (fazendo referência ao pênis)**. “

“Já sofri assédio de colegas de mesma graduação e superiores hierárquicos, com palavras: essa maquiagem deixa você muito atraente, **posso conseguir um lugar melhor de trabalho se sairmos para jantar**, fica linda de farda ou em qualquer outra roupa...”

“Em consulta médica no HPM, logo após **o médico ligou na minha residência me chamando pra jantar.**”

“Mediante insinuações de conotação sexual. Mediante toques (massagens nos ombros, encostar a mão no ombro, braço, perna).”

“**Me chamou pra sair mesmo sabendo que sou casada.**”

“Palavras. Um **Coronel me disse que tinha muita coisa para me oferecer, era dono de vários apartamentos em Goiânia e que podia me dar uma vaga no Curso de Formação de Oficial** e que iria me entregar um documento que eu precisava, em um lugar mais reservado, onde pudéssemos tomar uma cerveja. Como era muito nova na época, sem dizer o motivo, pedi para o meu namorado buscar o documento, pois senti muito medo, devido se tratar de um Coronel. **Hoje com 20 anos de polícia, os assédios não pararam, ainda recebo mensagens, elogios, olhares indiscretos que sei se tratar de interesses sexuais.**”

“Elogios não relacionados a natureza militar, querer **marcar encontros** para sair, **insistir** no envio de mensagens, querer me beneficiar na liberação de alguma escala de serviço **em troca de saídas.**”

“Disse que gostaria de me levar em um passeio de lancha, **o bom seria que não iria me preocupar com nota**” (adaptado).

“Um **oficial** no Curso de Formação de Oficiais me chamou para sair e eu **seria beneficiada com liberações** quando quisesse. **Ele me puxou pelo braço para fazer essa proposta.** Eu recusei.” (adaptado)

“Gestos - Fui abordada pelo indivíduo de mesma graduação, e que no momento trajava apenas **cueca e “convidava” para entrar no alojamento masculino**, se aproveitando que no plantão do dia só estávamos os dois no prédio e para chegar ao meu alojamento eu teria que passar em frente a porta de acesso do alojamento dele. Um segundo indivíduo de mesma graduação fazia o mesmo caminho de saída no final do expediente e sempre me oferecia carona em seu carro, por algumas vezes aceitei pois até certo momento não havia ocorrido nada fora do normal. **Até o dia em que agradeci e estava abrindo a porta do carro e ele segurou e puxou minha perna dizendo que poderia agradecer de outra forma.**

Palavras/mensagens - Em outra situação um superior hierárquico me enviou **foto de si mesmo mostrando o corpo e convidando para um almoço particular**, segundo ele encontro de amigos. Sendo que o mesmo é casado e não teria motivo nenhum para qualquer tipo de encontro fora das dependências do quartel.”

“‘Vc namora com um **sd pq não vai querer ficar comigo, eu sou oficial**’ invadiu meu vestiário.”

“Palavras. Foram **elogios insistentes através do instagram. Pedi para parar e que era melhor mantermos apenas a amizade, mas o autor continuou.** Parei de responder as mensagens do instagram e ele me mandou mensagem pelo whatsapp, insistindo se teria chance. De forma machista, **chegou a perguntar se tinha lugar na fila para ele.** Novamente pedi para parar de me mandar mensagem e fiz o bloqueio no whatsapp e instagram.”

“**Insistia que deveríamos sair** após o serviço.”

“Me chamou passa assistir **filme porno** com ele e **acariciou minha perna.**”

“Falou que eu era **gostosa** e que **iria me falar o dia para sair comigo.** Sem eu nunca ter dado nenhuma condição.”

“Em um plantão um investigador disse ‘**tá lisinha cheirosinha**’, em outro plantão um investigador disse ‘**vem cá minha cachorra**’ e um outro colega de trabalho me chamou de ‘**amor**’, sem nenhuma intimidade” (adaptado)

“**Chamando insistentemente para sair com ele.**”

“**Convite para sair mesmo sabendo q eu era casada.** Outra situação foi a pessoa me constranger com **comentários sobre outras mulheres** q passavam pela vtr.”

“**Meu chefe perguntou se eu estava ovulando,** faz ligações inoportunas fora do expediente pro meu celular particular, chamada de vídeo, **me chama na sala dele sem**

motivos. Nunca fez nada explícito, mas fica aquele **assédio velado** que se eu falar ele vai dizer que é coisa da minha cabeça.”

“Algumas vezes **convites (após várias) negativas.** Encostar em mim na altura dos ombros quando eu estava sentada digitando algo no notebook. **Fazer comentários ‘elogiosos’ e ‘não profissionais’ na frente de várias pessoas,** demonstrando interesse.”

“Palavras, **se ficar comigo** faço qualquer coisa pra te proteger.”

“Palavras como princesa, **vc é muito linda não deveria estar aqui,** com fulana que é casada não pode brincar (**insinuando que com as solteiras podia**)...”

“Linda, maravilhosa, **Ah! se eu tivesse uma oportunidade.**”

“Palavras (**gostaria de falar como você é bonita** etc), gestos (muitas **conversas de cunho sexual** a ponto de gerar imenso constrangimento. Eles **falavam e olhavam minha reação** e gesticulavam encarando) e **toques.**”

“Palavras. **Comentários indiscretos** em fotos, pessoalmente. **Elogios constrangedores, convites insistentes para sair,** deixam entender que se eu ficasse com ele(s) teria facilitações no curso/cia.”

“Você é muito boa em tal situação, **vou começar a prestar mais atenção em você.**”

“**Você é muito mulher para seu namorado.**”

“Você é sensual, **tem cara de que gosta de funk.**”

“Ocorrências fictícias, carícia na mão, **trancar a porta durante reunião e ficar muito próximo, dizer: ‘somos amigos, vou te proteger, você confia em mim?!’,** ligações chamando pra sair, elogio sobre perfume, conversar tocando o tempo todo.”

“Palavras, chamando pra sair via watts app, **oferecendo ‘regalias’ caso eu cedesse.**”

“**Convidar pra ir pro motel,** e perguntar se seria adepta a **trair.**”

“Me **constrangia dizendo que eu era bonita demais** para estar na manutenção e sempre que iria solicitar algo, ficava me massageando nos ombros e alisando.”

“Palavras e gestos. **Constantes insinuações** sempre com intenções diversas ao ambiente de trabalho. Cantadas e comentários maldosos. **Piadas de cunho sexual,** com a intenção de constranger.”

“**Ele falava se eu desse uma chance dele fk cmg ele me faria deixar de gostar de mulher.** Isso era direto e q daria PRESENTES aí eu falava q n gostava mas smp insistia.”

“Elogios falando que estava bonita, sorriso lindo, **tentando ficar a sós comigo.**”

“Palavras (**elogios em excesso, insinuações**, mensagens de wpp chamando pra sair).”

“‘Nossa como vc está linda venha me dar um cheiro’, em seguida o **abraço forçado**, ‘que perfume gostoso, esses olhos lindos vc é perfeita uma boneca.’ ”

“Quando era soldado, foi com toques, como carícia nos ombros, e como tenente com palavras, tipo: em uma conversa, a pessoa **se insinua** dizendo que você é muito bonita e **merece algo melhor que o homem que se relaciona**, que teria facilidades se escolhesse outra pessoa e que poderia ser mais ‘feliz’.”

“Palavras. Cantadas descabidas. Elogios à aparência enquanto despachava assuntos de trabalho. **Comentários inadequados sobre vida sexual de mulher tatuada enquanto despachava.** Comentários de que **se eu topasse alguma coisa as coisas seriam mais fáceis, ou eu conseguiria tal coisa que eu queria.** Comentários altamente sexuais em momentos estritamente profissionais.”

“**Sgt** falava que **queria ter relação comigo e minha esposa.**”

“Elogios demais sobre minha boca, falar de **preferência dele** sobre a cor do batom que eu deveria usar, **se aproximar do meu pescoço pra sentir melhor o cheiro do meu perfume**, ficar perguntando sobre minhas viagens para sondar sobre minha vida.”

“Cantadas frequentes, **comentários de cunho sexual, na presença de vários oficiais.** Ele fazia comentários indecorosos a meu respeito com **meus subordinados, meus pares e até com meu comandante.**” (adaptado)

“‘Você tem problema de relacionamento interpessoal; se eu fosse você se abria mais; poderia fazer uma piada, sorrir; mulher bonita fica no serviço administrativo ou nas BSC; **mulher na PM serve só para carregar bandeja**’; **Puxa dos meus cabelos com a desculpa que era treinamento de defesa pessoal.**”

“Palavras (insinuar querer **‘me pegar’** depois do expediente, **oferecer para me levar em uma casa de swing** após expediente, ficar me ‘convidando’ várias vezes insistentemente para sair mesmo eu tendo deixado claro que não queria) gestos (olhares maldosos e constrangedores para partes íntimas do corpo)”

“Me **dá** um **beijo.**”

“Palavras, que eu poderia conseguir o q EU quisesse. **Com insinuações sexuais.**”

“Palavras: **‘agora que te ajudei, depois temos que ver um jeito melhor de você me agradecer né...’**(falado com muita malícia).”

“Palavras, via aplicativo: **mandou falando que quando me visse queria que eu desse beijos nele**, pois tapas já havia dado demais (sendo que nunca cheguei perto dele) usou uma ocorrência p pegar meu celular e ficar mandando msg.”

“Palavras tipo vc está linda ou algum outro tipo de **aproximação de insinuações**. Algum tipo de **favorecimento na unidade**.”

“**Convite pra dormir com um Tenente-Coronel**, numa viagem a serviço... Palavras em meio a uma roda de conversa....” (adaptado)

“Sou enfermeira, então falou sobre como desejava ser cuidado por mim, como ficava **sexy de branco, se eu poderia dar banho** nele, se queria sair. **Já me puxaram pelo braço**, toques desnecessários em cintura e costas (quase nas nádegas, onde tive que desviar), chegar perto demais de maneira constrangedora.”

“Em frente aos meus colegas de trabalho ele disse que eu possuía uma energia muito sensual, que ninguém conseguia resistir a mim, disse que o meu perfume era sensual demais. quando estávamos sozinhos, **ele disse que era um estudioso das interações sexuais e que desde que seu pênis ficou duro a primeira vez ele começou a se masturbar e estudar sobre sexo. nessa ocasião, ele pôs a mão sobre seu órgão genital e simulou uma masturbação**.”

“Palavras. O mesmo **insinuou que queria ter relações comigo**.”

“Palavras. ‘Reconheço esses olhos, **poderiam estar comigo na minha sala, em um outro momento**.’”

“Palavras (**gostosa**), ações (avaliação comprometida na AADP). Elogios, mensagens constrangedoras, **comentar com colegas que vai tentar sair comigo, e sem saber que eu soube disso continuar com cantadas elogiando cabelo, corpo, dizendo que eu o desconcerto no serviço**. Me enviar mensagens dizendo como gostaria que eu chegasse no serviço. Ex: **venha com os cabelos soltos, falando sobre meu perfume e etc**.”

“Alto padrão; **quem quer rir tem que fazer rir; quem tem coque consegue tudo** (adaptado)”

“Piadinhas referentes a beleza, **convites inadequados** para sair e importunação em redes sociais”

“Palavras e gestos, o **cabo** me chamou de **linda, perfeita, gostosa entre outros. Passava a língua nos lábios e me encarava o tempo todo**. Me cercava em vários locais no ambiente de trabalho. Eu mandava parar, mas não adiantava, até que ameacei fazer uma queixa disciplinar, então ele apelou comigo e me destratou. Quando registrei os fatos ele disse que eu tinha inventado a história porque eu o devia um dinheiro e não gostei porque ele tinha me cobrado. Mas eu nunca havia sequer conversado com ele.”

“Palavras constantes, tais como: **delícia, gostosa**.”

“Gestos, olhares indiscretos, **comentários sobre meu corpo**, propostas indecentes...”

“**‘Você é o xodó do CFO’, ‘todos querem você’, ‘você não precisa ir pro interior’.**”

“**Um Major casado pediu para o meu pai me colocar na ‘fita’ dele,** sendo q também era comprometida e ele sabia disso. E outros inúmeros casos.”

“Vc poderia trabalhar comigo. **Tem a voz muito bonita, sensual.**’ Me chamava à sala dele e como era oficial e mesmo eu trabalhando em outro setor, **ficava horas sentada lá sem ele falar nada.** Mas a todo momento me chamava na sala dele.”

“Em uma instrução fui demonstrar uma técnica de arraste de vítima para retirá-la de um ambiente confinado. Tal técnica consiste em o militar ficar sobre a vítima e amarra as mãos dela sobre seu pescoço, com o intuito de o militar ficar com as mãos livres para se arrastar pelo chão levando a vítima junto ao seu corpo. Eu era a única militar feminina na instrução. Solicitei a um bombeiro que fizesse o papel da vítima. No meio da instrução ele falou, em alto e bom som, **‘eu sempre soube que a gente terminaria nesta posição’,** eu sobre o corpo dele. Imediatamente eu retirei os braços dele do meu pescoço e fiquei imóvel o resto da instrução. **Ninguém o repreendeu nem houve um pedido de desculpas. Só sorrisinhos após a fala do militar.**”

“Está passando da hora de a senhora ser promovida. **Venha trabalhar comigo que irá se dar bem**”.

“A pessoa olhou pra os meus lábios, mordeu os lábios dele e **disse que o meu batom vermelho estava muito provocante e que se não estivesse no ambiente de trabalho não sabe o que faria...**além do gesto com os próprios lábios ele fez um **som com a boca (um chiado).** Eu **me senti um objeto na hora** e dei uma cortada em tom sério, dizendo que aquilo era assédio.”

“Em 2009 tive relacionamento com militar, na ocasião um outro se achou no direito de me cantar. Ao que retruquei dizendo não ser **piranha** e o fato de me envolver com militar não abria precedência de me envolver com outros e enfatizei se continuar a insistir colocaria no papel. Já em 2019 um militar **Cb** insinuou após ver um band aid em meu braço de que eu havia saído da igreja (desviado) e que **No meu apartamento era um entra e sai e por este motivo eu tinha doado sangue, tendo a clara intenção de fazer exames para verificar se estava doente.** As implicações iniciaram após eu iniciar um relacionamento e o **Cb** com o qual nunca me relacionei ficou enciumado.”

“Um sargento antigo, a noite, usando apenas **ceroulas, veio até mim e me chamou para ir ao alojamento dele.**”

“Tudo começou com elogios profissionais, que evoluíram para elogios excessivos a **conversas noturnas sobre trabalho de um superior hierárquico. Eu respondia porque temia por ser superior hierárquico e eu,** uma tenente recém-chegada à unidade militar. Durante à noite, as conversas eram sobre trabalho, mas **começaram a evoluir para cantadas e convites noturnos pra jantar.** Havia também gestos de **toques** nas costas. O superior era casado, eu, solteira e recém-chegada na unidade.”

“Palavras (cantadas grosseiras, que continuaram sem incentivo), gestos (insinuações de beijos e carícias).”

“Palavras. Convites para sair mesmo depois de **diversas negativas**. Piadinhas do tipo **‘o que vou ganhar se fizer isso’** dentro do contexto de estar pedindo algo comum no meio militar, como uma troca de férias, por ex, e essa ser a resposta. Abraços demorados seguido de insinuações de estar tendo uma **ereção**. Cumprimentar dando **beijo no rosto, porem virando o rosto na tentativa do beijo ser na boca**. Ignorar de forma humilhante a presença da subordinada em chamadas e serviços depois de ter sido negado convite pra sair, na frente de diversos outros militares, gerando fofoca.”

“Mensagens escritas e fotos enviadas por redes sociais, **insistindo pra sair** e tentando forçar a possibilidade de formarmos um casal. Aproximações constrangedoras no local de trabalho, mostrando para todos o interesse e me prejudicando no próprio meio, mesmo já deixando claro que eu não sairia com ele.”

“**Insinuações de ordem sexual**, elogios inoportunos (“linda” etc) convite para viagens, convite para ir pra praia etc.”

“Essa farda ficou muito larga **gosto mais daquela mais justinha**”.

“Mudei a porta de entrada da sua sala para você ter que passar sempre pela minha sala, **quero ver você toda hora**”.

“Palavras de **delícia, gostosa**, ‘ah se eu tivesse sorte’, gestos de mexer nas partes íntimas.”

“Mediante palavras. Falava que eu era muito **gostosa**, que deveria ser uma delícia na cama. etc.”

“Sofri com cantadas e insinuações constantes ao ser utilizada em exemplos constrangedores por um **juiz**, que ministrava aulas de direito civil, diante de todos os colegas de profissão, onde **o professor insistia a todo momento em enfatizar minha aparência e, em instruções acerca de casamentos e divórcios, envolvia a mim, e a si mesmo, em exemplos onde simulava uma relação entre nós, insinuando situações de cunho sexual constrangedoras e desrespeitosas**. As reclamações sobre seu comportamento com o efetivo feminino são recorrentes na Instituição e se prolongam há anos, mas por se tratar de um **juiz**, nada foi feito. Além do comportamento machista, as cantadas com mulheres de todos os pelotões ocorrem abertamente e geram revolta e desconforto a todo momento. A situação se repetiu entre várias colegas.”

“Ouvia diretamente que **não havia nascido pra namorar com um soldado..que eu era mulher pra oficial**. Que se eu cedesse ao que queriam ficaria bem na corporação. Ganharia diferença de sargento. Me escalavam como motorista no 4 e 1 turno sozinha com o oficial.”

“Palavras. **Insinuação para participar de menage.**”

“Vc sabe que quem quer rir **tem que fazer rir tmb**”

“Ué, mas Fox na PM serve para que **se não para divertir os Mikes?**”

“**Tentou me levar ao motel**, ofereceu carona, convites para sair.”

“Palavras, elogios dizendo ser bonita, dizendo ter um **corpo bonito** durante uma conversa sobre assunto profissional.”

“Foi por palavras. Estava entrando na sala do delegado e a alça do meu macacão prendeu na fechadura da porta e o delegado disse que não era para me preocupar, pois **logo eu estaria entrando na sala dele sem roupa.**”

“Palavras: Gostosa, Delícia, **Convites para sexo casual**

Gestos: Picadas de olhos, Olhares Lacivos com Malícia

Toques: Durante patrulhamento **passar a mão na minha perna** e dizer que é normal, abraços com segundas intenções.”

“Palavras, toques. Por trabalhar no quartel como recepcionista, sempre que ligava pra ele para transmitir algum recado, ele se insinuava pra mim, falava que minha voz era bonita... **um tempo depois queria obter favores sexuais em troca de uma transferência minha para outra Unidade.** O problema é que eu cedi e me sinto culpada e envergonhada.”

“Palavras e toques, durante o curso de armamento e tiro ministrado por instrutores de outra instituição. **O instrutor era demasiadamente exagerado em vir ‘ensinar’, ficava se posicionando atrás para ‘mostrar’ e passava a mão no meu cabelo que estava com trança.**”

“**SD insinuou que foi comigo em patrulhamento na área rural p me seduzir.** Deixou ‘no ar’ q foi ter algum tipo de prazer.”

“Toques sutis, **elogios insistentes.** Acontecia sempre que eu era **chamada à sala dele.**”

“Palavras disfarçadas sob a aparência de brincadeiras, em relação à **minha presença na sala deixá-la mais perfumada.**”

“Se queria sair com meu parceiro mais 2 mulheres simplesmente pelo fato de gostar de mulheres. **Que ainda não havia experimentado o homem certo, que os meus ex namorados não haviam feito direito, o ato sexual.**”

“Estava em formação e **o oficial determinou que eu saísse e apresentasse a ele, logo iniciou as cantadas, elogiou meus olhos, disse que estava linda** e quando foi se referir ao meu corpo o interrompi e informei que o diálogo a ele se restringia apenas ao cunho profissional e que não permito tal intimidade e elogios.”

“Gestos e palavras. Eu estava andando, um colega passou a minha frente, me falou alguma coisa que não entendi e **tirou uma camisinha do bolso, me mostrando.**”

“Mediante palavras (cantadas, insinuações, convites para sair sem a opção de receber um ‘não’, mensagens através de mídias sociais em horário de folga com contexto sem relação com o serviço, mudança de escala por ter negado um pedido para sair...

Um dos assédios: Estava em curso de formação de soldados, quando o Aluno de Dia me informou que **o Cmt Cia** queria falar comigo. Como eu era auxiliar da Adm, achei que fosse algo sobre o serviço, ou alguma missão. Pedi permissão para entrar no recinto, prestei continência e me apresentei. De fato o Cmt perguntou algo relacionado ao serviço, mas logo depois disse da seguinte forma: **‘Te pego as 8h na sua casa? Me passa o endereço. Não vai dizer não, né?!’**. Com medo do que poderia acontecer depois, sem muito conhecimento, pedi permissão para me retirar e sem a resposta, dei meia volta, rompi o passo e **fui para o alojamento chorar**. Dali em diante, os piores dias de guarda e LEC sem nexos eram meus.

Triste que isso com toda certeza não aconteceu só comigo. Eu era apenas.”

“**Chamando pra ter sexo, dizendo que iria me colocar num lugar melhor se eu fizesse sexo com eles**, como recusei todas as vezes, eu fui chamada de antipática. Dizer que eu tinha q estar num lugar melhor pq eu sou bonita.”

“**Insinuações para sair** e depois de negado constante perseguição no trabalho.”

“Me chamou p ir fazer **uma massagem e dormir com ele** (um **capitão**) pq ele estava com dor na coluna, tocou na minha cintura. Outra vez foi um major, hj já eh **Ten Cel** que começou a massagear meus ombros em direção ao pescoço, me chamando p ir dormir com ele no meu horário de descanso.”

“Cantadas, **abraços sem ter intimidade** e algumas ‘piadas’.”

“**O mesmo exigia que eu exercesse minhas funções em seu gabinete, e se insinuava o tempo todo** com palavras, demonstrando que poderia oferecer vantagens econômicas.”

“Palavras, em uma viagem. **Dois superiores quiseram me convencer a dormir com eles dentro do mesmo quarto de hotel**. Além de sugerir que poderiam me pagar se eu quisesse.”

“Palavras de admiração e **elogios do corpo** e cantadas.”

“Aquele status da fulana com tua filha... ‘Nossa hem bonita sem farda, quase não reconheci’, ‘mulher na FAB não dá certo’, **‘deveria ter um cronograma para as mulheres poderem engravidar, engravidar só com a autorização do chefe’**, já ouvi a pessoa perguntar em que posição a pessoa teve a filha, é assédio com muitas pessoas.”

“**Foram tantas vezes e por tantas pessoas q perdi a conta**. Com cantadas (presencialmente ou por wpp), **pedidos de beijo, pedidos pra sair, falar q teve sonho**

erótico, falar q está excitado, cumprimento pondo a mão em minha cintura ou beijando meu pescoço, **tentativa de beijo forçado**. Sempre sem mais alguém por perto e sempre por superiores hierárquicos.”

“Palavras: **muito boa, hein! ; Achei q com a minha promoção teria algo com vc...** (isso em frente a parceiros e colegas de equipe) “

“Aproximação ao falar durante alguma instrução. Palavras elogiosas que ocasionaram constrangimentos, como **‘está com sede? Abre a boca que vou te dar água’ (era uma atividade de campo) ‘seu corpo é muito bonito’, ‘que rosto bonito’, ‘essa roupa está te marcando’, ‘gosto de trabalhar perto de você porque é cheirosa’, ‘abre a sua mão pra eu ver o tamanho dela’...**”

“A pessoa **ligou me assediando**, falando da forma que eu estava vestida em uma confraternização do batalhão

“Palavras. Pediu **insistentemente** meu nr telefone celular mesmo eu falando que era particular.”

Categoria 04: Coisificação da mulher (pegar, mulher como enfeite etc.)

“Tem que vir mais **mulher bonita** assim **pra enfeitar o quartel** e pra gente olhar.”

“Palavras. Brincadeiras insinuanes, e comparações do tipo: **‘mulher é igual piscina, o valor que a gente gasta com ela, equivale ao tempo que a gente passa dentro dela’**. Isso no ambiente em que só estava eu de mulher e falado diretamente pra mim. Outro comentário do tipo: **‘a verdade é que você mexe com a imaginação de muitos homens por fazer pole dance.’ Comentário vindo de um superior quando fui comentar dos assédios, se referindo ao esporte que pratico**. Tiveram outros, mas esses foram os piores.”

“**‘Gostosinha pra caralho’, ‘você é patrimônio nosso’, ‘superior só te cumprimenta pra te comer’, ‘você é fraca’,**ninguém quer trabalhar com você’, ‘você tem que se olhar no espelho e repetir que não é fraca, se tiver não dinheiro para comprar um, te dou um daqueles do mercado, com foto de mulher pelada’. Já passaram a mão não minha perna dentro da viatura. Um **sgt** usou do Instagram e Facebook para falar que **queria ver minha bunda**.”

“Cantadas. Quando estava brava falava que **poderia resolver isso, dando conotação sexual**...ou que eu era muito bonita para estar sozinha, que poderíamos nos dar bem, entre outras.”

“**Que eu era da corporação e não do meu marido**. Que havia sonhado comigo e que foi muito gostoso. Que foi trabalhar ao meu lado pq é apaixonado por mim...”

“Alguns superiores me tratavam como se eu fosse **propriedade deles**. Ouvi as palavras **“Gostosa”.. “tesão”..”sonho de consumo” “airbag especiais” .Superior me obrigava a**

usar saia (uniforme) e ficar sentada por horas na sala dele, sem nenhuma necessidade enquanto conversava com diversas pessoas ao telefone. Olhava o tempo todo para as minhas pernas. Me obrigava a servir café para ele. Fechava a porta, ao abrir, permitia a minha passagem na frente dele, porém respirava forte e assoprava na minha nuca, bem próximo ao meu corpo. Entregava flores, chocolate na minha seção, e me tocava no momento da entrega.”

“Certa vez foi achada uma **mini câmera no banheiro do alojamento feminino** (só existia eu de pfem na unidade).

*Um graduado começou a se referir a mim como “**patrimônio, minha fem**”, começou a “manipular” as escalas para que eu sempre estivesse na guarnição dele, disse a um colega que qualquer dia quando eu fosse ao banheiro ia me agarrar e segundo colegas ele chegava no serviço dizendo que “**tinha batido uma pra mim**”. Num serviço disse que queria dormir no meu alojamento, iríamos nos desestressar e ninguém precisaria saber. Quando o mandei se situar espalhou na unidade que eu só não o queria porque tava dando pra um colega de guarnição.

*Em outra unidade o comandante passou a me convidar pra almoçar **insistentemente**. Sempre falava comigo me tocando ou na perna, se eu estivesse sentada, ou passando a mão pelas minhas costas. Certo dia falou pra equipe que iríamos todos almoçar em tal lugar pra comemorar o sucesso da missão, no dia ele desmarcou com o restante da equipe e falou pro seu motorista que era só pra eu ir porque naquele dia ele ia baixar minha crista e eu ia escorrer do pau da dança (faço pole dance) direto no **pau dele**. Fui chamada à sua sala pra justificar uma ocorrência e segundo o mesmo “**segurava o bolo se eu dançasse nua pra ele, porque pra rir tem que fazer rir**”.

Categoria 05: Contatos físicos forçados

“Palavras, cantadas diversas, tentou me beijar, me jogou contra parede e me prendeu tentando me beijar. **Na viatura colocou a mão na minha perna. Tirou o pênis para fora dentro da viatura.**”

“**Passar a mão nas pernas.**” (adaptado)

“Comentários constantes sobre a aparência (“seu cabelo está bonito”, “você está muito bonita”) **acompanhado de toques não solicitados, em locais como o braço, pescoço.**”

“Militar tentou me **beijar a força**, quando desci de viatura, militar **passou a mão em mim** durante serviço.”

“Foi mais de uma vez, **ele tentou me beijar a força**, ele já me chamou pra conversar e disse quanto ele tinha na conta dele e que ele usava esse dinheiro para comprar ‘mimos’ as suas ‘amigas’ leva a jantares, paga a faculdade e o que mais ela quiser.”

“Estava na seção com o chefe quando este **tocou a minha perna sem meu consentimento**. Nesse momento me assustei, retirei a mão dele e disse para pegar na perna da esposa. Ele fingiu que não entendeu o que estava havendo. Em outra ocasião, aceitei uma carona de um oficial que eu acreditava ter uma amizade, no meio do caminho este perguntou

se podíamos dar uma volta antes, pois ele precisava desabafar, uma vez que passava por alguns problemas sérios, porém ele me levou até a casa dele dizendo que queria apenas me mostrar e lá **tentou me abraçar e beijar**. Eu me neguei e ele pediu desculpas e me levou embora.”

“Palavras: vamos sair? **Você tem restrição com homens casados?** Proposta feita por um capitão. Tirando serviço no estádio: quando sair daqui vou assumir serviço no quartel, ou podemos sair, depende de você. Proposta feita por um **capitão. Coronel** comandante da unidade militar em que servia me mandava mensagens da rede social da unidade e dizia pra eu não dizer para a capitã, que trabalhava na unidade. No serviço, durante a ronda noturna de madrugada um subtenente me **agarrou por trás, lambeu meu pescoço e disse, que estava com muita vontade de me beijar**. Após isso, tinha umas folgas a tirar, pois tinha adiantado serviços, ele ligou perguntando se estava com medo dele.”

“**Passar as mãos nas pernas durante a condução da viatura.** Aparecer em minha casa sem ser convidado e insistir para que eu abrisse a porta porque ele era superior. Dizer ‘você fica muito **gostosa** nessa farda’.”

“‘Você é linda, *I love you*, Sou apaixonado por você’ etc. tentativas de beijo. **mordida na orelha.**”

“Estava no setor sozinha de costas mexendo em uma gaveta, qdo **meu cmt pegou na minha cintura**. No momento um outro militar entrou na sala e chamou atenção dele de forma enérgica. Eu era novata e não tive mta reação no momento.”

“Um oficial entrou no meu posto de serviço e fechou as cortinas, e **me agarrou** em seguida dizendo que ninguém ia ver nem saber.”

“Um **Sgt passou a mão pelas minhas costas** e percebi que foi um **toque mal intencionado**, ao invés de um toque amigável.”

“Palavras: elogios

Toques: **pegar na cintura**, nos braços

Contexto: as vezes elogios em público. Sobre o meu profissional, aparência, piadas de duplo sentido.”

“Além de palavras, fui atacada, **beijada a força**”

“1) Palavras: está muito linda hoje, não precisa fazer nada para emagrecer, **seu corpo é ótimo**, coisas ditas referentes ao meu corpo: cintura fina, corpo ótimo, juntamente com olhares desconfortantes, coisas que constroem muito.

2) Gestos: **a pessoa muito mais antiga do que eu tentou me beijar na boca, em um jantar formal, ao vir me cumprimentar na mesa e eu não estava sozinha. Estava do lado do meu chefe, que, assim como eu, pego de surpresa, disse ao assediador: “que isso, ela é casada”. Daí o assediador disse: “é porque ela está muito linda, mais linda ainda, hoje.” Fiquei muito constrangida, me dirigi ao banheiro e não sabia o que fazer.**

Fiquei por meses pensando se havia dado alguma liberdade. Zero, nunca dei nenhuma liberdade para aquela atitude. Não tratava-se de chefe imediato, mas de militar mais antigo da mesma OM, que toda vez que me vi no corredor, **queria beijar minha mão**. Eu sempre evitava a pessoa. Nesse jantar, ele está aparentemente alcoolizado.

3) mensagem pelo WhatsApp- oficial mas antigo se outra OM que coincidente fazia pós-graduação na mesma turma que eu em instituição de ensino particular. Durante as aulas passou a sentar perto e me “elogiar”. Comecei a evitar a encontrar e a sentar perto de outros amigos. Um colega, inclusive, chegou a falar com ele para parar com as “piadinhas” porque eu claramente disse que não gostava. Por fim, pelo grupo da sala, pegou meu número de celular e ficava me mandando mensagens sem pé e cabeça altas horas da noite. As mensagens não eram, claramente, de cunho sexual, mas demonstravam que ele tinha outros interesses (não sei explicar). Não respondi e bloqueei o contato. A pessoa me constrangeu me procurando do trabalho e perguntando porque bloqueei: disse, estou me sentindo”

“Em uma confraternização o graduado me abraçou forte, **mordeu minha orelha** e disse ‘Essa Jamille é **boa mesmo**.’”

“Ele me deu um beijo na boca, inesperado e **contra minha vontade**.”

“**Toques em partes íntimas**, reiteradas vezes. O autor se aproveitava de ensaios em que havia grande aglomeração de soldados.”

“Convites para ‘comemorar’ o fim do turno ou para sair, durante a folga, mesmo deixando bem claro que sou casada. E **toques na coxa durante a condução da viatura**.”

“Após um treinamento houve um “after” com churrasco e cerveja dentro do quartel. Após algum tempo me lembrei que tinha deixado com um colega um acessório que não precisava no treinamento. Como ele foi embora, deixou o objeto na base de treinamento para que eu buscasse depois do término. Quando fui lá não estava mais, então fui procurar com o pessoal do apoio ao treinamento, pedi ajuda para um colega desse pelotão, que estava no dito churrasco mas já embriagado. Quando entramos no pelotão dele, já me empurrou atrás da porta e **começou a me agarrar, passando as mãos em mim, puxando meu coque e me beijando pelo pescoço e boca a força**. Empurrei e tentando convencê-lo de que eu queria mas se fossemos pegos poderíamos ser punidos e que podíamos nos encontrar fora dali. E consegui sair daquela situação. Mas foi apenas uma forma de defesa que encontrei naquele momento e que deu certo. Também, procurei abafar o caso, não contando para ninguém”

“Fui abordada na porta do banheiro feminino, o pmacho **forçou beijo** e ainda tentou tocar demais partes do meu corpo.”

“Indiretas, **tentativa de me beijar a força**, querer cumprimentar sempre ‘abraçando’ e se aproveitando disso, etc.”

“Palavras (mensagens no whatsapp e comentários durante o serviço) e toques (**abraço utilizando a força e contra a minha vontade**).”

“A pessoa se encostar na hora de abraçar sem ter dado a liberdade para o abraço. **Mão no quadril** na hora de “cumprimentar”, tentar ser **beijada a força**.”

“Queria me **beijar a força**.”

“Durante aula de direção, instrutor **pegou em minha perna** dentro da viatura/ superior constrangia com cantadas frequentes e palavras **pornográficas** mesmo após eu dizer que não tinha interesse e não gostava da situação.”

“Diversas maneiras. Desde msgs mais ‘sutis’ dizendo que a escala que terminaria às duas horas, mas poderia se estender, ou outras mais explícitas e diretas, **até chegar ao ponto de ser agarrada dentro do ambiente profissional**.”

“Um homem (**PM Oficial**) me prendeu no alojamento dos oficiais, que era misto, **agarrou-me à força**, esfregando-se em mim. Dizia Que nós deveríamos ter relação sexual e que ele via como eu o desejava. Tive que lutar com ele para conseguir fugir. Saí correndo. Eu era muito nova e não o denunciei, por medo. Em outra situação, um homem (**PM oficial**) disse, enquanto tomava um depoimento meu em um procedimento administrativo, que **eu despertava instintos selvagens nos homens e que ele não tinha culpa disso**.”

“Palavras, **toques na minha cintura, no meu cabelo, no meu ombro**. Todas as vezes sem autorização. Quando falei que não gostava, tive que ouvir que eu era ‘muito séria’.”

“Tentar **agarrar a força**, vc me deixa assim, vc é **muito gostosa**.”

“Gestos (piscadas e olhares), palavras (linda, gata, gostosa, perfeita) e toque (**pegou na cintura e passou a mão no traseiro**).”

“**Puxar para dar beijo no rosto** e escorregar a mão nas costas o mais baixo possível.”

“Através de **cantadas insinuadas**, já **fui agarrada forçadamente**, já me **mostraram suas partes íntimas (pênis)**, já me fizeram permanecer em uma unidade a qual não suportava ficar mais por causa de vários assédios, tive problemas psicológicos, pois os assédios não correspondidos depois SE TORNARAM FRUTOS DE ÓDIO E PERSEGUIÇÃO de alguns policiais contra a minha pessoa.”

“Mediante palavras e toques. O **coordenador do curso** me chamou na sala dele e **tentou me beijar à força, me puxando pelo cabelo**. Depois ele ia até onde eu estava fazendo aula e puxava meu cabelo na frente dos outros como se fosse brincadeira, mas eu sabia do que se tratava.”

“Palavras e gestos. Tentaram, de forma amigável, **forçar uma situação onde eu o beijaria...** Em 2010 e 2017, me ofereceram carona após o turno e, dentro do carro, forçaram a situação. **O de 2017 chegou a me abraçar de forma ‘amigável’, porém eu não conseguia me desvencilhar**. Em 2020, foi durante o serviço que meu superior conduziu a viatura para uma estradinha de chão e forçou essa situação, **chegando a me dar um beijo no rosto**.”

“Tentativa de beijar a força.”

“Durante o serviço noturno foi solicitado por diversas vezes um **beijo na boca**. Na época eu trabalhava com uma colega na mesma sala e neste dia ela havia saído para lanchar, me deixando sozinha na sala. Minutos depois um dos investigadores da instituição, que já estava com algumas gracinhas e brincadeirinhas desagradáveis comigo há alguns dias, entrou na minha sala, **fechou a porta e me abraçou sem que eu o autorizasse a fazer isso ou até mesmo sem ter dado a menor intimidade a ele para tal ato**. Eu simplesmente tremia de medo e fiquei paralisada sem ter nenhuma reação, apenas não retribui o abraço. Quando ele saiu eu simplesmente **chorei de medo e repúdio**. Eu contei o que havia ocorrido ao delegado mas **ele apenas disse que iria conversar com o investigador para que ele não fizesse mais isso.**”

“Massagem nas costas sem ser solicitada e permitida, cantadas para conseguir abertura para dar beijo..”

“Não aceitou eu ganhar destaque, pois eu não correspondeu a cantada. Outro **colocou a mão por dentro do colete, encostando no meu seio.**”

“Passar a mão nas pernas.” (adaptado)

“Dentro do elevador, um superior passou o braço pelas minhas costas e me elogiando **desceu a mão até as nádegas.**”

“Cantadas constrangedoras, **tentativa de sentir meu cheiro próximo do meu pescoço** sem o meu consentimento.”

“Palavras (cantadas e piadas de mau gosto), gestos (**fechar a porta para tentar algo**), toques (**mão na cintura, toques no braço, beijo na mão, todos sem permissão ou intimidade**).”

“Estava sozinha na seção e ele chegou **massageando meus ombros**, disse que devíamos aproveitar o fato de estarmos sozinhos, que ele ‘tinha notado’ que eu o olhava diferente, quando empurrei suas mãos e levantei ele me empurrou contra a parede e fez **menção a abrir o macacão e me empurrar pra baixo**, me esquivei e saí pela porta dizendo que não queria.”

“Passar **mão na perna**, beijo no rosto **perto da boca**”

“Ficou passando a **mão no meu braço, do ombro ao pulso, indo e voltando**. Falou que eu era linda, da cor ele gostava.”

“Palavras, gestos e toque: **‘meu bem’, ‘minha linda’, ‘princesa’, ‘você devia sorrir mais, fica linda sorrindo’, tocar no braço ao conversar, se aproximar demais ao falar, segurar por muito tempo no aperto de mão**, criar demandas aleatórias e sem sentido para que sempre fosse despachar pessoalmente a demanda, frequentemente chamar para despachar no gabinete e de modo particular, a portas fechadas.”

“Palavras e gestos. **Desde elogios (muito insistentes) até tentativas de me beijar** sem que eu tenha dado o menor indício de interesse.”

“Já tentaram me **beijar a força** em sala dentro do próprio quartel. **Carro do oficial** parado na porta da minha casa.”

“**Tentativa de me beijar**” (adaptado)

“**Toque**. Fez massagem na minha costa dizendo que eu precisava relaxar p o r q u e estava muito estressada.”

“Palavras, ‘**massagens**’ nos ombros, abraços exagerados.”

“Cantadas, **tapas no glúteo**.”

“O **Coronel** me **agarrou** pelas costas enquanto eu lavava um depósito na copa do refeitório, quando estávamos de plantão juntos e não havia outros militares no local no momento. Outra vez uma praça ficava me mandando torpedos dizendo que me **desejava** bastante, que sonhava comigo, que queria uma oportunidade de ficar comigo.”

“Um **Cb** tentou me **beijar a força** quando voltávamos de uma festinha onde vários militares também estavam, eu disse que não queria, pedi pra ele parar e ele ainda tentou assim mesmo. **Tentaram armar pra mim ficar com ele achando que porquê eu era soldado era obrigada a ficar com o Cb ou que eu não tinha querer.**

Uma outra vez um **sgt** abriu a porta do alojamento feminino sem bater... Eu estava trocando de roupa, gritei, perguntei se ele estava doido, mas o cara de pau não fechou a porta, ficou me olhando e agiu como se não tivesse feito nada.”

“**Tentou me beijar a força**”.

“Palavras: delícia/ gestos: língua nos lábios/ toques: pegar no braço/ **encostar o pênis/ ser puxada**. Contexto: trabalhando: Tirando xerox, no COPOM, no NAIS (indo buscar fichas).”

“Tentar **alisar minhas pernas, tentar beijar na boca**, piadas em relação a minha intimidade sexual, e excesso de ‘atenção e cuidado’ só comigo e não com os colegas homens.”

“Tentaram me **beijar, forçadamente** durante o serviço.”

“(Palavras)...Eu acho vc muito bonita tenho atração por vc ...(Toques) **me agarrar a força pra me beijar** .”

“Tendo as pernas alisadas.”

“Toques, **ele me abraçou de lado e quase pegou no meu seio esquerdo** onde estava um brasão que ele ia me mostrar.”

“**Forçou um beijo** dentro da academia do quartel.”

“Você é muito linda! Vamos sair pra jantar. Posso te dar um beijo? / **Tenho vontade de te beijar. Vamos trabalhar comigo?** Você fica muito linda com essa farda. Sem farda você fica muito mais linda. / **Já tentaram me beijar, me tocar em serviço**, na viatura. **Tentaram abrir meu alojamento no quarto de hora.**”

“**Beijo forçado** e palavras.”

“Palavras, mensagens, toque. Ao me ver no batalhão ficar mandando mensagens mesmo eu falando q não queria que acontecesse. Certa vez **um tenente tentou me beijar** dentro do quartel eu o empurrei, saí e nunca mais falei com ele e saí da cia que trabalhava para não vê-lo mais. Comentários mentirosos também ocorre, que ficou comigo sendo q não fiquei. O fato apenas de conversar com alguém e saírem falando que estou dando ideia. Elogios sem limites...chamar pra sair...de tudo...”

“**Tentaram me beijar a força**, em uma confraternização, imprimiram uma fotografia da rede social e colaram no armário e recém-chegada da Cia, **pegaram meu telefone para chamar para motel.**”

“Cantadas, pegar ‘acidentalmente’ na **perna** e pedidos para ter relacionamentos que foram negados.”

“Mediante toques. À época, estava em horário de folga, retornando, de ônibus, para minha cidade natal. O superior hierárquico, também de folga, estava sentado ao meu lado. Após algumas horas de conversa, inicialmente agradável, o superior **passou a mão pela minha coxa**, de maneira bastante insinuante.”

“Abraçar e **roçar o corpo** propositalmente. Convidar para sair.”

“Palavras inconvenientes, **abraços desconfortáveis, beijos no rosto, toques.**”

“**Toques na perna**, palavras obscenas “

“O **sargento passava a mão nos peitos da gente** como se fosse sem querer, chamavam para sair, iam na casa da gente na desculpa de conversar mas queriam sexo e etc”

“Toques. **Beijo forçado** vindo de um superior.”

“Através de Toque. Com a desculpa de ensinar um golpe de defesa pessoal, **me agarrou** num abraço de frente, encostando meu corpo no dele, demorou a me soltar.”

“**Toque nas coxas.**”

“Passar a mão em minha **bunda** e tentar me **beijar na boca.**”

“Através de conversas insinuantes, Cantadas e já **tentaram me beijar a força**, ao contar para o comando, **apenas fui transferida de seção.**”

“No toque físico, um superior hierárquico, **me agarrou dentro da sala, me prendendo entre os braços e tentou me beijar a força.**”

“Palavras, por todos os dias ouvir cantadas e toque, pois eu estava ensinando o trabalho pra um superior hierárquico que sentava na minha mesa ao meu lado e constantemente **‘esbarrava’ as mãos nas minhas coxas.**”

“Toques. **Esbarrões propositais em partes (tipos meus glúteos).** Piadinhas como vc me ajuda q eu te ajudo. Ficar trancada em uma sala com a pessoa.”

“Toques: superior hierárquico estava próximo a mim e em dado momento **segurou meu cotovelo** (como os deficientes visuais fazem com o seu guia) pra falar comigo, para falar próximo a mim. Uma aproximação completamente desnecessária considerando que éramos exclusivamente colegas de trabalho.”

“**Apertos no bumbum**, a convites pra **sexo.**”

“Um **SO⁴** costumava querer abraçar e beijar as meninas, como cumprimento, porém era totalmente desconfortável, ele **abraçava de uma forma que tinha contato físico com o corpo todo** e nos colocava em situações onde se você não abraçasse era mal educada e até insubordinada. Na época eu tinha chegado na unidade há poucas semanas e tinha recém me formado, tudo que eu não queria era chamar atenção, então me submetia a tal cumprimento, até o dia em que ele **quase me beijou em público e eu fiquei muito ofendida**, comecei a tratar ele com rispidez e evitava até frequentar os mesmos locais do trabalho que ele. Foi uma situação bem desconfortável. Além disso já ouvi vários comentários vulgares sobre **ménage** pelo fato de eu ser bissexual e na época ser casada com uma menina, várias insinuações e comentário velados.”

“Um colega de trabalho, também soldado, tentou me **beijar a força.**”

“Toques em atendimento a uma ocorrência de incêndio em residência (apartamento) entramos pela janela e ficamos nós dois dentro do apartamento e **o militar queria me agarrar lá dentro**”

“Palavras, gestos e toques. Palavras proferidas por alguns chefes, dentro do ambiente de trabalho, em salas de comando, a sós e também na frente de outras pessoas. Toques numa ocasião na sala de um superior hierárquico, que **tentou me agarrar me empurrando contra uma mesa e tentando me beijar.** Ele era **coordenador do curso** que eu fazia à época.”

“Eu estava na Vila Militar, onde morava, e meu vizinho **tentou me beijar**, quando desviei, ele veio com a **boca na minha orelha.**”

“Passou a mão na minha **bunda**”.

“Começou com comentários “sexuais”, convite para dormir na minha casa, que me faria

feliz sexualmente.... um dia, após uma aula, ele chegou e me **beijou na boca a força**.”

“Disse que tinha desejo em ficar comigo e depois me **cercou para agarrar**.”

“Um **Sgt** era a fim de mim e como não quis ficar com ele, me perseguiu, infernizou a minha vida, inventou histórias ao meu respeito, mandou uma lésbica me cantar, passou me depreciar perante os colegas...outros casos tmb de alguns q n te respeitam, **trocaram de roupa na sua frente**, sempre te assediando, querendo ficar com vc , te chamando pra sair , um ja **me encostou na parede e tentou me beijar**.”

“Em alguns momentos, a pessoa **tentava me apertar** ou forçar abraços. Uma das vezes, senti que ele tocou no meu **glúteo** em uma ocorrência.”

“Por várias vezes em palavras, e por vários ‘colegas’ diferentes. Fui até tocada inclusive sem eu desejar e 2 tentaram me **beijar a força**. E tbm já teve situações de ser por escrito.

“Palavras: **‘trair é normal quando duas pessoas sentem atração**.’ Toques: tentar passar a mão na perna, **agarrar pra forçar beijo**.”

“Fui agarrada à força.”

“Mediante palavras (declarações de amor inoportunas, elogios à minha beleza exterior, e dedicatória de música em eventos formais, e questionamentos sobre onde eu ia e com quem) e **tentativas de me agarrar em um ambiente que o agressor trancou pra evitar que eu fugisse**.”

“Em uma missão um militar tentou me **beijar a força**.”

“A pessoa me informou que precisava passar na casa dele pra pegar uma documentação e quando percebi que estava a sós ele tentou me intimidar por ser superior e **forçou me beijar e me tocar**. Então sai de imediato do local e ameacei que falaria a respeito se voltasse ao menos falar comigo ou chegar perto. Nunca mais tocou no assunto e finge até hoje não ter nunca acontecido nada.”

“Ao passar pelo superior, o mesmo deu um tapa em minha **bunda**.”

“Palavras, gestos, toque, tentativa de **beijo sem permissão**, de surpresa, **a força**. Em situações onde eu me encontrava sozinha em alguma sala.”

“Tentou me beijar a força.”

“Deu um **tapa na minha bunda** durante uma instrução para que eu virasse meu corpo para frente.”

“Abraços, cantadas, ficar encostando sem necessidade, piadas constrangedoras, tudo isso na frente de outros homens .”

“**Abraço ‘surpresa’ por traz** sem autorização; **beijo e cheiro** no **pescoço** de maneira inconveniente. São tantos casos... e olha que nem faço o estilo **mulherão.**”

“Elogios e **toques no ombro com apertos.**”

“Durante a festa de natal da cia, **tentou me beijar!** E depois disso, ficava chamando várias vezes em sua sala, puxando cadeira para sentar próximo a ele!”

“**Fui agarrada à força.**”

“Principalmente palavras e uma vez um superior deu um **tapa em minha bunda.**”

“Querer abraçar e beijar no rosto, **bater na minha perna** (coxa) enquanto sentada.”

“**Tentou agarrar a força.**”

“Um **sargento** me **beijou a força** quando estávamos sozinhos na Intendência da Academia de Polícia Militar. Ele sabia que eu não poderia denunciar, pois era preciso uma testemunha para fazer queixa de superior.”

“Por palavras, apelidos jocosos, afetos excessivos (abraços longos, toques nas mãos, costas e pernas, **beijos forçados** no rosto no momento de cumprimento), **piadas de cunho machista.**”

“Em uma oportunidade fui até a sala onde funcionava a sargenteação da unidade em que eu trabalhava na época, para conversar com o sargenteante sobre férias, mas o mesmo não se encontrava, porém, por alguma razão havia outro **sargento** de outro setor lá dentro da sargenteação sozinho, tendo me informado que o sargenteante não estava, mas que ele estava e já foi se levantando e vindo para perto de mim, em seguida **tentou me agarrar à força** dizendo que **‘não estava mais aguentando’**. Eu consegui me desvencilhar e saí correndo desesperada para fora da sala. Foi um horror! Como eu não tinha provas, tive que me calar e fingir que nada tinha acontecido.”

“O oficial tentou **me agarrar à força** dentro da seção, quando todos já haviam saído.”

“**Passou a mão na minha parte íntima.**”

“Toques (**agarrar a força, passar mão**), palavras como **gostosa.**”

“‘E aí fulano, essa aí? Pegava?’ ‘Senta aqui’ **‘Vamos sair, quem sabe consigo uma vaga pra ti lá.’**”

“Já fui colocada **contra parede** para ser **beijada a força.**”

“Palavras, **tentativa de forçar beijos.**”

“Beijo a força.”

“Elogios sobre perfumes, roupas que chegava ao quartel antes de ir ao alojamento e trocar pelo uniforme. A partir de um momento começou o toque, com massagens enquanto eu estava sentada na minha mesa de serviço, **mão na perna**, propostas para ganhar presentes, sem falar se queria algo em troca. Por fim, **me obrigava a pegar carona com ele** para eu ir até a faculdade, até que em certo momento, em uma dessas caronas, mostrou que estava com a pistola ao seu alcance e **quis forçar carinhos em meus seios e entre as pernas, por cima da roupa**, então eu peguei meu celular pra tentar mandar msg de texto pedindo ajuda e ele arrancou da minha mão, disse pra eu não fazer besteira. Nesse momento achei que ele ia me levar pra algum lugar e forçar o ato sexual, então eu comecei a chorar muito, ele ficou me xingando, mas me levou até a faculdade e eu descii e pedi ajuda. Conte pra um colega militar que eu confiava muito, e nós dois contamos ao sargento nosso superior, que no outro dia conversou com o Major. Acredito que por medo de uma denúncia ele parou. Eu trabalhava como Agente Temporária da PMSC na época, não tinha coragem para denunciar e não tenho até hoje, mas espero que isso um dia pare de acontecer dentro dos quartéis.”

“Lambida no pescoço.”

“Beijo forçado e palavras.”

“Palavras e gestos, elogios e tentativas **forçadas de beijos.**”

“Toques e falas. **‘Massagem nas costas’**, abraços inapropriados, conversas sobre sem motivo. “

“Ele dizia que eu era linda, mordia os lábios sempre falava comigo e estávamos sozinhos. **Ele me cercava.** E, numa oportunidade, mesmo com outras pessoas na sala, ele estava sentado do meu lado enquanto eu datilografava, então **alisou a minha perna por baixo do birô.** Primeiro não tive reação, ele repetiu. Olhei pra ele com reprovação e me levantei. Ele levantou e saiu da sala. Fui ao nosso superior e me queixei verbalmente, relatando o ocorrido. Nosso superior ficou indignado e mandou abrirem uma sindicância. Não deu em nada, ele apenas foi transferido. Não fui pra esfera civil, tive receio de ser perseguida administrativamente, pq há sempre uma inversão de valores e nós mulheres quase sempre saímos como provocadoras da situação. Uma lástima e um atraso social.”

“Forçar o beijo.”

“Tentativa de **beijo forçado**, durante uma carona; Que era uma pessoa misteriosa, durante conversas informais; Convites para ‘sair’ com determinadas pessoas; Olhares mal intencionados; Que tava/**gostosa**... entre tantas outras diversas formas e expressões.”

“Forçar beijo.”

“Toque no rosto e na perna. Utilizou a frase **“minha sargento”** enquanto **apertou meu queixo.**”

“Passava as mãos na minha perna.” (adaptado)

“Mensagens de whatsapp, **beijo forçado** em ambiente de trabalho, ameaças.”

“Mãos na perna e olhares.”

“As formas de assédio acontecem **desde as mais sutis**. A pior que me lembro foi um **cap** que **tentou alisar minha perna diversas vezes** mesmo eu tirando a mão dele todas as vezes até eu ser obrigada a descer da viatura em que estávamos.”

“Fui cumprimentar um colega e ele me puxou pelo braço e deu um **beijo no meu pescoço**. Nós estávamos sozinhos na sala, a única reação que tive foi sair imediatamente, muito nervosa. Outra vez fui questionada por um colega de trabalho que não conhecia sobre porque eu estava conversando com outro colega além de ter sido advertida por esse de que o outro estava com segundas intenções e que eu não deveria ‘dar papo pra ele’, como se tivesse o direito de se meter na minha vida. A mesma pessoa fez “piadas” de cunho sexual comigo em outras ocasiões. Outro colega de trabalho ‘deu em cima’ de mim durante a realização de algumas intimações, quando estávamos sozinhos na VTR e por dias seguiu com várias cantadas e indiretas, até que eu disse a ele que ele estava confundindo as coisas e que eu não tinha interesse nele.”

“Cantadas grosseiras de modo a constranger, mexer no cabelo, **alisar a perna**, elogios sem cabimento.”

“Sim. Era meu primeiro dia de serviço após formada. Durante o intervalo do almoço, meu companheiro saiu (acho que de propósito). Eu fiquei no computador. Então ele (sargento) fechou o portão do destacamento, foi até a sala dele me chamou até lá, eu já estava me sentindo apreensiva por estar sozinha com ele pois já tinha ouvido algumas conversas sobre ele assediar policiais... Fui até a sala, ele **me puxou pelo braço, para seu colo e tentou forçar um beijo**. Quando neguei **insistiu** novamente, me segurando com força, eu pedi por favor que parasse ele insistiu falando ‘por que não? Na sua folga então!’”

“Quando aluna soldado (2011/2012) um certo oficial me olhava dos pés a cabeça, suspirava e sussurrava meu nome de guerra no meu ouvido. Certa vez fui responsável por providenciar a refeição dos oficiais, e esse mesmo oficial, disse que **queria me almoçar, me olhando dos pés a cabeça**. Sempre que eu o encontrava ele puxava meus cabelos e me apertava nos braços e suspirava meu nome. Durante uma instrução de tiro ele **esfregou a genitália dele e deu um tapa nos meus glúteos**. Já em 2016 um coronel **me pressionou contra a porta e me chamou de gostosa**.”

“Convites impróprios, sugestões, elogios invasivos, **toques sutis na perna, braços e cabelo**.”

“Com olhares maliciosos, elogios inconvenientes, convites inapropriados, **toques na minha perna e carícias durante um serviço extra, dentro da viatura**. Contudo, consegui ser firme, ficar distante em todas as oportunidades que tinha, não levei adiante com

receio de me prejudicar por se tratar se um superior hierárquico e principalmente com receio de vir uma possível transferência de batalhão, que normalmente é pra trabalhar em outra cidade.”

“Dentro da viatura o militar **pegou na minha perna**, e em outra situação me abraçou de forma que, se eu mexesse, acabaria beijando ele.”

“Mais de uma vez, por policiais diferentes, não apenas com palavras mas também **agarros**.”

“**Pegada mais forte na cintura**, palavras constrangedoras...”

“Agarrou e **beijou** de porta fechada.”

“Toque na **perna** sem autorização, palavras de duplo sentido e olhares maliciosos.”

“Envio de **vídeos pornográficos** e toque na região da **nádega**.”

“Mão na coxa **imagem pornográfica** insinuação de cunho sexual.”

“Passou a mao na minha **bunda**”.

“Insinuações de possível relacionamento por parte de um superior. Em outro caso outro superior evangélico dizia que eu era pecadora porque era solteira e transava com namorado, mas na viatura só tinha conversas de cunho sexual. Outro me deu uma carona e **tentou me agarrar no carro**.”

“Ele me levou para um local afastado do restante da turma com a desculpa que queria conferir os alojamentos e eu deveria fiscalizar! Lá ele começou a me encarar, eu fiquei paralisada, sem entender o que estava acontecendo, até que ele aproximou seu rosto do meu, continuando encarando e depois **encostou a boca dele na minha**!”

“Palavras, toque. **Tentou me beijar**”

“Elogios, falar muito perto, abraços, **ajeitar meu uniforme sem meu pedido nem consentimento**.”

“Várias **tentativas de tocar** as minhas mãos com desculpas esfarrapadas. Aproximar o pescoço pedindo para que cheirasse e percebesse como era bom seu perfume e que sempre fazia uso de perfumes caros. **Tocar a minha aliança** falando que eu deveria largar meu noivo (na época) pois ele poderia me oferecer coisas muito melhores. **Puxar pelo pescoço tentando forçar um beijo**.”

Categoria 06: Uso explícito ou implícito da condição de superior ou do cargo/função

“Palavras e toques. Ficar querendo me abraçar, beijar, marcar reuniões fora do horário de

expediente, insinuar que os demais colegas de trabalho acham que estamos juntos, falar que sou bem vista no meu trabalho porque seria ele meu defensor quando necessário, **insinuar que dependo dele para ficar bem com o comando**, etc.”

“**Comandante da Cia me chamou na sala dele, estávamos apenas nós dois, momento em que ele me chamou pra sair com ele e eu recusei**; me levantei em seguida da cadeira, ele se aproveitou que eu estava de costas, saindo da sala, e **deu um tapa na minha bunda** e ficou rindo. Diversas vezes militares me fizeram elogios e me chamaram para sair. Já foram atrás de mim em meu momento de folga, me chamando para sair. Já pegaram meu telefone sem minha autorização e fizeram elogios e convites através do WhatsApp. Etc...”

“Em uma ocasião, após dizer que não sairia com a pessoa e que estava de serviço no dia em questão, **minha escala foi modificada** e fui avisada da troca (no intuito de me mostrar que a minha ‘desculpa’ não era mais válida), etc.” (adaptado)

“No primeiro dia de academia um aluno mais antigo disse: Vim te oferecer proteção, namore comigo e te ajudarei. **Não aceitei e recebi missões extras**.” (adaptado)
“**Ofereceu folga para ficar comigo**”. (adaptado)

“Eu era aluna do CFSD e **comandante do meu pelotão disse q queria me conhecer melhor como eu disse q não queria ele passou a me punir durante todo o curso**, durante 6 meses eu passei todos os fins de semana presa como punição até q não aguentei e pedi ajuda a uma tenente.”

“Já **me ofereceram vantagem de notas no curso de formação caso eu saísse com o instrutor**, já passaram a mão na minha coxa e falaram que comigo casariam, já me mandaram mensagem dizendo que eu desconcentrava o serviço.” (adaptado)

“Chegar e tocar no meu corpo sem eu permitir, por meio de massagens, beijo no rosto, cantada dizendo **‘Hj vc esta gostosa demais’**. Me **punir administrativamente** por meio de outra situação forçada pelo motivo de eu não dar bola p essa pessoa (**superior hierárquico**), entre outras.”

“Várias vezes, perguntando **o q ia ganhar para me retirar de determinadas missões**, sempre dando ênfase em minhas pernas, corpo...”

“Durante o serviço no curso de formação, um **Oficial** pediu para eu acompanhá-lo para ver a sua moto no pátio e me convidou para dar uma volta. Como recusei **passou a me perseguir e instaurou procedimentos contra mim** que foram arquivados.” (adaptado)

“Palavras, insinuações e **me prejudicou por saber que eu estava namorando um militar de graduação inferior a minha em vez de estar com ele**.”

“Palavras, chamava pra sair, diante das negativas **tentou me transferir**.”

“Palavras e gestos. Uma vez fui assediada durante o serviço sendo chamada de ‘**gostosa**’ pelo ‘colega de farda’. Outra vez fui assediada pelo **comandante da unidade** e como não corripondi às investidas **fui para a pior escala operacional da unidade.**”

“Toque, **cheiro no pescoço**, conversa no ouvido aproveitando o momento em que a tropa estava em forma. E por ser **Sd 2 Cl** temia punição se mexesse em forma. Quando entendi a intenção do assediador, fechei a cara; e ele disse: ‘**olha aqui Fem, aqui é sim Senhor e não Senhor**’, e evadiu. Virei a procura do assediador, que estava a minha retaguarda, porém, esse desapareceu.”

“Palavras, dando a entender que **o mais antigo deve ser sempre agradado**, não me lembro as exatas palavras.”

“**Transferências** ao não ceder a **pressão** para **prática sexual.**”

“Cantadas descaradas pedindo número de telefone; situações ocorridas em curso de formação e de especialização, **por integrantes da coordenação** do curso e por docentes militares dos cursos, que é um período em que podemos ser prejudicadas em avaliações, notas, etc.”

“Me convidou pra sair com ele e diante da negativa ele **soltou o banco da viatura sobre a minha perna** na época. Outra vez depois de um novo convite e outra recusa **me escalou na pior escala** que tinha. Depois de vários outros convites e não logrando êxito. **Minha escala sempre foi a pior**, até quando por fim, sai do seu comando direto.”

“Certo **oficial** tinha tara pelas pfns, mandou um **sd** me convidar para um jantar especial e mostrou um bolo de dinheiro. **Não aceitei e no dia seguinte escala de 12 hrs em pé sem previsão de rancho** (não foi programado refeição) enfim... essa foi uma, (das muitas), que me marcou. Palavras obscenas, eles se gabando de **orgias** durante serviço....”

“Após recusar o convite para sair com ele, **me transferiu.**” (adaptado)

“Tentou me agarrar, mandou mensagens impróprias, **mudou minha escala pq eu não queria nada com um deles.**”

“Se aproveitou do **cargo de comando** pra ficar o tempo todo me chamando na sala dele e nunca tinha nada pra dizer, só ficava me olhando.” (adaptado)

“Aproveitar-se do **grau hierárquico** para sugerir vantagens em relação a escalas e ao serviço devido a **interesse sexual.**”

“Vantagens em tratamento, benefícios no serviço e quando viu que não era correspondido trocou pela **perseguição.**”

“Superior **passava a mão** nas minhas pernas enquanto patrulhava, e **diante da recusa começou a fazer escala especiais e comunicações infundadas.**”

“Certo **oficial** tinha tara pelas pfns, mandou um **sd** me convidar para um jantar especial e mostrou um bolo de dinheiro. **Não aceitei e no dia seguinte escala de 12 hrs em pé sem previsão de rancho** (não foi programado refeição) enfim... essa foi uma, (das muitas), que me marcou. Palavras obscenas, eles se gabando de **orgias** durante serviço....”

“Enquanto estava em forma para revista na posição de descansar, o mesmo **falava baixo no ouvido** sobre como a farda marcava meu corpo e me convidava pra sair. Recusei duas vezes e ele me **puniu** pedindo pra eu me ‘anotar’, **por levar duas punições acabei puxando uma ‘cadeia’ famosa LEC de 24h**. Não era a primeira vez que isso acontecia com alunas e o mesmo **Sargento**.”

“Palavras sempre mediante cantadas e ou convites para sair. A 1a cantada foi inclusive formalizada no dia do meu casamento e a última como **neguei sair com um Diretor fui transferida** para um lugar longe de minha casa.”

“**“Vem na minha sala, eu sou teu comandante! É normal eu te chamar aqui ‘. Toçar e tentativa de beijar”**

“Palavras diretas. Meu superior me mandava mensagens me chamando pra sair. Pessoalmente comentava coisas sobre meu corpo. **Perdi uma função de comando que exercia por não ceder às investidas.**”

“Um CB **queria que eu fosse para a casa dele de qualquer jeito**. Me esperava no estacionamento, mandava mensagem no wtp. Com o passar do tempo ele percebeu que não ia acontecer de jeito nenhum, começou a me **perseguir** no quartel. Até uma comunicação indisciplinar (sem causa, a qual foi arquivada) ele me aplicou.”

“Por Palavras, meu **superior** mandava **mensagens de texto de cunho sexual**. E por eu rejeitar as cantadas, o mesmo **me trocava de guarnições constantemente, além de dificultar meu acesso a direitos.**”

“Fui **coagida a sair com um subtenente várias vezes** para não receber anotações que causavam prisão escolar.”

“Alisar, abraçar e constranger com **elogios exagerados** na frente de outros militares e servidores. No caso do oficial, **se aproveitar do cargo para criar situações** para eu ter que ficar sozinha na sala, ligar insistentemente no meu celular mesmo fora do horário de trabalho, revirar minhas gavetas na minha mesa.”

“**Foto do órgão genital/** não cedendo as investidas disse q eu não iria mais trabalhar com ele e usou outra desculpa/ tenho 4 cursos de especializadas e não autorizam minha transferência (4 convites) por boatos de um relacionamento q o cmdo acha q aconteceu.”

“Dizia que não acreditava que existisse PFem fiel ao marido, que todas as PFem’s gostavam de **putaria**, que eu deveria parar de fingir ser santa. Me abraçava pra me cumprimentar

TODAS AS VEZES, mesmo eu demonstrando que não gostava desse excesso. **Falava que eu não podia recusar o cumprimento de um superior, que era o regulamento.** Falava que não gostava de trabalhar com PFem porque a presença feminina colocava ele em **dificuldade pra se controlar.** Quando viu que eu não cedía às investidas constrangedoras, falou mal de mim pra todos os superiores da minha unidade. Inventava que eu não informava meu destino a ele quando me ausentava para realizar exames médicos, por exemplo.

Isso gerou comunicação disciplinar por atraso e criou nos demais oficiais da unidade a impressão de que eu era insubordinada e indisciplinada. Falou pra todos os oficiais que era péssima de serviço. Destruí minha reputação profissional até que eu fosse transferida de unidade em tempo recorde (cerca de 2 meses, após eu ter gastado uma fortuna com o fardamento específico da unidade desse assediador e ter todo fardamento inutilizado, tendo ainda mais o prejuízo de comprar todo o fardamento da nova unidade, que era diferente. Gastando mais uma pequena fortuna)."

"Me levou pra almoçar dizendo que era **meu chefe** e eu teria que ir. Outra ocasião marcou um happy hour com amigos e me '**obrigou**' no sentido de insistir a ir, dizendo que pararia taxi na minha casa, sabendo disso levei meu irmão comigo."

"**Era pressionada por superior hierárquico sobre atividades além do serviço,** que me perseguia todos os dias me fazendo apresentar para ele, colocava dedo na minha cara, dizia que arrancaria meu pescoço fora, me comparava a outras militares da turma dele, mostrando que eu era muito inferior e pior que todas. Depois, me chamava de apelidos carinhosos, **se aproximava de maneira constrangedora** para que eu me sentisse acuada e tivesse que ceder àquelas investidas para sair daquela situação difícil que ele me colocava."

"O delegado pediu para um colega mais próximo a mim conversar comigo, dizer que **pra eu conseguir trabalhar em uma Unidade melhor, eu teria que sair com ele.** E o colega abriu o jogo comigo. Fiquei trabalhando 6 anos nesse lugar, com escala de 24x24 (!!!) porque não sai com ele, e ele espalhou por toda a área da Seccional que sou lésbica, inclusive em outras repartições públicas, só porque eu não me sujeitei ao assédio dele."

"Um dia tinha acabado de chegar em casa do trabalho e fui deitar... trabalhava na administração...acordei com **um chefe** na minha porta da sala...**entrou sem chamar...** com uma desculpa que tinha que retornar para o quartel no carro com ele. Fiquei muito constrangimento. Conteí a um amigo da seção e pedi para ser transferida. Já era casada... Meu amigo de seção conversou com esse chefe que manteve distância. Depois soube que esse chefe já havia assediado outras militares. Sai da seção pois fui para BH fazer curso de sgt."

"Ofereceu sair para jantar. **Praticamente me movimentou (transferiu) para o batalhão dele,** mas consegui reverter."

"(1) Insinuações sobre o meu corpo, como ele era bonito, torneado, e como eu conseguiria

qualquer coisa por causa disso. (2) **Já tive q mostrar minha mão esquerda para o chefe saber se era casada ou não.** (3) **Fui obrigada a andar sem necessidade pela sala do chefe sabendo que o objetivo era olhar para o meu corpo no retorno - da porta da sala, o chefe dizia q não me via à distância (ele não usava óculos),** quando eu chegava à mesa dele ele me pediu para ligar para alguém (o que poderia ter dito comigo na porta) ou para pegar uma folha na impressora q ficava ao lado dele.”

“No curso de formação de soldados, por meio de cantadas, presentinhos, cartinhas, favorecimentos, tipo liberação da escala. **Contei para o sargento do pelotão na época e ele pediu pra eu ‘ir levando’ porque ele poderia me prejudicar. Depois de 3 anos, ele foi transferido para o meu batalhão e o mesmo me transferiu da unidade.** Resolvi denunciá-lo a **Corregedoria, apresentei as cartinhas, presentinhos e testemunhas, mas por ser oficial superior não aconteceu nada.** Depois disso, descobri que não tinha sido só eu a vítima e sim **várias policiais femininas** tinham sido assediadas por ele.”

“Palavras e gestos: **‘desejo você, quero você, sonho com você’** - perseguição dentro do quartel com **escalas extras, serviços extras qdo ele saia da escala e excesso de atribuições.**”

“Palavras. A pessoa **dizia que o Rio corria para o mar, e o mar era ele. Escalava as policiais femininas para almoços com oficiais masculinos, em plena folga, em restaurantes reservado, e quando não íamos escalava nos locais mais perigosos,** principalmente onde havia maiores índices de homicídio. Minha colega de turma estava com um colega, de serviço, quando foi alvejada em um assalto à um mercado, por um marginal. **Por não aceitar o assédio, no dia seguinte o comandante me escalou no lugar dela, sozinha e me disse que eu estava escolhendo morrer, que ele queria saber até quando eu iria aguentar.** Fui perseguida, **respondi um PAD, pedindo a minha demissão à bem do serviço público,** foram várias calúnias e falsos testemunhos, onde **as colegas que se submetiam àquela pouca vergonha, eram as que testemunharam contra as que não aceitavam. Tudo para não perder o lugar no serviço administrativo.**”

“O comandante do pelotão alterou minha escala e falou que a partir daquele momento eu só trabalharia interno. **Que eu não podia trabalhar em viatura com outro militar masculino pois as esposas tinham ciúmes e que esse era o preço que eu pagaria por ser uma mulher tão bonita** e que eu não podia deixar essa conversa sair dali, senão eu ficaria mal falada. quando eu afirmei que me sentia ofendida com aquela afirmação e com o rumo que a conversa estava tomando, ele chamou dois cabos pro caso de precisar **‘tomar uma medida mais enérgica’.** Depois disso, foram 2 anos de perseguição em escalas, xingamentos em público (incompetente, burra), comunicações disciplinares infundadas (todas arquivadas) e pra sair do comando dele precisei formalizar um relatório. A outra única pfem que trabalhava comigo pediu baixa da polícia devido aos mesmos tipos de tratamento. Todos os fatos narrados, tratamentos desrespeitosos, foram comprovados em procedimentos e testemunhas, áudios e mensagens, mas ele não foi punido.”

“Eu mando e você obedece. Depois a gente vê a **melhor forma de você me pagar isso..**”

“Palavras: convites insinuantes para conhecer a cidade, mas tinha que ser só eu e ele, dizendo q **eu devia isso por estar no curso eu me encontrava na situação de aluna** (curso de Operações especiais em uma certa área militar).”

“Palavras: novinha (não no sentido de ser uma 3 SGT nova na Força, recém formada). Geralmente por homens mais antigos, que queriam **impor sua hierarquia** para que eu estivesse por perto, me colocando de serviço extra, para que ficasse após o expediente. Ou ainda fazendo entender que a ‘**corda sempre arrebenta para o lado do mais fraco**’, com o objetivo de me intimidar. **Já fui seguida até o hospital (ginecologista), já que na época o chefe fazia questão que as militares colocassem no quadro o motivo de sua ausência no expediente naquele dia... e isso não era exigido dos homens de mesma posição hierárquica.** Quando tentei representar contra o assédio, **o cmt do esquadrão logo perguntou: mas será que ela não fez por merecer esse assédio** Colocando o assediador em posição de coitado, e eu o problema. Em outras ocasiões era nítido a presteza e a boa vontade de um oficial, com sorrisos, insinuações para um almoço, um jantar... e ao não ser correspondido os mesmos se transformavam, ficavam curtos e grossos no falar.”

“Prendeu na sala e disse que somente sairia se o **beijasse**. Eu estava de serviço e **dependia da avaliação dele durante o aspirantado.**”

“Palavras e atitudes. **Após não ceder a gracejos passei a sofrer assédio moral no trabalho, deixei de ser transferida para companhias que tinha interesse em trabalhar como forma de punição pessoal. Deixei de receber reconhecimento profissional por não querer sair com determinada pessoa.** Fui constrangida em público por recusar a me relacionar com um superior hierárquico. Já fui importunada por subordinado com mensagens inoportunas em redes sociais mesmo após manifestar meu descontentamento.”

“A transferência ta aí, o que você pode fazer pra **agradar o seu chefe aqui?**”

“Palavras, gestos e atitudes. **A pessoa chegou a me retirar da minha escala pq eu falei q não queria nada com ele,** e me expôs na frente dos meus colegas de trabalho me diminuindo como profissional.”

“Você ainda é muito nova, vai aprender que **pra conseguir as coisas na polícia tem que corresponder.**”

“**Oficial mais antigo me impedir de ir embora até tarde da noite para então convidar para sair (repetidas vezes), oficial criar situações para permanecer a sós comigo e assim fazer comentários constrangedores sobre minha aparência.** Oficial condicionar minha liberação a revista de uniforme feita individualmente enquanto mandava fazer meia volta e fazia comentários sobre meu corpo e nunca meu uniforme era bom o suficiente, tendo que repetidas vezes passar pela constrangedora revista. **Oficial mandar eu dar formula para minha bebe para não amamentar.** Ser colocada de pernoite por semanas por recusar convite para sair com oficial.”

“**Você tem que ter um superior que cuide de você** pra crescer na instituição!!!”

“**Exigiu favores sexuais** para me mudar de local de trabalho.”

“Normalmente palavras tentando oferecer **vantagens dentro da instituição** e ao mesmo tempo tentando esconder o assédio através de elogios.”

“Insinuações, convites velados, convites de caronas insistentes, mensagens pretensiosas e descabidas fora do contexto do trabalho, em horário de folga, como: Você é um doce!!! Qualquer coisa me chama!!! Estarei no meu quarto, se precisar é só chamar!!!Não vai aceitar a carona? **Tua folga pode ser garantida, nada que a gente não se acerte entre nós.**”

“O **Sgt insistia em me mandar fotos dele**, me convidar para sair com ele e após minha negação, **começou a criar situações para me punir**, fazendo até Boletins de ocorrência simplificado relatando fatos que não havia acontecido. Outro fato foi que em grupos de whatsapp o militar insistia em afirmar que eu poderia ser um tipo de militar que divulgava fatos ocorridos em ocorrências para demais militares da tropa justamente para me intimidar em relatar os assédios que ele cometia.”

“Palavras (**fui chamada pra tomar cerveja ao negar e afirmar ser casada o mesmo me informou que eu pegaria escala extra no final de semana.** “

“Palavras, como tive indicação para ser transferida, **deveria pagar o favor saindo com um superior.**”

“Me falou de forma direta que meu marido era soldado raso e ele tinha estrela e muito mais a oferecer. Mandeí enfiar naquele lugar e fui **perseguida** por dois anos.”

“Por meio de mensagem de celular me contando sobre assuntos particulares sem eu perguntar ou querer saber e pessoalmente me **chamando em sua sala para ficarmos a sós**, me fazia elogios, dizia que eu era muito bonita para estar trabalhando na rua, que eu devia trabalhar no administrativo com ele, etc. Não passou disso porque eu disse que não estava confortável com a situação, momento em que comecei a sofrer assédio moral, **minha escala de serviço foi alterada, me prejudicando, passei a responder diversos procedimentos administrativos e futuramente ele me falou que eu poderia ter evitado tudo isso se tivesse ido conversar com ele.**”

“Era meu **comandante imediato**, Sabendo que sou casada, convidou pra tomar vinho (Na presença dos meus pares) mesmo eu estando de serviço sendo que nunca dei liberdade para tal convite. Após isso, Atrapalhava meu trabalho **me forçando a exercer uma função que não era voluntária para atrapalhar minha folga para voltar para minha casa que era em outra cidade.**”

“Tentativas de contato físico, como **toques “sem querer”** em locais inapropriados, em seguida investidas por redes sociais que após serem frustradas gerou uma **perseguição**

clara através de escalas absurdas, retirada de gratificações, mudanças constantes de grupo de serviço etc.”

“Me perseguia em todos os lugares que eu estava, mudava sempre minha escala para eu dirigir pra ele, falava que enquanto eu estivesse trabalhando com ele eu que mandava, tentava ficar me tocando, encostando, **reclamei com o superior dele, ele falou quem mandou eu ser bonita e solteira.**”

“Ele me elogiava e chamava meu número em forma todo dia, me olhava com desejo e segurou no meu braço e eu puxei, **como não correspondi começou a me perseguir.** Como punição eu pagava muitas flexões e me intimidava e destratava. Cheguei a conversar com meu coordenador do CFSd, mas ele amenizou e não tive apoio, muita pressão e críticas. Decepção!”

“Palavras. Assim que ingressei na carreira. Entrei muito nova, tinha 20 anos. **E teve superiores passavam todo tipo de cantadas, convites para jantar, oferecimento de ‘cargos’.**”

Categoria 07: Ameaças

“Normalmente pedia trabalhos extras após o expediente para facilitar o acesso a mim, no início passava a mão acariciando (até na frente dos outros) como se fosse fizesse carinho dizendo que era como se fosse uma filha mas pelo toque dava para perceber que não era isso. Se aproveitou que o setor tinha tranca eletrônica e todos já tinham ido embora para me beijar a força.

Deixei claro que não queria mas ele continuou, **tirou o pênis para fora e quis me obrigar a fazer sexo oral ameaçou me punir caso contasse.**

A maior parte das vezes conseguia dar um jeito de sair mais cedo com pretexto de algum trabalho ou faculdade mas muitas outras não consegui e sempre foi o mesmo sofrimento. Uma amiga cabo denunciou um sargento de assédio e ela foi transferida, diminuíram o conceito dela e por fim ao longo de 2 anos após a denúncia ela teve a sua baixa decretada. Ele sempre usava esse caso para me ameaçar já que eu dependia financeiramente do salário para me sustentar e sustentar minha família.

Quando ainda era cabo um sargento além do assédio moral ele sempre dizia coisas inoportunas, logo que sai do curso de formação, com 6 meses na força e 18 anos de idade, ele me colocou em uma sala com mais 9 meninas na mesma situação e começou a falar que já sabia que ali no meio tinha uma putinha, que se quiséssemos “dar” pra ele tudo bem mas que lá era trabalho. E continuou com mais desaforos como, mulher menstruou eu como, minha filha menstruou, tá aí pra dar mesmo! Isso era uma reunião de “boas vindas”. Após isso também evitava ele e como punição sempre me escalava para os piores eventos e missões. Certa vez estava no refeitório tomando café da manhã (os refeitórios eram separados cabos e soldados e sargentos e Suboficiais) tinha um outro militar do plantão sentado a minha frente e esse sg chegou com mais 2 e falou “vamos sentar aqui com vcs” eu não respondi só acenei com a cabeça. Ele sentou exatamente ao meu lado sendo que tinham mais 8 cadeiras para escolher. Começou a contar uma suposta

história da noite anterior, que tinha saído como uma garota (deu todas as características de uma mulher como eu) e **disse que comeu a bucetinha, que comeu o cuzinho** e etc... eu me levantei, olhei pra ele e disse que nojo! Sai da mesa e es ficaram rindo.”

“Palavras, gestos, **toques na minha genitália, bumbum e seios com tamanha violência que arrancaram sangue e pele do meu corpo**... Ps: foram duas pessoas, entre elas o meu chefe imediato, que ocorreu em 2014 e com o outro funcionário foi em 2018... Em ambos os casos eu reporte o caso à Diretoria, mesmo assim **fui ameaçada se fizesse o boletim de ocorrência.**”

“Fui **ameaçada de ser punida administrativamente caso não saísse com o oficial**, após ser convidada para sair por um superior, casado, e responder que não me importava de sair eu, ele e a esposa, esse começou a me difamar para outros militares, relatando que eu havia saído com ele e que eu era **piranha**, que havia conseguido ir trabalhar onde eu estava devido a **favores sexuais**. Em outra ocasião fui convidada por um oficial médico, durante a consulta, a ir em um **motel**, esse usando de sua patente, ainda tentou me intimidar, disse barbaridades sobre meus **peitos** e o que faria com eles se eu aceitasse o convite. Maior constrangimento e nunca mais voltei nele. Em outra ocasião outro militar, na recepção da companhia, na frente de outros militares e paisanos que aguardavam atendimento, o superior fez comentários desagradáveis sobre o tamanho da minha **bunda**. Em outra unidade que trabalhei o comandante de Cia me humilhou, desmereceu meu serviço pelo fato de eu ser mulher, na época eu trabalhava em uma companhia especializada, Tático Móvel, e o comandante da companhia, por várias vezes me discriminou, e relatou que não permitiria que eu trabalhasse na rua pois policial feminina em viatura tático móvel para ele era viatura desguarnecida.”

“**Tocava em mim quando não tinha ninguém por perto e ameaçava**, pois na época eu queria ser transferida de cidade ele **me ameaçava** que **se caso eu contasse algo** ele trancaria minha transferência, ele era **capitão.**”

“Houve **promessas de benefício pecuniário** para que eu fosse trabalhar para tal militar e na minha omissão de resposta, **o militar entrou em contato com amigos fazendo ameaça se eu não fosse encontrá-lo**, como não fui, acabei sendo **transferida** da unidade em que trabalhava.”

“Palavras. Entre outros: ‘Você vai aprender! Que aqui.. **ou dá ou desce!**’”

“Abraços forçados, palavras, ameaças tipo **não vão acreditar em vc sou seu superior hierárquico.**”

“Você querendo ou não, **você vai ter que sair comigo.**”

“Eu não podia ficar sozinha que ele me encurralava e me **expressava contra a parede**, via vídeos pornográficos perto de mim e comentava assuntos bem chulo, exemplo de como seria a **buceta** de uma mulher morena, também tive outro assédio com outro servidor bem no início que entrei no sistema em 2013, ele passava a mão no meu rosto e o **dedo**

perto da minha boca como se tivesse fazendo menção de **sexo oral** eu não falava nada porque tinha recebido **ameaça de que colocariam ilícitos em meu pertences e me incriminariam, é muito comum esse tipo de ameaça dentro do sistema penitenciário**, fiquei três meses indo trabalhar de moto táxi, pois não tinha coragem de entrar com meu veículo no presídio.”

“Toques escondidos, pressão no trabalho para ceder aos convites, **ameaças de transferência.**”

“‘Se sair para jantar comigo pode escolher o dia que QUER trabalhar’; **‘Quem você acha que é para me dispensar? Posso fazer sua carteira acabar aqui’**. Insinuações que eu deveria trair meu marido, que eu poderia ter uma vida muito melhor... Ligações telefônicas foram diversas: ‘Você sabe que é gostosa e que eu te quero, se quiser trabalhar aqui vai ter que dar seu jeito’; ‘Sonhei que estava pelado com você’; ‘Te vi não sei onde toda provocante’...”

“Disse que queria sair comigo. Na negativa fez **ameaças** no sentido de me prejudicar.”

“Insinuações, intimações, coerções. São muitas as situações...Recebi e-mails com assuntos duvidosos, recebi convites para sair com grande insistência, fui colocada nem meio de assuntos constrangedores no meio de pares e com perguntas muito íntimas, e em situações em que não podia se ausentar da presença dos mesmos. **Fui coagida me retratar a fim de desfazer a impressão de que tentei denunciar o assédio.**”

Categoria 08: Utilização de termos e expressões com conotação sexual

“Palavras. ‘Quero **meter muito em vc**’ ‘quero **pegar você de quatro**, quero te **chupar até você gozar na minha cara**’, ‘manda foto dos seus **peitos**’, ‘quero **foto da sua xana**, eu sei que você está sozinha no alojamento’.”

“Mensagens de celular com **elogios obscenos.**”

“Um **Major** chegou a ir na porta da minha casa sem ser convidado. Um **Sgt** falou palavras chulas e em tom pejorativo dizendo que **‘ia comer meu biscoito’**. Coloquei no papel e não deu nada pra ele.”

“O assédio verbal é o mais comum. ‘Tá usando **calcinha**? Pois não parece.’ ‘Esqueceu sua garrafa d’água na vtr. Só devolvo depois que **me pagar com rala e rola.**’ ‘Com um corpo desses não precisava trabalhar. Fala comigo.’ São inúmeros os assédios, esses são os mais recentes. Agora, um exemplo mediante toque: um capitão chegou por trás de mim, que estava sentada, e fez uma **‘massagem’ nos meus ombros**, dizendo que eu parecia cansada. E que sabia como me fazer relaxar. Retruquei na hora e falei em alto e bom som que nunca havia dado esse tipo de liberdade, nem para ele nem para ninguém no trabalho. E que a próxima vez que ele encostasse o dedo em mim, eu iria fazer uma queixa dele.”

“O **Sgt** me perguntava a cor da minha **calcinha**, se era fio dental.”

“Palavras. Referente a uma informação de uma marca íntima (nascença) no órgão genital. O abusador disse: **Fiquei sabendo da sua(marca). Se você quiser eu não conto pra ninguém, mas deve ser uma delícia.**”

“Gostosa, cara que dá gostoso, **queria te comer ao menos uma vez.**”

“**‘Qual posição durante o sexo pra ter filho homem?’** - Eu estava grávida e não tinha intimidade com o falante. Sendo que ele assedia todas as mulheres do serviço. Com olhares, gestos e insinuações.”

“Estava deitada no meu alojamento e o msm entrou. chegou próximo a mim e pediu pra tirar o fone de ouvido, no caso pra ouvir o q ele tinha a falar. Em seguida fez gestos obscenos imitando uma **relação sexual, ficando na posição de 4 na minha cama e falando todos os anseios sexuais q tinha por mim, que me colocaria de 4 que ia meter muito, puxar meu cabelo, que eu iria pedir mais, enquanto simulava isso gesticulando e falando e pedindo pra imaginar ele me ‘comendo’**. E comentou q iria falar mais baixo pra ninguém ouvir, eu fiquei abismada e sem reação. Em seguida pedir pro mesmo sair do meu quarto e **bateu na minha bunda e me chamou de “cachorrinha”**. E fechou a porta e saiu.”

“Elogios, conversas sobre como **pegava mulheres.**”

“Palavras, cantada de um colega casado. **Perguntou-me se queria uma chupada.**”

“Falando que a vida poderia ser melhor ou pior se tivesse algum relacionamento íntimo. Ofereci um bolo e **me disse que queria mesmo era ‘comer’ eu.**”

“Toques nas pernas,forçando abraços e beijos, dentro da viatura de serviço ou dentro do destacamento. Palavras como que dia vamos ficar, que dia vc vai me dá um beijo, **que dia vamos transar.**”

“Palavras ‘Nossa, você está muito estressada, **está precisando fazer sexo. Eu vou dormir hoje no quartel, você pode vir aqui a noite!**’ ou ‘você tem um cabelo grande, né? **Estou imaginando eu enrolando ele no meu braço e puxando assim, óh!**’ (Fazendo o gesto com o punho fechado e colocando o punho na direção do próprio órgão genital) ...”

“Vai ficar se guardando pra quê? **Pra terra comer?**”

“Comentários sobre meu corpo. **Ofensas sexuais em forma de piada.**”

“Mediante palavras (‘nossa, quando vejo você entrar na sala, já me imagino fazendo **sexo oral** em você... Quer parar de tirar guarda?!’, porém, com outras palavras ?. ‘Você fica ainda mais gostosa com essa farda... Se me deixar tirá-la toda, vc não tira mais guarda, ou te troco de setor’.”

“Palavras: major me disse na cara...” Quando quiser **dar um tapa na perseguida** só me avisar que te ajudo com isso.” **Aspirante a oficial** me retirou várias vezes da guarda do quartel, na época da escola de soldado, pra ficar rodando com ele na viatura até a gasolina acabar, qndo a gasolina acabava ele voltar para o quartel trocava de viatura e voltamos a rodar por horas e horas ,com papos aleatórios que sempre terminavam em assuntos sobre sexo e relacionamentos...obs: a função desse aspirante nessa ocasião não era fazer o patrulhamento ostensivo...Em relação aos **sargentos** sempre assediavam com palavras, insinuações...iniciavam assuntos inconvenientes sobre sexo, nos dirigindo a palavra diretamente ou conversando com soldados masculinos sobre assuntos íntimos de cunho sexual, ignorando completamente a nossa presença no recinto....e ainda foi deixado subentendido, por alguns sargentos da Corporação, **a condição de ter algum tipo de relação de cunho sexual com tal superior como condição de permanecer trabalhando em determinado destacamento PM** ...como não cedi aos assédios, me lotaram em vários lugares diferentes e distantes...São 7 anos de Corporação e desgaste físico e emocional... Trocam os comandantes entretanto, permanecem tais problemas como se fosse uma doença incurável.”

“O **sexo** faz bem para saúde, vc sabe quantas calorias perdemos? É melhor que academia.”

“‘Vou **te levar para cama**’ e outra pegou nos meus seios ameaçando que eu não seria **promovida**. Até hoje não fui,”

“Palavras: “**paraense gosta de sexo**”, “**mulher do norte tem fogo né?**”, e toques, abraços, passada de mão onde não deve, perguntas indecentes, presentes indecentes, etc”

“Quero **te pegar e fazer tudo** com vc.”

“Abraços mais demorados. Uma foto de biquíni minha circulou no grupo dos homens antes mesmo de eu pisar no quartel após ser transferida. Uma vez estava com umas balinhas no bolso, ofereci pra um sargento e ele aceitou mediante o seguinte comentário: **aceito porque estou mesmo precisando engrossar o leite**. Estava com uniforme de educação física (nunca tinha usado antes nesse quartel) e logo em seguida veio o seguinte comentário De um sargento: **vou te passar um bizu**, evita usar esse short pq ele marca muito **suas pernas** e vc sabe como é homem.”

“**Ainda vou te pegar.**”

“Palavras, gestos... Fazia comentários grosseiros sobre partes íntimas do corpo ‘nossa, imagina esse **#@zinho...**’; convites, comentários, brincadeiras e insinuações sempre voltadas pro lado sexual ‘imagina a gente num **motel**, ia ser louco’; ‘**eu trouxe, pega a minha extensão aqui, é grande, grossa e funciona bem, você vai gostar**’; ao pegar alguma coisa da mão, por exemplo, segurava e acariciava minha mão de forma insinuante e invasiva; simulava chantagens (“eu ajudo, mas entra aqui (carro) pra me explicar melhor”).”

“Ele veio arrumar meu computador e falou comigo **tocando no lado direito da minha coxa** e outro dia mexendo no meu computador me falou que iria **enfiar o pendrive em mim.**”

“**Você está feliz hoje a noite foi boa heim!!**” “Vc está rindo de mim ou para mim?”

“Se já apanhei **na hora H** e se tinha curiosidade”

“Palavras, observação de detalhes do corpo, **perguntas sobre sexo...** Entre outras.”

“Costumam usar palavras baixas e insinuações sexuais. Já chegaram a exibir vídeos e fotos de outras PFEMs.”

“Ele chegava para fazer a minha rendição bem adiantado e fazia sempre elogios, eu fingia não entender. O indivíduo fez comentários com outros colegas de trabalho, dizendo que **‘soube’ que eu era muito boa de cama e que iria me ‘pegar’.**”

“Por ser homossexual, **sempre ouvia que precisava de um homem de verdade pra me fazer ser mulher, precisava de um homem que me pegasse de jeito**, ouvi que minha bunda tinha crescido, que eu estava gostosa, e algumas tentativas de passar a mão nos peitos e bunda, tentativas de me beijar, mas todas não concluídas pois eu nunca permiti.”

Categoria 09: Estupro

“Toque tentativa de **estupro**” (como não houve maiores informações, não é possível relatar os detalhes, contudo a gravidade ao mencionar “estupro”, fez com que os pesquisadores mencionassem esse relato)

“A primeira vez com mensagens via WhatsApp com ameaças e depois posterior **beijo forçado**, a segunda vez com **beijo forçado e tentativa de estupro.**”

“Um **investigador, tentou me estuprar** na sala dele, quando fui levar um Inquérito Policial, que era para ele. Só não conseguiu porque peguei a arma dele, mas **me tocou com o órgão genital dele pelo meu corpo, beijou meu corpo, boca.** Tem 1,87 mais ou menos eu 1,69, não conseguia me livrar. Falei com o Delegado, fui ao órgãos responsáveis e a única coisa que passei foi constrangimento. Ele passou de investigador para plantonista e faz Boletins de Ocorrência hoje.”

“As que mais marcaram

COMO SOLDADO:

- Palavras: ouvir alguém dizer que não sabia como eu não emagrecia cada vez que ele olhava ou pensava em mim (percebi queria de referiu a masturbação), fingi que não ouvi. Gestos e toques: -Ainda como aluna soldado, após um policiamento em um show público que acabou pela madrugada, não havia mais ônibus para que eu e mais duas colegas fossemos para casa. Então um superior ofereceu carona para as três. Ocorre que pelo

itinerário eu seria a segunda a ser deixada, mas ele passou direto para deixar a outra e para me deixar por último, mesmo eu já tendo dito anteriormente onde era minha casa. **quando ficou comigo no carro tocou minha perna enquanto falava e eu em afastei, fui ficando com medo. Ao chegar na rua da minha casa ele parou e disse 'e o beijo de despedida?' e tentou me beijar.** Eu disse que não que ele era casado e tinha entendido alguma coisa errado, ele disse que não era nada demais aquilo, mas que eu esquecesse o que aconteceu que ele ia esquecer também e ambos fingíssemos que nada aconteceu e ele nunca mais tentaria nada.

- Fui deixar um documento em um local onde um determinado militar já havia soltado algumas cantadas. Nesse dia fui deixar na sala dele, ele disse que eu estava muito bonita e em certo momento se levantou e veio em minha direção, eu eu caminhei pra trás e me espremi na parede, quando ele chegou mais perto corri e sai da sala. Depois disso ele passou uns 7 dias ligando pra minha casa, pra meu local de trabalho e eu nunca atendia. Ele mandou um bilhete dizendo que não queria ter me assutado e que queria conversar comigo. Eu nunca mais cheguei nem perto de onde esse homem trabalhava. Graças a Deus ele parou de tentar se aproximar. Depois desse evento acabei namorando um outro militar para ver se me sentia mais protegida (eu tinha 19 anos imatura demais), acabei arrumando uma relação sem futuro e abusiva.

COMO CAPITÃ: - durante uma reunião **um coronel pôs a mão na minha perna por baixo da mesa eu me afastei olhei com cara feia e os outros oficiais da reunião (todos homens) olharam pra mim sem entender.** Eu fiquei com medo de dizer o que havia ocorrido (pois sempre dizem que estamos exagerando) e me calei. Depois o coronel veio dizer que foi sem querer e pedir desculpas, disse realmente não percebeu.

ESSA FOI A PIOR DE TODAS: Durante uma viagem a trabalho, tive um horário de folga a noite no ultimo dia e fui ver um amigo militar gay e seu companheiro. Combinamos de nos encontrarmos em um barzinho da cidade. Comentei aleatoriamente com um dos colegas que tb estavam na missão comigo que iria ver esse pessoal. Quando fui para o barzinho e encontrei com o casal de amigos, esse colega tb apareceu lá e sentou na mesa conosco. Até aí tudo bem. Ocorre que bebi cerveja como as vezes fazia , tomava três ou quatro longnecks. Nesse dia mesmo tomando essa mesma quantidade, nao sei por qual cargas d´água fiquei bêbada (desconfio o que pode ter sido isso mas nao tenho com ter certeza), e eu detestava ficar bêbada, depois disso passei a ter ódio. Esse colega que estava na mesma pousada que eu disse que me deixaria lá. Ele me levou e infelizmente as recordações que tenho sao de **flashs ele as vzs em cima de mim, e as vzs em pé se masturbando.** Quando acordei que me dei conta do que tinha ocorrido, fiquei arrasada, me culpei muito por ter bebido e fiquei pensando que minha carreira toda iria por água abaixo, minha imagem. **Pra piorar ele tirou uma foto minha com ele e ficou usando esta foto para me chantagear** (nao de forma direta ele sempre deixava a entender que podia usar a foto). Pedi pra ele apagar e ele dizia que não que iria guardar aquela linda lembrança e que o que tinha feito fez por amor, porque guardava esse sentimento dentro dele já. Sei que minha vida virou um inferno, de **tortura psicológica, chantagem**, ele sempre usava isso, e eu acabei fazendo e dizendo coisas que eu tinha nojo com medo de ele acabar com minha imagem, pois sabia que não iam acreditar em mim, que iam dizer

que a culpa eram minha porque eu estava bêbada. Em certo momento não aguentei mais fui falar com um superior para ele tomar medidas, falei sobre o ocorrido com ele de uma forma meio eufêmica por vergonha. **E assim como eu temia ocorreu: como resposta do assédio que vinha sofrendo recebi outro assédio pois a pessoa olhou pra mim e disse que acha que também não resistiria a uma mulher como eu perto dele.** Não consegui mais falar nada, só balancei a cabeça e me calei. Ele disse que ia tentar mudar o demônio lá de local, mas nada aconteceu. Eu enfrentei o abusador e disse que ele podia fazer o que quisesse com a foto que era melhor tudo no ventilador mesmo ele ainda me perseguiu um tempo, ficava procurando coisas erradas na minha gestão para me indiciar. Pedi pra sair do local onde eu trabalhava, **falei para um superior do superior que tinha sido violentada ele olhou com cara de quem achava que eu tava exagerando,** mas atendeu meu pedido de me tirar de onde eu estava e me mandar para um outro lugar escolhido por mim. e só assim tive um pouco de paz. Depois disso **fiquei com uma certa raiva de homem, vontade de chorar toda vez que tenho relações. Faço terapia e ele segue sua vida normal e de sucesso.** Depois descobri que **tentou fazer isso com ao menos mais duas colegas de formas diferentes.** Tem um perfil de psicopata, parece irrepreensível para a maioria das pessoas.”

Categoria 10: Diversos

“Na época eu era responsável pelas refeições do quartel. Todos os dias eu passo maquiagem, no entanto, nesse dia não passei e estava com a feição abatida. Um comandante, muçulmano, ao entrar no local onde realizamos as refeições, observou que o cardápio era carne de porco (o que sua religião não permite). Ele foi até a minha mesa e, sem falar nada nem antes nem depois, fez o seguinte comentário: **‘a comida hoje está que nem a sua cara, não dá vontade nem de comer!’** Fiquei tão atônita que não consegui responder nada, nem tinha experiência no ambiente militar (ingressei em 2014) para poder representar conta esse comandante (**capitão de corveta**).”

“No Curso de Formação de Soldados, eu tinha a missão de auxiliar a coordenação da escola com o quadro de trabalho semanal. Por conta disso, acabei tendo bastante contato com professores e com os policiais da administração. **Com o pretexto de agilizar o trabalho, acabei sendo constrangida a passar meu número pessoal de telefone e hoje sofro com diversas mensagens invasivas, que em nada tem a ver com o trabalho.** Estou em estágio probatório e na menor graduação dentro da instituição. O medo de questionar ou denunciar e receber represálias me obriga a fingir que nada está acontecendo. Infelizmente eu sei que esses assédios são comuns. Muitos oficiais e sargentos se aproveitam da posição que ocupam em relação aos soldados em formação para angariar ‘paqueras’, mas fazem isso no ambiente de trabalho ou a pretexto de ser algo relacionado ao serviço. **Já tive problemas no meu relacionamento por meu cônjuge visualizar as mensagens e questionar minha inércia. Infelizmente, esses assédios têm trazido transtornos na minha vida pessoal. Essa situação não é nova e se repete sempre. Infelizmente, os policiais homens se sentem livres para fazer isso, pois não há nenhuma punição. Ao contrário, a subcultura machista aplaude atitudes semelhantes.**”

“Todos os dias temos o assédio velado (isso não é pra mulher, mulher é que entende disso), mas tenho dois fatos que me incomodam mais. O primeiro o capitão assistente do general **elogiava constantemente minha beleza**, enviava mensagens no meu celular e o ápice foi dizer que eu teria o que quisesse se eu ficasse com ele; O outro que me incomoda é que **as mulheres são sempre escaladas pra comissão de recepção de autoridade e numa dessas escalas ouvi de um oficial superior que eu deveria me arrumar e não estar somente na forma básica indicada no regulamento.** E mesmo oficial inúmeras outras vezes, comentou de formas indiscretas dos meus atributos físicos.”

“Várias cantadas, **tentativas de toque, invasão do espaço pessoal, no próprio ambiente de trabalho, só por eu ser jovem, bonita, extrovertida e consequentemente mal interpretada!** Mulher não pode ser simpática que ‘está’ dando brecha pra esse tipo de coisa! Sem falar nas fofocas criadas, que alimentavam ainda mais a imaginação dos colegas e chefes!”

“Meu comandante deu meu telefone para um colega dele que fazia um curso no mesmo quartel que eu e **este coronel me cercou de todas as formas ate meus companheiros intervirem e ameaçarem bater nele no alojamento.** Tive que levar o fato ao comandante

da unidade, inclusive enviando as coisas que ele me enviava por Whatsapp e ele foi chamado e impedido de continuar. Anos depois ele foi ser meu comandante e pedi para sair do setor. Ele veio a me pedir desculpas pelo fato em 2018.”

“Brincadeiras indecentes, insinuosas, machistas, desrespeitosas, abraços maliciosos e olhares inconvenientes que, por vezes, sofro no dia a dia. Para não sofrer retaliações acabo por levar na esportiva. **Existe no Sistema Penitenciário uma cultura de que toda moça que entra (temporariamente) deve ficar com alguém.**”

“Um colega, então **chefe de uma delegacia da PRF**, não era meu chefe, numa conversa em que falávamos do racismo em algumas palavras e expressões. Falei que a palavra denegrir não era apropriada por remeter a algo ruim, ele se expressou da seguinte forma: **‘Se todo preto fosse isso aqui (apontando para mim) levaria para casa’.**”

“Assistiram **filme pornô na tv** no recinto onde descansávamos. Tive de fingir dormir para não ter de mostrar meu constrangimento.”

“Policia! feminina deixou celular ligado em cima da mesa com **fotos sensuais propositalmente.**”

“**Boa noite cinderela.**”

“**Desconfortável** em falar sobre.”

“Sofri uma cantada, como não aceitei, **essa pessoa me perguntou se eu era lésbica.**”

“Foram várias situações. Mas a principal foi quando tiraram uma foto minha de costas numa missão, sem que eu soubesse, e postaram com a seguinte frase: **“quero que chova uma chuva bem fininha, que molhe a cama dela e ela passe para a minha.”** Outros casos acontecem diariamente, muitas vezes o simples fato de eu conversar com um amigo já é motivo de dizerem por aí que estou dando moral e etc... Também já veio um mais antigo me falar pra cuidar com meu jeito de me sentar (sendo que nunca fiz gestos sensuais nem nada) pq os caras ficavam olhando... Entre outros episódios...”

“Muita aproximação ao falar, (adaptado).”

“Através de cantadas parecendo ‘brincadeira’ de colegas e superiores, toques no meu ombro se eu usasse blusa regata, brincadeiras e **ordens sérias pra q eu fizesse atividades como fazer café por eu ser mulher, me perguntarem se estou armada ou questionarem meu conhecimento sobre armas e outros assuntos policiais, não me deixarem dirigir viatura, e um chefe apertou minha barriga na lateral como uma brincadeira, mas estamos na sala sozinhos...**é tantas pequenas situações que é difícil descrever todas aqui! “

“Abraços não permitidos. Passadas de **mãos no cabelo.** Falando que estou com **‘saúde’.**”

“Atitudes diversas. Por exemplo, em toda atividade externa o chefe reunia a equipe e determinava que iria em uma viatura com a policial mulher e os demais quatro ou cinco policiais homens da equipe na outra viatura (só havia duas vtrs). E ainda fazias comentários do tipo, **‘Eu que não vou com macho’.** Além disso, **fazia insinuações para os policiais homens das suas ‘conquistas’.** Meus colegas também se sentiam constrangidos com tais atitudes e me ajudavam a ‘fugir’ do chefe, o que felizmente acabou por virar motivo de piada (Onde está fulana? Vocês viram fulana? Pede pra fulana vir na minha sala). No entanto, acabei solicitando remoção da unidade.”

“Uma das situações, nos colocaram em um vestiário que tinha um elemento vazado, alto que dava para o vestiário masculino, mas jamais imaginaríamos que daria para nos observar, homens casados e pais de família pudessem nos observar tomando banho. Não havia vestiário, nem banheiro feminino, então nos colocavam onde eles achavam melhor. Foi constrangedor. E **nenhum deles foi punido pois os mais antigos, um subtenente na época que estava fazendo as oitivas disse que era nossa palavra contra a deles e que nós não tínhamos como provar que eles realmente estavam olhando.** Então, acabaram nos dizendo que queríamos chamar a atenção. Até mesmo uma Tenente PM, uma mulher que estava ali para nós auxiliar, ficou contra. Enfim, são memórias que doem e corroem.”

“Por exemplo: participei de alguma ocorrência destaque. Meu superior, ao invés de me elogiar com palavras de incentivo, ou simplesmente dar os ‘parabéns’, veio e me abraçou, do nada. Da primeira vez, ok, deixei passar, mas isso virou rotineiro e eu não vejo ele abraçando os policiais do sexo masculino. **É uma situação completamente desconfortável e, por ser de uma graduação inferior, a gente fica sem reação e acaba aceitando, apesar do constrangimento.** Já ouvi casos de outras mulheres que reclamaram desse comportamento com ele e acabaram transferidas de unidade. Esse é só um exemplo dos diversos tipos de assédio que a gente tem que aceitar “calada”, porque “fem” que fica reclamando é **“fresca, safada, marrenta, sem ambiente em casa...”** e por aí vai.”

“Ele sempre fazia piadas e comentários escrotos, ficava se gabando de ser **‘comedor’** e se referia as policiais femininas como **PARDAL.** Num dos meus plantões, foi até o destacamento já tarde da noite, e **após ameaçar o meu companheiro de serviço com a pistola, entrou no alojamento e disse que ia me ensinar a ser policial de verdade. Me segurou pelos cabelos e eu pude sentir seu bafo de cachaça, dei um tapa na cara dele e corri para o banheiro, que era o único lugar que tinha chave.** Ele batia na porta e queria entrar, eu disse que estava ligando para o oficial CPU, que era pra ele ir embora, eu tremia de medo e nojo. Ele ainda insistiu, que era brincadeira, que era pra gente aprender a trabalhar. Foram minutos que pareciam horas, até que finalmente meu companheiro convenceu ele de ir embora.. Falei com meu companheiro que iria denunciar, mas ele disse que não iam acreditar por que ele era **sargento** antigão e ‘peixe’ do comando. Pedi pra sair de lá, e após umas 2 semanas fui transferida. Somente um oficial me perguntou

o que aconteceu, por que eu quis sair de um 'lugar tão bom', não tive coragem de falar, pois o antigão tinha influência, e embora todos eles soubessem o real motivo, ninguém se importava. O Comandante até me chamou pra 'conversar', mas disse pra eu pensar bem no que ia dizer, afinal, eu teria que provar. Não tive apoio de ninguém, nem mesmo do meu companheiro que presenciou tudo, ele também tinha medo, mas medo de perder o lugarzinho bom, a escolinha boa."

"Em 2008 (Recife) um **primeiro-sargento** me convidou pra sair e após ser ignorado começou a me assediar moralmente, após meu chefe tomar conhecimento o militar foi transferido de unidade. Em 2015 (Roraima) um **primeiro -sargento** em uma discussão comigo após me assediar, **disse que tinha o direito de dar em cima de mim por eu ser solteira**. Foi lançado no livro e o livro sumiu. No mesmo ano um tenente passou a mão na minha cintura após ouvir eu falando para um soldado que era para falar sem encostar em mim, eu dei um grito e ameacei a 'meter a porrada' neles. Fato que ocorreu posteriormente."

"Meu **chefe direto** (Oficial) veio comandar meu pelotão recentemente e **passou a me constranger, pois queria ficar comigo**. Inicialmente as investidas começaram de formas sutis, me fazendo perguntas sobre meus horários de academia e de almoço. Depois disso me colocou para trabalhar diretamente com ele no serviço administrativo e, concomitantemente, comentava no ambiente de trabalho com os outros colegas que ele queria ficar comigo; que eu me arrependeria se não ficasse com ele; que me achava bonita; que se sofresse algum procedimento apuratório de assédio valeria a pena a transferência pela 'conveniência da disciplina', etc.

Enquanto eu estava no serviço administrativo me constrangia a almoçar com ele todos os dias. Dizia que ia me liberar mais cedo para almoçarmos, mas não me perguntava se eu queria, apenas dizia 'que horas vamos almoçar?' Ou dizia: vamos encerrar agora pra irmos ao (restaurante) almoçar, eu negava dizendo que tinha que terminar uns serviços e que iria só depois; **Em um desses dias eu disse que não iria, pois meu namorado estava em casa me esperando pra almoçar, então ele olhou para o relógio e disse que em 20min me queria no quartel, sendo que o serviço administrativo possui 1:30h de almoço**. Perguntava qual horário eu ia à academia e aparecia no local no mesmo horário em que eu ia;

Em um dia de operação em que estávamos no serviço operacional fomos todos os componentes da viatura almoçar, mas ele insistiu pra pagar apenas o meu almoço mesmo tendo outros militares junto;

Numa outra situação, ao me ver de folga na rua com meu namorado e ele estando de serviço na viatura **pediu para que viatura me "seguisse" para saber onde eu e meu namorado estávamos indo e ao perceber que íamos a igreja começou a rir e falar "o que esse cara tem que eu não tenho?"**. Vários de seus comentários sobre mim eram realizados com os demais colegas, sendo que muitos me contavam por não concordarem com a atitude dele, tendo alguns me encaminhado prints em que ele (chefe direto) dizia que **eu me arrependeria de não ficar com ele**. Levei a situação aos superiores e eles apenas o chamaram perante o Cmt do Batalhão para que conversassem sobre o assunto. Alguns superiores justificaram o acontecido dizendo que **é 'normal' as pfens de hoje**

em dia sofrerem esse tipo de assédio pois, em sua opinião, são mais bonitas do que as de antigamente e que se não houvessem investidas nesse sentido não existiria casamento entre militares, como vemos por aí.”

“Acredito que todas as mulheres já sofreram. Sofri assédios de várias formas. Foram tantos que nem tem como relatar todos. Mas resumidamente foram através de olhares para **partes do meu corpo**, com gestos de me proibir passar na porta de uma sala, colocando a mão na trave da porta e segurando meu ombro. Com mensagens de texto, com **convites** verbalizados para ir para casa do superior hierárquico, telefonemas com convites para sair. Provocar situações para ficar sozinho comigo. Cantadas falando do meu corpo, com **piadas maldosas e sarcásticas se referindo a mulheres de forma esdrúxula no momento em que só havia eu de figura feminina.** Esses fatos ocorreram por parte de vários homens diferentes. **A maioria dos homens eram oficiais com quem trabalhei.**”

“Recebi fotos não solicitadas.”

“Um denuncia abomina que afirmava que eu era **amante do meu superior**, sendo eu e ele casados com outras pessoas, pelo simples fato de ocupar uma função de confiança.”

“Palavras, disfarçadas de elogio, **toques** como cumprimento, sendo que não foi dada a liberdade a pessoa para tal.”

“Na escola de formação depois de ter a revista de uniforme de formatura feita por uma sargento mulher um superior fez todo o efetivo feminino ser revistado por ele...sentou em uma cadeira e com o rosto próximo aos nossos **seios e nádegas nos fazia dar voltinhas ...** Ainda na Escola de formação vi por um ano inteiro um oficial entrar na formação e olhar uma colega a comendo com os olhos dizendo ‘já errou hoje?vim pessoalmente ver você errar fulana’...soprava fumaça de cigarro nela!Eu me ofereci pra ser testemunha e ela por medo de ser desligada não fez nada...**ele estava numa posição de mentor mas aos seus 52 anos se relacionava sexualmente com varias alunas mais novas que se sentiam na obrigação de fazer o que ele queria...**

Na escola de formação meu esquadrão era o único em que o alojamento feminino era no andar de baixo...um dia **um menino foi visto olhando pra dentro enquanto várias meninas estavam peladas e eu de toalha esperando a minha vez...não só nada foi feito como ouvimos por dias que a gente inventou pra aparecer!**(foi a única vez que denunciei e não deu em nada e ainda fomos ridicularizadas)

‘Quem vê você fardada não pensa que aqueles **peitões são seus**’ (viu uma foto minha civil e se achou no direito de dizer isso num elevador cheio de colegas e superiores)

Fui a uma festa civil um **oficial** que me cantou a noite toda sem sucesso me seguiu até meu carro ,quando fui trocar o salto por uma sapatilha, sem eu perceber ...do nada se jogou dentro do meu carro e **me agarrou tentando me beijar....**eu o empurrei e ele voltou pra festa antes de mim dizendo q tinha me **“comido”** pra todos os colegas presentes na festa.

Ouvi de um Sub oficial **“soca no cu você é mulher aposto q vai gostar”....**porque eu ri quando um colega disse q cabia 1kg de drogas no nariz dele.”

“Chacotas com o tipo de vestimenta também são frequentes, se a calça, devidamente ajustada ao ambiente de trabalho, tem um detalhe em couro por exemplo isso vira piada porque tudo que remete ao universo feminino é menosprezado, é como se fosse errado ser mulher. Todos os episódios foram com colegas de mesma hierarquia, nunca tive problemas com superiores.” (adaptado)

“Palavras, críticas ao namorado que estava com fim de menosprezar, substituição de cumprimento (continência) por abraços.”

“Palavras,foi até a minha casa uma noite. Mensagens.Ligações.”

“Muitas vezes quando entro em algum setor da Policia fico constrangida com olhares e comentários.”

“Palavras. Era um médico oficial. Fui solicitar o exame de risco cirúrgico para poder fazer uma cirurgia plástica e **ele olhou para os meus seios e disse que eu não precisava de silicone e perguntou se o meu “macho” que tinha mandado eu colocar.** Eu não ia denunciar porque fiquei tão constrangida que não tinha entendido o que tinha acontecido. Ao comentar com uma amiga ela procurou nosso chefe que entrou em contato com o hospital e precisei fazer a denúncia. No caso a denúncia foi de assédio moral porque ele falou outras coisas depois entendi que poderia ter enquadrado como assédio sexual pelo comentário dele que escrevi acima.”

“Na intervenção federal, o batalhão ficou muito vazio, por isso, enquanto eu arrumava as prateleiras e umas coisas agachada, **notei que o soldado me observava de costas a um tempo sem dizer que estava ali, quando percebi sua presença me levantei e perguntei o que ele queria, ele disse que queria um shorts e apontou para o dele com pênis ereto** (houve processo sobre isso, mas na época era contravenção e não deu em nada) o mesmo soldado um ano antes me **mostrou um nudes no celular dele**, pessoalmente sem nunca ter falado comigo.”

“Palavras e toques. Fui chamada de **gostosa, instigada a sair com homens casados pois teria benefícios**, pegaram o número do meu celular, na minha ficha pessoal, no local de trabalho, sem minha autorização e me mandavam msg e convites pra sair. Fui **perseguida em festas e baladas por superiores e por subalternos. Fui xingada por recusar todas as tentativas frustradas que tiveram.**”

“Já fui chamada para sair **insistentemente** por colegas, mesmo diante de várias negativas. Em grupos que tratam de questões profissionais, fui caracterizada pela minha aparência física. **Um colega bateu na porta do meu quarto durante uma operação.**”

“Toque no joelho e encostar na coxa. Encostar nas costas da cadeira para mexer no computador que eu estava trabalhando.”

“Toques - massagens, **passar a mão no cabelo**

Gestos - bloquear a passagem, mandar mensagens indevidas, perseguir”

“Em 2018 fui extremamente perseguida no curso de formação de soldado por não aceitar ficar com os oficiais, em 2019 fui obrigada a dividir alojamento com um soldado homem por falta de condições da base e ele saiu pra uma festa, se embriagou em serviço e **quando voltou pro alojamento se aproximou da minha cama e se masturbou na frente do meu rosto (eu deitada na cama) com a pistola na cintura.**

E agora em 2020, o comandante da minha companhia me chamou pra fazer um serviço administrativo na sala dele e se aproveitou que estava sozinho comigo na sala dele pra **tentar beijar meu pescoço.**”

“Palavras, gestos, mensagens no telefone, **ataques diretos forçados**, tentativa de coação.”

“Palavras soltas em conversas cotidianas e **toques (pernas)**”

“Palavras, gestos e toques. **Não me sinto confortável em expor detalhes.**”

“Gestos como olhar de forma inadequada para **glúteos e seios.**

“Palavras, gestos e toques dentro da seção, onde **só estávamos eu e ele.**”

“**O chefe ficou semi nu na minha frente**”

“Gestos. **Olhares constrangedores (descarados mesmo, a ponto de deixar de conversar com alguém com quem ele estava conversando no momento)** quando eu passava por ele (ambos fardados, dentro do quartel).”

“Um policial masculino **invadiu** meu alojamento.”

“Que queria ver os **peitos** da agente, recebia no telefone funcional chamadas todo momento, já que não atendia no meu pessoal, **fotos e vídeos nus**, inclusive guardo prints até hoje.”

“Pegada firme no ombro, ligações para saber o que o meu namorado à época era meu, **ordem para o motorista ir minha residência sem meu convite**, etc.”

“Palavras diretas, mas em particular, fazendo menção a possibilidades. Chamada no gab após horário comercial (de serviço) e sendo **recebida pelo superior sem camisa. Tentativa de dar presente (Não aceito)**, etc.”

“Militar firmava que era bom trabalhar comigo, pq eu trabalhava bem, mas **sempre em sentido conotativo**. Já **recebi fotos íntimas** em rede social, de um colega com o qual não tinha contato, e que era de outra instituição.”

“Palavras, assovios e piadas com **conotação sexual, já entraram no alojamento feminino** enquanto eu estava me trocando para o trabalho.”

“Já ficaram tentando marcar encontro comigo eu na console, sem poder sair. Também já **me trancaram numa sala** (duas vezes, duas pessoas diferentes). Já encostaram no meu cabelo e falaram do meu coque.”

“**Indo à minha casa de madrugada** querendo entrar, tocando interconexão dos vizinhos para saber se eu estava em casa, mensagens no celular pedindo para dormir na minha casa, etc.”

“Pegar carona forçada e parar/entrar em lugares que não queria, tipo bar, **motel...**; Ouvir da tropa que a pessoa tinha nos difamado, dito que tinha **transado** conosco...; Saber que tinham feito buracos na parede em direção ao banheiro, para nos **espiar tomando banho....**”

“Passei mal e desmaiei numa instrução. Um oficial me acompanhou ao hospital. Tomei medicação e dormi. Acordei com o **oficial acariciando meu rosto, meus lábios.**”

“Um colega se **masturbou na minha frente.**”

“Na verdade eles quis expor para os coletar algo que não aconteceu. Chegou gritando que havia me **‘pegado’**”.

“Colegas de trabalho alegando que se eu não cedesse e ficasse com ele **eu seria uma mulher homossexual (já que não aceitei a cantada e convites dele).**”

“1. Um **tenente** começou a me mandar mensagens e dava indiretas pessoalmente, eu estava solteira na época mas deixei bem claro que não queria nada com ele. Aí ele **tentou me manipular falando que toda policial feminina precisava da “proteção” de um oficial** se não poderiam sair falando mal. Consegui afastar e bloquear ele. Dois meses depois conheci e comecei a namorar um cabo (hoje sou até casada com ele), o tenente com o orgulho ferido começou a inventar coisas ao meu respeito e faz provocações sobre o meu casamento na frente da tropa. Eu engravidei e ele tomou tanta raiva que se por algum motivo tinha q dirigir a palavra a ele, virava as costas e me deixava falando sozinha. Graças a Deus mudou de Cia, infelizmente me fez muito mal, principalmente no época da gravidez em que eu estava muito sensível. Eu tentei de tudo para recuperar as msgs que ele mandou pois eram as únicas provas. Mas, não consegui e aí deixei para lá.”

“Gestos, piadas, contextos e toda sorte de **machismo** e **tentativa de autoafirmação masculina** de superioridade e aniquilação da mulher e provocações”

“Palavras e atitudes como **me seguir** até em casa.”

“**Ele insistia em me colocar na escala de forma falsa para sair comigo.** Foram diversas vezes, chegou a ameaçar contar coisas particulares ao meu esposo se não saísse com ele. Ao que eu disse que contasse. Falava que eu estava engordando, para cuidar. Se colocava na porta da seção para eu não conseguir sair. Como falava em tom de brincadeira, eu usava do mesmo artifício para responder. Outra vez um **Coronel**, da direção da minha

diretoria, me chamou para conversar e **ficava olhando para o meu corpo enquanto falava**. Foi constrangedor. Mantive muita distância dele a partir daquele dia, até porque ouvi muitos comentários de outras policiais femininas.”

“Um Sgt pegou **fotos íntimas** minhas do meu computador pessoal e mostrou para vários colegas.”

“Me ofereceu **vantagens** na escala” (adaptado)

“O referido militar, ficou muito próximo, durante um serviço que eu cumpria de guarda, enquanto eu era **aluna do curso CFSd**, o que eu acredito, tenha contribuído para a atitude do militar, dada a condição de subordinação ser mais evidenciada durante os cursos. **O fato se passou durante a madrugada, em que estavam somente eu e o militar na localidade, sem qualquer testemunha ou facilidade de alguém visualizar algo. O militar, depois de conversas aleatórias, passou a dizer diretamente que eu era linda, se eu poderia passar o meu telefone a ele. Eu não cedi às investidas do mesmo e, ainda assim, ele insistiu que eu deveria passar o telefone a ele.** Para meu alívio, aproximou-se o Oficial do responsável pelo turno, a fim de saber as alterações do serviço e, acredito que ele tenha notado a situação e solicitou que o militar o acompanhasse para realizar outra demanda. O mencionado Oficial, não me questionou a respeito do fato e nem eu tive a disposição de sequer reportar o fato a alguém, com receio de ser prejudicada no curso.”

“Indivíduo 1: o homem me **puxou pelo braço pedindo um beijinho** e dizendo que eu estaria devendo pra ele. Me largou quando apresentei resistência e disse que eu teria que pagar.

Indivíduo 2: se você tivesse me chamado pra sair eu não negaria. **la pegar você de jeito pra terminar de apaixonar.**

Indivíduo 2: **O que te falta é um homem de verdade.**

Indivíduo 2: Eu gosto de mulher musculosa, assim, vc faz mais meu tipo. Mulher magrinha demais não consegue **aguentar o tranco.**

Indivíduo 3: Nós dois sozinhos aqui heim, que **perigo**. Vontade de **atacar você.**

Indivíduo 4: Sabia que você é meu número. Vou ganhar na mega-sena pra casar com você.

Indivíduo 5: Tem mulher que parece privada. O homem pega tudo quanto é puta e depois descarrega a porra dentro dela. Que nojo!

Fato1: Desenharam uma **bunda no sanitário junto com meu nome**. Eu era a única mulher desta unidade.

Fato 2: Fizeram uma fotografia sem a minha permissão de um momento em que eu estava sentada de costas com foco na minha **bunda** e divulgaram entre os homens do quartel. Era o mesmo quartel em que só havia eu de mulher.

Fato 3: Tá fazendo o quê trabalhando à noite. **Aqui não é lugar pra mulher. Tá caçando um macho pra dar?**

Fato 4: Vi na sua ficha médica que você estava **doente sem poder dar**. E aí? Já sarou? O homem se referia a um tratamento de uma lesão no colo do útero pém que consultei com uma médica no hospital da polícia.”

“Vai ficar se guardando pra quê? **Pra terra comer?**”

“Trabalhar sozinha com ele fora do horário de expediente, **falar no ouvido.**”

“Toque na coxa de um sargento e palavras do mesmo me constrangendo, fiquei calada por vergonha mas ele me perseguiu por raiva de eu não ter aceito o assédio. Ele já havia assediado duas colegas de serviço anteriormente ligando a televisão da sala de operações em um **filme pornô** propositalmente e na situação em questão as meninas denunciaram porém o **comando não fez nada alegando que o mesmo já era sargento antigo na polícia.** Por isso me senti atada e não comuniquei.”

“Tapa nas **nádegas**, disse que já tinha me visto **nua**, me expor com **brincadeiras sexuais** na frente de outros, forçar permanecer em local isolado com a desculpa do trabalho, perseguição após negar investidas, gritos e humilhação mediante a negativa, situação degradante dentro da viatura, onde o **oficial tinha ereção enquanto eu tinha que dirigir.**”

“Mediante palavras.

Toques: cumprimento militar com beijo e acertar na boca.

Fui vista tomando banho no banheiro do alojamento por outro militar. “

“Palavras, comportamentos inapropriados e covardes, me prender nos finais de semana e me procurar durante “a prisão” para sair com os eles (oficiais), diante da minha recusa, ficava mais tempo presa. **Cheguei a me deparar com oficiais dentro do meu alojamento, entravam na surdina, sem autorização, enquanto estava “presa”.** Constrangimentos constantes, **colocar as cadetes de maiô molhadas em temperaturas muito baixas no inverno, éramos obrigadas a ficar corpo a corpo com os cadetes masculinos para suportar a temperatura,** enquanto assistiam a situação sorriam e mandavam nos encostarmos mais e falavam sobre nossos corpos... e várias outras situações humilhantes e degradantes.”

“Piadas e comentários de cunho sexual; cumprimento com abraço e beijo quando para masculinos o cumprimento é somente a continência; comentar como a farda veste bem, insinuando que está marcando no corpo; **deixando a televisão do refeitório (aconteceu diversas vezes) em canal pornográfico com volume alto e escondiam o controle; comentários de cunho sexual à respeito de vítimas ou de transeuntes na minha presença, dentro da ambulância;** guarnição (ou pelo menos um deles) acariciar as nádegas da funcionária civil do quartel, haver denúncia contra ele, e eu responder (advertida em boletim interno) por ter auxiliado a civil a procurar seus direitos.

“A equipe iria pernoitar numa pousada e o mais antigo (Capitão) me perguntou se eu tinha medo de dormir sozinha. **Coronel já disse que eu estava ganhando ‘carcaça’**”

“Já sofri as três formas, palavras por meio de recados dizendo que eu estava me fazendo de difícil, **dizendo que eu excitava a pessoa, um outro passou a mão na minha perna**

em uma reunião, e outra vez durante o serviço de escala, o superior apareceu de toalha perguntando se eu precisava de alguma coisa.”

“Palavras: **já ouvi para quem eu estava ‘dando’ para trabalhar onde trabalhava**; recebo cantadas **frequentemente** e finjo que são brincadeiras pra conseguir sair da situação, as vezes os colegas de sala ficam sem graça com essas cantadas; Nunca fui assediada como forma de obter vantagem ou favorecimento sexual, mas **sinto-me assediada quando os colegas não respeitam os limites impostos e fazem cantadas de cunho sexual ou até mesmo vem nos abraçar e beijar sendo que nenhuma abertura foi dada nesse sentido**. Toques: abraços e beijos que não foi dada abertura alguma para que isso ocorra, inclusive já me deram um meio selinho.”

“Toques invasivos. **Escritas me chamando de puta** e outros adjetivos em móveis e paredes do ambiente de trabalho **após recusar sair com a pessoa**.”

“Durante uma instrução um tenente **molhou a minha camiseta e disse em alto e bom tom AGORA SIM ASPIRANTE**. Eu era a única mulher da instrução.”

“Palavras/gestos. Um oficial da PM, irmão do meu comandante, ao ser apresentado a mim, disse, com sorriso no canto da boca, que teria que **‘Aprovar’ a recruta, sendo que nem da mesma corporação nós somos**.”

“Gestos: piscadas, virar a cabeça para acompanhar o andar, olhar de cima a baixo. Palavras: o superior dava bom dia somente a mim, quando todos da turma estavam em forma; sempre me escalava para trabalhar com ele, passava sempre missões, **na jornada fez piadas de cunho sexual**.”

“Pego olhando trocar de roupa. **Diz que guarda não tem sexo que é tudo igual**. “

“**Sempre entrava em assuntos de cunho sexual para ver a minha reação, depois insinuava para outros militares e até mesmo civis que tinha algum tipo de envolvimento comigo**. Eu pedia para parar pq as pessoas podiam achar que era verdade e a situação fez com que outros militares mudassem o comportamento comigo, no sentido de acharem que eu estava disponível para me relacionar com eles. Em uma manhã que estavam todos juntos no pátio, começou o assédio, eu pedi pra parar senão iria comunicar ao superior, ele não parou, eu falei para o oficial que chamou atenção dele na frente de todos. **O assediador ficou furioso e falou pra eu pedir pra sair da equipe**.”

“Palavras, **envio de fotos mostrando genitália**, manipulação de escalas para que trabalhasse com ele, pedir para mandar foto paisana e de cabelo solto.”

“Palavras e gestos. Mensagens em WhatsApp fora de horário, **invenção de necessidade de contato profissional, oferecer atenção diferenciada**, convites para sair. Após a recusa, **perseguição, procedimentos com fatos inexistentes. Para não piorar, levei a questão para o comando, mas sem formalizar**.”

“Palavras: **‘seu marido é um cara de muita sorte’**. Ele não era meu chefe direto, mas propunha reuniões na sala dele, que duravam horas, e no final nada era decidido. Era algo bem sutil.”

“Palavras, insinuações de um **comandante**, que sempre acionava a minha viatura e ficava perguntando que se caso eu precisasse de algo era para falar com ele, o mesmo me mandava msg no celular **elogiando excessivamente**, certa vez que me acomodei na dependência da OPM, encontrei embaixo da porta do meu quarto (que ficava fechado e só eu tinha a chave), um bilhete com uma ‘cantada’, assustada entrei em uma sala comum na OPM e fui verificar nas gravações das câmeras quem havia se aproximado da porta do quarto que eu estava acomodada, que era em um anexo fora da OPM, mas próximo ao local, e se tratava do **comandante daquele Unidade Militar**. Por mensagem em papel. Por policiais que no dia a dia ficavam interrogando sobre minha vida particular. As maiores dificuldade era nas escalas extras, com um parceiro que não era o de praxe, e ficavam com insinuações. No período de formação como soldado e quando cumprimos o estágio obrigatório, éramos amedrontados por ser recruta e devíamos sempre respeitar os mais antigos, contudo, muitos policiais com tempo de corporação ficavam especulando sobre a minha vida, querendo saber o motivo por eu me divorciar, diziam que era porque eu não casei com um homem de verdade, etc.

“Num abraço mais insinuante do **chefe** e quando fui sair, ele comentou **‘tá arredia!’ e eu disse que não gostava de muita aproximação...depois disso só escala ruim e piores serviços...**”

“Palavras, convites para sair, cercos que faziam outros policiais acreditarem que tínhamos algum envolvimento e no futuro **não parava de me perseguir**. Tudo aconteceu numa escala extra que durou vários dias. Ele era o **comandante da operação**. Todos acreditavam que tínhamos algo, **foi humilhante, não tinha a quem recorrer. Fiquei isolada, afinal era o caso do comandante**. Triste também é lembrar disto agora. Espero ter ajudado e que nenhuma mulher passe pelo que passei.”

“É comum ouvir colegas, homens da atividade-fim, contando seus casos sexuais abertamente na frente de nós pfems de forma que nos constrange, quando questionamos essa conduta, é muito comum ouvirmos deles: **“polícia não tem sexo”**, se referindo ao gênero feminino... Certo dia quando eu trabalhava em um evento aberto, ao fazer um patrulhamento a pé, com meu grupamento, eu era soldado e um **sargento** que fazia fila atrás de mim **passou a tonfa no meu glúteo e partes íntimas entre as minhas pernas**, quando o questionei, ele se fez de desentendido, chamei o superior hierárquico, que era um tenente, relatei o ocorrido, e ele foi chamado a atenção pelo tenente prontamente. **Não levei o caso para frente porque tive receio de sofrer uma maior exposição.**”

“Palavras no sentido de **‘dar uma voltinha’ pra ver se o uniforme estava em condições**. Humilhações constantes de por ser mulher não sabe fazer nada. Gritos e palavrões.”

“Através de **fotos tiradas sem autorização.**”

“Em várias oitivas do procedimento aberto por conta do assédio, fui coagida de forma explícita e velada para mudar minha versão inclusive na tentativa de que eu assinasse algo que não havia relatado na oitiva. Todas sem sucesso pois mesmo sendo ‘recruta’ me mantive firme e corrigia até às vírgulas dos meus relatos antes de assinar.”

“Palavras, gestos, toques assédio sexual / Palavras, **humilhação verbalizada** e exposta perante vários superiores como assédio moral.”

“Mediante palavras: **Tem que ter mulher pra enfeitar essa Polícia!** E espalhar que já ficou com a pfem para a tropa, mesmo sendo mentira. E atitudes: **Superior entrar no vestiário feminino sozinho**, sabendo que eu estava sozinha e sequer perguntar se eu estava vestida, mais de uma vez, inclusive.”

“Sofri vários assédios, mas um dos piores foi fazer quando eu era **perseguida com escalas inimagináveis pq eu não dava confiança para o escalante.** Eu cheguei a ficar quase 3 meses sem ter um fim de semana de folga. Ele mudou minhas férias de última hora e colocou outra fem no lugar só para mostrar que quem não podia tirar férias era eu. Minha escala, só a minha, mudava toda semana. Pq tinha escala que vc trabalhava a semana quase toda e na outra semana era mais tranquilo. Eu era a única que só ficava com a semana ruim. E ele sempre fez questão de colocar a outra fem no meu lugar pra ficar claro que ela tinha vantagem e regalias. Chegou a ponto de eu estar escalada no Natal e de folga dia 31, pq a regra era quem trabalhasse em um folgaria no outro. Ele mudou a escala de última hora só para eu trabalhar Natal e dia 31. **Quando eu comecei a namorar, ele mandou mensagem pra mim avisando que era pra eu pensar melhor no que eu estava fazendo pq o fato de eu namorar iria me prejudicar na cia.** A perseguição foi tanta, que o comandante da cia viu por conta própria. Eu nunca reclamei com ele e ele veio me perguntar pq eu era escalada todos os fins de semana e quase nunca tinha folga. Eu enchi o olho de lágrima e falei que não sabia. Mas na verdade eu sabia sim. O escalante era sargento, eu era soldado recruta e ele ainda era casado. Mesmo estando certa, mesmo sendo a vítima da situação, tinha medo de parecer ser a “louca”, pq **parece que tudo que a mulher vai falar na polícia é pq somos choronas. Os homens se protegem então mesmo que eu falasse tudo, eu achava difícil alguém acreditar em mim. Se eu falasse a verdade, mesmo a perseguição sendo nítida, ninguém levaria isso a frente como assédio e provavelmente eu ainda tomaria uma punição por falar mal de superior.** mesmo sem eu falar nada, o comandante pediu pra ele pegar mais leve comigo na escala, então o sargento achou que eu havia reclamado e teve a coragem de vir falar comigo que eu estava imaginando e inventando coisa, que tudo que ele fazia ele tinha autoridade para fazer. Mas aí eu indiretamente lembrei a ele que eu tinha algumas mensagens dele salvas no meu celular e ele ficou com um pouco de receio de eu expor tudo. **Mas independente do que eu falasse ou provasse, os superiores e todos os homens iriam falar que eu tinha “dado corda”, que a culpa era minha por “não ter me dado o respeito”.** Pq já cansei de escutar nessa PM que homem só investe em quem dá abertura, mas **a questão é que eles consideram como abertura você chegar todos os dias e dar um bom dia com sorriso no rosto. Mas se você chega de cara fechada, todos falam que você é grossa, não querem trabalhar com você e vão falar mal de vc de todo jeito.** Ele já dava em cima de mim antes de eu entrar na PM, e achou que eu entrando seria mais fácil de me convencer. Para não ser grossa, eu fui educada e disse que entre a gente só

existiria amizade. Mantive minha integridade, não ficaria com ele nem se fosse solteiro pq eu tinha nojo dele. Ele só me deixou em paz depois que o comandante conversou com ele e depois eu me mudei de cidade e batalhão.” (Relato recebido pelo instagram em 27/09/2020)

“Era noite e a minha equipe foi a base. Entrei sozinha para encher as garrafas de água, a cozinha era bem pequena, mal cabiam duas pessoas nela. O suporte de colocar a garrafa estava quebrado, então tinha que ficar segurando até a garrafa encher. Nesse momento entrou um militar, que eu não tinha muito contato. **Ele me disse ‘hj vc não me cumprimentou’, rapidamente troquei a garrafa de mão (pq ela estava enchendo d’água) e prestei continência. Ele deu um passo pra dentro da cozinha, (nesse momento desliguei o filtro e coloquei a garrafa em cima da pia) e disse “assim não, eu quero um abraço” e abriu os braços, falei na hora que não gostava de abraços e tentei dar um passo pra traz, mas a cozinha era minúsculo e eu fiquei sem espaço. Quando ele colocou o braço envolta do meu pescoço eu coloquei me apoiei na minha perna forte e o empurrei com toda força que tinha, ele bateu na parede e já voltou pra tentar me abraçar de novo, então saquei minha arma e coloquei em posição sul.** Nesse momento ele só disse ‘esse filtro está com problema’ e saiu. Foi tudo muito rápido. Depois que ele saiu fiquei ali por alguns minutos e sai. **Se ele tivesse dado mais um passo eu teria atirado**, se eu não tivesse o mínimo de noção defesa pessoal ele teria me agarrado. Tentei levar a frente, mas ouvi as seguintes frases ‘ele nunca fez isso com ninguém’, ‘posso abrir o procedimento, mas todo mundo vai saber o que aconteceu e vc vai se expor’, ‘Vc e nova de polícia, pode ficar queimada’. O que isso resultou em mim, medo, insegurança, uma agressividade extrema e desnecessária, e muito cigarro. Como nos meus treinos de jiu-jitsu eu estava sempre machucando alguém, fui advertida. Então **procurei um psicólogo e fiz acompanhamento por um bom tempo.** Hj não tomei repulsa, ódio de homem ou pela instituição. Pq já trabalhei e hj trabalho com excelentes profissionais que me respeitam. Mas tenho em minhas costas o peso do desrespeito de um único homem.” (Relato recebido pelo instagram em 27/09/2020)

“O sol estava muito quente e eu sempre usei protetor solar. Enquanto eu passava o protetor solar, que é um creme branco, tiraram foto e enviaram nos grupos de whatsapp do batalhão que só tinham homens era grupo de pornografia. Homens policiais, maioria era casado e tinha superior no meio. Um desses homens me contou que eles fizeram piadinhas e **montagens com a foto como se o protetor solar que estava no meu rosto fosse ejaculação.** Aquilo me deu um nojo tão grande que eu fui pra casa chorando. Eles começaram a fazer **comentários constrangedores em relação isso na minha frente e quando eu falei que sabia do que se tratava e que não era engraçado, eles falaram que a culpa foi minha, eu que ‘dei mole’.** Depois disso, dei uma geral nas minhas redes sociais e apaguei todas as fotos de biquíni na praia, até as que outras pessoas me marcavam. Porque se eu fui constrangida e o erro foi meu em passar protetor solar no rosto, fardada e em serviço, imagina se encontrassem alguma foto minha de biquíni. Em outro caso eu era nova de polícia, estava no meu primeiro ano, tinha acabado de sair do curso de formação. Fui em uma boate com minhas amigas. Chegando la encontrei um amigo que estudava comigo e já era policial a algum tempo, ele estava com mais 3 policiais. Todos eram de um batalhão especializado que fazia parte do meu batalhão e eu tinha vontade de trabalhar la. Eu não conhecia os outros policiais, cumprimentei meu amigo e acenei com a mão para os outros de longe. Isso foi do lado de fora da boate. Entrei

com minhas amigas e as horas foram passando nem encontrei eles lá dentro. Quando encontrei, meu amigo me disse que um dos amigos deles era cabo e estava interessado em mim e eu disse que não. Não tinha interesse e ele era bem mais velho que eu. Meu amigo avisou a ele que eu não queria, não cheguei a trocar uma palavra sequer com ele. Logo depois eu encontrei um amigo antigo da minha família que é delegado e quando fui cumprimentá-lo **esse policial que estava interessado em mim simplesmente sacou a arma dele e veio pra cima da gente. Como nós dois somos policiais, conseguimos empurrar a mão dele e os seguranças chegaram a tempo.** Todo mundo correu. Ele tentou atirar várias vezes e não conseguiu pq um dos seguranças conseguiu travar a arma enquanto os outros o seguravam. Fomos todos parar no DPJ, eu estava assustadíssima sem entender nada pq eu nem o conhecia. Eu estava do lado de fora com minhas amigas aguardando para dar nosso depoimento, e um amigo dele veio me ameaçar. **Falou que ele estava prestes a ser promovido e que eu iria atrapalhar tudo. Me chamou de vagabunda, piranha e todos os nomes, falou que a culpa era minha, que ia me queimar na polícia toda e que se ele não fosse promovido por minha culpa eles iriam ferrar comigo pq eu era recruta.** Eu fiquei com medo pq com certeza todo mundo iria acreditar no que eles falassem, e eu tinha medo do que eles poderiam inventar ou de que formar iriam ferrar comigo, e minhas amigas que estavam comigo nem policiais eram pra me “defender”. Então retirei a queixa, mas o segurança prosseguiu. Durante o processo fui chamada como testemunha e de novo ele me mandou mensagem para me ‘lembrar’. **Quando fui depor, eu menti e disse que não vi nenhuma arma. Detalhe: no dia seguinte da boate, procurei ele no facebook pra saber quem era, pq eu nunca tinha visto aquela pessoa na minha vida, e descobri que ele era noivo.**” (Relato recebido pelo instagram em 27/09/2020)

5.3.1 Destaque para alguns relatos

Os relatos citados são fortes, causam indignação e repulsa. Não foi um ou outro relato isolado. Há um conjunto de relatos por mulheres diferentes no decorrer do tempo, o que fortalece a credibilidade, a seriedade da pesquisa e a urgência na tomada de decisões pelas autoridades competentes.

Neste tópico selecionamos alguns relatos que descrevem a realidade sofrida por muitas mulheres nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

“Palavras, gestos, **toques na minha genitália, bumbum e seios com tamanha violência que arrancaram sangue e pele do meu corpo...** Ps: foram duas pessoas, entre elas o meu chefe imediato, que ocorreu em 2014 e com o outro funcionário foi em 2018... Em ambos os casos eu reporte o caso à Diretoria, mesmo assim **fui ameaçada se fizesse o boletim de ocorrência.**”

“Se aproveitou que o setor tinha tranca eletrônica e todos já tinham ido embora para me **beijar a força.** Deixei claro que não queria, mas ele continuou, **tirou o pênis para fora e quis me obrigar a fazer sexo oral ameaçou me punir caso contasse.** (...) Certa vez estava no refeitório tomando café da manhã (os refeitórios eram separados cabos e soldados e sargentos e Suboficiais) tinha um outro militar do

plantão sentado a minha frente e esse só chegou com mais 2 e falou “vamos sentar aqui com vcs” eu não respondi só acenei com a cabeça. Ele sentou exatamente ao meu lado sendo que tinham mais 8 cadeiras para escolher. Começou a contar uma suposta história da noite anterior, que tinha saído como uma garota (deu todas as características de uma mulher como eu) e disse que **comeu a bucinha, que comeu o cuzinho e etc...** eu me levantei, olhei pra ele e disse que nojo! Saí da mesa e eles ficaram rindo.”

“Eu tenho tudo que eu quero, e eu quero você! Você será minha! **Vou enfiar meu pau nessa sua boca linda, vou meter em você todinha.** Você vai sentar na garupa da minha moto (apontando para moto) e eu vou te comer inteira.

Ainda vou arrancar esse seu batom! **A marca dele vai ficar no meu pau!** Sabe que se você não fizer vai ser pior pra você.”

“Toques tentativa de **estupro.**” (como não houve maiores informações, não é possível relatar os detalhes, contudo a gravidade ao mencionar “estupro”, fez com que os pesquisadores mencionassem esse relato)

“A primeira vez com mensagens via WhatsApp com ameaças e depois posterior **beijo forçado**, a segunda vez com **beijo forçado e tentativa de estupro.**” (como não houve maiores informações, não é possível relatar os detalhes, contudo a gravidade ao mencionar “estupro”, fez com que os pesquisadores mencionassem esse relato)

“Um investigador, tentou me **estuprar** na sala dele, quando fui levar um Inquérito Policial, que era para ele. Só não conseguiu porque peguei a arma dele, mas **me tocou com o órgão genital dele pelo meu corpo, beijou meu corpo, boca.** Tem 1,87 mais ou menos eu 1,69, não conseguia me livrar. Falei com o Delegado, fui ao órgãos responsáveis e a única coisa que passei foi constrangimento. Ele passou de investigador para plantonista e faz Boletins de Ocorrência hoje. “

“**‘Gostosinha pra caralho’, ‘você é patrimônio nosso’, ‘superior só te cumprimenta pra te comer’, ‘você é fraca’,** ‘ninguém quer trabalhar com você’, ‘você tem que se olhar no espelho e repetir que não é fraca, se tiver não dinheiro para comprar um, te dou um daqueles do mercado, com foto de mulher pelada’. ‘Já passaram a mão não minha perna dentro da viatura.’ ‘Um **sgt** usou do Instagram e Facebook para falar que queria ver minha **bunda.**’”

“Mediante palavras: **Tem que ter mulher pra enfeitar essa Polícia!** E espalhar que já ficou com a pfem para a tropa, mesmo sendo mentira. E atitudes: Superior entrar no vestiário feminino sozinho, sabendo que eu estava sozinha e sequer perguntar se eu estava vestida, mais de uma vez, inclusive.”

“Você me excita, meu **pau tá duro por você.**”

“Palavras, cantadas diversas, tentou me beijar, me jogou contra parede e me prendeu tentando me beijar. Na viatura colocou a mão na minha perna. **Tirou o pênis para fora dentro da viatura.**”

“Palavras. **‘Quero meter muito em vc’ ‘quero pegar você de quatro, quero te chupar até você gozar na minha cara’** ‘manda foto dos seus peitos’ ‘quero foto da sua xana, eu sei que você está sozinha no alojamento’”.

Palavras, gestos... Fazia comentários grosseiros sobre partes íntimas do corpo (“nos-sa, imagina esse **cuzinho...**”); convites, comentários, brincadeiras e insinuações sempre voltadas pro lado sexual (“imagina a gente num **motel**, ia ser louco”; “eu trouxe, pega a minha extensão aqui, é grande, grossa e funciona bem, você vai gostar”); ao pegar alguma coisa da mão, por exemplo, segurava e acariciava minha mão de forma insinuante e invasiva; simulava chantagens (“eu ajudo, mas entra aqui (carro) pra me explicar melhor”).

“Essa foi a pior de todas: Durante uma viagem a trabalho, tive um horário de folga a noite no ultimo dia e fui ver um amigo militar gay e seu companheiro. Combinamos de nos encontrarmos em um barzinho da cidade. Comentei aleatoriamente com um dos colegas que tb estavam na missão comigo que iria ver esse pessoal. Quando fui para o barzinho e encontrei com o casal de amigos, esse colega tb apareceu lá e sentou na mesa conosco. Até aí tudo bem. Ocorre que bebei cerveja como as vezes fazia , tomava três ou quatro longnecks. Nesse dia mesmo tomando essa mesma quantidade, nao sei por qual cargas água fiquei bêbada (desconfio o que pode ter sido isso mas nao tenho com ter certeza), e eu detestava ficar bêbada, depois disso passei a ter ódio. Esse colega que estava na mesma pousada que eu disse que me deixaria lá. Ele me levou e infelizmente as recordações que tenho sao de flashs ele as vzs **em cima de mim**, e as vzs em pé se **masturbando**. Quando acordei que me dei conta do que tinha ocorrido, fiquei arrasada, me culpei muito por ter bebido e fiquei pensando que minha carreira toda iria por agua abaixo, minha imagem. Pra piorar ele **tirou uma foto minha com ele e ficou usando esta foto para me chantagear** (nao de forma direta ele sempre deixava a entender que podia usar a foto). Pedi pra ele apagar e ele dizia que não que iria guardar aquela linda lembrança e que o que tinha feito fez por amor, porque guardava esse sentimento dentro dele já. Sei que minha vida virou um **inferno**, de **tortura psicológica, chantagem**, ele sempre usava isso, e eu acabei fazendo e dizendo coisas que eu tinha nojo com medo de ele acabar com minha imagem, pois sabia que não iam acreditar em mim, que iam dizer que a culpa era minha porque eu estava bêbada. Em certo momento não aguentei mais fui falar com um superior para ele tomar medidas, falei sobre o ocorrido com ele de uma forma meio eufêmica por vergonha. E assim como eu temia ocorreu: **como resposta do assédio que vinha sofrendo recebi outro assédio pois a pessoa olhou pra mim e disse que acha que também não resistiria a uma mulher como eu perto dele**. Não consegui mais falar nada, só balancei a cabeça e me calei. Ele disse que ia tentar mudar o demônio lá de local, mas nada aconteceu. Eu enfrentei o abusador e disse que ele podia fazer o que quisesse com a foto, que era melhor tudo no ventilador mesmo ele ainda me perseguiu um tempo, ficava procurando coisas erradas na minha gestão para me indiciar. Pedi pra sair do local onde eu trabalhava, **falei para um superior do superior que tinha sido violentada ele olhou com cara de quem achava que eu tava exagerando, mas atendeu meu pedido de me tirar de onde eu estava e me mandar para um outro lugar escolhido por mim**. e só assim tive

um pouco de paz. Depois disso fiquei com uma certa raiva de homem, **vontade de chorar toda vez que tenho relações**. Faço **terapia** e ele segue sua vida normal e de sucesso. Depois descobri que **tentou fazer isso com ao menos mais duas colegas de formas diferentes**. Tem um perfil de psicopata, parece irrepreensível para a maioria das pessoas.”

5.4 Respostas das instituições envolvidas na pesquisa

Foram enviados e-mails para a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, para todas as Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares, Exército, Marinha e Aeronáutica. Os e-mails foram obtidos mediante duas etapas. A primeira consistiu na localização do e-mail pela internet e a segunda mediante ligação para a instituição e confirmação do e-mail. Ao todo foram enviados 86 e-mails.

Não foram enviados e-mails para as polícias penais e guardas municipais em razão da dificuldade ou impossibilidade constatada na pesquisa de se identificar um órgão central da polícia penal e das guardas municipais nos estados, como ocorre com a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Diversas instituições confirmaram o recebimento do e-mail, forneceram o número de um protocolo e responderam às perguntas, o que demonstra organização e bom trato com o público externo, o que atende ao disposto na Lei n. 13.460/2017 (art. 5º, I) ao especificar que o usuário do serviço público deve ser tratado pelos agentes públicos com acessibilidade e cortesia. Outras não confirmaram o recebimento do e-mail nem responderam à pesquisa, o que contraria o direito fundamental previsto no art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, e a Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/11 (art. 11).

A finalidade do envio do e-mail às instituições consistiu em obter dados das corporações para compará-los com os dados obtidos na pesquisa, além de saber o envolvimento das instituições com um tema tão sério e sensível.

Foram realizadas as seguintes perguntas:

a) Quantos casos de assédio sexual⁵, que não se restringe ao tipo penal previsto no art. 216-A do Código Penal, foram reportados à instituição nos últimos 5 anos? (Gentileza mencionar o quantitativo levando em consideração todo relato da mulher que disse ter sofrido assédio sexual)

b) Dos casos reportados, quais foram as soluções disciplinares? (Gentileza mencionar em termos quantitativos, sem especificar solução de cada processo/procedimento)

5 Conceito de assédio sexual utilizado na pesquisa: O assédio sexual no ambiente de trabalho consiste em constranger colegas por meio de cantadas e insinuações constantes, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Pode ser conceituado como “toda conduta de natureza sexual não solicitada, que tem um efeito desfavorável no ambiente de trabalho ou consequências prejudiciais no plano do emprego para as vítimas”. (Maurício Drapeau). Essa atitude pode ser clara ou sutil, falada ou apenas insinuada, escrita ou explicitada em gestos, vir em forma de coação ou, ainda, em forma de chantagem. (Assédio moral e sexual : previna-se / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2016)

Exemplo:

Solução	Quantidade
Arquivamento por falta de provas	3
Arquivamento por ter sido comprovado a inexistência do fato	2
Arquivamento por não ter sido assédio sexual	2
Punição por falta grave	3
Exclusão	2

c) O que a instituição faz para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma?

d) A instituição adota alguma medida de proteção para as mulheres policiais que sofrem assédio sexual e denunciam? Se sim, quais?

e) A instituição possui alguma campanha de prevenção e combate ao assédio sexual? Se sim, quais? (Gentileza enviar os materiais da campanha, se houver)

f) O atual Plano Estratégico da instituição e, caso esteja em elaboração ou já concluído, o próximo plano, prevê a prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional?

g) Qual é o efetivo total de policiais (homens e mulheres) na ativa da instituição? Do total de policiais, qual é o número de mulheres policiais na ativa?

h) Outros esclarecimentos que a instituição entender necessários.

As informações serão úteis até o dia 30 de setembro de 2020.

As instituições que responderam os e-mails foram:

- a) **Polícia Civil:** Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Sergipe.
- b) **Polícia Militar:** Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Santa Catarina e Tocantins.
- c) **Corpo de Bombeiros Militar:** Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Roraima, Santa Catarina e Sergipe.

Ao todo foram 19 respostas e muitas delas sem responderem todos os itens perguntados, o que demonstra que muitas instituições não cumprem a Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/11.

A seguir, passamos a expor, em síntese, as respostas das instituições.

A **Polícia Civil de Alagoas** informou que não houve registro de assédio sexual nos últimos 05 (cinco) anos.

No tocante à realização de campanhas informou que realizou campanha com distribuição de panfletos; que a Delegacia Interativa ampliou o número de opções para denúncia online e realizou gravação de vídeo com a Delegada Cássia Mabel, oportunidade em que estimula às mulheres a realização de denúncias.

No tocante ao efetivo, possui 1.925 servidores e 385 servidoras.

A **Polícia Civil do Amazonas** informou que houve o registro de 05 casos de estupro, 03 de estupro de vulnerável e 03 de assédio sexual. No tocante ao efetivo há 1.423 homens e 715 mulheres.

A **Polícia Civil do Mato Grosso** informou que possui, atualmente, 8 (oito) procedimentos, em andamento, no órgão de controle interno da Polícia Civil.

Pontuou, de forma organizada, que:

- A Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso dispõe da Ouvidoria Setorial de Polícia, para que servidores (as) possam comunicar eventuais assédios ou outros delitos que venham sofrer no âmbito do desempenho do trabalho. Essas denúncias são averiguadas pela Corregedoria de Polícia, de forma isenta, resguardando seus profissionais.
- A Polícia Civil dispõe em seu quadro de equipe psicossocial para o acolhimento das policiais vítimas de assédio sexual, porém, não há procura por esse atendimento.
- A Polícia Civil não dispõe de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual na instituição policial.
- O Planejamento Estratégico, denominado PJC+10, não contemplou essa temática, dentre os eixos de objetivos previstos.
- A Diretoria de Inteligência irá fomentar capacitações internas voltadas a orientação dos servidores, bem como incentivo às profissionais quanto a denúncias, como medida de repressão e prevenção ao assédio sexual dentro das unidades policiais.

No tocante ao efetivo possui o total de 2.049 homens e 919 mulheres.

A **Polícia Civil do Paraná** informou que o sistema que rege o banco de registros não contempla a opção de retorno dos dados para a pesquisa desejada.

Em relação ao que a instituição faz para incentivar as mulheres a denunciarem os casos de assédio sexual o respondente disse que no curso de formação elas recebem esclarecimentos e orientações de como denunciarem fatos em que sejam vítimas à Corregedoria Geral da Polícia Civil.

Relatou que toda e qualquer situação que exija providências para a proteção de servidores são tomadas pela Corregedoria e Departamento da Polícia Civil e que o Plano Estratégico da

Polícia Civil do Estado do Paraná tem como missão a valorização do policial civil em todos os aspectos, e está em constante aperfeiçoamento com o auxílio do Grupo de Recursos Humanos.

No tocante ao efetivo há 2.683 homens e 792 mulheres.

A **Polícia Civil do Rio Grande do Sul** informou que não possuem controle se as vítimas de violência sexual que constam em seus registros são policiais; contudo, sempre que há qualquer notícia de crime sexual envolvendo policiais civis, imediatamente, a Corregedoria-Geral de Polícia é comunicada. Relatou que não há, até o presente momento, medidas de proteção específicas, campanhas de prevenção ou quaisquer outras ações que visem incentivar as mulheres a denunciarem os casos de assédio sexual dentro das instituições policiais

No tocante ao efetivo há 3.067 homens e 1.920 mulheres.

A **Polícia Civil de Sergipe** informou que não registrou, nos últimos 05 (cinco) anos, casos de assédio sexual e que não existem ações que incentivem as mulheres a denunciarem o assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, uma vez que a Corregedoria de Polícia Civil é bastante atuante e além dos processos administrativos e disciplinares também é responsável pela condução dos Inquéritos policiais que envolvam servidores policiais.

Relatou que não possui um protocolo específico de proteção para as mulheres policiais que sofrem assédio sexual, mas possui um protocolo para atuação e atendimento às mulheres vítimas de violência, de acordo com a Lei Maria da Penha (que também aborda o assédio) e contempla todas as mulheres, inclusive as policiais.

Expôs que não possui campanha de prevenção e combate ao assédio sexual e que o atual plano estratégico não prevê a prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional.

No tocante ao efetivo, há 1.097 homens e 317 mulheres.

A **Polícia Militar do Mato Grosso do Sul** informou não possuir os dados solicitados prontos e que a busca desses dados implicaria na interrupção das atividades correntes do setor competente por levantar as informações.

Relatou que “mantém na estrutura de sua Home Page um campo destinado a Ouvidoria, meio pelo qual é possível denunciar diretamente à Corregedoria Geral da PMMS os fatos relacionados a assédio sexual, tanto interna como externamente” e que a própria “Corregedoria Geral dispõe de serviço de atendimento presencial para coleta de tais informações.”

Acerca das medidas de proteção às mulheres policiais militares vítimas de assédio sexual, detalhou que “a própria estrutura da Corregedoria Geral da PMMS pode ser acionada a qualquer momento, seja presencialmente ou por meio remoto para fornecer o suporte necessário. Já em relação a existência de alguma campanha de prevenção e combate ao assédio sexual, a PMMS mantém uma campanha externa denominada PROMUSE (Programa Mulher Segura) o qual tem por objetivo orientar as mulheres de como proceder nos casos de assédio sexual. Há ainda o Fundo de Assistência Feminina (FAF), o qual dispõe de profissionais habilitados para dar suporte a mulher policial militar nos casos de assédio sexual.”

Detalhou que “a Diretoria de Planejamento Estratégico da PMMS informa que está elaborando o Planejamento Estratégico da Corporação para o período de 2020 a 2026 e **o tema assédio sexual faz parte da proposta de implementação do Plano Estadual de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, em que figura como um dos objetivos: ‘Reduzir todas as formas de violência contra a mulher, em especial as violências doméstica e sexual, e aprimorar o atendimento nas instituições policiais.’”

Por fim, especificou que “Como parte integrante do PROMUSE (Programa Mulher Segura) está sendo estabelecida a linha de trabalho específica às mulheres policiais militares, em um primeiro momento através da aproximação do programa às profissionais atuantes nas Unidades da PMMS, através do trabalho de conscientização de que a mulher policial militar tem as mesmas garantias e direitos da mulher civil, sendo iniciado um levantamento de dados e informações para a implantação imediata do trabalho.”

A **Polícia Militar do Pará** informou que nos últimos 05 (cinco) anos houve somente um caso de assédio sexual que está sendo apurado.

No tocante ao que a instituição faz para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma, informou que “A vítima é recebida por uma policial feminino (via de regra, será amparada por oficial), que lhe passará as orientações necessárias. Em seguida é realizado o registro do relato da vítima em sala restrita, para maior conforto e segurança, a fim de que a vítima se sinta acolhida. Quando necessário, há o encaminhamento para o Centro Integrado de Assistência Social e Psicologia da PMPA.”

Em relação às medidas de proteção para as mulheres policiais que sofrem assédio sexual e denunciam informou que “A PMPA possui o programa ‘PM Vítima’ que protege policiais ameaçados, porém, nunca ocorreu situação com tal demanda específica.”

No que tange à realização de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual disse que “No início de 2019 e 2020, sempre na semana alusiva à incorporação do efetivo feminino às fileiras da PMPA, ocorre mesa de debate cujo tema trata do assunto.”

Informou que o “atual Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará (2015/2025) não contempla a prevenção e combate ao assédio sexual como medida institucional.”

Do efetivo total da PMPA há 13975 homens e 1.653 mulheres.

Informou que “Instigados pela presente pesquisa e diante da oportunidade de revalidação quinquenal do Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará (2015/2025), postergada para o ano de 2021 em razão da pandemia de COVID-19, pretendemos incluir no plano da PMPA a prevenção e combate ao assédio sexual como medida institucional. Nesse sentido, gostaríamos de contar com o retorno do produto dessa importante pesquisa, tão logo esteja disponível.”

A **Polícia Militar do Piauí** respondeu da seguinte forma:

- a. Foi localizado 01 (um) caso de assédio sexual nos últimos cinco anos, com solução publicada.

- b. Arquivamento por não ter sido assédio sexual - 01
- c. Prejudicado
- d. Prejudicado
- e. Prejudicado
- f. Prejudicado
- g. Efetivo total: 5594. Efetivo feminino: 439
- h. Prejudicado.

A **Polícia Militar do Paraná** informou que foram registrados nos últimos 05 (cinco) anos o total de 22 casos, que resultou em 16 arquivamentos; 02 indícios de crime e transgressão; 02 punições; 01 exclusão e há 01 em andamento.

Relatou que “A Instituição conta com canais seguros para denúncias de irregularidades, sendo um deles o site da Corregedoria-Geral e a ouvidoria das Polícias, ambos disponibilizam diversas possibilidades para contato através de formulário on-line, e-mail, telefone ou até mesmo pessoalmente.”

Especificou que “Dentro do rol de medidas que são aplicadas em sede procedimental ou processual, esta Unidade Correicional realiza a análise de cada caso concreto de assédio sexual perpetrado por militares estaduais, sendo que tanto esta COGER de ofício, como o encarregado da investigação, possuem total autonomia para solicitar as medidas administrativas ou judiciais, disponíveis na legislação brasileira, que melhor confirmam proteção à vítima.”

Disse que atualmente não há campanha sendo realizada para a prevenção e combate ao assédio sexual.

Asseverou que “Encontra-se em andamento a elaboração de um plano estratégico na PMPR, o qual deverá contemplar diversas medidas de prevenção a condutas criminosas na instituição, dentre elas o Assédio Sexual.”

Do efetivo total da PMPR há 16.454 homens e 2.239 mulheres.

Por fim, relatou que:

Incumbe à Polícia Militar do Paraná a preservação da ordem pública, com foco no cidadão. Nesse contexto, entendemos que o cidadão policial militar também deve se sentir acolhido e apoiado quando for vítima de qualquer crime, especialmente nos casos de crimes de assédio sexual. A Corporação tem procurado dar o suporte necessário à vítima, bem como fazer a devida apuração dos fatos, fazendo com que as normas e regulamentos sejam observados independentemente do grau hierárquico. Neste sentido, a Polícia Militar do Paraná considera fundamental o cuidado com o seu efetivo e trabalha para garantir aos militares estaduais um ambiente de trabalho harmônico, incentivando a solidariedade e o respeito profissional entre seus superiores e subordinados, contudo quando atitudes ultrapassam a legalidade, fatalmente serão alvo de investigação e punição, caso sejam comprovadas as irregularidades. Assim sendo o crime de Assédio Sexual é repudiado e combatido na PMPR.

A **Polícia Militar de Santa Catarina** respondeu que:

A instituição apura todas as denúncias realizadas por mulheres, policiais militares ou não, com o mesmo profissionalismo e seriedade com o qual trata todas as denúncias de irregularidades em desfavor de policiais militares. No caso de denúncias de policiais militares mulheres em desfavor de membros da corporação, o comandante dos envolvidos poderá remanejar as funções, visando diminuir a proximidade entre ambos e evitar maiores constrangimentos.

Informou também que:

Caso a denunciante informe que está sendo constrangida durante o curso do processo, o Encarregado do Inquérito Policial Militar deverá adotar medidas corretivas, como o indiciamento por outro crime ou transgressão disciplinar, ou até mesmo representar pela prisão preventiva do Acusado, caso existam os requisitos dos arts. 254 e 255 do Código de Processo Penal Militar.

Disse que não possui campanha de prevenção e combate ao assédio sexual e que não há previsão no Plano Estratégico da Polícia Militar de Santa Catarina da prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional.

Do efetivo total da PMSC há 9.103 homens e 884 mulheres.

Por fim, destacou que é “Importante repisar que os casos de assédio são pontuais e que após as investigações realizadas, sendo comprovado o cometimento do assédio, o Acusado é punido na forma da lei.”

A **Polícia Militar de Tocantins** informou que nos últimos 05 (cinco) anos foram reportados à Corregedoria da PMTO 06 (seis) casos de assédio sexual envolvendo militares, sendo 02 arquivados, 01 punido disciplinarmente, 02 indiciados e 01 encontra-se em apuração.

Relatou que “A PMTO disponibiliza à sua tropa amplo acesso aos mecanismos de denúncias, por meio da Corregedoria geral e das Corregedorias em cada Unidade Policial Militar.”

Disse que “Atualmente a PMTO não dispõe, especificamente, de medida de proteção para as mulheres policiais que sofrem assédio sexual, no entanto, em casos concretos, os comandos locais adotam ações visando garantir a proteção das (dos) denunciante(s)” e que “Apesar de não protagonizar campanha específica em relação à temática, a PMTO atua em parceria com diversos órgãos na prevenção e combate ao assédio sexual, apoiando instituições como a Defensoria pública, Ministério Público, Secretaria da Cidadania e Justiça e Cidadania e o Núcleo de Prevenção de Acidentes e Violência, Promoção da Saúde e Cultura da Paz (NUPAV) da prefeitura municipal de Palmas, por exemplo.”

Especificou que “Atualmente a PMTO não dispõe, especificamente, de mecanismos que abordem a temática no Plano Estratégico da PMTO.”

Do efetivo total da PMTO há 2.744 homens e 386 mulheres.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás** informou que nos últimos 05 (cinco) anos foram reportados 03 (três) casos de assédio sexual, sendo 01 (um) arquivado por não ter configurado assédio sexual, 01 arquivado por falta de provas e 01 considerado culpado com punição administrativa de 2 dias de detenção, por ser considerada falta grave.

No tocante ao incentivo institucional para que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma expôs que:

Todos os procedimentos/processos disciplinares instaurados por esta Casa ou demais unidades operacionais e administrativas, são classificados como sigilosos, o que de fato traz maior segurança a vítima, resguardando assim sua imagem, bem como, evitando a sua exposição aos demais integrantes acerca do noticiado. Ademais, outra competência do Comando de Correições e Disciplina é exercer a atividade de Ouvidoria, isto posto, os militares lotados na unidade atuam de forma neutra e confidencial com relação às denúncias, reclamações, objetivando solucionar as demandas de forma célere, recebendo diversas denúncias através de vários canais de comunicação, como e-mail, telefone, via presencial e Sistema Eletrônico de Informações – SEI, facilitando, assim o acesso àquelas mulheres que porventura sofram qualquer tipo de assédio sexual.

Em relação à adoção de medidas de proteção para as mulheres que sofrem assédio sexual e denunciam, detalhou que “Em casos extremos pode ser utilizada a remoção temporária ou definitiva da unidade onde sofreu assédio, bem como a solicitação de instrumentos legais, como prisão preventiva do agressor em caso de crime e perigo iminente à vítima.”

No que tange à campanha de prevenção e combate ao assédio sexual no CBMGO, informou que o site da corporação oferece o serviço de denúncia **Fale Conosco**, subdividido em Ouvidoria CBMGO e Ouvidoria Geral do Estado de Goiás, esses dois canais facilitam o acesso para a delação de um possível assédio sexual bem como o relato de outros conteúdos em geral.

Expôs ainda estudos que auxiliam a respeito do tema da pesquisa e os enviou para os pesquisadores, denominados “Aspectos acerca da Mulher nas Organizações de Trabalho, na Segurança Pública e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - Cenário Atual, Desafios e Perspectivas” das autoras Maj QOC Helaine Vieira Santos e 1º Ten QOC Carlane Calixto de Brito” e “Consequências Práticas e Jurídicas da Lei N. 13.491/2017 e seus Reflexos para as Militares Femininas”, da autora 1º Ten QOC Carlane Calixto de Brito.

Disse que não contempla questões relacionadas ao assédio sexual no Plano Estratégico 2012-2022, todavia especifica que foi apontado “como fator crítico de sucesso para o alcance dos objetivos definidos no Plano Estratégico a ‘Valorização do Público Interno’, onde os militares deveriam receber uma atenção especial visando a manutenção do equilíbrio físico e emocional da tropa. Nesse sentido, foi definido como objetivo estratégico a ‘promoção da saúde dos bombeiros militares e dependentes’, porém nada especificamente voltado ao assunto assédio sexual.”

Detalhou que “Quanto a elaboração do próximo Plano, que acontecerá até o final do ano de 2021, caso o tema seja apontado como uma Ameaça ou Ponto Fraco em pesquisa diagnóstica a ser realizada para a construção do documento, acreditamos que este assunto deverá ser inserido no Plano Estratégico do CBMGO.”

Do efetivo total do CBMGO há 2.344 homens e 265 mulheres.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso** informou que não houve, nos últimos 05 (cinco) anos, casos de assédio sexual registrados na Corporação.

Disse que “O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT) realiza encontros anuais de todas as Bombeiras Militares do Estado, com a finalidade de debater e explicar temas de interesse comum às mulheres, dentro estes assuntos o Assédio Sexual é tratado diretamente, como forma de orientação e esclarecimento quanto as medidas a serem tomadas caso ocorra, bem como dar condições para que a militar o possa identificar. Também, por meio da Corregedoria Geral são realizadas visitas anuais de inspeção em todas as unidades do CBMMT, que visa prestar aos comandantes orientações técnicas e especializadas, visa também de fiscalizar os procedimentos e processos instaurados e em curso. Nessas ocasiões, são realizadas instruções e orientações a todo o efetivo da unidade, para incentivo pela busca do conhecimento, leituras das nossas normas e legislações em vigor, de cunho geral e específico.”

Relatou que “Até o presente momento não houve a necessidade de adotar nenhuma medida de proteção, todavia caso haja alguma situação dessa natureza o CBMMT tomará todas as medidas para a apuração do caso, bem como adotar medidas de proteção à vítima.” e que “O CBMMT não possui campanha de prevenção e combate ao assédio sexual.”

Especificou que “O Plano de Trabalho Anual (PTA) do ano de 2020, reflexo direto do Plano Estratégico do CBMMT, contempla orçamento para a realização do **Encontro Estadual de Bombeiras Militares, que conta com palestras sobre assédio Sexual**, onde é abordado como identificar e denunciar este e qualquer outro de assédio no ambiente de trabalho. Porém, o evento foi suspenso como medida de prevenção à disseminação do Coronavírus.”

Do efetivo total do CBMMT há 1.250 homens e 89 mulheres.

O **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais** informou que nos últimos 05 (cinco) anos houve 16 relatos de assédio sexual, sendo 07 arquivados por falta de provas; 04 por inexistência do fato e 05 punições por falta grave.

No que tange à postura institucional para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma e em relação à proteção das mulheres que denunciam os casos de assédio sexual, relatou que “Ainda não existem trabalhos neste sentido, mas a Corporação está avaliando a adoção de medidas que incentivem e possibilitem a denúncia de casos de assédio sexual de forma segura e sem retaliações aos denunciantes.”

Especificou que adota campanha de prevenção e combate ao assédio sexual e que “Em julho do corrente ano, foi divulgado um banner (20103258) na INTRANET da Corporação, confeccionado pela Corregedoria, a fim de prevenir desvios de conduta caracterizados por assédio sexual e moral. O material da campanha segue em anexo. O Banner está desde o mês de julho até o presente momento, na INTRANET da Corporação, sendo também divulgado por meio do aplicativo WHATSAPP.”



Prezados bombeiros militares!

Em todo ambiente de trabalho, onde as relações humanas são exercidas, podem surgir situações que fogem à regra do ideal. Muitos indivíduos por ocuparem determinados cargos ou funções, podem ultrapassar os limites regulamentares e agir de forma que caracterize assédio sexual ou assédio moral. O ambiente militar não está isento a estas situações e por suas próprias características, pode até favorecer a ocorrências deste tipo de irregularidade.

ASSÉDIO SEXUAL

O **assédio sexual é crime** e está definido em lei como o "ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função" (**Código Penal, art. 216-A - Pena – detenção, de 1(um) a 2 (dois) anos.**)

Independente da condição de superior hierárquico, o assédio sexual pode ser ambiental caracterizando-se como **Importunação sexual**, "Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro;" (**Código Penal, art. 215-A – Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave).**

EXEMPLOS MAIS COMUNS DE ASSÉDIO SEXUAL / IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

- Insinuações explícitas ou veladas; - Gestos ou palavras, escritas ou faladas; - Promessas de tratamento diferenciado; - Chantagem para permanência ou promoção no emprego; - Ameaças, veladas ou explícitas, de represálias, como a de perder o emprego; - Perturbação, ofensa; - Conversas indesejáveis sobre sexo	- Narração de piadas ou uso de expressões de conteúdo sexual; - Contato físico não desejado; - Solicitação de favores sexuais; - Convites impertinentes; - Pressão para participar de "encontros" e saídas; - Exibicionismo; - Criação de um ambiente pornográfico.
e outras coisas semelhantes a estas.	

Apesar de ser um crime comum, o assédio sexual quando praticado nas circunstâncias do art. 9º do Código Penal Militar, caracterizará crime militar por extensão, conforme alteração trazida pela Lei 13.491/2017, devendo ser instaurado o devido Inquérito Policial Militar.

Na esfera administrativa, o assédio sexual pode ser enquadrado em "exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantenha relações funcionais", transgressão disciplinar de natureza grave, tipificada no inciso IV do art. 13 do Código de Ética e Disciplina Militar.

ATENÇÃO: Elogios sem conteúdo sexual, cantadas, paqueras ou flertes consentidos, **NÃO CONFIGURAM ASSÉDIO SEXUAL.**

ASSÉDIO MORAL

Outra forma de assédio, de natureza não sexual, mas igualmente degradante, é o assédio moral. O **assédio moral** consiste na repetição deliberada de gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos de natureza psicológica, os quais expõem o militar a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los(as) das suas funções ou de deteriorar o ambiente de trabalho. A habitualidade da conduta e a intencionalidade (o fim discriminatório) são indispensáveis para a caracterização deste tipo de assédio.

EXEMPLOS MAIS COMUNS DE ASSÉDIO MORAL

- Retirar a autonomia funcional do militar ou privá-los de acesso aos instrumentos de trabalho; - Sonegar informações úteis para a realização de suas tarefas ou induzi-los a erro; - Contestar sistematicamente todas as suas decisões e criticar o seu trabalho de modo exagerado ou injusto; - Entregar, de forma permanente, quantidade superior de tarefas comparativamente a seus colegas ou exigir a execução de tarefas urgentes de forma permanente; - Atribuir, de propósito e com frequência, tarefas inferiores ou distintas das suas atribuições;	- Segregar o(a) assediado(a) no ambiente de trabalho, seja fisicamente, seja mediante recusa de comunicação; - Agredir verbalmente, dirigir gestos de desprezo, alterar o tom de voz ou ameaçar com outras formas de violência física; - Criticar a vida privada, as preferências pessoais ou as convicções do(a) assediado(a); - Espalhar boatos a respeito do militar, procurando desmerecê-lo perante seus superiores, colegas ou subordinados; - Invadir a vida privada com ligações telefônicas ou cartas de forma não profissional; - Desconsiderar problemas de saúde ou recomendações médicas na distribuição de tarefas;
- Controlar a frequência e o tempo de utilização de banheiros; - Pressionar para que não exerçam seus direitos estatutários; - Dificultar ou impedir promoções ou o exercício de funções diferenciadas;	- Isolar o(a) assediado(a) de confraternizações, almoços e atividades juntamente com os demais colegas.
EXEMPLOS ESPECÍFICOS DE ASSÉDIO MORAL CONTRA AS MULHERES: - Dificultar ou impedir que as gestantes compareçam a consultas médicas; - Interferir no planejamento familiar das mulheres, exigindo que não engravidem; - Desconsiderar recomendações médicas às gestantes na distribuição de tarefas.	

Não há legislação específica sobre o assédio moral, entretanto pode haver responsabilização em várias esferas como:

- administrativa disciplinar: caracterização de transgressões disciplinares;
- criminal: crimes de lesão corporal, crimes contra a honra, crime de racismo, etc.
- cível: danos morais e materiais.

A Corregedoria está aberta para receber reservadamente, militares que queiram denunciar situações que caracterizem qualquer tipo de assédio.

FIQUE LEGAL!

Prevenção a ilícitos administrativos/penais
Corregedoria/CBMMG

MARCUS JOSÉ TIBÚRCIO LIMA, CORONEL BM
CORREGEDOR

REFERÊNCIAS:

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL, Programa pro equidade gênero e raça, Senado Federal, 2011. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual> > Acesso em:29/07/2020.



Informou que o Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais prevê a prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional e que:

Ao longo dos seus 109 anos de existência, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas

Gerais vem evoluindo gradativamente e estabelecendo marcos importantes na valorização do ser humano como objetivo principal da Corporação.

Conforme previsão do Decreto 47.185/17, que dispõe sobre o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, cada órgão ou entidade da Administração Pública do Poder Executivo será responsável pela criação e divulgação de planos de integridade específicos, contemplando ações voltadas para os agentes públicos, os cidadãos, as organizações da sociedade civil e as empresas localizadas no Estado. Neste contexto, o Comando da Corporação verificou a necessidade de inserção como projeto estratégico no Plano de Comando, a criação do Plano de Integridade da Corporação.

O Plano de Integridade visa promover a cultura da ética e a aplicação efetiva de códigos de conduta, a integridade nas ações, a transparência, a necessidade da prestação de contas, o fortalecimento, o aprimoramento da estrutura de governança, a gestão de riscos e a adoção de medidas de prevenção à atos ilícitos.

A criação do Plano de Integridade do CBMMG irá refletir diretamente na qualidade dos serviços prestados pelos bombeiros militares e nas relações diárias entre os militares e militares x civis. Serão implementadas ações que promovam a eficiência dos trabalhos, economia de gastos, valorização do bombeiro militar e medidas que visem ampliar a prevenção e o combate ao assédio sexual e moral na Instituição, dentre outras.

Do efetivo total do CBMMG há 5067 homens e 529 mulheres.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Paraná** informou que é um órgão de execução na estrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná, o que dificulta a obtenção de algumas informações.

Relatou que:

constam 3 casos de procedimentos administrativos oriundos de reclamação do efetivo feminino do Corpo de Bombeiros do Paraná, sendo que dois procedimentos foram arquivados por insuficiência probatória (em sede de sindicância) e um ainda encontra-se em fase de apuração em procedimento acusatório.

Expôs que as informações que tratam do efetivo do CBMPR estão protegidas por sigilo com base na Lei de Acesso à Informação e não as forneceu, contudo em consulta ao Portal da Transparência foi possível constatar que há 763 bombeiros e 51 bombeiras.

O **Corpo de Bombeiros Militar de Roraima** informou que:

O Corpo de Bombeiros Militar de Roraima foi emancipado em dezembro de 2001, inicialmente com efetivo de 160 militares. Trata-se de uma corporação ainda pouco numerosa onde as relações interpessoais não se restringem ao ambiente militar, tendo muitas vezes fortes vínculos familiares e sociais, o que faz prevalecer o tratamento respeitoso entre os militares, característica que contribui com o baixo índice de casos de assédio sexual. Nos últimos 05 anos, apenas 01 (um) caso foi registrado [que foi punido com falta grave].

No tocante ao que a instituição faz para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma, foi informado que:

As militares com maior tempo de carreira encarregam-se da instrução das militares que ingressam na corporação. As orientações acerca de comportamento no ambiente militar que são repassadas ainda nos cursos de formação ou de habilitação abrangem o esclarecimento sobre atitudes de pares e superiores que possam configurar desrespeito às militares.

Uma preocupação do CBMRR é ter na equipe de coordenação de cada curso pelo menos uma militar encarregada do efetivo feminino ao longo de todas as programações pedagógicas.

Estas medidas viabilizam a notificação de casos de assédio, pois além de estreitar as relações entre as superiores e subordinadas, a militar que tomar conhecimento de fatos dessa natureza é obrigada por força do art. 28 da Lei Estadual nº 963/2014 a reportar aos seus superiores tais acontecimentos que violam os preceitos legais.

Art. 28. Todo militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá comunicá-lo ao seu chefe imediato, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da observação ou do conhecimento do fato.

Em relação à adoção de alguma medida de proteção **para as mulheres que sofrem assédio sexual e denunciam, informou que** “Nos casos registrados na Corregedoria do CBMRR desde sua emancipação, todas as militares vítimas foram imediatamente afastadas da subordinação direta dos acusados, tendo sido adotada a medida que melhor se adequasse a cada vítima, no sentido de modificação do setor de trabalho.”

Disse que o CBMRR não possui campanha de prevenção e combate ao assédio sexual e que “O CBMRR tem trabalhado com limitações de pessoal e de orçamento, o que impossibilitou a realização das campanhas educativas para prevenção até o presente momento. Esclarecemos que é uma preocupação da corporação a produção de material informativo, digital e físico, e a promoção de ciclos de palestras abordando o tema prevenção ao assédio sexual no ambiente militar.”

Especificou que “Com a proximidade da Campanha Novembro Azul, que trabalha a conscientização acerca da saúde do homem, o CBMRR estuda inserir palestras sobre saúde mental e prevenção ao assédio sexual nas corporações militares. A divulgação para a tropa da existência da Ouvidoria do CBMRR, seus objetivos e atribuições, é outro aspecto que vem sendo trabalhado, visando estabelecer um vínculo de confiança e amparo àqueles militares que de algum modo sintem-se ofendidos por atos de seus pares ou superiores.”

Do efetivo total do CBMRR há 427 homens e 85 mulheres.

Por fim, esclareceu que:

Ao longo dos 19 anos de emancipação do CBMRR, a mulher tem conquistado espaço em todos os setores operacionais e administrativos da corporação. Este cenário

enseja modificações nos relacionamentos interpessoais, principalmente em ambientes antes predominantemente masculinos.

Com a ampliação dos postos de serviço, a instituição teve como preocupação a criação de espaços exclusivos e seguros para o efetivo feminino, tais como alojamentos e banheiros especialmente destinados para este público. Tal medida, embora pareça simples, demonstra ao efetivo masculino que o comportamento em relação às mulheres deve ser de cuidado e respeito, apesar de desempenharem funções semelhantes no serviço cotidiano.

O **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina** informou que “Foram reportados 08 casos de Bombeiras Comunitárias, que sofreram assédio de Bombeiro Militar, em ambiente militar, e 02 casos de bombeiros militares femininas.”, sendo quatro arquivados por falta de provas, 03 por inexistência do fato, 01 arquivado por não ter sido assédio sexual e 02 punições por falta grave.

No tocante ao que a instituição faz para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma, respondeu que são estimulados pelo portal da ouvidoria (www.ouvidoria.sc.gov.br), de forma anônima.

Relatou que como medida de proteção para as mulheres que sofrem assédio sexual e denunciam, é realizado a abertura de procedimento interno de forma imediata.

Especificou que a instituição não possui campanha vigente de prevenção e combate ao assédio sexual.

Detalhou que o atual Plano Estratégico da instituição não contempla a prevenção e combate ao assédio sexual na instituição, contudo afirmou que está sendo elaborado em conjunto com a Polícia Militar um novo código de ética e disciplina a qual englobará as questões de assédio, seja ele em cunho sexual ou moral.

Do efetivo total do CBMSC há 2550 homens e 185 mulheres.

O **Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe** respondeu que houve 03 casos de assédio sexual nos últimos cinco anos, sendo que 01 foi arquivado por inexistência do fato, 01 por punição grave e 01 está em andamento.

Informou que “Criou o Comitê de Gestão de Políticas Públicas Para a Mulher Bombeira, através da Portaria 159/2020” como forma de incentivar a mulher a realizar denúncias dos casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma, e com o fim de proteger as mulheres que sofrem assédio sexual.

Destacou que a Corregedoria-Geral adota o sigilo nas denúncias de assédio sexual e os documentos seguem em trâmite sigiloso interno.

Especificou que está em elaboração pelo comitê a realização de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual e que a prevenção e combate ao assédio sexual passará a fazer parte do Plano Estratégico da instituição.

Do efetivo total do CBMSE há 509 homens e 81 mulheres.

Diante das respostas obtidas foi possível constatar os seguintes pontos:

- a) Constata-se um número extremamente reduzido de relatos de assédio sexual no âmbito das instituições, o que contraria frontalmente todas as pesquisas sobre assédio sexual nas instituições de Segurança Pública, até então realizadas. São números irreais, o que comprova que as mulheres, ainda que assediadas sexualmente, permanecem caladas;
- b) Algumas instituições não possuem controle dos casos de assédio sexual sofrido pelas mulheres que trabalham na Corporação;
- c) Notou-se que dentre os poucos casos de assédio sexual que foram reportados à administração, a maioria deles foram arquivados, geralmente, por inexistência de provas;
- d) A maioria das instituições não adota nenhuma medida para incentivar que as mulheres denunciem os casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma;
- e) A maioria das instituições não adota nenhuma medida de proteção para as mulheres policiais que sofrem assédio sexual e denunciam;
- f) A maioria das instituições não possui campanha de prevenção e combate ao assédio sexual;
- g) O Plano Estratégico das instituições, em sua maioria, não contempla a prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional;
- h) O efetivo das instituições é predominantemente masculino, inclusive, nas polícias civis que não possuem limitação de vagas para o ingresso de mulheres.

5.4.1 Apontamento das boas práticas adotadas pelas instituições e de pontos relevantes nas respostas institucionais

Após analisar as respostas de todas as instituições selecionamos as boas práticas que reputamos relevantes e que possam servir de exemplo para as demais instituições. Nessa ocasião faremos, também, alguns apontamentos de acordo com as respostas das instituições.

A **Polícia Civil do Mato Grosso** dispõe da **Ouvidoria Setorial de Polícia**, para que servidores (as) possam comunicar eventuais assédios ou outros delitos que venham sofrer no âmbito do desempenho do trabalho, além de possuir em seu quadro de uma **equipe psicossocial** para o acolhimento das policiais vítimas de assédio sexual.

É relevante destacar que a PCMT informou que a Diretoria de Inteligência **irá fomentar capacitações internas** voltadas a orientação dos servidores, bem como incentivo às profissionais quanto a denúncias, como medida de repressão e prevenção ao assédio sexual dentro das unidades policiais.

A Polícia Civil do Mato Grosso respondeu a todas as perguntas de forma séria, completa e demonstrou compromisso com um tema tão sensível.

A **Polícia Militar do Mato Grosso do Sul** mantém uma campanha externa denominada

PROMUSE (Programa Mulher Segura), a qual tem por objetivo orientar as mulheres de como proceder nos casos de assédio sexual. Dispõe ainda do **Fundo de Assistência Feminina (FAF)**, o qual possui profissionais habilitados para dar suporte a mulher policial militar nos casos de assédio sexual.

A PMMS está elaborando o Planejamento Estratégico da Corporação para o período de 2020 a 2026 e o tema assédio sexual faz parte da proposta de implementação do Plano Estadual de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

A **Polícia Militar do Pará** possui o programa “PM Vítima” que protege policiais ameaçados.

Nos anos de 2019 e 2020 a Corporação realizou eventos, ocasião em que tratou do assédio sexual em nível institucional.

Destacamos que a Polícia Militar do Pará respondeu a todas as perguntas de forma séria e completa, demonstrou interesse na pesquisa e sensibilidade com um tema tão relevante, tanto é que informou que pretendem incluir no Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará a prevenção e combate ao assédio sexual como medida institucional.

A **Polícia Militar do Paraná** pretende contemplar diversas medidas de prevenção a condutas criminosas na instituição, dentre elas o assédio sexual, no próximo plano estratégico da corporação que está em elaboração.

A PMPR respondeu a todas as perguntas de forma séria e completa.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás** realizará pesquisa diagnóstica em âmbito institucional para a confecção do próximo Plano Estratégico, ocasião em que decidirá se a prevenção e combate ao assédio sexual deve ser prevista como uma medida institucional.

Em relação à adoção de medidas de proteção para as mulheres que sofrem assédio sexual e denunciam, detalhou que estas podem ser removidas de forma temporária ou definitiva da unidade em que sofreu o assédio. Entendemos que o afastamento deve ser do superior hierárquico, salvo a hipótese em que a mulher não se sentir mais confortável no ambiente de trabalho. Do contrário a vítima será punida institucionalmente por ter sido vítima de assédio sexual.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso** realiza encontros anuais de todas as Bombeiras Militares do Estado, com a finalidade de debater e explanar temas de interesse comum às mulheres, o que inclui o assédio sexual.

O **Plano de Trabalho Anual (PTA) do ano de 2020 do CBMMT, que é reflexo direto do Plano Estratégico, contempla orçamento para a realização do** Encontro Estadual de Bombeiras Militares, que conta com palestras sobre assédio sexual.

O CBMMT respondeu a todas as perguntas de forma séria e completa.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Minas Gerais** adota campanha de prevenção e combate ao assédio sexual, tendo inclusive fornecido a cartilha utilizada na campanha. Foi a única das instituições que responderam a pesquisa que forneceu cartilha relacionada à campanha. **Essa constatação deve servir de exemplo para as demais instituições, de forma que procurem realizar suas próprias cartilhas e materiais para divulgação em âmbito institucional.**

O CBMMG está avaliando a adoção de medidas que incentivem e possibilitem a denúncia de casos de assédio sexual de forma segura e sem retaliações aos denunciantes.

O Plano Estratégico da instituição prevê a prevenção e combate ao assédio sexual como uma medida institucional.

O CBMMG respondeu a todas as perguntas de forma séria e completa.

O **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima** mantém na equipe de coordenação de cada curso pelo menos uma militar encarregada do efetivo feminino ao longo de todas as programações pedagógicas, o que viabiliza a notificação dos casos de assédio.

Um ponto que chama atenção na resposta do CBMRR refere-se ao afastamento das mulheres vítimas da subordinação direta dos acusados, no sentido de modificação do setor de trabalho de forma que adéque ao melhor para cada vítima. Entendemos que o afastamento deve ser do superior hierárquico, salvo a hipótese em que a mulher não se sentir mais confortável no ambiente de trabalho. Do contrário a vítima será punida institucionalmente por ter sido vítima de assédio sexual.

O CBMRR demonstrou ser uma preocupação institucional a produção de material informativo, digital e físico, e a promoção de ciclos de palestras abordando o tema prevenção ao assédio sexual no ambiente militar e estuda inserir palestras sobre saúde mental e prevenção ao assédio sexual nas corporações militares durante a Campanha Novembro Azul.

O **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina** afirmou que está sendo elaborado em conjunto com a Polícia Militar um novo código de ética e disciplina a qual englobará as questões de assédio, seja ele em cunho sexual ou moral.

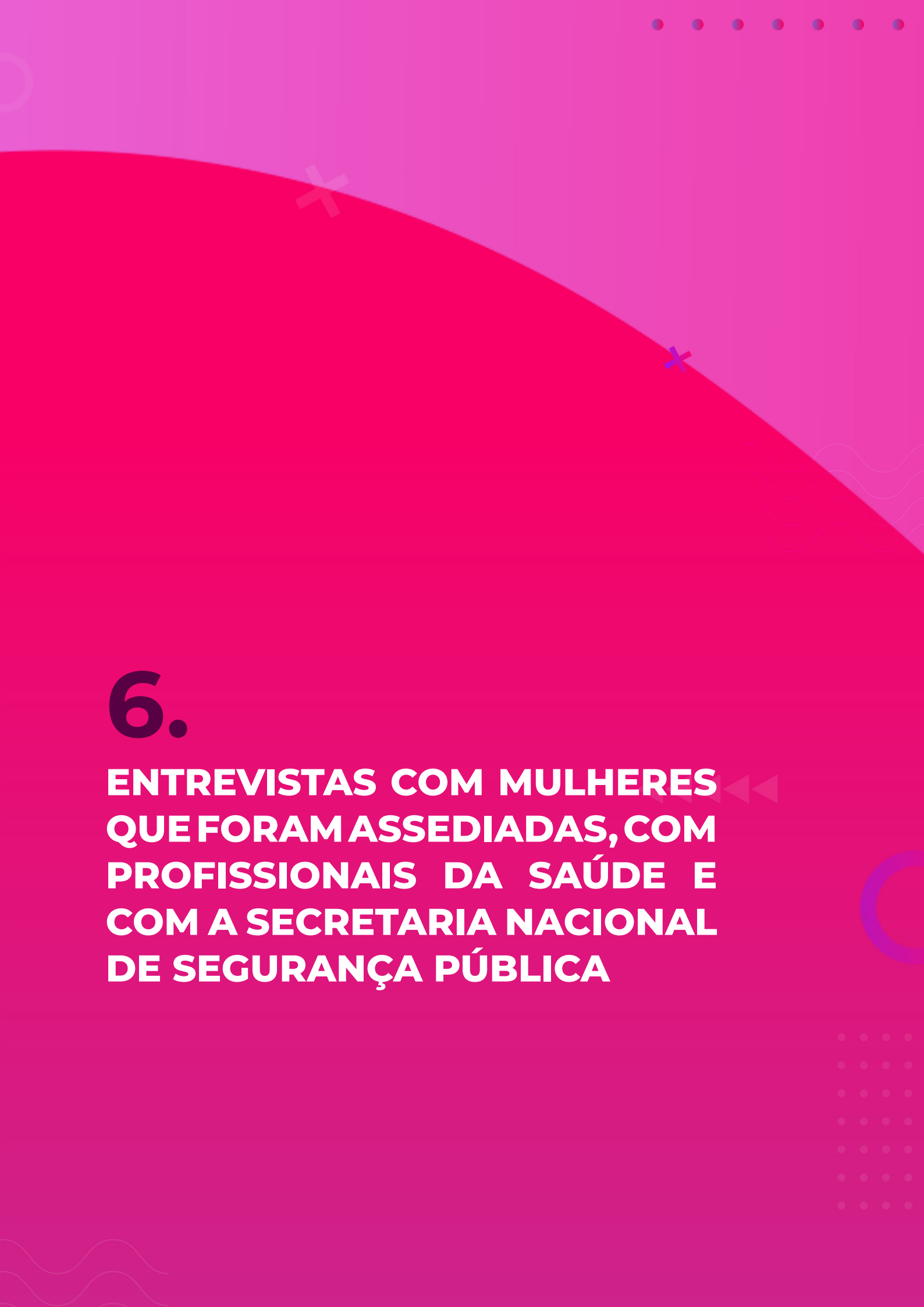
O **Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe** criou, em 2020, o **Comitê de Gestão de Políticas Públicas Para a Mulher Bombeira**, como forma de incentivar a mulher a realizar denúncias dos casos de assédio sexual, sem receio de que sofram perseguições, sejam expostas ou prejudicadas de qualquer forma, e com o fim de proteger as mulheres que sofrem assédio sexual.

Encontra-se em elaboração pelo comitê a realização de campanha de prevenção e combate ao assédio sexual.

A prevenção e combate ao assédio sexual passará a fazer parte do Plano Estratégico da instituição.

O CBMSE demonstrou seriedade com um tema tão relevante e sensível.

Apesar de não ter chegado resposta até o encerramento da pesquisa, é de conhecimento dos pesquisadores que: a) o **Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas** criou uma ouvidoria para apurar casos de violência sexual contra bombeiras militares, tendo nomeado uma oficial como ouvidora; e b) a **Polícia Militar do Ceará** criou o canal de comunicação contra o assédio “Eu me Importo Contigo”, que consiste em uma via oficial para o enfrentamento de qualquer manifestação de assédio contra as Policiais Militares Femininas, sendo as denúncias recebidas por um grupo de mulheres policiais preparadas para o acolhimento da informante, a fim de preservar sua segurança e sigilo.



6.

**ENTREVISTAS COM MULHERES
QUE FORAM ASSEDIADAS, COM
PROFISSIONAIS DA SAÚDE E
COM A SECRETARIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Foram realizadas 06 (seis) entrevistas, sendo três com mulheres vítimas de assédio sexual, uma policial militar e duas bombeiras militares, duas com profissionais da saúde, uma médica e uma psicóloga, e uma com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Procuramos mulheres interessadas e voluntárias em relatarem seus casos, sendo assegurado sigilo por parte dos pesquisadores, com a consequente desconfiguração do rosto e da voz, para que a gravação da entrevista mediante vídeo e áudio fosse disponibilizada.

Não houve mulheres de outras instituições dispostas a concederem entrevista, em que pese uma policial civil e uma militar das Forças Armadas terem demonstrado interesse, mas por receio, optaram por não serem entrevistadas.

As vítimas de assédio sexual foram entrevistadas pelo Zoom e chamadas de “Maria”, como forma de preservar o nome real.

As entrevistas com as profissionais da saúde e com a SENASP foram realizadas por escrito.

6.1 Entrevistas com mulheres vítimas de assédio sexual

Separamos alguns trechos de destaques das entrevistas realizadas, que a seguir são mencionados ao lado do QR CODE, para que a entrevista possa ser acessada na íntegra.

a) Entrevista da Policial Militar

“Na viatura ele já começou a tecer comentários sobre as mulheres que estavam na rua: ah, essa mulher é gostosa; essa mulher eu vou comer assim e assado; se ela ficar nessa posição... e começou a falar coisas dessa natureza na viatura, até pior.”

“Escuto a voz dele dentro da área da minha casa, e aí eu assustei; falei o que o senhor está fazendo aqui? E ele disse que queria me falar uma coisa, que sempre quis me falar, aí ele chegou perto de mim, e foi nesse momento que ele pegou no meu braço e veio para me beijar.”

“Foi nessa hora que ele começou a me atacar, passando o rosto em mim e me segurando muito forte, eu não conseguia sair dele.”

“Disse que era para eu calar a boca, apontou a arma para mim, era para eu fingir que nada tinha acontecido; que ele perdeu a cabeça; que era para eu bater nele, agredir ele.”

“Entrei numa situação complicada, pensei realmente em suicídio... em situações posteriores a essa, já pensei até matar um colega por situação de assédio.”



Leia o QR Code ou clique aqui para assistir

b) Entrevista da 1ª Bombeira Militar

“O sargento me mandou um áudio, disse que tinha tomado umas cervejas e que queria me levar para a cama.”

“Olhou para os dois lados do corredor, fechou a porta e me agarrou à força.”

“Não foi para isso que eu fiz concurso, não foi para isso que estudei e não era esse o sonho que eu tinha de ser militar.”

“Tive que mudar. Tinha medo que ele me procurasse, tive medo de ser morta.”

“É uma corporação extremamente machista, desde o momento que entrei até hoje a gente escuta coisas horríveis, desde o soldado até o coronel. Se a mulher é quieta e não conversa, essa daí na cama deve ser uma puta, porque essas na cama são as melhores, ou se a mulher conversa ela é dada, vagabunda, oferecida, é nojento conviver lá”



Leia o QR Code ou clique aqui para assistir

c) Entrevista da 2ª Bombeira Militar

A qualidade da gravação da entrevista não ficou boa, razão pela qual disponibilizamos abaixo, de forma resumida, os principais relatos.

“O cara pegava no meu cabelo, tirando meu boné, puxava minha farda e pela minha cabeça passava inúmeras coisas, e eu só pedia para alguns inferiores me transferirem dali, me tirem daquele local, mas a ideologia de poder num mundo militar que deve ser banida faz os desejos, que devem ser educados, domesticados e disciplinados no âmbito profissional, seja por um profissional do sexo masculino ou feminino não ser repensada. Começou a me seguir, várias vezes entrou no meu carro. Eu deixei de ir para a faculdade, não continuei a ir para o meu curso. Tudo isso porque não aceitei sair com ele.”

“Aqui a gente faz jura por hierarquia e disciplina. É crime agredir tantas Marias, pretas, sonhadoras, eficientes, capazes.”

“Um dia, em forma, o militar que sempre se posicionava na minha frente se posicionou de costas e pegou nas minhas nádegas, e minha reação foi explodir; virei para trás, dei um murro nele e coloquei o pé na garganta dele, aí eu fui presa e nada aconteceu para ele, e eu fiquei por anos sofrendo chacota, piadinha.”

“Eu tentei o suicídio, eu não dava mais conta.”

“Por que Maria tem que dirigir? Maria não transa comigo, Maria não quer sair comigo... Amanhã, Maria, pode sair no boletim que você não vai mais dirigir, só vai dirigir para mim, se quiser.”

6.2 Entrevista com profissionais da saúde

a) Entrevista com médica

Juliana Pinto Gonçalves

Capitão Médica da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Graduada em Medicina pela Universidade São Francisco com especialização em Cirurgia Geral



1) Por que os homens assediam as mulheres dentro das instituições policiais e militares?

Porque alguns indivíduos têm maior tendência a esse tipo de comportamento do que outros, fazem avanços não consentidos, e a conduta também pode ser atribuída à cultura do ambiente que os cerca. Existem alguns fatores como os mais característicos entre assediadores: falta de empatia, crença em papéis sexuais tradicionais para os gêneros, tendência à dominância e ao autoritarismo, ambiente de impunidade e posição de poder.

2) Na sua avaliação, o que as instituições deveriam fazer para prevenir e proteger as mulheres que sofrem assédio sexual?

Para evitar todas as formas de assédio, é necessário promover ações como: veiculação, educação, normatização e denúncia. Além disso, a denúncia formal junto aos órgãos competentes é apontada como algo fundamental, pois gera um registro, impele a instituição a tomar providências e dá visibilidade para os casos. As denúncias podem ser nominais, mas também anônimas ou sigilosas. Mulheres que sofrem com assédio têm medo de denunciar por medo de retaliação ou repercussão negativa. Em todos os casos é preciso oferecer quesitos de autoria e materialidade.

3) Quais os impactos do assédio na vida da mulher (pessoal e profissional)?

Um crime pode afetar as pessoas de modo diferente e estas não reagem todas da mesma forma numa situação de crime. Reações como a impressão de estar a viver um pesadelo, o sentimento de solidão, são reações comuns e normais nas vítimas de crime.

Mesmo que não assumido ou denunciado, o assédio, sexual ou moral, contamina o ambiente de trabalho e pode ter um efeito devastador, quer sobre as vítimas, quer sobre as próprias entidades empregadoras, públicas ou privadas, com reflexos de natureza financeira sobre o serviço nacional de saúde e sistema de segurança social.

As vítimas veem normalmente a sua saúde, confiança, moral e desempenho profissional afetados, o que leva à diminuição da eficiência laboral e mesmo ao afastamento do trabalho por motivo de doença (as vítimas auferem remuneração inferior estando de baixa ou perdem mesmo o emprego). Em alguns casos, as pessoas deixam de ser capazes de se comportar normalmente, quer no trabalho, quer na sua vida quotidiana.

O assédio sexual prejudica o sucesso profissional e educacional das mulheres, sua saúde mental e física.

4) Que tipo de acolhimento médico a instituição deve proporcionar à vítima?

O acolhimento em rede de apoio é fundamental, oferecendo inclusive, atendimento médico especializado e apoio psicológico para as vítimas, indo além do suporte jurídico.

As instituições devem trabalhar para criar um ambiente diverso, inclusivo e respeitoso, no qual esses valores estejam alinhados e integrados às estruturas, políticas e procedimentos da instituição.

5) Quais as possíveis consequências médicas advindas do assédio?

O assédio pode provocar estresse pós-traumático, perda de autoestima, ansiedade, depressão, apatia, irritabilidade, perturbações da memória, perturbações do sono e problemas digestivos, podendo até conduzir ao suicídio. Do lado das entidades empregadoras, públicas ou privadas, assiste-se ao aumento dos custos resultantes do aumento do absentismo, da redução abrupta de produtividade e de maiores taxas de rotatividade de pessoal. Para o sistema de segurança social significa o aumento de “baixas” psiquiátricas.

A internalização da culpa, a tolerância e o silêncio do assediado têm impactos reais em seu comportamento e rotina, e em última análise, em sua saúde física e psicológica, além de problemas de relacionamento dentro e fora da instituição, entre outras situações, são exemplos dos efeitos nefastos sentidos pelas vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho. Mesmo após a manifestação e exposição do assédio, o processo de apuração naturalmente impõe pressão sobre o assediado, que precisa lidar com a ansiedade de ver sua situação resolvida sem impactos para seu emprego, planos pessoais e familiares. Infelizmente, em muitos casos, os impactos decorrentes do assédio perdurarão mesmo após sua interrupção e resolução.

b) Entrevista com psicóloga

Lúcia Cristina Pimentel

Psicóloga e psicanalista.

Atuou em psicossociais no TJDF (2000-2012) e

psicóloga no Senado Federal (2012-atual).

Psicanalista com atuação clínica (1991-atual).

1) Por que os homens assediam as mulheres dentro das instituições policiais e militares?

Homens assediam mulheres em qualquer situação, porque o machismo está na base de nossa sociedade patriarcal e a mulher ainda é vista e tratada como objeto e posse pela maioria da sociedade. Mas em locais historicamente ocupados por homens, inclusive em algum momento com proibição da participação feminina, a entrada de mulheres provocou um incômodo ainda maior e subjugar sexualmente é um jeito de demonstrar poder, manifestar ódio, objetificar, exercer controle.



As forças policiais e militares foram consideradas locais tipicamente masculinos, e a força nessas áreas é muitas vezes confundida com manifestação de virilidade. Uma mulher ser capaz de ocupar com igualdade um lugar tido como viril é visto por muitos homens como uma ameaça à própria masculinidade. O assédio sexual seria um “recado” ou um modo de colocar as mulheres nos seus “devidos lugares” por aqueles que possuem ascendência pelo cargo que ocupam ou pela hierarquia, tão marcante nas carreiras militares. É também muito comum que elas sejam depreciadas como se fossem “mulheres-machos”, que é uma forma violenta de lidar com a intimidação que sentem, fazendo parecer que o que as permite exercer essas funções são suas características masculinas, negando sua feminilidade e subjugando-as sexualmente.

Para finalizar, podemos pensar ainda no ódio pela participação feminina, especialmente quando alcançam postos hierarquicamente altos, que colocando outros homens na condição de obediência, para além da evidente diminuição da reserva de mercado ao público masculino e, conseqüente, ameaça de redução de um poder que lhes era exclusivo. Todos esses fatores podem levar a situações de assédio sexual, para diminuir a mulher, humilhá-la e mostrar que por maior que seja seu cargo ainda assim ela está submetida.

2) Na sua avaliação, o que as instituições deveriam fazer para prevenir e proteger as mulheres que sofrem assédio sexual?

A primeira providência é falar sobre o tema abertamente. Aceitar que o problema existe, que está presente e precisa ser encarado de frente. A promoção de campanhas sérias, palestras, rodas de conversa e discussões sobre o tema são um excelente meio abordá-lo e romper com a desinformação. Nesse sentido, realizar treinamentos específicos com gestores para que possam estar atentos a comportamentos abusivos em suas equipes é uma excelente maneira de coibir a prática.

Além disso, incentivar que haja o rompimento do silêncio, porque o silêncio protege o abusador. Mas para isso, a instituição precisa transmitir segurança de que haverá apuração, que abusadores não serão protegidos e que a vítima não sofrerá retaliação. Nesse sentido, é fundamental a criação de instâncias ou comitês com total independência para recepção e apuração das denúncias, que contem com equipes especializadas e possuam autonomia plena para dar encaminhamento à apuração. Isso vale para qualquer instituição, mas especialmente para aquelas com estruturas muito hierarquizadas onde as figuras dos altos escalões se tornam inatingíveis, verdadeiros deuses, a quem parece permitido todo e qualquer tipo de comportamento. Daí a obrigatoriedade de os integrantes desses comitês não estarem subordinados a nenhuma chefia, sob pena de que alguns possam sair impunes.

3) Quais os impactos do assédio na vida da mulher (pessoal e profissional)?

Os impactos são nefastos e podem se manifestar das formas mais variadas e particulares na vida emocional das mulheres. É comum que manifestem uma tristeza profunda. Além disso, o assédio gera insegurança profissional pelo medo de perder emprego ou perder direitos (promoções, por exemplo), mas que se reflete em sua vida pessoal também. É comum haver redução acentuada na produtividade, desânimo para ir ao trabalho e para realizar outras atividades de sua vida. O isolamento social é muito comum.

4) Que tipo de acolhimento psicológico a instituição deveria proporcionar à vítima?

O melhor acolhimento que a instituição pode proporcionar à vítima vem da credibilidade dada à sua palavra, à vivência denunciada, seguida de uma proteção imediata do seu emprego e também do seu afastamento do agressor, sendo que à vítima deva ser oferecida a maior estabilidade e conforto possível, ou seja, a ela deve se dar a escolha de permanecer no mesmo local de trabalho ou a mudança de lotação. A apuração dos fatos e, conseqüente, punição ao abusador é uma forma de reparação fundamental. É muito comum que a denúncia tenha, na maioria das vezes, por si só um poder traumático, porque a vítima sente vergonha do que viveu, ela teme e sente culpa por cogitar que possa ter dado motivo à má interpretação pelo assediador, ela revive toda a situação traumática a cada vez que lhe é pedido que conte novamente.

É comum que a denúncia venha após um período de ruminação sobre os elementos presentes e na revivescência da cena. Quando finalmente ela vence essa etapa e cria coragem de fazer a denúncia, a instituição precisa lhe oferecer uma escuta verdadeira, que sua fala não venha seguida de dúvidas, questionamentos sobre se ela não se equivocou na interpretação dada ao que sofreu, se não se trata só de um elogio, etc. Muito pior é quando quem ouve desqualifica como “apenas uma cantada”, um “beijinho inofensivo”, ou que haja sugestões como “deixa disso”, desencorajando a pessoa violada. Tudo que a vítima não necessita é ser revitimizada, sofrer nova violência. Mas isso não significa que não haja a necessidade de um rigor no cumprimento das etapas do processo legal até que se conclua pela existência do assédio e sua punição.

5) Quais as possíveis consequências psicológicas advindas do assédio?

As consequências são nefastas. Há pessoas que chegam ao extremo do suicídio, porque não suportam viver com as lembranças, com a culpa que sentem, com o quanto se sentem depreciadas. Há diminuição da autoestima, situações de depressão, baixa na produtividade, adoecimentos com conseqüente afastamento do trabalho. Mas mesmo para aquelas vítimas que conseguem elaborar a vivência traumática de forma mais positiva, o que se percebe é que as marcas restam ao longo da vida, ficam tatuadas na alma, e dificilmente são completamente superadas.

6.3 Entrevista com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)

Daniele de Sousa Alcântara

Major da PMDF

Doutora em Sociologia da Violência

Coordenadora de Políticas de Prevenção de Crimes contra a Mulher e Grupos Vulneráveis/SENASP/MJSP

O que a Secretaria Nacional de Segurança Pública pretende fazer para prevenir e combater o assédio sexual nas instituições de Segurança Pública? Atualmente, há alguma medida ou política por parte da SENASP relacionada ao tema da pesquisa?



No que se refere ao tema da pesquisa realizada “Assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas”, entendemos que este debate é crescente no âmbito nacional devido à relevância e urgência de abordagem social direta acerca desta realidade.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do ProMulher, tem apoiado ações entre atores da segurança pública e ainda, com a sociedade, na promoção de debates que evidenciem e tratem com a devida importância qualquer tipo de violência contra a mulher. A Senasp/MJ, integrante da estrutura da união federal, dentre outras atribuições, é responsável pela elaboração de políticas públicas na área de segurança pública a nível nacional. Em fevereiro de 2020, a Portaria nº 41 da SENASP instituiu o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (ProMulher), com propostas de ações na Segurança Pública, nos níveis de prevenção primária, secundária e terciária, para contribuir com a redução do alto índice de violência contra a mulher, o que inclui o universo das instituições de segurança pública.

Há um trabalho recente para apresentar aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública no Brasil, por meio de curso que será lançado pelo MJSP neste mês, a temática de violência contra a mulher e o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio, publicado pela Portaria 340, em 22 de junho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tal documento é resultado do trabalho integrado de profissionais da segurança pública que compõem a equipe do ProMulher, que debateram a importância e as especificidades da atuação investigativa e pericial nos crimes que podem ter motivação ligada à violência de gênero, o que vem ocorrendo de forma rotineira, infelizmente. Uma pesquisa técnica foi realizada para construção do documento, visando abordar tópicos sugestivos no que se refere à apuração de crimes contra a mulher e buscando, dentro da promoção de políticas em segurança pública de proteção à mulher, a importância de uma atuação qualificada desde o registro da ocorrência à conclusão da investigação criminal.

Este contexto de implementação do ProMulher, de criação de protocolos nacionais e ainda, de articular o debate nacional, visam prevenir todas as formas de violência contra a mulher, incluindo o assédio sexual dentro das instituições. O desafio em perceber como um crime o “assédio sexual intramuros” no contexto profissional da segurança pública se relaciona a própria história de ingresso das mulheres nas polícias, bombeiros e Forças Armadas, e a dificuldade por parte de um ambiente profissional dominado pelo ethos da masculinidade, em reconhecer na mulher uma identidade vinculada à sua qualificação e ao seu papel dentro do universo do trabalho longe de conotações sexuais e violentas por si só.

Há de fato uma necessidade de expor o tema “assédio sexual” contra as mulheres de forma real e pública, dando voz às muitas profissionais que foram vítimas de assédios e não encontraram acolhimento dentro do próprio ambiente de trabalho.

Destacamos que, recentemente, por meio da Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial do Estado de Alagoas e parceiros, nos pronunciamos de forma favorável a uma pesquisa que está sendo desenvolvida no referido Estado abordando o assédio dentro das instituições de segurança pública, cujo slogan é “Assédio Não!”, com intuito de expansão nacional da coleta de dados e ainda, articulação com demais pesquisas, também em andamento.

É importante dialogar com mulheres integrantes do SUSP, que lidam com a segurança de outras mulheres, mas que são vítimas de crimes ligados ao gênero, em especial o assédio sexual. A exposição de dados fidedignos é o que direciona a implementação de políticas públicas. Na esfera dos Estados é um momento crucial na escuta sensível de mulheres da segurança pública sobre o assédio sexual e que, em sua finalidade, traga para as profissionais um ambiente sem violência.



7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A pesquisa buscou dados e informações acerca do assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, cujo método utilizado na pesquisa consistiu na técnica da bola de neve (*snowball*), conforme detalhado no Tópico 3 desta revista (Considerações sobre a Pesquisa, Objetivo e Metodologia).

Visando demonstrar a cientificidade e seriedade da pesquisa, foi realizado um estudo de pesquisas semelhantes (estado da arte) e realizada a comparação com os dados obtidos nessa pesquisa, o que comprova o alto índice, em termos percentuais, da prática de assédio sexual sofrido pelas mulheres, particularmente nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

Conforme constatado nesta pesquisa e em outras mencionadas nessa revista, não há dúvidas de que o alto índice de assédio sexual sofrido pelas mulheres nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas é uma realidade no Brasil. O assédio sexual no ambiente de trabalho é um problema mundial de longa data.

Maria de Lourdes Leiria¹ detalha diversos estudos internacionais que revelam os altos índices de assédio sexual pelo mundo, como o divulgado pela Organização Internacional do Trabalho que relata que de 30% a 50% das trabalhadoras da América, em algum momento da vida, já sofreram assédio sexual (FUNDACIÓN EROSKI, 2007); que no Peru estima-se que pelo menos 60% das mulheres, em algum momento da vida, foram assediadas sexualmente (CMPFT, 2003); que de 30% a 40% das trabalhadoras da Ásia e Pacífico já sofreram assédio verbal, físico ou sexual (OIT *apud* ONU, 2006: 48); que na China 71% das mulheres já sofreram assédio sexual pelo menos uma vez na vida (SCOFIELD, 2005); que entre 30% e 40% das mulheres no Japão, Malásia, Filipinas e Coreia do Sul são assediadas sexualmente no local de trabalho (UNWOMEM, 2010); que entre 40% e 50% das mulheres da União Europeia declararam ter sofrido assédio sexual no local de trabalho (COMISSÃO EUROPEIA *apud* ONU, 2006).

Relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas em janeiro de 2019 apontou que um terço de todos os funcionários e terceirizados da ONU sofreu assédio sexual nos últimos dois anos.²

Reportagem divulgada pela Época Negócios revela que funcionárias da ONU relataram haver uma “cultura do silêncio” nas dependências da organização, quando são vítimas de assédio sexual. Uma das participantes da pesquisa relatou que “Se você reporta [os abusos], sua carreira está basicamente acabada, especialmente se você é uma consultora”³.

A Énóis Inteligência Jovem divulgou pesquisa, em 2015, que constatou que 77% das mulheres já sofreram assédio sexual.⁴ A ActionAid divulgou em 2016 que 86% das brasileiras já sofreram assédio sexual em espaços públicos.⁵

Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha nos dias 29 e 30/11/2017 revelou que 42% das brasileiras com 16 anos ou mais já sofreram assédio sexual.⁶ No transporte público e privado,

4 Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2015/06/02/noticias-saude,187543/pesquisa-revela-que-77-das-mulheres-no-brasil-ja-foram-vitimas-de-ass.shtml>>. Acesso em: 23/09/2020.

5 Disponível em: <http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/>. Acesso em: 23/09/2020.

6 Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027_203648546c_5bbe9923c.pdf>. Acesso em: 23/09/2020.

conforme pesquisa divulgada em 2019, pelo Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão, 97% das mulheres disseram que já sofreram assédio sexual⁷.

O Portal G1 divulgou em 08/10/2020 reportagem com o título “Quase metade das mulheres já sofreu assédio sexual no trabalho; 15% delas pediram demissão, diz pesquisa”⁸.

A reportagem afirma que “Quase metade das mulheres já sofreu algum assédio sexual no trabalho, segundo pesquisa do LinkedIn e da consultoria de inovação social Think Eva, que ouviu 414 profissionais em todo o país, de forma online. Entre elas, 15% pediram demissão do trabalho após o assédio. E apenas 5% delas recorrem ao RH das empresas para reportar o caso.”

A exposição geral dos índices de assédio sexual no mundo e no Brasil, de outras pesquisas, é importante para demonstrar a realidade global e nacional, de altos índices de assédio sexual, o que permite afirmar que os altos números nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas refletem uma realidade da sociedade, decorrente de uma cultura patriarcal e machista, o que nas instituições de natureza policial e militar torna-se mais evidente.

A atividade policial e/ou militar apresenta-se cultural e socialmente, por razões históricas, como uma atividade tipicamente masculina, em que pese as mulheres possuam condições de desempenharem as mesmas atividades que os homens com qualidade igual ou superior. A hegemonia masculina, decorrente na maior parte em razão da limitação de vagas para o ingresso na carreira, e a discriminação contra a mulher, tornam-se evidentes quando a mulher busca superar as barreiras culturais, sociais e históricas, e ocupar posições de destaque ou, até então, ocupadas exclusivamente ou majoritariamente por homens, sendo o assédio sexual uma das formas de discriminação e que busca dificultar e impedir o avanço da mulher, que receosa em denunciar, sofrer perseguições, se expor e não progredir na carreira profissional, acaba por aderir à “cultura do silêncio”.

Expressões como “polícia é coisa pra homem”, “polícia não é lugar pra mulher”, “que bom que tem mulher para enfeitar o quartel”, “as mulheres são patrimônio da polícia”, “as novinhas”, “novo curso de formação está cheio de novinhas gostosas” são expressões que não são comuns e demonstram a coisificação da mulher pelos policiais e militares.

Nesse sentido, Eduardo Godinho Pereira e Adla Betsaida Martins Teixeira no artigo “A Profissionalização de Mulheres e Homens na Polícia Militar Mineira segundo a Perspectiva de Gênero”⁹, de 2019, afirmam que:

Na conclusão da pesquisa verificou-se que a Polícia Militar de Minas Gerais, em suas diretrizes internas e por meio de suas práticas acadêmicas, previstas nos planos curriculares, atende aos propósitos da igualdade entre os gêneros durante o processo de formação dos Cadetes e nas definições de cargos futuros.

Porém, os resultados mostraram que ainda **existe um tratamento difer-**

7 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 27/09/2020.

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/08/quase-metade-das-mulheres-ja-sofreu-assedio-sexual-no-trabalho-15percent-delas-pediram-demissao-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 09/10/2020.

9 PEREIRA, Eduardo Godinho; TEIXEIRA, Adla B. M. A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), 2019, Maceió. Anais do VIII CONINTER, 2019. v. VIII.

enciado entre mulheres e homens, que influencia na formação policial. Ficou evidente que as mulheres são segregadas de algumas atividades acadêmicas, pois, verificou-se que aos homens são destinadas as funções de destaque durante o Curso de Formação de Oficiais, enquanto que **as mulheres assumem funções de “menor” prestígio.** Essa distinção marca e evidencia **fortemente a segregação de gênero no ambiente policial militar, desde os bancos de escola.**

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que as mulheres enfrentam desigualdade de gênero. Pelo que foi verificado nas respostas apresentadas pelos professores durante as entrevistas, no tocante às atividades práticas de suas disciplinas, percebeu-se que as mulheres são tratadas de forma diferenciada. **O que ficou explícito nas entrevistas é que há uma espécie de eleição de uma masculinidade hegemônica para a realização de atividades policiais, resultando na negação da feminilidade.** Exige-se aquele homem que atenda a um “ideal masculino”, segregando as mulheres e homens que não atendam a este perfil. Ficou demonstrado na pesquisa uma **negação da feminilidade para as funções que envolvam o risco à vida e o emprego do uso da força.** Para estas funções são “idealizados” o homem guerreiro, viril, combativo, destemido e corajoso, sempre pronto a enfrentar o perigo, deixando para as mulheres as funções burocráticas e essencialmente aquelas que não tragam risco elevado ou que estejam diretamente ligadas às áreas do assistencialismo e cuidado. (grifo dos autores)

A divisão sexual do trabalho policial e militar é uma realidade. Existem funções que somente homens podem exercer, ainda que sejam plenamente possíveis de serem realizadas por mulheres, o trabalho do homem vale mais do que o da mulher e as mulheres possuem uma barreira invisível – e muitas vezes visível – que as impedem de ascender em condições de igualdade com os homens, sendo o assédio sexual uma das barreiras.

No artigo “Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?”¹⁰, de 2016, de Flávio da Costa Higa, destaca que:

Em primeiro lugar, é de clamorosa obviedade que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de assédio sexual, como deixava explícito o Decreto Real belga (BÉLGICA, 2002).¹⁹ Porém, se a hierarquia funcional possui alguma relevância na ocorrência do fenômeno, os relatos do Observatório Social, com base em pesquisa do Instituto Ethos/Ibope (SOUZA DIAS; CASARA; WERLE, 2004, p. 7), demonstram que: no Brasil, de cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas 1 é ocupado por mulheres; no nível de gerência, 2 cargos são das mulheres e 8 dos homens; nas chefias, as mulheres são 3 e os homens, 7; as mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos

¹⁰ Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0484.pdf>>. Acesso em: 23/09/2020.

cargos funcionais e administrativos: 3,5 contra 6,5.²⁰ **Essa conjuntura de estratificação vertical dos empregos, aliada à segregação horizontal (DRAPEAU, 1991, p. 22-23) – designação de atribuições de acordo com o sexo, relegando mulheres às funções em que se confundem tarefas profissionais com favores pessoais²¹ –, fornecem o comburente e o combustível para a combustão de assédio que tem nas mulheres o grande público-alvo, superando os homens tanto em frequência quanto em gravidade (BELMONTE, 2013, p. 193). Não é por outra razão que os números (KAY; WEST, 2002, p. 765) denunciam o seguinte no que tange à incidência em relação ao gênero: a) homens assediando mulheres – 90%; b) homens assediando homens – 9%; c) mulheres assediando homens – 1%. (grifo dos autores).**

A análise dos diversos relatos nesta pesquisa e de outros estudos semelhantes permitem afirmar, na avaliação dos pesquisadores, que há uma falsa crença em desmerecer as conquistas das mulheres que ocupam o topo das instituições ou que obtêm promoções e funções de destaque, em razão do imaginário de que a mulher obteve sucesso por ter cedido às investidas sexuais de superiores hierárquicos, o que representa uma visão discriminatória e de que as mulheres não possuem condições, em razão, única e exclusivamente de seu trabalho, de ascenderem profissionalmente.

Há muitos relatos de superiores hierárquicos que oferecem benefícios e vantagens na carreira, caso as mulheres prestem favores sexuais, como promessas de promoções, escalas de serviço melhores e proteção, criando-se um imaginário de que as mulheres que se destacam e ocupam posições de prestígio nas instituições dependessem dos homens.

Chama atenção o fato de pesquisa realizada anteriormente, em 2015¹¹, ter constatado o alto índice de assédio das mulheres nas instituições policiais, ter sido amplamente divulgada no país¹², e até a presente data as instituições nada ou muito pouco fizeram para adotarem sérias medidas de prevenção e combate ao assédio sexual.

É importante destacar que houve muitos relatos de mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas que sofreram assédio sexual, conforme consta no Tópico 5.3 desta revista. Os diversos relatos, de forma detalhada, aliados ao estado da arte, concedem credibilidade à pesquisa, por reforçarem que foram mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas que responderam, já que os detalhes, as informações, a seriedade de cada relato, somados a pesquisas semelhantes que foram detalhadas no Tópico 5.2 e comprovam o alto índice de assédio sexual, somente reforçam que a pesquisa ora realizada demonstra a realidade nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, em termos de altos índices de assédio sexual, sendo necessário realizar uma pesquisa mais profunda em cada instituição com uma amostra maior, por pesquisador externo, com o fim de obter dados que se aproximem mais da realidade.

Em face dos resultados da pesquisa, verifica-se que as instituições de Segurança Pública

¹¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-mulheres-nas-instituicoes-policiais/> Acesso em: 24/09/2020.

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/pesquisa-diz-que-40-das-policiais-ja-sofreram-assedio-sexual-ou-moral.html>>. Acesso em: 24/09/2020.

e as Forças Armadas podem e devem adotar medidas mais efetivas para coibir as referidas práticas, já que as medidas eventualmente adotadas não estão surtindo efeito ou não estão sendo satisfatórias.

A partir do momento em que as instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas têm ciência que a prática do assédio sexual possui números alarmantes e não adotam medidas eficazes com o fim de prevenir, coibir e erradicar essa prática, torna-se um problema institucional e não isolado dos policiais, bombeiros, guardas e militares que assediam.

Foi possível constatar na pesquisa que os altos índices de assédio sexual estão presentes nas diversas instituições de natureza civil e militar - 77,2% na Polícia Militar; 71,4% na Guarda Municipal; 71,2% nas Forças Armadas, 71,2% no Corpo de Bombeiros Militar, 66,7% na Polícia Penal, 65,6% na Polícia Civil -, o que demonstra ser uma realidade, independentemente da natureza da instituição (civil ou militar), razão pela qual não é possível afirmar que as instituições militares propiciam a prática de assédio sexual pelo fato de serem militares.

O fato de uma instituição policial ser militarizada não significa que haverá maiores índices de assédio sexual em comparação com uma instituição policial de natureza civil, pois, como demonstrado, os índices são altos nas instituições civis e militares, sendo necessária a adoção de medidas institucionais para prevenir e combater o assédio sexual.

A hierarquia e disciplina possuem maior densidade em uma instituição militar, o que pode servir como um facilitador para prevenir e combater o assédio sexual, caso a corporação militar adote como política institucional a prevenção e o combate ao assédio sexual por intermédio de ações, campanhas, fiscalizações e outras medidas eficazes. A hierarquia e disciplina podem ser importantes aliadas na prevenção e combate à violência sexual dentro das instituições, se devidamente utilizadas para tal fim.

As mulheres que trabalham nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas não possuem segurança e confiança para denunciarem as práticas de assédio sexual – 88% não se sentem protegidas institucionalmente para denunciarem -, não acreditam que as instituições levariam a sério a denúncia e temem que as denúncias voltem contra si e que sofram diversos prejuízos relacionados à imagem e à carreira.

Diversos são os relatos de depressão e pensamentos suicidas pelas vítimas de assédio sexual. Houve relato, inclusive, de pensamento homicida, em razão da falta de apoio das instituições.

Em São Paulo, em 12 de maio de 2020, uma Cabo da Polícia Militar chegou a praticar o crime de homicídio contra um Capitão da PMESP e alegou que era assediada pela vítima e havia denunciado o caso e pedido a transferência para outra unidade da corporação.¹³

Os assédios sexuais nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas se iniciam no curso de formação, no início da carreira, e se prolongam por toda a carreira e na medida em que a mulher ascende na profissão os assédios diminuem, já que passam a ocupar cargos e funções de maior autoridade em âmbito institucional e reduz o número de superiores hierárquicos, que são os principais assediadores.

¹³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/14/justica-militar-decreta-prisao-e-quebra-sigilos-de-pm-que-matou-capitao-dentro-de-batalhao-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 23/09/2020.

A pesquisa constatou interferências, por parte de superiores hierárquicos, na vida privada das mulheres, com críticas aos namorados, sobretudo se estes são civis ou subordinados hierárquicos, como se ser superior hierárquico à mulher ou ao namorado fosse “mais interessante” para a mulher.

Verificou-se haver um ambiente institucional de “normalização” da prática de assédio sexual, na medida em que são vários os relatos de mulheres que procuraram o comando ou a chefia para relatar o assédio sexual, não obtêm apoio, são desacreditadas e ainda há resposta que é normal as mulheres policiais sofrerem esse “tipo de assédio”, pois hoje são mais bonitas do que antigamente.

Constatou-se que muitas mulheres que realizam a denúncia são punidas pelo comando, por motivos diversos que ocultam os motivos reais ou por terem inventado história, ou extraoficialmente, ao serem escaladas para os “piores” serviços.

Apurou-se que as mulheres quando assediadas na presença de outros policiais e militares, estes nada fazem e, muitas vezes, endossam a prática do assédio e ao serem arrolados como testemunhas não dizem a verdade por receio de sofrer represália por parte do assediador, quando este é superior hierárquico.

Notou-se também um desrespeito com as mulheres homoafetivas, em razão das propostas de homens para que tivessem relação sexual juntos ou que o problema da mulher homoafetiva foi não ter tido um homem que “desse um jeito”.

Ficou demonstrado que há um grande desrespeito e desprezo pelas mulheres, em razão do uso de termos extremamente baixos, ofensivos e indecentes pelos homens dentro das viaturas e no ambiente de trabalho.

As mulheres vítimas de assédio sexual ficam em uma situação extremamente difícil. Se não cedem às investidas do assediador passam a ser perseguidas e rejeitadas profissionalmente; se denunciam ao superior hierárquico muitas vezes são desacreditadas e são vistas como causadoras do assédio, além de serem expostas e ‘mal faladas’. Há uma completa inversão de valores.

Diversas mulheres disseram que não conseguiriam relatar o ocorrido, em razão do sofrimento causado e lembranças negativas ao rememorar o assédio sexual sofrido. Isto é, pesquisas como a aqui apresentada devem ser realizadas com cautela, evitando-se que sejam feitas em curto espaço de tempo para evitar a revitimização.

Uma parcela significativa de mulheres (40%) relataram que não responderiam uma pesquisa realizada pela própria instituição em que trabalham da mesma forma que responderam a essa pesquisa, o que demonstra a necessidade de pesquisas que abordem esse tema serem realizadas por pesquisador externo.

A pesquisa comprovou que muitas das poucas mulheres vítimas de assédio sexual que procuram as instituições ficam desamparadas, sofrem revitimização e as instituições não adotam nenhuma política de prevenção e combate ao assédio sexual - ou o que fazem é insuficiente -, o que pode resultar na prática de violência institucional.

O silêncio da maioria das instituições ao deixarem de responder às perguntas feitas pelos pesquisadores, **como se tivessem a faculdade de responder**, em franco descumprimento à lei¹⁴, e as respostas insuficientes, conforme analisado no tópico 5.4, demonstram a resistência das instituições em levarem a sério o tema desta pesquisa que é extremamente sensível e possui um relevante impacto para a vida de um sem-número de mulheres e para a própria saúde institucional.

O fato da pesquisa possivelmente incomodar as instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas por, supostamente, causar “transtornos institucionais” por razões ocultas e jamais reveladas ou prejuízos para a imagem da instituição, somente demonstra o quanto é necessária esta pesquisa e reforça a necessidade de adoção de medidas por órgãos externos, como o Ministério Público, sendo necessária a edição de lei para obrigar as instituições a adotarem medidas sérias na prevenção e combate ao assédio sexual.

O alcance e a preservação de uma boa imagem institucional passa pela melhoria e qualidade na prestação do serviço e não pela negativa em fornecer dados, quando estes forem prejudiciais à corporação. Portanto, se os dados relacionados ao tema da pesquisa são desfavoráveis à instituição, espera-se do bom gestor público que adote medidas sérias de prevenção e combate ao assédio sexual em âmbito institucional, o que, consequentemente, elevará a imagem institucional.

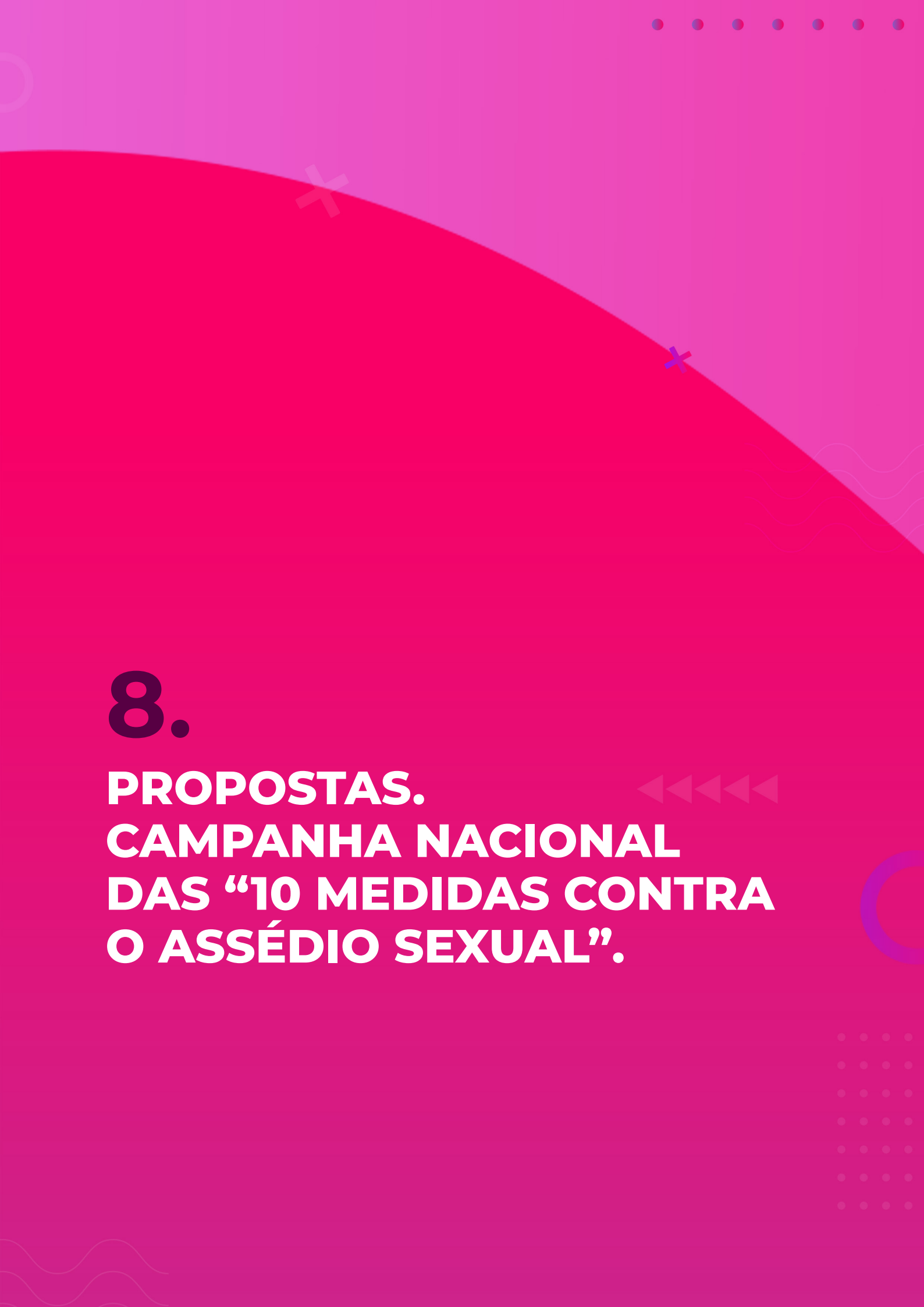
O silêncio das instituições é estarrecedor!

As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas são instituições grandiosas e que, dentre as inúmeras atribuições constitucionais e legais, cuidam da paz social, o que perpassa pela prevenção e combate ao assédio sexual de qualquer pessoa, contudo, em que pese trabalharem para prevenir, coibir e investigar o assédio sexual *externa corporis*, não adotam medidas e cuidados com os próprios servidores, policiais, bombeiros, guardas e militares, no que tange à prevenção e combate ao assédio sexual. Cuida-se do público externo, mas não se cuida do público interno que é o responsável por atender o público externo.

Constatou-se que as mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas encontram-se sufocadas, querem pedir socorro, gritar, mas não possuem voz.

Visando dar voz às mulheres, vítimas de assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas, propomos o lançamento da campanha nacional das “10 medidas contra o assédio sexual”, além do encaminhamento desse documento produzido em forma de revista para diversas instituições e órgãos para conhecimento e adoção de providências pelas autoridades competentes.

¹⁴ Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/11.



8.

PROPOSTAS.
CAMPANHA NACIONAL
DAS “10 MEDIDAS CONTRA
O ASSÉDIO SEXUAL”.



Nesse tópico vamos lançar e propor 10 medidas contra o assédio sexual, após o estudo dos dados e informações obtidas na pesquisa, além do estudo teórico sobre o tema. A finalidade é lançar a campanha nacional das “10 medidas contra o assédio sexual”.

1. Aprovação de uma Lei que crie mecanismos para prevenir e coibir o assédio sexual contra a mulher no âmbito das instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas

Não existe no Brasil uma lei geral que trate do assédio sexual. A proposta tem por finalidade criar uma lei que disponha de forma geral sobre o assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, uma vez que a partir da pesquisa há dados concretos que possibilitem afirmar a necessidade da adoção de uma série de medidas no âmbito das instituições.

O anteprojeto de lei pode ser lido no tópico 9 dessa revista.

2. Campanha nacional de conscientização e combate à violência sexual nas instituições de Segurança Pública e Forças Armadas

As instituições devem adotar como política institucional a adoção de medidas que conscientizem os servidores, policiais e militares, sobre a necessidade de prevenir, coibir e erradicar o assédio sexual em âmbito institucional, até porque são instituições que, dentre as suas diversas finalidades, tratam da prevenção e combate ao assédio sexual na sociedade, mas não cuidam dessa questão em âmbito interno.

As corporações devem sensibilizarem-se com a gravidade do assunto e das repercussões na vida de inúmeras mulheres.

Uma das formas de promover a conscientização consiste na realização periódica de seminários, palestras e eventos de prevenção e combate ao assédio sexual, além da distribuição periódica de cartilhas e materiais que podem ser divulgados em âmbito institucional.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Defesa podem ser importantes aliados na adoção de uma campanha nacional de conscientização e combate à violência sexual nas instituições de Segurança Pública e Forças Armadas.

3. Ampliação das possibilidades da prática do crime de assédio sexual

O atual art. 216-A do Código Penal é muito restritivo ao prever a prática do crime de assédio sexual, pois restringe a sua prática à condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, além de exigir para a caracterização do assédio o *constrangimento* com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.

Constranger consiste em forçar, coagir¹, em intimidar; para parte da doutrina, consiste em

1 ALVES, Jamil Chaim. Manual de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 1.160.

deixar a vítima em situação desconfortável, em importuná-la, em deixá-la sem jeito² ou ainda em insistir importunamente para obter favores sexuais³. Há entendimento de que a simples cantada desrespeitosa ou a utilização de termos desrespeitosos no ambiente de trabalho não configura o crime de assédio sexual e na pesquisa foi constatado que há um alto índice de violência sexual que pode, conforme o caso, caracterizar o crime de injúria ou contravenção penal de perturbação de tranquilidade, como chamar a mulher de “gostosa”, dizer que quer “comê-la”, dentre outros termos congêneres.

Também foi constatado na pesquisa que, apesar do assédio sexual ser praticado na maioria das vezes por superior hierárquico, há um número considerável de assédio sexual praticado por colegas de profissão que possuam o mesmo cargo/função e que são subordinados hierárquicos.

Dessa forma, face ao princípio da proibição de proteção deficiente e visando uma proteção integral da vítima de violência sexual no ambiente de trabalho, no anteprojeto de lei contido no tópico 9 dessa revista, propomos uma ampliação das possibilidades de prática do crime de assédio sexual, de forma que permita a sua prática por superior, par (mesmo cargo/função) ou subordinado e que o constrangimento abranja a fala, a escrita e gestos para alguém com conotação sexual, por qualquer meio, sem prejuízo de outras condutas que possam ser consideradas constrangedoras.

Propõe-se, ainda, que haja causa de aumento de pena caso o autor do assédio sexual seja superior hierárquico e a criminalização da conduta do servidor público, policial ou militar que se omite ao visualizar ou tomar conhecimento do assédio sexual e da autoridade competente para investigar que se omite.

No Código Penal Militar não há a previsão do crime de assédio sexual e propomos no anteprojeto igual previsão no Código Penal Militar para que não haja qualquer dúvida da incidência do crime de assédio sexual nessa esfera.

A redação do artigo que amplia o crime de assédio sexual no Código Penal Comum e insere o referido crime no Código Penal Militar encontra-se no tópico 9 dessa revista.

4. Previsão de que o assédio sexual configura transgressão disciplinar de natureza grave sendo possível a sanção de perda do cargo

Dada a gravidade do assédio sexual e a independência das instâncias, a violência sexual deve ser severamente punida em âmbito administrativo, sem prejuízo da responsabilização criminal.

Para tanto, é necessário que as instituições prevejam que qualquer conduta caracterizadora de assédio sexual configura falta grave e que esta torna o autor passível de sofrer, administrativamente, a sanção de perda do cargo.

2 BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Manual de Direito Penal. Partes Geral e Especial. Volume Único. 1ª Ed. Salvador: Editora JusPODIVM. 2019. p. 1135.

3 “É, em resumo, a insistência importuna de alguém em posição privilegiada, que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de um subalterno.” (CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal para concursos 8ª Ed. Editora JusPodivm, 2015. Pg. 608).

5. Inclusão de disciplina que aborde o tema assédio sexual nos cursos de formação e nos concursos públicos

O processo de conscientização dos integrantes de uma instituição passa pela formação destes, o que se inicia ao ingressar na instituição, mas pode ser antecipado para o concurso público para o ingresso na carreira, ao se exigir o estudo do tema.

Dessa forma, revela-se de suma importância que as instituições passem a inserir nos editais de concursos públicos e na grade de disciplinas estudadas durante os cursos de formação o assédio sexual, ocasião em que poderão demonstrar as consequências para os assediadores e, principalmente, os sérios impactos para a saúde mental e física da vítima, dentre outros aspectos relevantes.

6. Planejar ações educativas para o autor de violência sexual, direcionadas a romper com a cultura de agressão à mulher

Os autores da prática de assédio sexual devem passar por um processo educacional, em âmbito institucional ou mediante convênio, de forma que possa refletir, estudar e realizar boas práticas voltadas para o rompimento da cultura de agressão à mulher.

7. Criação de ouvidorias nas corporações ou de um núcleo para cuidar dos casos de assédio sexual, com mulheres na direção

As mulheres precisam se sentir acolhidas e protegidas institucionalmente, de forma que se sintam seguras ao realizarem as denúncias de assédio sexual e acreditarem que a denúncia será levada a sério e investigada.

Para tanto, a criação de uma ouvidoria em âmbito institucional ou de um núcleo que faça as vezes da ouvidoria, chefiada por mulher, colaborará para que aumente o número de denúncias e o processo de encorajamento das mulheres que, por muitas vezes, conforme demonstrado na pesquisa, procuravam seus chefes e comandantes, mas nada era feito e temiam sofrer represálias.

8. Prestação de assistência social, psicológica e médica, das próprias corporações, para as mulheres vítimas de assédio sexual

Sempre que a instituição tiver assistência social, psicológica e médica, deverá assistir as vítimas de assédio sexual e conceder todo o tratamento necessário. Na impossibilidade dessa assistência ser prestada institucionalmente, seja por não haver, seja por desinteresse da mulher por não acreditar na instituição, a corporação deve buscar a realização de convênios para que amplie a possibilidade de as mulheres realizarem um acompanhamento multidisciplinar, visando a preservação e/ou tratamento de sua saúde mental e física.

9. Incentivo às mulheres denunciarem os casos de assédio sexual, sem receio de serem punidas

Na pesquisa foi constatado que a maior parte das mulheres não denuncia as práticas de assédio sexual, por diversos motivos, como demonstrado na análise dos dados da pesquisa.

Dessa forma é necessário que as mulheres sejam incentivadas a denunciarem e que as instituições concedam meios de proteção para as mulheres que denunciarem, de forma a assegurar que não sofrerão nenhuma perseguição ou intimidação, independentemente de quem seja o assediador e o cargo ou função que exerça na corporação.

Por vezes a mulher não denuncia por receio de não conseguir provar e ser a palavra dela contra a do assediador, razão pela qual se torna importante que a vítima de assédio sexual seja incentivada a realizar gravações do próprio celular, sempre que possível.

Destaca-se que a ausência de gravações não impede que a vítima de assédio sexual denuncie o assediador, sendo a gravação somente um meio de prova, e a inexistência dessa prova não impede que o assédio seja provado, o que deverá ser analisado caso a caso.

As mulheres devem ser incentivadas a denunciarem o assédio sexual nas mais diversas instâncias (administrativa, Ministério Público, justiça) e caso a denúncia não seja levada a sério pelos órgãos competentes, deve ser incentivada a denunciar perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação à Convenção de Belém do Pará.

10. Criação de uma associação nacional de prevenção e combate ao assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e Forças Armadas

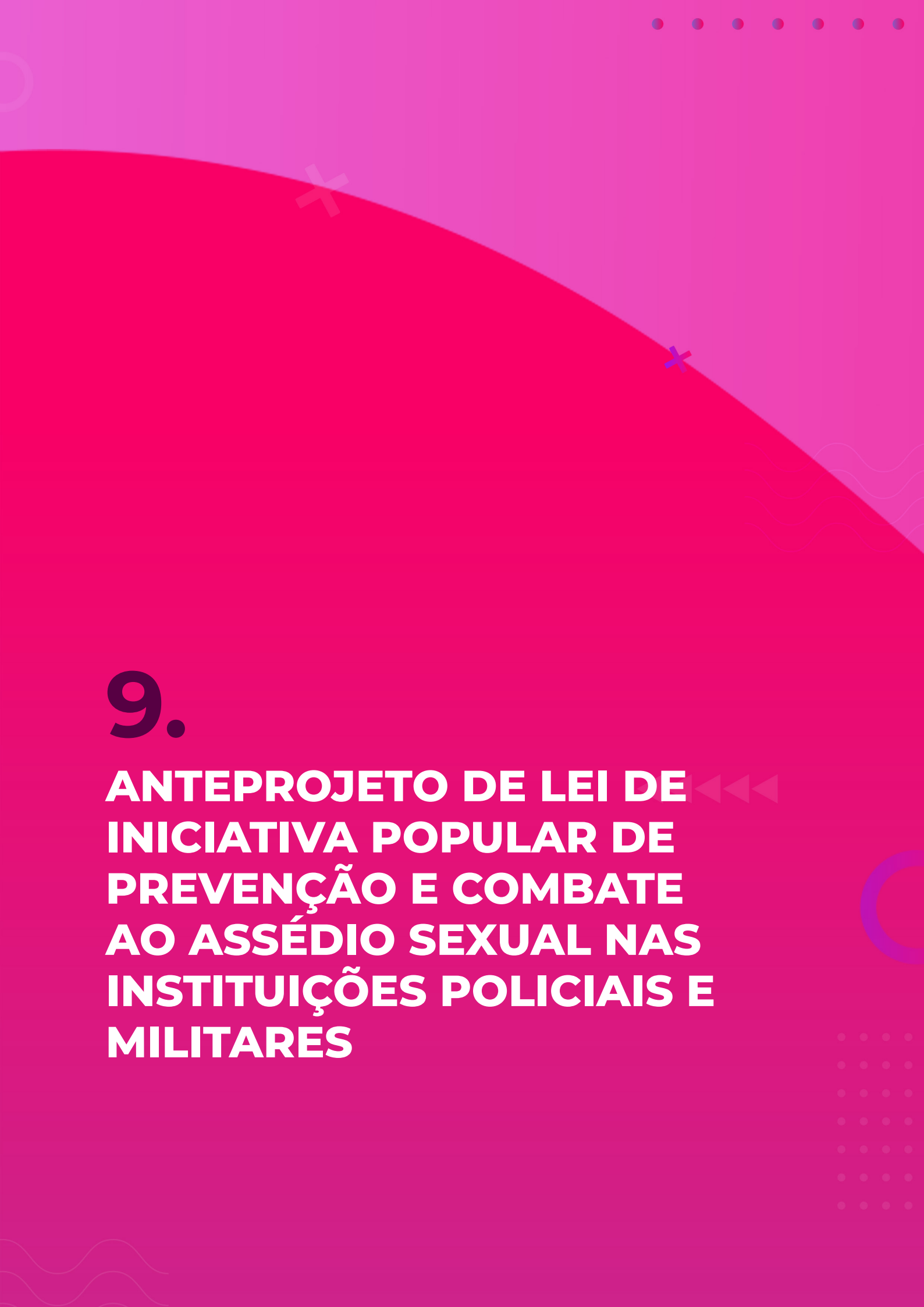
A atuação de uma associação nacional de prevenção e combate ao assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e Forças Armadas poderá colaborar para a fiscalização contínua da adoção de medidas institucionais no que tange aos propósitos da associação, na atuação judicial, já que uma associação possui legitimidade para ingressar em juízo, e no fornecimento de todo apoio necessário para as mulheres vítimas de assédio sexual.

Com base na Lei n. 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação – é possível que a associação requeira periodicamente diversos dados e informações necessárias para realizar a fiscalização, de todas as instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas.

O fato de ser uma associação de caráter nacional concede maior segurança para que a associação atue de forma independente.

A presidência da associação pode ser exercida por qualquer mulher, preferencialmente, uma que já tenha se aposentado ou sido transferida para a inatividade em sua instituição, para que não haja receios de sofrer perseguições ao fim do mandato com o retorno aos trabalhos em âmbito institucional.

A finalidade da associação deve ser a fiscalização e acompanhamento das instituições no que tange ao assédio sexual, preservando-se os pilares institucionais da hierarquia e disciplina.



9.

**ANTEPROJETO DE LEI DE
INICIATIVA POPULAR DE
PREVENÇÃO E COMBATE
AO ASSÉDIO SEXUAL NAS
INSTITUIÇÕES POLICIAIS E
MILITARES**

Cria mecanismos para prevenir e coibir o assédio sexual contra a mulher no âmbito das instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para prevenir e coibir o assédio sexual contra a mulher no âmbito das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas, nos termos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência sexual, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º O assédio sexual configura grave violação aos direitos humanos e causa danos morais.

Art. 4º Para efeitos desta Lei considera-se instituição de Segurança Pública todos os órgãos policiais previstos no art. 144 da Constituição Federal e a guarda municipal.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura o assédio sexual contra a mulher qualquer ação ou omissão de natureza sexual, contra a vontade da vítima:

I – no ambiente de trabalho, compreendido como qualquer espaço ou local em que seja exercido o trabalho;

II – em qualquer relação de trabalho, compreendido como a relação decorrente do trabalho, ainda que fora das dependências do local de trabalho

III – em razão da relação de trabalho, ainda que não esteja no horário de trabalho, independentemente, do emprego, cargo ou função exercida.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se mulher a sua identidade de gênero.

CAPÍTULO I

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Art. 6º São formas de violência sexual, entre outras:

I – qualquer conduta consistente em falar, escrever ou realizar gestos para alguém com conotação sexual, por qualquer meio;

II – qualquer conduta com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro ou obter vantagem ou favorecimento sexual;

III - qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;

IV – a omissão das autoridades que possuem o dever de agir quando ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Não há violência sexual quando houver consentimento prévio ou concomitante da vítima.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Art. 7º As instituições previstas nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal deverão adotar como política institucional medidas para prevenir, punir e erradicar a violência sexual contra a mulher, tendo por diretrizes:

I - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes relacionadas ao assédio sexual nas instituições para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

II – a adoção de ouvidorias pelas instituições, chefiadas por mulheres, para o atendimento das mulheres vítimas de violência sexual;

III - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência sexual contra a mulher, inclusive com o incentivo de que denunciem os casos de assédio sexual;

IV - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de prevenção e erradicação da violência sexual contra a mulher;

V - a capacitação permanente dos servidores públicos, policiais e militares quanto à prevenção e combate ao assédio sexual;

VI – a inclusão de disciplina que aborde o assédio sexual de mulheres nas instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas nos cursos de formação ao ingressar na carreira e nos cursos obrigatórios no decorrer da carreira, como condição para ascensão funcional;

VII – a inclusão nos editais de concursos públicos para as instituições de Segurança Pública e Forças Armadas de disciplina que aborde o assédio sexual nas referidas instituições.

VIII – os autores de assédio sexual deverão ser incluídos automaticamente, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da punição administrativa ou judicial, em programa de reeducação.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Art. 8º A assistência à mulher em situação de violência sexual será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º As mulheres vítimas de violência sexual possuem prioridade de atendimento e direito ao uso do sistema de assistência social, psicológica e médica da instituição a que pertencer.

§ 2º Aquele que, por ação ou omissão, praticar violência sexual fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços sociais e de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência sexual, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.

§ 3º O ressarcimento de que trata o § 2º deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada.

Art. 9º. Havendo indícios da prática de assédio sexual, o servidor público, policial ou militar que for o autor da violência sexual deverá ser transferido da unidade em que estiver lotado, caso seja a mesma unidade da mulher vítima de violência sexual.

§ 1º A movimentação da unidade será provisória até a conclusão do processo administrativo.

§ 2º A punição decorrente do ato de assédio sexual torna a movimentação da unidade definitiva, não podendo o autor da violência sexual voltar a trabalhar na unidade de origem pelo período de 05 (cinco) anos, contado da data do trânsito em julgado da punição administrativa ou judicial, a que ocorrer por último.

§ 3º A ausência de responsabilização do autor do assédio, nas esferas administrativa e judicial, implica no retorno à unidade de origem, observada a vontade do servidor público, policial ou militar e o interesse da administração pública.

§ 4º A instauração de processo administrativo disciplinar ou o recebimento de denúncia pelo juiz competente implica na presença de indícios mencionado no *caput*.

Art. 10. A mulher vítima de assédio sexual somente será transferida da unidade em que estiver lotada, durante as investigações ou processo administrativo e judicial, se for de seu interesse.

Art. 11. A mulher vítima de assédio sexual deverá tomar ciência da instauração de qualquer ato apuratório e da solução do processo administrativo, inclusive a decisão em instância recursal.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 12. O Ministério Público deverá fiscalizar o assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

§ 1º A fiscalização será de forma presencial e eletrônica.

§ 2º A fiscalização presencial consistirá no comparecimento periódico do Ministério Público às dependências das instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, ocasião em que ouvirá reservadamente, por amostra, diversas mulheres.

§ 3º A fiscalização eletrônica consistirá em um canal de comunicação criado pelo Ministério Público que receberá denúncias de assédio sexual no âmbito das instituições.

§ 4º As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas deverão enviar relatório semestral para o Ministério Público contendo dados detalhados de todas medidas adotadas em âmbito institucional que tratem da prevenção, punição e erradicação do assédio sexual.

§ 5º O Conselho Nacional do Ministério Público regulamentará a fiscalização, inclusive a periodicidade.

Art. 13. O Ministério Público realizará, anualmente, as pesquisas e estudos referidos no art. 7º, I, desta Lei, nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas.

§ 1º A coleta de dados e informações deverá ocorrer de forma anônima para as participantes.

§ 2º As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas são obrigadas a fornecer, anualmente, para o Ministério Público, os números de telefone, celular, e-mail particular e funcional, cargo e função das mulheres que integram as instituições.

§ 3º Os dados obtidos na forma do § 2º deste artigo serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa mencionada no § 1º.

Art. 14. O Ministério Público deverá acompanhar todos os processos administrativos instaurados com o fim de apurar denúncia de assédio sexual.

§ 1º A autoridade competente ao determinar a instauração de qualquer processo administrativo que investigue o assédio sexual deverá dar ciência ao Ministério Público.

§ 2º A solução do processo administrativo que apura a prática de assédio sexual será comunicada ao Ministério Público, inclusive a decisão em instância recursal.

§ 3º Entende-se por processo administrativo para os fins deste artigo qualquer processo, procedimento, sindicância ou ato apuratório, acusatório ou um mero levantamento de informações da denúncia de assédio sexual.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas deverão adaptar seus órgãos no prazo de 90 (noventa) dias às diretrizes previstas nesta Lei, contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. 16. Aplica-se, no que couber, as medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha.

Art. 17. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 18. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 19. Aos crimes praticados com violência sexual contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 20. Os processos administrativos e judiciais que envolvam a prática de violência sexual contra a mulher são sigilosos e terão prioridade de tramitação.

Parágrafo único. A mulher que denunciar a prática de assédio sexual não sofrerá nenhuma punição, caso o acusado não seja condenado por falta de provas.

Parágrafo único. O conceito de processo administrativo para fins deste artigo é o previsto no art. 14, § 3º, desta Lei.

Art. 21. As instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas deverão providenciar a instalação de câmeras que captem a entrada dos vestiários femininos, sem que possibilite a captação de imagens da parte interna do vestiário, no prazo de 03 (três) anos.

§ 1º. Para fins desta Lei considera-se vestiário qualquer compartimento destinado a troca de roupas, com ou sem armário ou camas.

§ 2º. Os locais destinados a repouso das mulheres também deverão possuir câmeras na forma do *caput* deste artigo.

Art. 22. O art. 216-A do Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 216-A. Constranger alguém com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro ou obter vantagem ou favorecimento sexual, independentemente, da relação hierárquica, desde que o constrangimento ocorra no exercício ou em razão do emprego, cargo ou função.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Para fins do *caput* caracteriza constrangimento falar, escrever ou realizar gestos para alguém com conotação sexual, por qualquer meio, sem prejuízo de outras condutas que possam ser consideradas constrangedoras.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço se o autor for superior hierárquico.

§ 3º O servidor público que se omitir ao visualizar ou tomar conhecimento do assédio sexual, e deixar de comunicar o fato à autoridade competente para a apuração, incorre na pena de detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 4º A autoridade competente para investigar o crime do *caput* que se omitir incorrerá na pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 23. O Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 232-A. Constranger alguém com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro ou obter vantagem ou favorecimento sexual, independentemente, da relação hierárquica, desde que o constrangimento ocorra no exercício ou em razão do emprego, cargo ou função.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Para fins do *caput* caracteriza constrangimento falar, escrever ou realizar gestos para alguém com conotação sexual, por qualquer meio, sem prejuízo de outras condutas que possam ser consideradas constrangedoras.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço se o autor for superior hierárquico.

§ 3º O militar que se omitir ao visualizar ou tomar conhecimento do assédio sexual, e deixar de comunicar o fato à autoridade competente para a apuração, incorre na pena de detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 4º A autoridade competente para investigar o crime do *caput* que se omitir incorrerá na pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 24. O Decreto-Lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15-A. Nos casos de crime de violência sexual praticados contra mulher, será encarregada do inquérito, sempre que possível, oficial do sexo feminino, de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente, devendo a impossibilidade ser justificada.

Art. 399-A. A composição do Conselho Especial de Justiça e do Conselho Permanente de Justiça serão regulamentadas em lei, devendo-se observar nos crimes praticados mediante violência sexual contra a mulher, a presença de dois oficiais do sexo masculino e duas oficiais do sexo feminino.

Art. 25. A Lei 8.457, de 04 de setembro de 1992 (Lei de Organização da Justiça Militar da União) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16-A. Nos casos de crime de violência sexual praticados contra mulher, os Conselhos de Justiça serão compostos da seguinte forma:

- I- Conselho Especial de Justiça, constituído pelo juiz federal da Justiça Militar ou juiz federal substituto da Justiça Militar, que o presidirá, e por 4 (quatro) juízes militares, dentre os quais 1 (um) oficial-general ou oficial superior, dentre estes, necessariamente, dois oficiais do sexo masculino e duas oficiais do sexo feminino;
- I- Conselho Permanente de Justiça, constituído pelo juiz federal da Justiça Militar ou juiz federal substituto da Justiça Militar, que o presidirá, e por 4 (quatro) juízes militares, dentre os quais pelo menos 1 (um) oficial superior, dentre estes, necessariamente, dois oficiais do sexo masculino e duas oficiais do sexo feminino.

Art. 26. A Lei n. 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 (...)

§ 2º No concurso de crime militar e de contravenção ou transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, será aplicada somente a pena relativa ao crime, exceto nas infrações disciplinares praticadas com violência à mulher.

Art. 27. A Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 (...)

XI – praticar assédio sexual.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Justificativa do Projeto de Lei

Pesquisa realizada por Rodrigo Foureaux e Mariana Aquino acerca do assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, demonstrou uma realidade de alto índice de assédio sexual nessas instituições.

1.897 mulheres, de todo o Brasil, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Penal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Guarda Municipal e das Forças Armadas participaram da pesquisa, respondendo às perguntas pelo Formulário do Google no final de agosto de 2020 e no início de setembro de 2020.

O estudo apontou que 74% das mulheres que participaram da pesquisa sofreram assédio sexual. 83% das mulheres assediadas não denunciaram o assédio por não acreditarem na instituição, por medo de sofrer represália, medo de se expor e de atrapalhar a carreira. 88% das mulheres não se sentem protegidas pela instituição para denunciarem o assédio sexual. 92% das mulheres relataram que as instituições não possuem nenhuma campanha de prevenção e combate ao assédio sexual. A maioria das mulheres que denunciou o assédio sofreu represálias e o assediador não foi punido.

Foram colhidos relatos, por escrito, de como o assédio sexual ocorreu e foram disponibilizados mais de 700 relatos que são chocantes e difíceis de serem escritos. Há relatos de estupro que ‘não deram em nada’, além de inúmeros relatos absurdos e chocantes.

Há vários relatos de depressão e pensamentos suicidas. Inclusive, relato de mulher que pensou em matar o assediador. Várias mulheres relataram sequelas e a realização de tratamento médico e psicológico.

Há um alto número de relatos de que chefes e superiores hierárquicos pedem favores sexuais para concederem privilégios e benefícios para as mulheres na carreira. Uma entrevistada relatou que chegou a ter relações sexuais com o chefe para conseguir o que queria, pois era a condição. As que não aceitam são perseguidas, punidas, transferidas.

A atividade policial e/ou militar apresenta-se cultural e socialmente, por razões históricas, como uma atividade tipicamente masculina, em que pese as mulheres possuírem completas condições de desempenharem as mesmas atividades que os homens com qualidade igual ou superior. A hegemonia masculina, decorrente na maior parte em razão da limitação de vagas para o ingresso na carreira, e a discriminação contra a mulher, tornam-se evidentes quando a mulher busca superar as barreiras culturais, sociais e históricas, e ocupar posições de destaque ou, até então, ocupadas somente por homens ou majoritariamente por homens, sendo o assédio sexual uma das formas de discriminação e que busca dificultar e impedir o avanço da mulher, que receosa em denunciar, sofrer perseguições, se expor e não progredir na carreira profissional, acaba por aderir à “cultura do silêncio”.

Expressões como “polícia é coisa pra homem”, “polícia não é lugar pra mulher”, “que bom que tem mulher para enfeitar o quartel”, “as mulheres são patrimônio da polícia”, “as novinhas”, “novo curso de formação está cheio de novinhas gostosas” são expressões que não são incomuns e demonstram a coisificação da mulher pelos policiais e militares.

Nesse sentido Eduardo Godinho Pereira e Adla Betsaida Martins Teixeira no artigo “A Profissionalização de Mulheres e Homens na Polícia Militar Mineira segundo a Perspectiva de Gênero” afirmam que:

Porém, os resultados mostraram que ainda **existe um tratamento diferenciado entre mulheres e homens, que influencia na formação policial**. Ficou evidente que as mulheres são segregadas de algumas atividades acadêmicas, pois, verificou-se que aos homens são destinadas as funções de destaque durante o Curso de Formação de Oficiais, enquanto que **as mulheres assumem funções de “menor” prestígio**. Essa distinção marca e evidencia **fortemente a segregação de gênero no ambiente policial militar, desde os bancos de escola**.

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que as mulheres enfrentam desigualdade de gênero. Pelo que foi verificado nas respostas apresentadas pelos professores durante as entrevistas, no tocante às atividades práticas de suas disciplinas, percebeu-se que as mulheres são tratadas de forma diferenciada. **O que ficou explícito nas entrevistas é que há uma espécie de eleição de uma masculinidade hegemônica para a realização de atividades policiais, resultando na negação da feminilidade**. Exige-se aquele homem que atenda a um “ideal masculino”, segregando as mulheres e homens que não atendam a este perfil. Ficou demonstrado na pesquisa uma **negação da feminilidade para as funções que envolvam o risco à vida e o emprego do uso da força**. Para estas funções são “idealizados” o homem guerreiro, viril, combativo, destemido e corajoso, sempre pronto a enfrentar o perigo, deixando para as mulheres as funções burocráticas e essencialmente aquelas que não tragam risco elevado ou que estejam diretamente ligadas às áreas do assistencialismo e cuidado. (grifos nossos)

A divisão sexual do trabalho policial e militar é uma realidade. Existem funções que somente homens podem exercer, ainda que plenamente possível de serem realizadas por mulheres, o trabalho do homem vale mais do que o da mulher e as mulheres possuem uma barreira invisível – e muitas vezes visível – que as impedem de ascender em condições de igualdade com os homens, sendo o assédio sexual uma das barreiras.

A análise dos diversos relatos nesta pesquisa e de outros estudos semelhantes permitem afirmar que há uma falsa crença em desmerecer as conquistas das mulheres que ocupam o topo das instituições ou que obtêm promoções e funções de destaque, em razão do imaginário de que a mulher obteve sucesso por ter cedido às investidas sexuais de superiores hierárquicos, o que representa uma visão discriminatória e de que as mulheres não possuem condições, em razão, única e exclusivamente de seu trabalho, em ascender profissionalmente.

Há muitos relatos de superiores hierárquicos que oferecem benefícios e vantagens na carreira, caso as mulheres prestem favores sexuais, como promessas de promoções, escalas de serviço melhores e proteção, criando-se um imaginário de que as mulheres que se destacam e ocupam posições de prestígio nas instituições dependessem dos homens.

Chama atenção o fato de pesquisa realizada anteriormente, em 2015¹, ter constatado o alto índice de assédio das mulheres nas instituições policiais, ter sido amplamente divulgada no

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-mulheres-nas-instituicoes-policiais/> Acesso em: 24/09/2020.

país², e até a presente data as instituições nada ou muito pouco fizeram para adotarem sérias medidas de prevenção e combate ao assédio sexual.

É importante destacar que houve muitos relatos de mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas que sofreram assédio sexual, conforme consta no tópico 5.3 desta revista. Os diversos relatos, de forma detalhada, aliados ao estado da arte, concedem credibilidade à pesquisa, por reforçar que foram mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas que responderam, já que os detalhes, as informações, a seriedade de cada relato, somado a pesquisas semelhantes que foram detalhadas no tópico 5.2 e comprovam o alto índice de assédio sexual, somente demonstra que a pesquisa ora realizada demonstra a realidade nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas, em termos de altos índices de assédio sexual, sendo necessário realizar uma pesquisa mais profunda em cada instituição com uma amostra maior, por pesquisador externo, com o fim de obter dados que se aproximem mais da realidade.

A partir do momento em que as instituições de Segurança Pública e as Forças Armadas têm ciência que a prática do assédio sexual possui números alarmantes e não adotam medidas eficazes com o fim de prevenir, coibir e erradicar essa prática, torna-se um problema institucional e não isolado dos policiais, bombeiros, guardas e militares que assediam.

As mulheres que trabalham nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas não possuem segurança e confiança para denunciarem as práticas de assédio sexual – 88% não se sentem protegidas institucionalmente para denunciarem -, não acreditam que as instituições levariam a sério a denúncia e possuem receio de as denúncias voltarem contra si e sofrerem diversos prejuízos relacionados à imagem e à carreira.

Diversos são os relatos de depressão e pensamentos suicidas pelas vítimas de assédio sexual. Houve relato, inclusive de pensamento homicida, em razão da falta de apoio das instituições.

Em São Paulo, em 12 de maio de 2020, uma Cabo da Polícia Militar chegou a praticar o crime de homicídio contra um Capitão da PMESP e alegou que era assediada pela vítima e havia denunciado o caso e pedido a transferência para outra unidade da corporação.³

Os assédios sexuais nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas se iniciam no curso de formação, no início da carreira, e se prolongam por toda a carreira e na medida em que a mulher ascende na profissão os assédios diminuem, já que passam a ocupar cargos e funções de maior respeitabilidade em âmbito institucional e reduz o número de superiores hierárquicos, que são os principais assediadores.

A pesquisa constatou interferências, por parte de superiores hierárquicos, na vida privada das mulheres, com críticas aos namorados, sobretudo se estes são civis ou subordinados hierárquicos, como se ser superior hierárquico à mulher ou ao namorado fosse “mais interessante” para a mulher.

2 Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/pesquisa-diz-que-40-das-policiais-ja-sofreram-assedio-sexual-ou-moral.html>>. Acesso em: 24/09/2020.

3 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/14/justica-militar-decreta-prisao-e-quebra-sigilos-de-pm-que-matou-capitao-dentro-de-batalhao-em-sp.ghml>>. Acesso em: 23/09/2020.

Verificou-se haver um ambiente institucional de “normalização” da prática de assédio sexual, na medida em que são vários os relatos de mulheres que procuraram o comando, a chefia para relatar o assédio sexual, não obtêm apoio, são desacreditadas e ainda há resposta que é normal as mulheres policiais sofrerem esse “tipo de assédio”, pois hoje são mais bonitas do que antigamente.

Constatou-se que muitas mulheres que realizam a denúncia são punidas pelo comando, por motivos diversos que ocultam os motivos reais ou por terem inventado história, ou extraoficialmente, ao serem escaladas nos “piores” em serviços.

Apurou-se que as mulheres quando assediadas na presença de outros policiais e militares, estes nada fazem e, muitas vezes, endossam a prática do assédio e ao serem arrolados como testemunhas não dizem a verdade por receio de sofrer represália por parte do assediador, quando este é superior hierárquico.

Notou-se também um desrespeito com as mulheres homoafetivas, em razão das propostas de homens para que tivessem relação sexual juntos ou que o problema da mulher homoafetiva foi não ter tido um homem que “desse um jeito”.

Ficou demonstrado que há um grande desrespeito e desprezo pelas mulheres, em razão do uso de termos extremamente baixos, ofensivos e indecentes pelos homens dentro das viaturas e no ambiente de trabalho.

As mulheres vítimas de assédio sexual ficam em uma situação extremamente difícil. Se não cedem às investidas do assediador passam a ser perseguidas e rejeitadas profissionalmente; se denunciam ao superior hierárquico muitas vezes são desacreditadas e são vistas como causadoras do assédio, além de serem expostas e mal faladas. Há uma completa inversão de valores.

Diversas mulheres disseram que não conseguiriam relatar o ocorrido, em razão do sofrimento causado e lembranças negativas ao rememorar o assédio sexual sofrido. Isto é, pesquisas como a aqui apresentada devem ser realizadas com cautela, evitando-se que sejam feitas em curto espaço de tempo para evitar a revitimização.

Uma parcela expressiva de mulheres (40%) não responderia uma pesquisa realizada pela própria instituição em que trabalham da mesma forma que responderam a essa pesquisa, o que demonstra a necessidade de pesquisas que abordem esse tema serem realizadas por pesquisador externo.

Constatou-se que as mulheres das instituições de Segurança Pública e das Forças Armadas encontram-se sufocadas, querem pedir socorro, gritar, mas não possuem voz.



10.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa conclui que policiais no Rio são vítimas de assédio sexual e moral.** Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100383541/pesquisa-conclui-que-policiais-no-rio-sao-vitimas-de-assedio-sexual-e-moral>

ALLEN, D. The reporting and underreporting of rape. **Southern Economic Journal**, 73, p. 623-641.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, Mar. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/11.pdf>>. Acesso em: 06/09/2020. <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>>.

BIERNACKI, P; WALDORF, D. First Published November 1, 1981. Research Article. **Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling.** <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>

BLACKSTONE, A.; UGGEN, C; MCLAUGHLIN, H. Legal consciousness and response to sexual harassment. **Law and Society Review**, 43, p. 631-668, 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. **Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.**

BUENO, S. *et al.* **As mulheres nas instituições policiais.** FGV. FBSP. 2015. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15255>>.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.

COELHO, B. *et al.* Manual de formação para prevenir e combater o assédio sexual e moral no local de trabalho: trilhos para a tolerância zero. **Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).** Lisboa, p. 148. 2016. (978-972-8399-66-5).

DA SILVA FONSECA, Thaisa *et al.* Assédio Sexual no Trabalho. **Cienc. Psicol.**, Montevideo, v. 12, n. 1, p. 25-34, maio 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/cp/v12n1/1688-4221-cp-12-01-25.pdf>>. Acesso em 3 de setembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.22235/cp.v12i1.1592>.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 57, p. 11-23, maio 2008. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n57/n57a02.pdf>>. Acesso em 02 set. 2020.

FANTÁSTICO. **Pesquisa diz que 40% das policiais já sofreram assédio sexual ou moral. 29/03/2015.** Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/pesquisa-diz-que-40-das-policiais-ja-sofreram-assedio-sexual-ou-moral.html>

FITZGERALD, L; SWAN, S; FISCHER, K. Why didn't she just report him? The psychological and legal implications of women's responses to sexual harassment. **Journal of Social Issues**, 51, p. 117-138, 1995

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, Junho, 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a02.pdf>>. Acesso em 05 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000200002>.

MORAES, O. C. R. **A violência silenciosa: percepções femininas sobre o assédio na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Monografia. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e Gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**, v. 5, n. 1, 2012.

PEREIRA, Eduardo Godinho. **A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero**. Tese de Doutorado, 257 p. Belo Horizonte/MG, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2020.

PEREIRA, Eduardo Godinho; TEIXEIRA, Adla B. M. **A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), 2019, Maceió. Anais do VIII CONINTER, 2019. v. VIII.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO. **Polícia Militar discute sobre assédio moral e sexual contra a mulher policial**. 12 de junho de 2015. Disponível em <http://www.pm.mt.gov.br/-/policia-militar-discute-sobre-assedio-moral-e-sexual-contra-a-mulher-policial>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 26, n. 1, e43413, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e43413.pdf>>. Acesso em 3 de setembro de 2020. Epub Fev 22, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>.

SAMUELS, H. Sexual harassment in the workplace: a feminist analysis of recent developments in the UK. **Women's Studies International Forum**, 26, p. 467-482, 2003.

SANTOS, F. V.; CARMO, E. D. **Assédio sexual na Polícia Militar do Pará: Um reflexo negativo das relações de trabalho e gênero**. [s.l]: [s.n.] 2017.

SANTOS, J. V. T.; FACHINETTO, R. F.; TEIXEIRA, A. N.; RUDNICKI, D. Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, p. 312-335, 2012.

TORRES, A. et al. Assédio sexual e moral no local de trabalho. **Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero**, CIEG. Lisboa, p. 36. 2016. (978-972-8399-61-0).



ATIVIDADE
POLICIAL

#EuDigoNãoaoAssédioSexual

WWW.ATIVIDADEPOLICIAL.COM.BR

contato@atividadepolicial.com.br